

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Renata Correa Vargas

Por uma Juiz de Fora moderna: educação e saúde no jornal *O Pharol* (1889 – 1911)

Juiz de Fora
2020

Renata Correa Vargas

Por uma Juiz de Fora moderna: educação e saúde no jornal *O Pharol* (1889 – 1911)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de doutora. Área de concentração: “Educação brasileira: gestão e práticas pedagógicas”.

Orientador: Professor Doutor Carlos Fernando Ferreira da Cunha Junior

Juiz de Fora

2020

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Vargas, Renata Correa.

Por uma Juiz de Fora moderna : educação e saúde no jornal O Pharol (1889 - 1911) / Renata Correa Vargas. -- 2020.
202 f.

Orientador: Carlos Fernando Ferreira da Cunha Junior
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2020.

1. História da educação. 2. Saúde. 3. Juiz de Fora. I. Cunha Junior, Carlos Fernando Ferreira da, orient. II. Título.

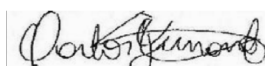
Renata Correa Vargas

Por uma Juiz de Fora moderna: educação e saúde no jornal *O Pharol* (1889 – 1911)

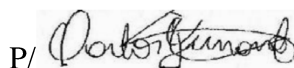
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor(a) em Educação. Área de concentração: “Educação brasileira: gestão e práticas pedagógicas”.

Aprovada em 28 de abril de 2020.

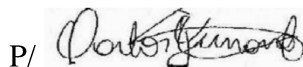
BANCA EXAMINADORA



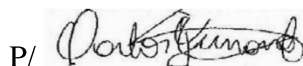
Dr(a). Carlos Fernando Ferreira da Cunha Junior – Orientador(a)
Universidade Federal de Juiz de Fora



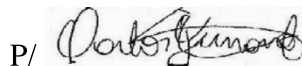
Dr(a). Wilson Alviano Junior
Universidade Federal de Juiz de Fora



Dr(a). Neil Franco Pereira de Almeida
Universidade Federal de Juiz de Fora



Dr(a). Coriolano Pereira da Rocha Junior
Universidade Federal da Bahia



Dr(a). Andrea Moreno
Universidade Federal de Minas Gerais

Dedico este trabalho aos meus pais que me proporcionaram um ambiente tranquilo onde eu pude desenvolver esta pesquisa, me dedicando quase que exclusivamente ao meu sonho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por mais este fechamento de ciclo. Agradeço pela força, pela paciência e pelo ânimo que conduziram esta minha jornada. Agradeço pelos aprendizados que extrapolam a pesquisa apresentada, são aprendizados que me mudaram enquanto ser humano. Sou muito grata a tudo o que aconteceu durante este processo.

Agradeço à minha família, Almerinda, Nelson e Juliano, e aos meus amigos que, por acreditarem ser possível este momento, me dedicaram sempre palavras de incentivo e coragem. As palavras têm força e as dessas pessoas foram grandes propulsoras para eu chegar até aqui. Muito obrigada.

Agradeço muitíssimo à Pro-Reitoria de Graduação da UFJF e, em especial, aos meus amigos da Coordenação de Estágios que, não obstante todo o trabalho que desenvolvem diariamente, me abençoaram com uma licença que me proporcionou mais tempo para me dedicar a este trabalho. Serei eternamente agradecida a vocês.

Agradeço ao meu orientador, professor Carlos Fernando, pela continuada confiança que me oportuniza conquistas desde a graduação. Mestre que me orientou enquanto graduanda, enquanto mestranda e, agora, enquanto doutoranda. Muito obrigada.

Agradeço aos professores que gentilmente aceitaram compor minha banca de qualificação e de defesa. Agradeço pela leitura atenta e ideias sugeridas. Professor Wilson, professor Neil, professor Coriolano, professora Andrea, professora Eliana, professora Sonia, professor Hélder e professor Silvio, muito obrigada.

RESUMO

Este trabalho analisa a presença e a difusão do discurso médico-higienista pela sociedade juiz-forana nos primeiros anos da República investigando o papel atribuído à educação escolar na construção de uma Juiz de Fora moderna. A tese defendida nesta pesquisa é a de que, no intervalo entre os anos finais do século XIX e iniciais do século XX, a educação formal assumiu papel importante no projeto de desenvolvimento de uma cidade moderna e que, neste processo, o discurso médico-higienista foi fundamental propondo um modelo escolar capaz de contribuir com tal projeto. Para captar a difusão desse discurso, é utilizado o jornal *O Pharol* como fonte principal de análise por ser considerado o mais importante periódico que a circular na cidade à época, embora outras fontes históricas sejam também utilizadas ao longo desta pesquisa. Os questionamentos que conduzem este trabalho são: 1) Nesse processo de modernização da cidade de Juiz de Fora, qual o papel atribuído à educação pelo discurso médico-higienista que circulava pela cidade no período de 1889 a 1911? 2) Qual o modelo de instituição escolar que estava sendo apresentado à sociedade juiz-forana no interior das propostas médico-higienistas entre os anos de 1889 a 1911? Como balizador desta pesquisa, é adotado o referencial teórico-metodológico da História Cultural, que se integra dentro dos debates da Nova História. O estudo conclui que o discurso médico-higienista difundido pela cidade de Juiz de Fora através do jornal *O Pharol* apostou na educação escolar como meio de transformação da sociedade com o intuito de tornar essa sociedade mais sadia e produtiva, adequando-se à perspectiva de progresso e de modernidade da época. Baseada nesta expectativa, houve a construção de modelos de educação que transmitissem os princípios de saúde e de produtividade. Para isso, foram difundidas regras acerca dos espaços escolares, dos tempos escolares, dos saberes escolares e da educação física escolar a fim de adequá-los a esses princípios e, assim, podê-los propagar a toda coletividade.

Palavras-chave: História da educação. Saúde. Juiz de Fora.

ABSTRACT

This paper analyzes the presence and diffusion of medical-hygienist discourse in Juiz de Fora society in the early years of the Republic, investigating the role attributed to school education in the construction of a modern Juiz de Fora. The thesis defended in this research is that, between the end of nineteenth and the first years of twentieth century, the formal education assumed an important role in the development project of a modern city and that, in this process, medical hygienist discourse was fundamental proposing a school model capable of contributing with this project. To capture the diffusion of this discourse, the newspaper *O Pharol* is used as main source of analysis for being considered the most important periodic in use in the city at the time, although another historical sources are used over this research. The questioning that conduct this work are: 1) In the modernization process of Juiz de Fora city, what is the role attributed to education by medical-hygienist discourse that circulated in town in the period from 1889 to 1911? 2) What school institution model was being presented to Juiz de Fora society in the center of medical-hygienist proposal between the years of 1889 and 1911? As a beacon of this research, is adopted the theoretical-methodological framework of Cultural History, that integrates the New History debates. The study concludes that the medical-hygienist discourse widespread by Juiz de Fora city through the newspaper *O Pharol* bet on school education as a transformation mean of the society in order to make this society healthier and more productive, fitting the perspective of progress and modernity of the time. Based on that expectation, education models were built that conveyed the principles of health and productivity. To this end, rules were disseminated about school spaces, school times, school knowledge and school physical education in order to adapt them to these principles and, thus, can propagate them to the whole community.

Keywords: History of education. Health. Juiz de Fora.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIM	Academia Imperial de Medicina
Dr.	Doutor
GEPHEFE	Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Física e do Esporte
FMRJ	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
SAIN	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional
SMCJF	Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora
SMCRJ	Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro
Sr.	Senhor
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	METODOLOGIA DE PESQUISA UTILIZADA	16
1.2	O PHAROL E SUA IMPORTÂNCIA PARA JUIZ DE FORA.....	20
2	A CIÊNCIA MÉDICA NO BRASIL E EM JUIZ DE FORA	28
2.1	O BRASIL NO SÉCULO XIX E A INTERVENÇÃO SOCIAL DA MEDICINA	29
2.2	JUIZ DE FORA NA BELLE-ÉPOQUE E A INTERVENÇÃO SOCIAL DA MEDICINA.....	32
2.2.1	A REFORMA URBANA EM JUIZ DE FORA	35
2.2.2	A ENERGIA ELÉTRICA EM JUIZ DE FORA	37
2.2.3	O ENSINO EM JUIZ DE FORA	38
2.2.4	A MECA DA MEDICINA MINEIRA: ALGUMAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE EM JUIZ DE FORA	39
2.2.4.1	<i>Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora</i>	41
2.2.4.2	<i>Juiz de Fora na perspectiva dos doutores da SMCJF</i>	46
2.2.4.3	<i>Instrução popular: soluções para alguns problemas higiênicos que assolavam Juiz de Fora</i>	51
3	OS ESPAÇOS ESCOLARES	53
3.1.	A LOCALIZAÇÃO DO PRÉDIO ESCOLAR	54
3.2	A ARQUITETURA DO PRÉDIO ESCOLAR.....	59
3.2.1	ESCOLAS AO AR LIVRE.....	60
3.2.2	SISTEMAS DE VENTILAÇÃO/AERAÇÃO.....	63
3.2.3	TAMANHO DAS SALAS DE AULA.....	67
3.2.4	ILUMINAÇÃO DAS SALAS DE AULA	70
3.2.5	A ESCOLA NORMAL DE JUIZ DE FORA: NOTAS SOBRE UM CONFRONTO ENTRE O DITO E O FEITO (OU UM EXEMPLO ÀS AVESSAS)	74
3.3	O MOBILIÁRIO ESCOLAR.....	76
4	OS TEMPOS ESCOLARES.....	86
4.1	TEMPO ESCOLAR x TEMPO SOCIAL.....	87
4.2	TEMPO INSTITUCIONAL.....	101
5	OS SABERES ESCOLARES	108
5.1	METODOLOGIA: O MÉTODO INTUITIVO	108

5.2	CONTEÚDOS.....	120
5.2.1	EDUCAÇÃO SANITÁRIA	121
5.2.2	LÍNGUA PORTUGUESA E DEMAIS IDIOMAS.....	127
5.2.3	MATEMÁTICA	130
5.2.4	HISTÓRIA.....	131
5.2.5	CIÊNCIAS	133
6	EDUCAÇÃO FÍSICA	135
6.1	EXAME DOS CORPOS ESCOLARES.....	144
6.1.1	INSPEÇÃO MÉDICA ESCOLAR	144
6.1.2	PROBLEMAS NOS OLHOS, NOS OUVIDOS E NA BOCA	152
6.1.3	TUBERCULOSOS.....	156
6.1.4	DIFTERIA	159
6.1.5	VEGETAÇÕES ADENOIDES.....	160
6.2	EXERCÍCIOS FÍSICOS.....	161
6.3	ALIMENTAÇÃO	170
6.4	CALIGRAFIA: A HIGIENE NA ESCRITA	175
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	181
	FONTES CONSULTADAS	186
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	191

1 INTRODUÇÃO

O medico e o mestre

Eis dos dois solícitos anjos tutelares da vida humana: um cuida da fortaleza do corpo; o outro, da fortaleza da alma; aquelle, através da matéria orgânica, vai, coração vulcanizado pela piedade, coração vulcanizado pelo amor, olhar apercebido da sciencia, em busca da ferida, da pressão que causa o gemido; este devassa e vibra as faculdades do espirito, para que ella irradie a luz. O primeiro aparelha os braços, o segundo, a cabeça; um branda, como Christo ao paralytico: Ergue-te! Caminha; o outro, ao espirito tolhido, pela ignorância: Abre as asas! Vôa.

O medico ensina a gymnastica dos músculos; o mestre a gymnastica do espirito; aquelle fluidifica o sangue e ordena: Circula! Este inflamma a razão e aconselha: Reflecte, investiga!

E, assim, quando ambos se compenetra, quando ambos executam sua caridosa missão: um transmudando lagrimas em orvalho e fazendo que o gemido, que é um acúleo, se desabroche em um sorriso, que é uma flor; o outro operando o milagre de dar visão ao espírito que tacteia nas caligens do erro e da ignava, guinando-o para a luz, para o amor – que é o bem, quando ambos isto são: - duas asas que se equilibram para o vôo, suas grandezas se tornam tão homogêneas, suas glórias se justapões e se entrelaçam de tal modo, que sua dualidade se confunde na mesma intensidade de luz.

E ficamos perplexos sobre qual seja o máximo dos apóstolos: si aquelle que, auscultando um coração, exclama triumphante: Está perfeito! Si este que, penetrando com o olhar, esse mesmo coração, aí firma com tristeza!

Ainda não!

J. Paixão

(Dos << pensamentos e divagações >>)¹. (O PHAROL, 14 de abril de 1909, p. 1).

Educação e saúde, as duas asas que dão voo ao ser humano, conforme nos apresenta J. Paixão, são temas presentes em pautas atuais e passadas. Visões de mundo e modelos de sociedade os direcionam em seus discursos e práticas. Desta forma, para compreendermos os projetos de educação e de saúde, faz-se necessário assimilarmos as concepções de sociedade a eles subjacentes.

Podemos localizar o final do século XIX e início do século XX como um momento histórico importante na articulação entre estes dois campos de conhecimento – educação e saúde – que, tendo como base o higienismo, buscaram formas de conceber, explicar e intervir em problemas sociais. Nesse período histórico,

a Higiene está fortemente associada à ideologia liberal, encontrando neste pensamento os seus fundamentos políticos. Destarte, a Higiene centrava-se nas responsabilidades individuais na promoção da saúde e construía formas de intervenção caracterizadas como a prescrição de normas, voltadas para os mais diferentes âmbitos da vida social (casa, escola, família, trabalho), que

¹ Mantemos a escrita da época com todas as fontes utilizadas.

deveriam ser incorporadas pelos indivíduos como meio de conservar a saúde. Arouca (2003) ressalta que a Higiene acaba por reduzir à aplicação de medidas higiênicas a solução dos problemas de saúde, que se constituem a partir das condições de existência. (MOROSINI; FONSECA; PEREIRA, recurso online).

Ao final dos oitocentos, havia a expectativa de construção de um país moderno. Tal expectativa, contudo, encontrava entrave nos diversos problemas que assolavam a população, particularmente a mais pobre. O avanço incompatível da urbanização com a falta de infraestrutura das cidades derivou em

um surto de inúmeras doenças, altos índices de mortalidade infantil, bairros atravessados por uma série de problemas de saneamento básico, bem como uma suposta falta de reflexão da população, sobretudo da parcela referente aos trabalhadores operários, em relação às profilaxias e às condições de saúde. (SILVA, 2012, p. 1).

A fim de sanar tais problemas que, segundo a corrente higienista, atravancavam o progresso, modelos de educação e de saúde foram sendo construídos.

Com a instauração da República no Brasil, a educação formal ganhou uma maior amplitude abarcando as camadas pobres da sociedade. Acreditava-se ser necessário instruir a população para que a modernização do país fosse possível.

A escola republicana incorporava, assim, uma função salvacionista: resolver os problemas sociais a partir da educação do povo. As implicações decorrentes de um crescimento sem planejamento poderiam ser solucionadas pela própria população, para isso era necessário que a educassem nas melhores formas de se proceder no trato com seus corpos e espaços.

A corrente higienista, já em voga em países europeus, é vista como aliada nesse propósito. Educação e Saúde, então, vão sendo moldadas a partir desse ideal.

O atraso econômico e social do Brasil frente a outras nações, inclusive a nações sul americanas como Argentina e Chile que já possuíam um “maior progresso material, mais ampla população educada, maior adesão às ideias avançadas” (MELLO, 2009, p. 17), carecia de mão-de-obra forte e qualificada para ser revertido. O aumento da produtividade nacional estava relacionado a melhores condições físicas e intelectuais dos trabalhadores. Assim, a articulação entre educação e saúde assegurava a preparação do indivíduo para o trabalho garantindo-lhe meios de se instruir e de se higienizar.

Neste contexto de adequação do corpo ao trabalho, as doenças foram entendidas como um dos principais obstáculos a ser enfrentado. Causadoras de enfraquecimento físico e até

mesmo ceifadoras de corpos produtivos, as doenças estavam relacionadas àquilo que devia ser superado para que o progresso acontecesse. Epidemias de tuberculose, febre amarela, varíola, malária, peste bubônica afligiam grande parte da população em decorrência das péssimas condições de salubridade.

Em Juiz de Fora, cidade da Zona da Mata mineira, tais condições não eram muito diferentes. Varíola, cólera, tifo, febre amarela foram alguns exemplos de enfermidades que assolavam os juiz-foranos em um momento de intenso crescimento da cidade.

Região de grande produção de café desde meados do século XIX, Juiz de Fora teve um notável desenvolvimento urbano patrocinado pelas plantações cafeeiras. Sua proximidade com grandes centros, como o Rio de Janeiro, garantiu a ela vivenciar o clima da modernidade sob as formas de mercadorias e informações que chegavam à Juiz de Fora através de rodovias e ferrovias.

Seu despontamento como região desenvolvida concedeu à Juiz de Fora uma série de denominações feitas por pessoas ilustres e literatos. Braga (2009) identificou alguns destes títulos: Atenas Mineira, Barcelona Mineira, Europa dos Pobres, Manchester Mineira, Nova Níveve, Princesa de Minas e Princesa do Paraíbuna². Identificamos também a seguinte designação: A Meca da Medicina Mineira (ALVES, 1982).

Juiz de Fora experimentava a modernidade já no final do século XIX, assim como outros grandes centros urbanos brasileiros. E, ao falarmos de modernidade, estamos nos referindo ao

conjunto de transformações estruturais e cotidianas decorrentes do desenvolvimento da era industrial. No período compreendido entre o fim do século XIX e o início do século XX, novas fontes de energia e novas tecnologias alteraram profundamente a vida do homem, mudando seu modo de produzir, comerciar, pensar, habitar, alimentar-se, divertir-se e conduzir as relações político-sociais. (JANOTTI, 1999, p. 79).

Para Mello, foram as ideias de progresso que caracterizaram a era moderna: “O ‘século da luz’, da velocidade, da ciência, das ‘ideias avançadas’” (MELLO, 2009, p. 28). No Brasil, a modernidade ganhou coro no levante da era republicana, o que fez a autora mencionar o termo “Proclamação da Modernidade”, pois, de acordo com a mesma, “em um contexto de desejo de futuro, como sinônimo simultâneo de democracia e ciência, *república* foi o nome brasileiro da modernidade” (MELLO, 2009, p. 31, grifo da autora).

² Termos usados respectivamente por Arthur Azevedo, Rui Barbosa, Sílvio Romero, Heitor Guimarães, Padre Júlio Maria, Jornal local *O Dia e O Pharol* (BRAGA, 2009).

A modernidade reconhecia a ciência enquanto especialidade autorizada a indicar as soluções para os males do mundo. Através de uma metodologia bem definida, clara e precisa, a ciência tinha a pretensão de explicar objetivamente a realidade sem deixar espaços para erros, enganos ou contradições típicos dos devaneios humanos. Nesse contexto, a ciência médica alcançou proeminência acolhendo a difícil missão de resolver os problemas de saúde da humanidade. Às palavras dos médicos, a atenção se voltou.

Em Juiz de Fora, um mês antes da instauração da república no Brasil, inaugurou-se a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (SMCJF) acompanhando suas congêneres internacionais e nacionais, como a Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro (SMCRJ), criada em 1886, e a Academia Nacional de Medicina, criada em 1829³.

A SMCJF foi objeto de pesquisa realizada por nós em trabalho anteriormente concluído⁴ no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Tal trabalho é vinculado a um grupo de pesquisa maior que tem por objetivo o estudo histórico das práticas corporais na cidade de Juiz de Fora, o Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Física e do Esporte (GEPHEFE).

À época, foram analisadas obras produzidas pelos doutores associados à SMCJF no período de 1889 a 1911, a partir das quais tentamos captar as representações sobre educação e, de uma forma mais particular, sobre educação física escolar.

Percebemos que o discurso médico produzido pelos agentes associados à SMCJF defendia a instituição escolar como lugar principal da tarefa de se educar para a saúde e, assim, garantir indivíduos capazes de alavancar o progresso pretendido. Os modelos de educação e de saúde ambicionados pela sociedade moderna puderam ser vislumbrados através das obras produzidas por essa associação.

O trabalho produzido no mestrado, no entanto, deixou lacunas sobre essa relação histórica entre educação e saúde na Juiz de Fora moderna. Sabemos que, no âmbito da SMCJF, muito se foi debatido sobre o ensino de novos comportamentos que deviam ser apreendidos pela população juiz-forana. Tal aprendizado comportamental visava à prevenção de doenças e à manutenção de um corpo saudável para a nova ordem social, política, econômica e cultural que estava sendo gestada. Nesta nova pesquisa, nosso objetivo é

³ No momento de sua criação, tal agremiação possuía a seguinte denominação: Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. Em 1935, mudou de nome para Academia Imperial de Medicina. O título de Academia Nacional de Medicina é usado a partir de 1889.

⁴ VARGAS, Renata Correa. **Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora: Escolarização e Educação Physica (1889-1911)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

averiguar a difusão desse discurso médico-higienista pela sociedade juiz-forana investigando o papel atribuído à educação escolar neste processo de construção de uma cidade moderna. Para tanto, optamos como fonte principal de pesquisa o jornal *O Pharol* por entendermos ser esse periódico material importante para nos aproximar do cotidiano da cidade.

A fim de mantermos uma correspondência com nossa pesquisa anterior, adotamos os seguintes marcos temporais:

- 1889: ano da inauguração da SMCJF e, por consequência, ano do início das publicações dos pensamentos dos doutores juiz-foranos de forma mais sistematizada.
- 1911: ano do término de nossos investimentos anteriores sobre as obras produzidas pelos doutores associados à SMCJF e que, na época, se deu com a publicação do livro *Cidade Salubre* do médico Eduardo de Menezes.

Visando ao alcance de nosso objetivo, procuramos responder às seguintes questões:

- Nesse processo de modernização da cidade de Juiz de Fora, qual o papel atribuído à educação pelo discurso médico-higienista que circulava pela cidade no período de 1889 a 1911?

- Qual o modelo de instituição escolar que estava sendo apresentado à sociedade juiz-forana no interior das propostas médico-higienistas entre os anos de 1889 a 1911?

Defendemos a ideia de que, entre os anos finais do século XIX e iniciais do século XX, a educação escolar assumiu papel importante no projeto de desenvolvimento de uma Juiz de Fora moderna e que, neste processo, o discurso médico-higienista foi fundamental propondo um modelo escolar capaz de contribuir com tal projeto.

Acreditamos que o estudo dos discursos médico-higienistas sobre a escola pode colaborar para um entendimento mais ampliado do processo formativo escolar no período republicano e, por isso, consideramo-lo importante para o incremento do conhecimento histórico sobre os temas educacionais na cidade de Juiz de Fora.

1.1 METODOLOGIA DE PESQUISA UTILIZADA

Entre os referenciais presentes no campo da História, adotamos, como balizador desta pesquisa, o referencial teórico-metodológico da História Cultural, que se integra dentro dos debates da Nova História.

Para a maioria das pesquisas tradicionais em História até o século XIX, a reconstrução do passado se limitava a narrar e a exaltar os grandes homens e acontecimentos de um país.

Acreditando no progresso e na evolução da sociedade, pretendiam, através de uma história linear, descrever a trajetória da humanidade na esperança de um futuro promissor.

Os indivíduos modernos, inspirados pelos ideais positivistas, buscavam a verdade histórica em seus trabalhos. Queriam provar acontecimentos históricos descrevendo-os segundo o que constava nas fontes escritas. O interesse da História estava pautado pelos fatos políticos notáveis. Tal História passava depressa enquadrada em datas.

No século XX, essas ideias de progresso e evolução começaram a ser questionadas e vistas com certa desconfiança. O predomínio da ética positivista, com seu consequente anseio de provar tudo cientificamente, passou a ser questionado.

Novas ideias vieram desestruturar todas as certezas de outrora. Fundamentadas numa ausência de verdade absoluta, as pesquisas históricas passaram por novas construções teóricas e outra mentalidade emergiu acerca do passado, principalmente depois de 1929 com os historiadores dos *Annales*.

Vários foram os historiadores que mergulharam a fundo nessas novas propostas. Marc Bloch e Lucien Febvre, na primeira metade do século XX; Braudel, Le Goff e Foucault, depois dos anos 50; dentre outros. Estes autores ousaram adotar outras perspectivas em suas pesquisas.

Segundo Burke (1992), a historiografia passou a se interessar por outros objetos e não só pela história política. A História dos grandes homens começou a dividir espaço com a história dos indivíduos comuns e os fatos políticos ganharam outros aliados como a história das mentalidades e a história cultural.

A revista criada em 1929 – *Annales d’histoire économique et sociale* – foi uma forte influência na divulgação dessa nova forma de se pensar/fazer a pesquisa histórica. Essa nova proposta, ainda hoje, convida o historiador a refletir sobre alguns pontos de seu ofício como, por exemplo, a objetividade, tanto do trabalho historiográfico quanto das fontes, e a concepção de documento histórico.

No que se refere à objetividade do trabalho historiográfico, discute-se a visão parcial de quem se propõe a pesquisar. Serão as concepções que o historiador tem do mundo que o farão optar por uma ou outra fonte qualificando-a em grau de importância e que o permitirão fazer as correlações dos fatos e interpretá-los. Neste sentido, várias Histórias serão possíveis, várias verdades. Em última instância, o conhecimento histórico será sempre uma interpretação e nunca algo neutro.

Entende-se que o conhecimento se produz à medida que o pesquisador, a partir de um campo também já produzido, “opera novos recortes, alocamentos e redistribuições de

documentos, definindo ações que visam estabelecer ‘suas fontes’ e criar a configuração de um espaço específico de investigação.” (MACHADO; OLIVEIRA; SOUZA; VEIGA, 2002, p. 24).

Já com relação à objetividade das fontes, os documentos, que no positivismo eram um meio de comprovar um fato, sofreram, no século XX, grandes questionamentos quanto às suas verdades. A crítica iniciada por Bloch e Febvre ganha voz nas obras de Le Goff que propõem que se analise um documento enquanto monumento. Em *Documento/Monumento*, Le Goff reflete sobre a não objetividade do documento, encarando-o como construção humana, construção que nunca é neutra, mas, sim, marcada pelos ideais, valores e perspectivas de quem a elaborou e pelas relações de poder que a transpassam. Enfim, documentos são sempre produções.

O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe documento-verdade. (LE GOFF, 1994, p. 548).

Certeau nos esclarece sobre esse processo de produção da pesquisa e das fontes refletindo acerca do escriturístico. Segundo ele, esse trabalho é composto por três elementos: 1º. A página em branco, lugar onde o sujeito vai elaborar seu discurso. Esse espaço oferece ao escritor o afastamento do mundo e de suas contradições, ali ele tem o poder de controlar o que vai ser falado e o que deve ser omitido, esquecido ou anulado; 2º. A construção do texto. Na página em branco o escritor vai organizando – recortando, mudando de lugar, recheando com seus argumentos, inserindo palavras... enfim, dando uma forma – seu texto, “noutras palavras, na página em branco, uma prática itinerante, progressiva e regulamentada – uma caminhada – compõe o artefato de um outro ‘mundo’, agora não recebido, mas fabricado”(CERTEAU, 2003, p. 225); 3º. Um jogo limitado. Embora a prática escriturística permita uma produção e um afastamento do mundo, o objetivo do escritor não é ludibriar o leitor criando uma realidade fantasiosa, pelo contrário, ele busca “remeter à realidade de que se distinguiu *em vista de muda-la*” (CERTEAU, 2003, p. 225, grifo do autor).

Considerando estes três elementos, entendemos que tanto nosso trabalho quanto nossas fontes possuem limites inerentes a eles. Por mais que as fontes pesquisadas nos remetam a um tempo, a um mundo, a um quadro ao qual possamos imaginar, precisamos ter a sutileza de perceber neste quadro o colorido próprio do autor que o pintou, as cores, os tons e os traços que mais o agradavam. Não obstante, ler nas entrelinhas e perceber a não neutralidade das fontes é um empreendimento sem uma vitória absoluta, na medida em que

também somos levados a ver somente o que nos agrada ou desagradar, algo sempre passa despercebido.

No que diz respeito à concepção de documento histórico, nas propostas da Nova História, há um desejo de se ampliar a noção de documento histórico para além dos textos oficiais. Todo sinal do passado auxiliará na construção da história – depoimentos orais, fotografias, esculturas, mobiliários, sons, jornais, diários, pinturas, filmes, correspondências, romances, autobiografias, literatura – sempre encarado como produção de uma determinada sociedade.

Torna-se imprescindível também que, em nossas análises, não confundamos um discurso com a prática. Um discurso pode influenciar um dado momento histórico inspirando algum tipo de prática, no entanto, distingue-se, pois não se trata da própria prática. Neste sentido, novamente é Certeau que nos adverte sobre formas de apropriação de modelos dominantes, que nunca ocorrem de forma passiva, mas reinventadas pelas *artes de fazer*. Certeau considera que, ao lado de uma produção racionalizada, existe outra produção qualificada de consumo. Esse consumo ativo e produtivo se caracteriza pelas maneiras de empregar tais ideias:

A presença e a circulação de uma representação (ensinada como o código da promoção sócio-econômica por pregadores, por educadores ou por vulgarizadores) não indicam de modo algum o que ela é para seus usuários. É ainda necessário analisar a sua manipulação pelos praticantes que não a fabricam. Só então é que se pode apreciar a diferença ou a semelhança entre a produção da imagem e a produção secundária que se esconde nos processos de utilização. (CERTEAU, 2003, p. 222).

Embebidos por esses referenciais e norteados por nossos questionamentos, elegemos o jornal *O Pharol* como fonte principal de análise, embora o periódico não atue com fonte exclusiva. Ele dialoga com *Boletins* da SMCJF, com *Revistas Médicas de Minas*, com correspondências da SMCJF e de professoras dos Grupos Escolares de Juiz de Fora, com livros de médicos e de outros intelectuais publicados à época, com decretos e também com outros jornais da cidade e do país.

A opção por utilizarmos um impresso não pedagógico como fonte para a história da educação só foi possível graças à citada ampliação do conceito de documento histórico advinda com a renovação historiográfica. Chegamos até ao *O Pharol* guiados pelas questões que esta pesquisa pretende responder. De acordo com Saviani,

objetos só adquirem o estatuto de fonte diante do historiador que, ao formular o seu problema de pesquisa delimitará aqueles elementos a partir dos quais serão buscadas as respostas às questões levantadas. Em

consequência, aqueles objetos em que real ou potencialmente estariam inscritas as respostas buscadas erigir-se-ão em fontes a partir das quais o conhecimento histórico referido poderá ser produzido. (SAVIANI, 2006, p.30).

Para trabalharmos com o jornal como fonte e dele podermos extrair contribuições para a escrita da história, foi necessário que fiquemos atentos a certos elementos. Rodrigues, apesar de fazer referência especificamente à imprensa pedagógica, menciona a importância de nos atentarmos para quem edita e publica o jornal porque muitas das informações ali veiculadas são do interesse deste grupo de pessoas:

A Imprensa Pedagógica não divulga as informações de forma imparcial, neutra, ao contrário, divulga aspirações, concepções políticas, ideológicas, apresenta necessidades e objetivos específicos do grupo que propõem sua editoração, publicação. (RODRIGUES, 2010, p. 314).

O olhar atento do pesquisador para com os jornais deve questionar as intenções de quem os produziu e as do grupo social que ele representa. O historiógrafo deve substituir a recepção passiva pela contínua inquietude indagativa. Suspeitar da exposição e omissão dos fatos, verificar para qual público o jornal é produzido e quais os discursos que ganham mais espaço neste meio.

Olhá-lo com precaução, todavia, não implica necessariamente tomá-lo como espaço maniqueísta de imposição de valores de um único grupo aos demais. “É preciso questionar, inclusive, a ideia de que os jornais são unicamente veículos ideológicos cuja função seja apenas o ‘mascaramento’ da realidade.” (CAMPOS, 2012, p. 63).

Desta forma, em nossas análises de *O Pharol*, tentamos observar quem assinava os artigos – embora muitos não estivessem identificados – e quem editava o jornal.

Assim, é embarcando nessa nova possibilidade que tentamos realizar esta pesquisa.

1.2 O PHAROL E SUA IMPORTÂNCIA PARA JUIZ DE FORA

Ao historiar o uso do jornal, Ribeiro, Silva e Silva (2014) nos relatam que, no Brasil, a imprensa chegou juntamente com a Família Real Portuguesa, em 1808. Naquele momento, ela era utilizada para publicação do jornal do Estado, a *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Landim (2013), citando um artigo publicado pela Associação Nacional de Jornais (sem data), assinala que a imprensa brasileira tem duas datas como marcos fundadores. Uma delas em 10 de setembro de 1808 com a publicação da *Gazeta do Rio de Janeiro* e a outra, um tanto

controversa segundo o próprio artigo citado, em 1º de junho de 1808 com a publicação do *Correio Braziliense* em Londres. Características como data, local de circulação e editores fazem desta última um ponto polêmico entre os historiadores.

Ainda de acordo com o autor, até a Independência do Brasil, em 1822, circularam em nosso solo poucas publicações e de má qualidade. Isso ocorreu devido à “Censura Prévia e à orientação de que as informações administrativas fossem prioritárias” (LANDIM, 2013, p. 1).

Landim faz uma ordenação do aparecimento de jornais no Brasil. De acordo com ele,

Minas Gerais foi a sexta província a possuir periódicos. Em segundo lugar, levando-se em conta a criação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, ficou a Bahia, onde, em 14 de maio de 1811, começou a circular a *Idade d’Ouro do Brazil*. Depois, em 21 de março de 1821, em Pernambuco, surgiu a *Aurora Pernambucana*. A quarta a ter jornais foi a província do Maranhão, que, em 10 de novembro de 1821, ganhou *O Conciliador do Maranhão* (que já circulava manuscrito desde 15 de abril). Depois, no Pará, em março de 1822, surgiu *O Paraense*. Em Minas, só em 13 de outubro de 1823 (um ano e meio depois do Pará) nasceu, em Ouro Preto, o primeiro jornal: *o Compilador Mineiro*. Até o final de 1822, já tinham sido criados mais de cinco dezenas de periódicos no Brasil, mas ainda faltavam dez meses para a primeira publicação mineira. (LANDIM, 2013, p. 2).

Fazendo uma comparação com as demais colônias na América, Landim pontua o atraso brasileiro no aparecimento da imprensa. Países como México, Peru e Bolívia tiveram suas primeiras tipografias em 1533, 1577 e 1612, respectivamente. Já os primeiros jornais que começaram a circular na América datam de 1722, no México; 1729, na Guatemala; e 1743, no Peru. Todos ainda em período anterior a 1808, momento em que a *Gazeta do Rio de Janeiro* iniciava suas atividades.

Os primeiros jornais publicados na cidade de Juiz de Fora datam a partir dos anos 70 do século XIX. Musse indica que:

Até então, segundo Albino Esteves (1915), eram poucos os assinantes de jornais da Corte e de Ouro Preto, que chegavam aqui através dos lombos de burros, de oito em oito dias. Paulino de Oliveira (1966, p. 179), no seu livro *História de Juiz de Fora*, defende a ideia de que os pequenos jornais que circularam inicialmente na cidade, provavelmente não eram impressos em Juiz de Fora, porque, segundo ele, ‘não há a menor referência sobre a existência aí de oficina tipográfica antes de 1870’. (MUSSE, 2007, p. 2).

O primeiro jornal juiz-forano, provavelmente, foi *O Constituinte*, que teria circulado na cidade no primeiro semestre de 1870. Depois disso, “sucederam mais de cem publicações, dentre jornais, almanaques e revistas, até o ano de 1900” (MUSSE, 2007, p. 3).

Entre os jornais, tiveram aqueles com edição única e outros que circularam por mais de anos. Alguns desses jornais estavam ligados a partidos políticos, outros eram essencialmente humorísticos e ainda havia os que eram literários. Neste período de trinta anos, “a cidade chegou a contar com dez publicações diárias e muitas semanais” (MUSSE, 2007, p. 3).

A autora nos comunica que, até o ano de 1930, todos dos jornais que circulavam em Juiz de Fora possuíam o máximo de quatro páginas, salvo as edições especiais, e que perduravam através de um modelo mais familiar, pois trabalhar na imprensa não era nada lucrativo, os colaboradores nada ganhavam e quase todas as matérias eram publicadas de graça. As únicas exceções eram as publicações de mensagens presidenciais – do presidente da república e do presidente do estado – que geravam certo lucro ao jornal. Quando havia contrato com o município, embora se vislumbrasse algum dinheiro, o jornal era obrigado a publicar expediente diário, leis, decretos, portarias e prestações de contas.

O Pharol passou a circular na cidade de Juiz de Fora em abril de 1871⁵ (MUSSE, 2007), entretanto, ele fora fundado na cidade de Paraíba do Sul (RJ) por Thomaz Cameron, em 11 de setembro de 1866. Em 1873, já em terras juiz-foranas, o jornal passou a ser de propriedade de Leopoldo Augusto de Miranda e, em 1875, de um dos principais redatores do jornal, o liberal Georges Charles Dupin. Este último, além de ter sido o responsável pela introdução do vapor com força motriz para máquinas de impressão em Minas, foi um entusiasta do progresso ao apoiar causas como a abolição da escravatura. Em dezembro de 1885, o redator Lindolpho de Assis assume o jornal e lhe dá uma direção mais conservadora. Este permanece até dezembro de 1888 quando, novamente, o jornal fica de posse de outro redator, José de A. Braga. Em 1891, uma sociedade anônima organizada por Antônio Ferreira Lage⁶ compra *O Pharol* tornando-o “defensor da monarquia” (GOODWIN JUNIOR, 1997, p.196). A partir deste momento ocorre uma quebra da aliança entre o jornal e a elite política na cidade. De 1895 a 1896, o jornal teve como donos os também monarquistas Diogo Luiz Almeida Pereira de Vasconcelos e Bernardo José de Paula Aroeira. Esses passaram a “defender abertamente, a partir de 1895, a restauração da monarquia” (OLIVEIRA, 1981, p.

⁵ Alguns historiadores, como Mendes (2016), indicam que no ano de 1870 a sede de *O Pharol* já era em Juiz de Fora. A informação de 1871 é indicada por Musse, mas também a encontramos em uma publicação de aniversário do jornal na qual lemos: “foi transferido para esta cidade, cremos que em 1871. Pelo menos, figura na secretaria da Camara Municipal um termo de responsabilidade assignado por Thomaz Cameron em [ilegível] de abril de 1871.” (O PHAROL, 11 de setembro 1909, p. 1).

⁶ Jornalista, advogado e fotógrafo, Antônio Ferreira Lage foi filho de Mariano Procópio Ferreira Lage e fundador do Museu Mariano Procópio (BASTOS, 1991).

17) e “por este motivo sua publicação [de *O Pharol*] fica suspensa entre outubro de 1896 e abril de 1897” (MOREIRA, 2012, p. 76). De 1897 a 1898, o jornal ficou na posse de Francisco Bernardino Rodrigues Silva “que declara, reiteradas vezes, que o jornal segue uma orientação política republicana e conservadora” (MOREIRA, 2012, p. 77). De 1899 a 1903, ficou nas mãos de Antônio Bernardino Monteiro de Barros. José Cesário Alvim, republicano, comandou o jornal de 1903 a 1904. Logo em seguida o jornal passou para Cristóvão de Freitas Malta, membro da SMCJF, de 1904 a 1907; depois para J. Canuto de Figueiredo, de 1907 a 1909; e para João Evangelista da Silva Gomes, a partir desta data.

De acordo com Musse, *O Pharol* “foi o mais importante periódico deste período, sendo, até hoje, uma fonte indispensável de pesquisa para aqueles que desejam reconstituir esta fase da história.” (MUSSE, 2007, p. 4).

Mendes concorda com esta posição: “Em 1885, Juiz de Fora se consolidava como o grande centro da imprensa mineira. Neste ano começava a circular como diário o melhor jornal das Gerais do século XIX, o *Pharol*.” (MENDES, 2016, p. 6).

Esta informação ainda é ratificada por Goodwin Junior ao dizer que

Ao final da segunda metade do século XIX, diversos jornais foram publicados em Juiz de Fora. O principal entre estes foi sem dúvida o jornal *Pharol*, uma das "folhas de tradição nas comunidades em que são publicadas, de larga aceitação pela 'boa sociedade' local e de forte penetração junto às elites agrárias", como diz Hebe Maria Mattos de Castro. Durante décadas, este jornal tornou-se ponto de referência obrigatório para qualquer pessoa ou instituição. Anúncios comerciais, questões políticas, sociais ou científicas, notícias de diferentes partes do mundo: tudo isto e muito mais encontrava-se nas páginas do *Pharol*. (GOODWIN JUNIOR, 1997, p. 196) .

Goodwin Junior relata que, apesar de outros jornais terem sido publicados na cidade de Juiz de Fora no final do século XIX, nenhum deles

(...) exerceu tamanha influência sobre a mentalidade dos habitantes juizforanos, especialmente sobre os membros de sua elite, como o *Pharol*. Durante anos foi o órgão oficial de publicação das atas das sessões da Câmara Municipal de Juiz de Fora, através de contrato firmado entre a Municipalidade e George Charles Dupin. (GOODWIN JUNIOR, 1997, p. 197).

O Pharol, durante décadas, utilizou sua favorecida posição para transmitir aos juizforanos o “entusiasmo pelo progresso e a modernização.” (GOODWIN JUNIOR, 1997, p. 217).

Além de bem aceito pela elite, *O Pharol* também abria espaço para “pessoas tidas como simples, para reclamarem ou exporem opiniões.” (GOODWIN JUNIOR, 1997, p. 197).

O dia a dia da cidade era registrado em suas páginas:

(...) os animais soltos e os buracos nas ruas, os assaltos, os bandos armados, o despreparo da pequena força policial, o não cumprimento das Posturas Municipais, a ausência de fiscalização sanitária, as doenças, os invernos rigorosos, os verões escaldantes, a poeira no tempo seco, a lama na época das chuvas, as festas, o Entrudo, a iluminação da cidade, ou sua ausência. Editoriais contra menores nas ruas, prostitutas, abuso de autoridade policial. Reclamações sobre o comportamento dos habitantes da cidade, como os gritos noturnos, as brigas nas ruas. As vantagens e os problemas resultantes do progresso e da urbanização estão registrados em todas as edições do *Pharol*. (GOODWIN JUNIOR, 1997, p. 213)

O Pharol teve uma longa existência sendo publicado até o ano de 1939. Até 1874, ele era semanal. De 1874 a 1882, ele circulou bissemanalmente. De 1882 a 1884, suas edições eram trissemanais. Ele passou a ser diário a partir de 1885.

Depois de sua transformação em diário, “o fato mais marcante na história do jornal nesta década de 1880 é a chegada da iluminação elétrica à redação e à oficina, fato ocorrido em 09/04/1890.” (MOREIRA, 2012, p. 77).

Durante o período temporal abordado neste trabalho – 1889 a 1911 – o jornal contava com publicações diárias de 4 páginas, salvo algumas exceções comemorativas⁷ que podiam chegar a 6, 12, 14, 20 laudas.

Com relação à quantidade de colunas em cada página, de 1889 a 1896, o jornal contava com 6 colunas; em 1897, passou para 8 colunas; de 1889 a 1902, voltou a ter 6 colunas; de 1903 a 1909, retornou com as 8 colunas; e, de 1910 a 1911, ele possuía 7 colunas.

Quanto aos assuntos publicados, não havia uma padronização rígida. Assim como nos sugerem Yazbeck e Silva, “os jornais, na época, em sua maioria, não possuíam forma de organização equivalente à dos padrões atuais. Os temas por vezes eram tratados sem um título próprio, ou mesmo uma seção específica para cada assunto” (YAZBECK; SILVA, 2007, p. 148). Notamos isso em *O Pharol*. Não existia uma separação temática, os artigos eram postos um após o outro sem que houvesse qualquer relação entre eles. As únicas seções que foram uma constante ao longo destes 23 anos pesquisados são: *Telegrammas*, nos quais continham informações vindas do Rio de Janeiro sobre temas nacionais e internacionais variados; *Editaes*, que abrangiam comunicações de juízes da comarca de Juiz de Fora; *Folhetim*, com

⁷ Em datas de aniversário de *O Pharol* – 11 de setembro – e início de anos – 1 de janeiro – foram algumas das ocasiões que mais observamos o aumento do número de páginas.

histórias literárias, e *Annuncios* que, por vezes, chegavam a ocupar metade do número de laudas do jornal.

Interessante mencionar que muitos artigos eram fragmentados ao longo de algumas edições do jornal. Para Mizuta (2009), esta pulverização de um artigo em diferentes números do jornal é um recurso didático usado para prender a atenção do leitor. Deixar o leitor interessado em adquirir a próxima edição pode ser uma interpretação cabível. No entanto, pensamos também que a publicação de artigos muito grandes podia, possivelmente, acarretar perda de espaço para outros assuntos e, desta forma, a fragmentação era ser uma solução aceitável.

O Pharol encontra-se disponível na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional Digital e no Arquivo Municipal de Juiz de Fora.

Conforme mencionamos, embora *O Pharol* seja nossa fonte principal de análise, utilizamos também outros documentos históricos disponíveis em diferentes arquivos, são eles: os *Boletins* da SMCJF, as *Revistas Médicas de Minas*, as correspondências da SMCJF e os livros escritos por médicos, todos disponíveis no Acervo da SMCJF e no Arquivo Histórico da UFJF; as *Obras Completas de Rui Barbosa* estão disponíveis na Fundação Casa de Rui Barbosa; a correspondência de professoras do Grupo Escolar de Juiz de Fora se encontra no Acervo dos Grupos Escolares de Juiz de Fora; os decretos de 1906 e 1907 estão disponíveis no Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina; e os jornais *O Paiz* (Rio de Janeiro) e *A Federação* (Porto Alegre) se encontram disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira.

Nossa tese está estruturada em cinco capítulos, sendo que o primeiro é o capítulo no qual demarcamos o conhecimento, o local e a época e os demais capítulos são aqueles onde apresentamos nossas análises dos dados.

No capítulo 1, *a ciência médica no Brasil e em Juiz de Fora*, tentamos oferecer ao leitor um panorama de como o saber médico foi se legitimando em solo brasileiro e de que maneira passou a abordar a educação escolar como tema. Neste capítulo também procuramos nos aproximar da Juiz de Fora do século XIX, dando um enfoque maior a organização do saber médico na cidade. Para tal, nos apoiamos nos estudos de José Gonçalves Gondra (2003, 2004) e Jaime Larry Benchimol (1992), na primeira parte do capítulo, e em Maraliz de Castro Vieira Christo (1994), Vanda Arantes do Vale (1996), James William Goodwin Júnior (1997), Dalva Carolina (Lola) de Menezes Yazbeck (no prelo e 2007), Christina Ferraz Musse (2007), Vanessa Lana (2005, 2006) e Renata Correa Vargas (2008), na segunda parte do texto. Neste capítulo também utilizamos diversos documentos históricos da SMCJF.

No capítulo 2, *os espaços escolares*, é onde tratamos de nossa primeira categoria de análise. Nele trabalhamos com o tema espaço e higiene. Para melhor apreendermos a abrangência desta categoria, a dividimos em 3 subcategorias que surgiram a partir dos dados coletados em nossa fonte, a saber: *localização do prédio escolar*, *arquitetura do prédio escolar* e *mobiliário escolar*. A 2ª subcategoria precisou ainda ser dividida em alguns assuntos: *escolas ao ar livre*, *sistemas de ventilação/aeração*, *tamanho das salas de aula* e *iluminação das salas de aula*. Ao final desta subcategoria, apresentamos o caso da Escola Normal de Juiz de Fora. Intelectuais como Agustín Escolano (2001), Antonio Viñao Frago (193/94, 1995, 2001), Luciano Mendes de Faria Filho (1998), Heloísa Helena Pimenta Rocha (2008), José Gonçalves Gondra (2008), Sidney Chalhoub (1996) e Marcus Levy Bencostta (2001, 2011, 2013) balizaram nossas análises.

O capítulo 3, *os tempos escolares*, traz as discursões acerca dos horários dos primeiros Grupos Escolares da cidade e a divisão temporal das atividades teóricas e práticas dos alunos dentro das escolas. Para apresentarmos os dados gerados com relação a esta categoria, dividimos o capítulo em 2 tópicos: *tempo escolar X tempo social* e *tempo institucional*. A relação tempo e higiene foi onde nos concentramos. Alguns autores nos auxiliaram na interpretação das informações como Luciano Mendes de Faria Filho (2000, 2007), Diana Gonçalves Vidal (2000), Irlen Antonio Gonçalves (2007), Rosa Fátima de Souza (1999), Heloísa Helena Pimenta Rocha (2005), Marcus Aurélio Taborda de Oliveira (2007) e Cláudia da Mota Darós Parente (2010).

O 4º capítulo, *os saberes escolares*, versa sobre os conteúdos que a escola republicana precisava ensinar aos alunos bem como a metodologia que devia ser empregada. Novamente olhamos para este saber a partir dos pressupostos higienistas. O capítulo apresenta 2 partes: *metodologia: o método intuitivo e conteúdos*. Nesta última, discorreremos sobre algumas áreas de saber que a fonte nos trouxe: *educação sanitária*, *língua portuguesa e demais idiomas*, *matemática*, *história* e *ciências*. A fim de conseguirmos interpretar esta variedade de conteúdos, utilizamos obras de autores de áreas específicas: Vera Teresa Valdemarin (2000, 2001), Ana Maria de Oliveira Galvão (2005, 2012), Marcílio Souza Júnior (2005), Rosa Fátima de Souza (2000), Beatriz Aparecida Zanatta (2005), Maria Helena Camara Bastos (2013), Marcus Aurélio Taborda de Oliveira (2019), Heloísa Helena Pimenta Rocha (2005), Jean Luiz Neves Abreu (2012), Liliana Müller Larocca (2010), Vera Regina Beltrão Marques (2010), José Gonçalves Gondra (2003) e Flávia dos Santos Soares (2019).

Nosso 5º e último capítulo, *educação física*, discorre sobre as práticas de educação dos corpos e sua relação com a higiene. A primeira parte do capítulo é reservada para

apresentarmos como o corpo era visto dentro de algumas civilizações e, em solo brasileiro, como ele passou de desprezível a importante dentro da história da educação formal. Tratamos também da relação entre educação física com a educação intelectual e moral. Nossa fonte nos propiciou um número elevado de dados, o que criou a necessidade de dividirmos esta categoria em 4 subcategorias: *exame dos corpos escolares*, *exercícios físicos*, *alimentação e caligrafia*. Na primeira subcategoria, ainda foi necessária a seguinte divisão: *inspeção médica escolar*; *problemas nos olhos, nos ouvidos e na boca*; *tuberculosos*; *difteria e vegetações adenoides*. Para a escrita deste capítulo, nos valem das pesquisas dos seguintes estudiosos: Georges Vigarello (2003), Carmen Lúcia Soares (1994), Ana Márcia Silva (1996), José Gonçalves Gondra (2004, 2003, 2014), Irma Rizzini (2014), Tarcísio Mauro Vago (2002, 1999), Heloísa Helena Pimenta Rocha (2015), Juçara Luzia Leite (2015), Margarete Farias de Moraes (2015), Edivaldo Góis Junior (2000, 2008), Hugo Rodolfo Lovisolo (2008) e Luciano Mendes de Faria Filho (1998).

2 A CIÊNCIA MÉDICA NO BRASIL E EM JUIZ DE FORA

Separar a verdade das phantasias e embustes, é tarefa não pouco melindrosa, e sujeita ao domínio da medicina com os elementos scientificos que possui. (MENEZES, 1889, p. 5).

Foi com a criação dos primeiros cursos de cirurgia e anatomia em Salvador e no Rio de Janeiro, ambos em 1808, que o discurso científico sobre a saúde-doença começou a ganhar prestígio social em solo brasileiro. A partir daí, houve a busca por se especificar as figuras dos profissionais e das práticas que seriam legítimas à verdadeira ciência do curar (GONDRA, 2004).

Até essa data, aquilo que se entendia por medicina era um conjunto diversificado de práticas voltado para os cuidados com a saúde e a cura das doenças e realizado segundo costumes diferentes. Físicos e barbeiros profissionais – os médicos propriamente ditos – vindos da Europa atuavam nesse terreno com suas técnicas de sangrar, cortar, serrar, lancetar. Os deuses e orixás eram entoados diante dos males no interior das senzalas. Os pajés, com seus rituais e conhecimentos da flora local, curavam milagrosamente os índios.

Gondra (2004) nos adverte, contudo, que o ano de 1808 não foi propriamente o início de um novo momento com outras práticas e costumes, como se fosse possível eliminar 300 anos de métodos variados de uma só vez. O que aconteceu, a partir daquele ano, foi o desejo de se especializar o campo da medicina e isso se deu com uma paulatina desqualificação daquelas crenças tradicionais que não eram comprovadas cientificamente.

Lana escreveu sobre esse convívio entre práticas vindas da tradição colonial e o discurso médico científico em Minas Gerais no século XIX. Segundo a autora, apesar dessas técnicas obedecerem a concepções de doença e cura diferentes, elas estabeleceram relações intrínsecas entre si podendo “identificar práticas de cura populares com elementos do mundo acadêmico, assim como observar no exercício do mundo acadêmico referências e absorções dos métodos da cultura popular” (LANA, 2006, p. 22). É possível, no entanto, identificar também um movimento de definição de espaços, principalmente com relação aos médicos que procuravam se sobrepor à medicina popular limitando o campo de atuação desta.

A fim de entendermos esse movimento de depreciação das atividades desenvolvidas na colônia para a defesa de novas práticas, precisaremos voltar nossos olhares para o contexto da época com o intuito de percebermos o que estava acontecendo no Brasil e, de forma mais aprofundada, em Juiz de Fora que favoreceu tal movimento.

2.1 O BRASIL NO SÉCULO XIX E A INTERVENÇÃO SOCIAL DA MEDICINA

As mudanças que ocorreram no Brasil durante o século XIX se iniciaram, particularmente, com a chegada da Família Real ao nosso país em 1808. Até esse momento, o Brasil era um país essencialmente agrário, tendo sua economia baseada nas plantações e com sua elite residindo no campo.

Com a vinda da Corte Portuguesa – 15.000 pessoas aproximadamente – para o Brasil, teve início um movimento de europeização do nosso país: pretendia-se fazer das terras brasileiras um reflexo da Europa. Deste modo, hábitos, costumes e, até mesmo, o espaço deveriam ser modificados.

Um país que até aquele momento possuía uma vida no campo passou a deslocar o centro das atenções para a cidade. Nessa época, podemos notar a abertura de bancos, o aparecimento de transporte urbano, estradas de ferro, imprensa, biblioteca, teatro, jardim botânico, a criação das primeiras fábricas e recintos comerciais e a organização dos primeiros cursos superiores (GONDRA, 2004).

Com a nova forma de viver trazida pelos portugueses, vieram também as ideias que fervilhavam no continente europeu e na América do Norte, mais especificamente, na França e EUA: o Iluminismo. Esse se caracterizava, dentre outras coisas, pela exaltação à ciência e a tudo aquilo que pudesse ser provado cientificamente. Havia a esperança de que as pesquisas científicas decifrassem o mundo e, em decorrência, solucionassem os problemas da humanidade. Como chegou a dizer o francês Finot citado por Monteiro:

Não desesperemos, sobretudo, da felicidade individual e colectiva. O universo torna-se mais tenro; suas forças mysteriosas tornam-se escravas do homem que as compreende melhor e melhor as utiliza.
O infinito, submettido a leis rigorosas, parece ser mais benevolo, em todo caso, menos ameaçador (FINOT, s/d, apud MONTEIRO, 1908, p. 38).

A crença no conserto do mundo pela ciência ganhou adeptos na classe dirigente do Brasil. Já ansiando a modernização do país, tudo aquilo que fosse impedimento a essa investida – tal como as doenças – devia ser eliminado através dos recursos sugeridos pela ciência. Nessa época, o Brasil era frequentemente assolado por epidemias de varíola, cólera, febre amarela e tifo.

Assim sendo, a abertura de escolas superiores e até mesmo a criação do Jardim Botânico vieram ao encontro da crença de que era possível produzir um conhecimento

científico que pudesse eliminar doenças e epidemias. Não um conhecimento tal qual estava posto e praticado, mas um novo conhecimento advindo da Razão. Como Dr. Menezes escreveu em seu livro: “É à medicina, diz Descartes, que precisamos pedir a solução dos problemas que interessam à grandeza e à felicidade da humanidade.” (MENEZES, 1911, p. 10).

Analisando o movimento médico no século XIX no município do Rio de Janeiro, José Gondra (2004) afirma que tanto a criação das Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ) e Academia Imperial de Medicina (AIM) quanto a produção escrita dos médicos – teses, livros, jornais, periódicos, literaturas etc – concorreram para o combate ao charlatanismo e ao ocultismo e objetivaram a unidade do pensamento e das práticas médicas.

De acordo com Gondra, a criação dos cursos de medicina contribuiu para a profissionalização dos médicos, ou seja, para distinguir aqueles que tinham o direito de curar, assim como para destacar as práticas legitimadas pela ciência médica:

(...) a escola integra um complexo projeto desenvolvido pela corporação médica para obter e manter o controle exclusivo sobre os processos de formação, seleção, organização e fixação da medicina, isto é, para garantir o monopólio da “arte de curar” (GONDRA, 2004, p. 65).

Gondra ainda afirma que antes da criação das Faculdades de Medicina no Rio de Janeiro e na Bahia, em 1832, um conjunto de medidas foi tomado com a finalidade de cercar as figuras do médico – ou cirurgião – formado e de suas práticas. Dentre essas medidas, estiveram a criação da Escola de Cirurgia, no Hospital Real na Bahia em 18 de fevereiro de 1808, e da Escola de Anatomia, Medicina e Cirurgia, no Hospital Militar no Rio de Janeiro em 5 de novembro de 1808. Outra medida tomada foi o disciplinamento da emissão de cartas de licença de cirurgião e de cirurgião formado que, a partir de 9 de setembro de 1826, só puderam ser expedidas pelos diretores ou lentes para os formados nas escolas de cirurgia do RJ e da BA, e não mais expedidas pelo físico-mor como até então também acontecia. Só aqueles de posse dessa carta de licença podiam legalmente exercer a arte de curar e isso, por consequência, proibia os charlatães – como eram chamados os ativistas – de exercerem essas funções, pois sem o título de “doutor em medicina, farmacêutico e parteira”, não podiam “curar, ter botica ou partejar” (GONDRA, 2004, p. 66).

Já a produção escrita foi importante na delimitação das práticas que fossem, de fato, de ordem médico-científica e na construção da figura do médico perante a sociedade. O empoderamento científico se localizava naquilo que era escrito:

De modos mais diversos, defini-se portanto pela oralidade (ou como oralidade) aquilo de que uma prática “legítima” – científica, política, escolar etc. – deve distinguir-se. “Oral” é aquilo que não contribui para o progresso; e reciprocamente, “escriturístico” aquilo que se aparta do mundo mágico das vozes e da tradição. (CERTEAU, 2003, p. 224).

Para Certeau (2003), a modernidade distingue, separa e dá um valor maior às ideias trabalhadas no papel em comparação das transmitidas oralmente. Escrever é agora o que distingue uma prática séria, um trabalho sério daquilo que é mito, que é mágico e que se constitui pelo oral. O que é escrito demarca o que é ciência.

Percebemos, assim, que as práticas médicas começaram a se legitimar pelo que era escrito, por aquilo que os doutores produziam. Isso contribuía para uma valorização de seus atos em contraposição às atividades realizadas até aquele momento e que eram transmitidas pela tradição oral.

Outro ponto que merece destaque foi a gradativa ampliação do campo médico. A medicina foi aos poucos transferindo seu foco de atuação, outrora centrado no indivíduo, à sociedade. Não bastava somente curar os enfermos, mas ditar normas, distribuir conselhos e se infiltrar na vida social, moralizando os indivíduos. Seus conhecimentos transbordaram os limites do corpo físico das pessoas e à medicina coube apontar o caminho certo para a sociedade trilhar. Não só o corpo era objeto da medicina, mas também as relações humanas.

Assim, o saber médico, ao longo do século XIX, foi se tornando complexo e diversificado, ramificando-se em linhas de atuação ou especialização. A higiene foi uma dessas linhas juntamente com a criminologia, medicina legal, saúde e psicologia. Foi principalmente pela linha da higiene que se deu o debate sobre a educação.

De acordo com Gondra, esta diversificação das práticas médicas ocorreu em resposta aos problemas sociais postos no momento e que exigiam uma intervenção. Na visão dos médicos, o Rio de Janeiro, por exemplo, possuía no século XIX uma série de problemas que ia desde questões estruturais até doenças e vícios morais. Os próprios médicos reivindicaram a tarefa de “ordenar o espaço, de civilizar os homens e de regenerar a cidade” (GONDRA, 2004, p. 101). A solução para o Rio de Janeiro viria da racionalidade médica, do discurso científico dos médicos sobre a cidade.

A fim de legitimar sua intervenção na cidade, os médicos produziram uma imagem desta que justificasse suas práticas. Assim, apontavam uma série de problemas que devia, sob a luz da ciência, ser solucionada. Para Benchimol, que estudou a cidade do Rio de Janeiro no período das grandes obras de reestruturação, a medicina, nessa época, “observa, inventaria e

analisa o espaço em busca da preventiva localização do perigo para a saúde de seus habitantes” (BENCHIMOL, 1992, p. 115).

Os doutores juiz-foranos não se abdicaram de tal prática e também elaboraram um discurso sobre a cidade.

2.2 JUIZ DE FORA NA BELLE-ÉPOQUE E A INTERVENÇÃO SOCIAL DA MEDICINA

“Sebastiana remexe lá dentro um colherão de pau, gira, gira, Sebastiana diz que tem uma vontade doida de ir a Minas Gerais, mamãe diz mas Sebastiana você mora em Minas Gerais, ué gente, eu pensava que morasse em Juiz de Fora...” (MENDES, 1968, p. 20).

Sebastiana, ama de leite do poeta Murilo Mendes, nos dá uma pista da maneira como Juiz de Fora era vista em Minas, meio desassociada, por assim dizer, do resto do Estado. Isso se deu devido à formação histórica da cidade.

Final dos oitocentos, início do século XX. Recém-adquirido o status de cidade (CHRISTO, 1994), Juiz de Fora já se destacava das demais cidades mineiras. Vista como o maior centro cultural e econômico do Estado, ela possuía particularidades que, de certa forma, a diferenciavam das demais cidades de Minas, inclusive Belo Horizonte e Ouro Preto.

Localizada na Zona da Mata Mineira, Juiz de Fora teve sua história construída de uma forma muito peculiar e diferente dos outros municípios mineiros. Aberta pela picada de Garcia Rodrigues Paes, em fins do século XVIII, com o objetivo de fazer ligação entre a Borda do Campo e o Rio de Janeiro, ficou conhecida primeiramente como Caminho Novo. Após 1805, com o declínio da mineração, iniciou-se nesta região da Zona da Mata a concessão de Sesmarias a famílias tradicionais do Império. Uma destas povoações ficou conhecida como Santo Antônio do Paraibuna, que mais tarde deu lugar a cidade de Juiz de Fora. De acordo com a historiadora Vanda Arantes do Vale (1996), as Cartas de Sesmarias da região identificam como beneficiárias pessoas oriundas de São João Del Rei, Sabará, Caeté, Santa Bárbara e outras localidades mineradoras. Os proprietários de Sesmarias que vieram para o Caminho Novo começaram a investir em plantações de café, produto que houvera chegado à região vindo do Vale do Paraíba.

O Caminho Novo passou, em 1836, por um processo de retificação através da construção de uma estrada que ligou Vila Rica a Paraibuna. O engenheiro Henrique

Guilherme Fernando Halfeld⁸ foi o responsável pela obra. A nova configuração da região, acoplada a uma expansão da economia cafeeira, fizeram com que surgisse uma concentração populacional ao longo da estrada traçada e que, por sua rápida expansão, gerou necessidade de investimentos em urbanização e saneamento. Tal crescimento fez com que Santo Antônio do Paraibuna fosse elevado à vila em 1850 e ao *status* de cidade seis anos depois. Em 1890, a cidade tinha “15.000 habitantes urbanos em um total de 74.136.” (OLIVEIRA, 2005, p. 5).

Pluralidade étnica e religiosa fez parte deste lugar. Além de portugueses e africanos, houve ainda a presença de alemães, italianos e sírio-libaneses. A leva de imigrantes vinda para a região foi fundamental para o desenvolvimento de lavouras de café servindo como mão-de-obra. Com relação à religiosidade, enquanto o restante do Estado era essencialmente católico, em Juiz de Fora, o catolicismo dividia espaço com o espiritismo e o metodismo.

Juiz de Fora adquiriu uma trajetória de vida mais próxima dos costumes do Rio de Janeiro do que da mineiridade do interior do Estado. Enquanto Minas se alegrava em festas religiosas, os juiz-foranos, para além dessas festas, já iam a circos, cervejarias, teatros, saraus, assim como os cariocas faziam. Segundo Musse:

Uma cidade de Juiz de Fora, que era próxima à antiga “Côrte”, em oposição ao “sertão afóra”, onde ficava a velha capital Vila Rica, e que, no início do século XX, se mostrava moderna, febril e “ máscula” simbolizava, segundo Albino Esteves, o desejo daqueles que se aglomeram no centro urbano e se deleitam com a idéia do futuro promissor. Novidades não faltam, o jornal está repleto de anúncios que vendem roupas, remédios e máquinas. Muitas desses “reclames” são do comércio do Rio de Janeiro, especialmente de lojas da rua do Ouvidor, o que denota a forte conexão entre os dois centros urbanos, sintetizada na expressão “carioca do brejo”.(MUSSE, 2007, p.4).

Esse relacionamento com a corte muito se deu após a inauguração, em 1861, da Estrada União e Indústria que ligou Juiz de Fora a Petrópolis. Nessa localidade, essa estrada se encontrava com a Estrada de Ferro D. Pedro II – Central do Brasil – que vinha do Rio de Janeiro.

De acordo com Oliveira, “em 1884, 2/3 da malha ferroviária da Província se localizavam na Mata com interligações em Juiz de Fora, onde a cidade acumulava grande parte do capital.” (OLIVEIRA, 2005, p. 4). Favorecida pelo seu transporte rápido, a cidade tornou-se um local certo de passagem de mercadorias importadas e exportadas de outros

⁸ Musse nos esclarece que “Durante muitos anos, o engenheiro alemão Henrique Halfeld foi considerado como ‘fundador’ da cidade de Juiz de Fora, pelo trabalho de urbanização ali desenvolvido. Pesquisadores como Paulino de Oliveira e Wilson de Lima Bastos defenderam esta posição, questionada depois por outros estudiosos. Durante o governo de Itamar Franco, como prefeito de Juiz de Fora, em 1973, o engenheiro Halfeld recebeu, oficialmente, o título de fundador da cidade” (MUSSE, 2007, p. 4).

municípios mineiros. O café era um dos produtos que saía do interior de Minas e passava por Juiz de Fora.

O comércio cafeeiro trouxe dinheiro ao município que o pôde investir em seu crescimento industrial. A primeira indústria instalada em Juiz de Fora data do ano de 1858, mas, dentro de pouco tempo, Juiz de Fora já passa a contar com indústrias têxteis, de alimentação e de bebidas, símbolos da modernização e progresso. Oliveira (2005) relata que, em 1870, a cidade possuía 190 estabelecimentos comerciais e industriais.

De acordo com Barroso,

Juiz de Fora foi palco de uma dinamização em seu setor industrial no período de 1889-1930. A demanda gerada a partir do capital cafeeiro e da transição do trabalho escravo para o livre impulsionou um processo acelerado de industrialização, convertendo a cidade em pólo industrial (BARROSO, 2005, p. 1).

Segundo Christo (1994), houve, por parte de fazendeiros e industriais da cidade, um plano de modernização para Juiz de Fora com o intuito de criar uma infraestrutura que desse suporte a tal crescimento econômico. Dentro desse plano de modernização, havia um desejo de transformar Juiz de Fora em um centro cultural e, para tal, ocorriam investimentos em vários ramos da cultura e instrução fazendo-se notar um grande número de jornais, teatros e escolas.

Goodwin Junior relata que, nesta época, “a educação feminina já era encarada como uma necessidade, especialmente entre as famílias mais abastardas” (GOODWIN, 1997, p. 210) existindo, aliás, uma escola exclusivamente para meninas desde 1877.

Acreditamos que esse clima de desenvolvimento pôde ter preparado o terreno para o semeio de discursos e práticas médicas, criando um ambiente propício à aceitação do que vinha da ciência. De acordo com Christo (1994), a própria criação da SMCJF foi fruto desse plano de modernização idealizado para a cidade.

O progresso que os fazendeiros e industriais almejavam para Juiz de Fora encontrava obstáculo nas frequentes epidemias de varíola, cólera, tifo e febre amarela advindas das deficiências sanitárias, da falta de habitações populares, do analfabetismo, da fome e do desemprego que nuançavam o quadro social juiz-forano (CHRISTO, 1994).

Para Barroso, com a crescente urbanização e industrialização da cidade, foi imprescindível que se preservasse a mão-de-obra que, no final do século XIX, passava a ser remunerada. Segundo ele, “as questões da saúde e da doença estiveram ligadas à industrialização” (BARROSO, 2005, p. 3).

Sendo assim, um discurso científico sobre os meios de se precaver desses inconvenientes ao desenvolvimento social, cultural e produtivo de Juiz de Fora muito convinha aos interesses dos empreendedores da cidade. A SMCJF, então, foi também fruto das necessidades daquele momento histórico.

2.2.1 A REFORMA URBANA EM JUIZ DE FORA

Ao fazer uma comparação do processo de reforma urbana realizado no Rio de Janeiro com o ocorrido em Juiz de Fora, na *Belle-Époque*⁹, Silva (2005) chegou à conclusão de que tais processos ocorreram de maneira diferenciada. Enquanto, no Rio de Janeiro, houve um investimento do poder público com o propósito de modificar drasticamente a estrutura da cidade para enquadrá-la aos novos tempos republicanos, em Juiz de Fora essa modificação aconteceu de forma paulatina ao longo de pelo menos 30 anos e basicamente através de investimentos de uma elite local.

Ao relatar os problemas urbanos vividos pelos cariocas até o início do século XX, a autora caracteriza a cidade como:

pestilenta, velha, com uma população que beirava um milhão de pessoas, fervilhante de negros, ex-escravos vindos das lavouras de café em decadência. Estes mesmos negros habitavam velhos casarões, que divididos com muitas pessoas tornavam-se moradias insalubres. Além de sua presença ser moralmente condenável e perigosa para a população de bem (SILVA, 2005, p. 4).

Silva (2005) prossegue descrevendo quais eram os principais problemas que a cidade do Rio teve de enfrentar para entrar na tão sonhada modernidade. Ela aponta três problemas: o porto, as ruas e as doenças.

O porto do Rio de Janeiro era o mais importante do país e, no entanto, possuía instalações obsoletas que não comportavam o ritmo imposto pela nova época. No que diz respeito às ruas, a autora aponta suas más estruturas indicando que elas eram pantanosas, de traçado colonial, estreitas e tortuosas, o que dificultava a passagem de carros e pessoas ao mesmo tempo. E, por último, a infinidade de doenças – tifo, varíola, cólera – que assolava a população fazia a cidade ficar conhecida como “cidade pestilenta” e seu porto como “túmulo

⁹ A autora conceitua *Belle-Époque* como o “deslumbramento do moderno, de sua tecnologia e de todas as modificações introduzidas no cotidiano de milhares de pessoas” (SILVA, 2005, p. 1) ao final do século XIX. Ela coloca como exemplo de cidades brasileiras que mais se destacaram nesta busca por modernidade: Belém, Manaus, Rio de Janeiro e Juiz de Fora.

dos estrangeiros” gerando medo em tripulações que tinham de desembarcar e enfrentar o perigo de contágio.

Para solucionar esses problemas, foi montada uma equipe com três técnicos, um para cada setor: “O engenheiro Lauro Muller foi designado para a reforma do porto, o médico sanitariano Oswaldo Cruz para o saneamento e o engenheiro urbanista Pereira Passos para a reurbanização” (SILVA, 2005, p. 5).

No que diz respeito à reforma urbana empreendida por Pereira Passos, o foco principal dessa investida foram as casas da área central, onde vivia a população carente da cidade. A nova conformação do espaço devia esconder este lado pobre expulsando essa população para a periferia. Não só pessoas, mas também cães e vacas eram excluídos da área central do Rio de Janeiro.

Já a cidade de Juiz de Fora foi pensada desde os primórdios de sua fundação sob o signo da modernidade. As características típicas da colônia não fizeram parte deste lugar. Antes mesmo de tornar-se cidade, já havia uma “Sociedade Promotora dos Melhoramentos Materiais da Vila de Santo Antônio do Paraibuna e seu município” (SILVA, 2005, p. 6) criada por Mariano Procópio. Na construção de seu projeto inicial já existia uma preocupação com a retidão e largura das ruas.

Segundo a autora, foi o setor privado que mais investiu na construção da cidade criando a “Igreja Matriz, a Santa Casa de Misericórdia e a Usina hidrelétrica” (SILVA, 2005, p. 8). O poder público só começou a atuar nesse ajustamento da cidade ao ideal da modernidade em 1892 quando data a primeira Resolução Municipal cuja preocupação passava pelo tamanho das ruas e formas das casas.

Depois dessa data, outras resoluções vieram, agora não mais se limitando a construções, mas dissertando também sobre a conduta urbana. Abordavam o trânsito de veículos, a presença de animais e mercadores ambulantes. Silva cita o caso da Resolução nº 406 de 1897 que:

(...) passa a exigir licença para a posse de animais (de cabritos a cães) no perímetro urbano. Daí em diante era necessário matriculá-los, pagar o imposto, não podiam ser deixados soltos sob pena de multa. Era a busca pela racionalização do espaço urbano (SILVA, 2005, p. 8).

É possível também observar um forte caráter higiênico sanitário nas Resoluções Municipais surgidas a partir daquele momento. A autora observa que, logo na terceira Resolução, em 1892,

(...) são apresentados os deveres da Inspeção de Higiene Municipal, a qual cabia, dentre outras coisas, “o saneamento das localidades e das habitações”. Outra de suas atribuições era a aplicação de multas, para prédios irregulares, quanto a salubridade; e em casos insanáveis, desocupá-lo e até demoli-lo. A preocupação com o saneamento perpassa todo o período. No ano de 1893, foi elaborado pelo engenheiro francês, G. Howyan, um projeto intitulado: “Saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora: águas, esgotos; retificação de rios, drenagem” (SILVA, 2005, p. 8).

Por razões políticas não explicitadas pela autora, tal projeto não foi posto em prática apesar de haver sido aprovado.

A ausência de um passado colonial, o grande desenvolvimento econômico ocorrido, a marcante organização da iniciativa privada e o projeto modernizador empreendido pela elite fizeram a reforma urbana juiz-forana diferente da ocorrida no Rio de Janeiro (SILVA, 2005), todavia em um ponto elas se assemelharam: a deliberada exclusão gerada por esses movimentos. Existiam assim duas faces em uma mesma cidade, uma central, moderna, para ser admirada e outra periférica, escondida, para tudo aquilo que não se enquadrava no modelo esperado.

Pedro Nava escreveu sobre a Juiz de Fora de 1928 em seu livro *O Galo das Trevas*. Nele observamos que o autor revelou uma cidade dividida em duas partes, a parte do lado direito da Rua Halfeld e a do lado esquerdo da mesma rua:

O primeiro era o mais alto da cidade (Alto dos Passos), sua zona mais fresca, de ares bons e ventos favoráveis. Quando da constituição da vila e depois da cidade, ficou sendo o lado dos palacetes e das chácaras dos homens de quantidade. Já o lado esquerdo, mais baixo, era a região pantanosa, cheia de lodaçais tremendais que a custa de aterro foi ficando habitável e onde concentrou a população braçal da cidade, a negrada, o proletariado, o puteiro e depois a gente de classe média, das profissões liberais e os primeiros intelectuais - era o dos homens de qualidade. (NAVA, 1981, apud VALE, 1996, p. 20).

A pobreza contrastando com a riqueza, cada qual do seu lado, no passado e no presente.

2.2.2 A ENERGIA ELÉTRICA EM JUIZ DE FORA

A eletricidade foi uma das grandes descobertas que computaram a ideologia do progresso e desenvolvimento da era moderna. Crédulas de que tais descobertas proporcionariam melhorias em suas vidas, as pessoas respondiam a elas com sentimentos de

esperança e euforia. Não foi de maneira diferente que os juiz-foranos receberam a sua usina hidrelétrica.

Inaugurada em 1889¹⁰, sob a iniciativa de Bernardo Mascarenhas¹¹, a hidrelétrica servia para a iluminação pública da cidade, primeiramente das ruas e depois das casas, embora já se previsse a ela objetivos maiores: a eletricidade representava também o desejo de toda uma elite em ampliar a capacidade produtiva de suas fábricas (BARROS, 2005).

Analisando reportagens de dois jornais juiz-foranos, *Diário de Minas* e *Gazeta da Tarde*, sobre a inauguração da hidrelétrica na cidade, Barros nos apresenta relatos do clima de felicidade que havia tomado conta da cidade. Segundo ele, a população incorporou o ideal de progresso e com a elite festejaram a inauguração deste serviço, “era o desejo de civilizar-se, assim como eram nas nações européias, como também bem próximo dali no Rio de Janeiro” (BARROS, 2005, p.10).

Assim, no dia 5 de setembro de 1889, as ruas da cidade de Juiz de Fora se encheram de luz mostrando todo seu desejo de enquadramento aos ideais modernos.

2.2.3 O ENSINO EM JUIZ DE FORA

A educação também engrossava as medidas de modernização pensadas para a cidade. Uma educação proposta para a formação de quadros burocráticos e outra direcionada para a formação do trabalhador.

Na formação dos quadros burocráticos, temos a criação do Instituto Granbery e da Academia de Comércio. O primeiro, seguindo um modelo de ensino americano baseado nos princípios da Igreja Metodista, foi o responsável pela introdução dos primeiros cursos superiores na cidade; o segundo, fundamentado em ideias francesas, tinha como objetivo a

¹⁰ Aqui encontramos uma divergência de datas, enquanto Barros (2005) nos apresenta o ano de 1889 como a data de instalação da hidrelétrica, Christo (1994) menciona o ano 1888.

¹¹ Em nota de rodapé, Barros comenta sobre o envolvimento de Bernardo Mascarenhas com o plano de desenvolvimento pensado para Juiz de Fora. Segundo o autor, Mascarenhas foi “Industrial importante, intensamente envolvido em diversas atividades, concernentes ao projeto de modernização de Juiz de Fora. Destacamos: Companhia Construtora Mineira, Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais e Sociedade Promotora de Imigração em Minas Gerais em 1887; Companhia Mineira de Eletricidade e Fábrica de Tecelagem Bernardo Mascarenhas em 1888; Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A em 1889; Companhia Mineira de Juta em 1893; Academia de Comércio em 1894” (BARROS, 2005, p.5).

formação de negociantes, diretores, banqueiros. Para a educação da classe trabalhadora foram fundados os Grupos Escolares¹².

Segundo Christo,

(...) no caso do Colégio Granbery de Juiz de Fora, seu sucesso é indiscutível. Contando no início, com apenas dois alunos e um professor, após dois anos de sua fundação já possuía um quadro docente composto de doze professores e quarenta e sete alunos matriculados, oferecendo os cursos elementar, ginásio e, logo em seguida, o teleológico. (CHRISTO, 1994, p. 60).

Com a pretensão de tornar-se uma universidade, “à Faculdade de Teologia somaram-se a Faculdade de Farmácia e Odontologia, fundada em 1904, e a Faculdade de Direito, criada em 1912” (Christo, 1994, p. 60).

A Academia de Comércio, fundada em 1894, oferecia 2 cursos: preparatório, com duração inicial de 2 anos, e o superior, com duração de 3 anos.

Os Grupos Escolares – Jose Rangel e Delfim Moreira – fundados em 1907, só possuíam o curso elementar. No primeiro ano, os Grupos tiveram juntos um total de 866 alunos matriculados, sendo que até ao final do mesmo ano houve uma evasão de cerca de 50% desses alunos.

De acordo com Yazbeck e Silva (2007), a implantação dos Grupos Escolares em Juiz de Fora foi uma das consequências da Reforma Educacional ocorrida em Minas no ano de 1906 e que foi endereçada principalmente às classes pobres. Juiz de Fora inaugurou seu primeiro Grupo Escolar no dia 4 de fevereiro de 1907 nos moldes dessa reforma do ensino instituída pelo então Presidente do Estado, Dr. João Pinheiro.

2.2.4 A MECA DA MEDICINA MINEIRA: ALGUMAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE DE JUIZ DE FORA

No vasto campo das ciencias medicas e pharmaceuticas, a cidade de Juiz de Fôra possúe os melhores elementos e já tem feito as mais brilhantes conquistas. Aqui reside um grupo numeroso de profissionaes illustres que praticam ou ensinam a Medicina, a Pharmacia, a Odontologia, nos seus vários ramos, com extraordinário amor, abnegação e competência. (MASSENA, 1908, p. 20).

¹² Antes da criação destas escolas, Juiz de Fora contou com sete escolas e uma aula noturna (ensino público), além de algumas escolas particulares de cunho religioso. (Yazbeck, no prelo).

Tecendo elogios ao grupo de profissionais ligado à ciência médica, farmacêutica e odontológica de Juiz de Fora, Dr. J. Massena apresentava a cidade como moderna ao acompanhar outros centros urbanos na evolução científica.

Nesse artigo escrito para a Revista Médica de Minas em 1908, Dr. J. Massena percorreu sobre os estabelecimentos ligados à saúde que a cidade possuía. Um deles foi o hospital que, segundo ele, era um “estabelecimento hospitalar de primeira ordem”. A fim de ratificar essa posição, ele observou que “para dar idéia da importancia desse hospital basta dizer que ahi trabalham constantemente os dois eminentes cirurgiões Drs. H. Villaça e Edgar Quinet.¹³” (MASSENA, 1908, p. 21).

Dr. J. Massena não deixou também de prestar elogios à SMCJF

em cujo seio constantemente se faz ouvir, discutindo os mais altos assumptos scientificos, a palavra autorizada dos doutores Christovam Malta¹⁴, Lindolpho Lage, Ambrosio Braga, J. Mendonça e tantos outros. (MASSENA, 1908, p. 22).

Destacou com orgulho que Juiz de Fora tinha sido a primeira cidade mineira a fundar uma Liga contra a tuberculose¹⁵ e um Instituto vacinogênico e que, em breves dias, fundaria também o Instituto Pasteur¹⁶. Lembrou ainda que a Liga possuía um dispensário para os tuberculosos. Sobre a Faculdade de Farmácia e Odontologia do Granbery, fundada em 1904, salientou que em 1908 já havia formado “varios moços que se acham exercendo as suas profissões com dignidade e brilhantismo.” (MASSENA, 1908, p. 22). Ele ressaltou que:

(...) a Escola prospéra dia a dia; o ensino é feito com singular capricho; os alumnos trabalham com entusiasmo e com prazer. Fazem parte da congregação o Reitor, Dr. Menezes, o distinto medico e ao mesmo tempo notavel escriptor e vigoroso jornalista Dr. Christovam Malta e tambem os conhecidos professores Drs. Beauclair, H. Dutra, A. Horta, G. Bueno, Augusto Souza, Antonio Carvalho, J. Rangel e Massena. (MASSENA, 1908, p. 22).

¹³ Os Drs. Hermenegildo Villaça e Edgar Quinet eram membros da SMCJF.

¹⁴ Conforme mencionamos na introdução deste trabalho, o Dr. Cristóvão Malta foi dono de *O Pharol* entre os anos de 1904 a 1907.

¹⁵ A Liga Mineira Contra a Tuberculose foi criada no dia 4 de setembro de 1900 sob a presidência do Dr. Eduardo de Menezes (CHRISTO, 1994).

¹⁶ O que, aparentemente, ocorreu. No 5º Boletim da SMCJF lê-se o seguinte: “[o Dr. João Monteiro] Propõe um voto de louvor ao digno presidente da Liga Contra a tuberculose, e aos seus auxiliares pela criação do Instituto Pasteur, extraordinario melhoramento tão útil ao publico. O orador visitou o estabelecimento notando a caprichosa installação e tendo occasião de assistir parte do trabalho de preparação da vaccina” (MONTEIRO et al, 1909, p. 52).

De acordo com Dr. Massena, o objetivo da faculdade granberyense era dar aos alunos o “melhor preparo pratico possível, sem contudo prejudicar a parte theorica.” (MASSENA, 1908, p. 22).

Dentre as instituições de saúde da época, falaremos agora sobre a SMCJF que serviu de base para nossas primeiras aproximações com o tema pesquisado.

2.2.4.1 *Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora*

Se todo o homem de sciencia tem o direito, e mesmo o dever de interessar-se pelas questões da vida geral, principalmente quando ellas se prendem ao augmento do patrimonio do paiz, não é menos verdade que ainda mais de perto cumpre á aggremações como esta a que pertence, não eximir-se de agir no desempenho de tão patriotica missão. (MENDONÇA, 1912b, p. 208)

Às duas horas da tarde do dia 20 de outubro de 1889, na sala de sessões da Câmara Municipal, é inaugurada a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora numa reunião que contou com a presença de doutores e de várias famílias da elite juiz-forana. Conforme discurso proferido pelo então presidente da nova associação, o Dr. João Penido:

A idéa de fundar-se uma Sociedade de Medicina e Cirurgia nesta cidade nasceu do desejo insaciavel que nutre a classe medica de cooperar com empenho e na medida de suas forças para o bem estar collectivo e da nobillissima ambição de instruir-se, avolumando o seu cabedal scientifico (PENIDO, 1889, p. 5).

O desejo da SMCJF de ser útil à comunidade pode ser notado em muitos momentos no discurso do Dr. João Penido, como por exemplo, nesta argumentação feita por ele:

O empenho humanitario de concorrer com o nosso pequeno obulo para – se não resolver, ao menos encaminhar a solução destas questões de palpitante actualidade e, para nós, medicos, de interesse vital, - alliado ao ardente desejo de prestar algum serviço ao nosso paiz, e particularmente á nossa provincia – eis o motivo da fundação da *Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fóra*. (PENIDO, 1889, p. 5, grifo do autor).

Tomou ainda para a Sociedade a responsabilidade de:

Zelar, sob o ponto de vista da hygiene, as condições de salubridade de qualquer localidade que tenha relação com alguns de seus membros, quer no municipio, quer na provincia, ou algures, especialmente, as relativas á cidade de Juiz de Fóra, sede da sociedade. Investigar as causas de sua insalubridade permanentes ou transitoria, discutir os meios de resolver-as do melhor modo scientifico e pratico, propor aos poderes publicos as medidas próprias para garantir a sua salubridade e protestar contra as que forem reputadas

inconvenientes. Em uma palavra: a sociedade constitue-se guarda avançada da salubridade publica. (PENIDO, 1889, p. 6).

Interessar-se pela sociedade, auxiliá-la em suas questões relativas à higiene e à salubridade, propor novas formas de vida, reivindicar soluções: eis o “direito, e mesmo o dever” que recaíam sobre os ombros dos homens de ciência e que motivavam alguns doutores de Juiz de Fora a se unirem em uma instituição; além, é claro, de que unidos, suas vozes ganhavam mais força, reforçando, no imaginário social, a importância das verdades que produziam, o que tornava mais fácil a aceitação delas. Um artifício, como nos descreveu Gondra, para legitimar a figura do médico e de suas práticas frente aos costumes sociais.

De acordo com Lana (2006), esse desejo de mostrar a aplicabilidade e a utilidade dos conhecimentos advindos da ciência não foi uma característica exclusiva da SMCJF. Ele se fez presente também nos discursos de outras sociedades científicas até as primeiras décadas do século XX.

Segundo Capel, as associações científicas começaram a surgir na América Latina ao longo do século XIX com a formação e consolidação de diferentes Estados Nacionais. De certo modo, tais associações estavam “al servicio de la ordenación estatal y de la explotación de los recursos nacionales¹⁷” (CAPEL, 1992, p. 168).

Alguns exemplos de associações científicas latino-americanas corroboram com a percepção proposta por Capel (1992) sobre os objetivos desses agrupamentos. Obregon (1992) ao discorrer sobre a Sociedade Naturalista dos Neogranadinos, primeira sociedade científica fundada na Colômbia em 1859, relata que tal organização teve como objetivo a propagação das ciências naturais e da Confederação Granadina. Cabrera (1992), em estudos sobre a Sociedade Geográfica de Lima no Peru, conclui que essa associação, fundada em 1888, também teve como intuito o estudo dos recursos naturais do país e o fortalecimento do Estado. Benitez observou que o Instituto Nacional de Geografia e Estatística no México “obedeceu a intereses del Estado mexicano y viabilizó la profesionalización de la geografía.¹⁸” (BENITEZ, 1992, p. 155).

De acordo com Lana (2006), as primeiras associações científicas com maior organização e permanência no Brasil surgiram ao final do século XVIII. De certo modo, tais associações foram responsáveis por preparar o solo brasileiro para o debate e divulgação de outro tipo de conhecimento, o “científico”. Data desse momento histórico a fundação da

¹⁷ A serviço do planejamento estatal e da exploração de recursos naturais (tradução nossa).

¹⁸ Obedeceu aos interesses do Estado mexicano e viabilizou a profissionalização da geografia (tradução nossa).

Academia Científica do Rio de Janeiro (1771 – 1779) e da Sociedade Literária do Rio de Janeiro (1786 – 1790) sendo que, esta última, havia sido formada inicialmente por professores de medicina que estimulavam pesquisas na área da terapêutica e profilaxia das doenças. Essas associações não duraram muito tempo.

Em 1825, inspirada pelos ideais nacionalistas de construção de um Estado Nacional Brasileiro, foi criada a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) com o objetivo de promover atividades industriais no Império. De acordo com Figueirôa (1992), sob a proteção da SAIN, foi criado, em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) que patrocinou várias expedições científicas no território nacional.

Segundo Capel, as associações científicas foram, ao longo do século XIX, perdendo seu caráter generalista e, paulatinamente, adquirindo outra característica, a de agrupar profissionais segundo interesses específicos: “aparición de sociedades más especializadas¹⁹” (CAPEL, 1992). Lana (2006) pontua que a SMCJF representou essa nova modalidade de agrupamento científico. Sua fundação simbolizou o

(...) anseio da categoria médica local em angariar espaços para a ciência que produziam. Ou seja, a SMCJF foi o espaço de comunicação e integração dos profissionais da saúde juizforanos visando evidenciar a utilidade de seu conhecimento através de discussões e propostas de intervenção no lócus urbano. (LANA, 2006, p. 10).

A SMCJF se estruturou como um espaço estratégico para a legitimação da figura do doutor. Seu grande objetivo foi mostrar à sociedade e ao poder público o quão útil eram aqueles conhecimentos produzidos e debatidos por seus associados e que os caracterizavam profissionalmente. Para isso, uma tática utilizada foi a elaboração de planos de intervenção nas mais diversas situações sociais.

A SMCJF atuou em diversas frentes. Em uma passagem de um livro de Pedro Nava, médico que passou parte de sua vida em Juiz de Fora, podemos observar algumas destas atuações:

(...) luta contra o pó, pelo calçamento; a elevação dos planos das ruas Santa Rita, Conde d'Eu e do Sapó, para as mesmas poderem receber os tubos de esgoto e de abastecimento d'água; a secagem e aterro do *pântano da cadeia*, resultante do corte feito no Paraibuna pela Estrada de Ferro D. Pedro II; o aterro das ruas cujo declive favorecia o acúmulo de lixo; a crítica e as sugestões ao sistema de esgotos a ser adotado; a análise da água a ser fornecida à população; o saneamento o Paraibuna e do córrego da Independência, onde eram atiradas as fezes, os restos, as porcarias e os bichos mortos; o fim da era da touceira e do penico e a instalação das primeiras latrinas, cujo modelo é discutido e indicado (...) a maior difusão da

¹⁹ Surgimento de sociedades mais especializadas (tradução nossa).

vacinação anticarbunculosa em Minas; a introdução sistemática do combate contra a varíola, o saneamento dos cortiços e o primeiro plano de habitação popular e proletária; o protesto contra a instalação de fábrica dentro do perímetro urbano e contra a imunda vala que servia para o despejo da Cervejaria Kremer; a melhoria de condições do "lazareto", onde a enfermagem era exercida por uma vagabunda e ébria "sacerdotisa de Vênus e Baco", no dizer do Dr. Sampaio. (NAVA, 1981 apud VALE, 1996, p. 65).

Nava falou também a respeito da luta da SMCJF contra à medicina praticada por leigos e sobre desejo da instituição de intervir na política municipal e estadual. Identificamos isso em algumas publicações da Sociedade. Um exemplo foi na reunião ocorrida em 6 de agosto de 1904 na qual foi lido um ofício em que a SMCJF se dirigia ao Presidente do Estado acerca de um projeto do deputado Senna Figueiredo sobre a legalização do exercício da arte dentária no Estado de Minas. A SMCJF era desfavorável a tal projeto, pois ele não limitava a prática a cirurgiões dentistas formados. Segundo o ofício, tal lei já tinha vigorado no estado de SP com consequências negativas (MALTA, 1905).

Outra ocasião em que observamos tal posicionamento foi um artigo escrito pelo Dr. Fernando de Moraes na primeira edição da Revista Médica de Minas, 1908, onde se lê o seguinte:

O Charlatanismo é a origem, a fonte primordial da intoxicação medicamentosa, e isso explica-se pela pouca ou nenhuma competência dos taes entendidos, no que respeita á arte medica. Infelizmente, porem, é impossível evitar-se essa causa do mal, pois o charlatanismo campêa altivo á sombra da lei, não só entre nós, como mesmo na culta Allemanha, justificando o que disse Renan a um medico ingenuo que se queixava da preferencia muitas vezes dada ao charlatão: 'Nada dá uma idea mais clara do infinito do que a tollice humana (la betise humaine)' (MORAES, 1908, p. 15, grifo do autor).

Assim como acontecia em outras regiões, como Rio de Janeiro e São Paulo, a Sociedade combatia a prática dos leigos caracterizando-a como inferior e tipificando como tolos aqueles que a seguiam em detrimento aos ensinamentos dos médicos formados.

A SMCJF não permaneceu isolada de suas congêneres travando sempre diálogos com outras associações científicas nacionais e internacionais. Exemplo disso são as diversas visitas de médicos do Rio de Janeiro à Sociedade. Dr. Rocha Lima e Dr. Carlos Chagas do Instituto Manguinhos, no Rio de Janeiro, compareceram por diversas vezes às reuniões da SMCJF tendo sido, inclusive, indicados para fazer parte da Sociedade como membros.

O Dr. Oswaldo Cruz foi outro médico que sempre manteve contato com a SMCJF, fosse passando informação sobre alguma epidemia que estivesse assolando o Rio de Janeiro,

ou parabenizando-a pelos serviços prestados à sociedade. Em carta enviada à SMCJF, podemos notar esta aproximação:

Sinto-me verdadeiramente feliz, de ver como a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fóra, que sempre se tem revelado como uma das mais cultas associações científicas de nossa Patria, julga os serviços prestados pela Repartição que tenho a honra de dirigir (...).
Associação (...) á qual já estamos, de longa data, ligados por laços de indissolúvel gratidão, pelo benefico apoio moral a nós prestado em épocas menos propicias. (CRUZ, 1906, p. 1).

A SMCJF também manteve contato com a “sua irmã” no Rio de Janeiro, como observamos na carta enviada à associação juiz-forana pela SMCRJ, em 4 de junho de 1890, no nome de seu 1º secretário, dr. Henrique de Sá:

Illustres collegas, A “S. de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro” teve a satisfação de receber o “Estatuto” de sua irmã, a “S. de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fóra” e vem, por meu intermédio agradecer-vos a gentileza da offerta.
Desejando-lhe toda a prosperidade de que é digna, unir-vos também no empenho da nossa lei e força votar para que sempre exista entre as duas associações o mais cordial affeto e a mais sincera fraternidade. (SÁ, 1890, p. 1).

A SMCJF era convidada constantemente para participar de eventos científicos da área. Na reunião do dia 20 de outubro de 1906 (MORAES, 1912), encontramos um convite endereçado a esta associação para participar do 6º Congresso Médico de São Paulo. Anos antes encontramos também um documento referente ao The First Pan-American Medical Congress²⁰ realizado em Washington em 1893.

Em relação à política municipal e estadual, Christo concluiu que a “SMCJF se constituiu no espaço político através do qual os homens de ciência se impunham ao poder público” (CHRISTO, 1994, p. 27). A Sociedade buscava comprometer o poder público com seus ideais formulando uma série de solicitações, críticas e soluções que era enviada aos governantes.

Barroso chama nossa atenção para o fato de que

Com o advento republicano, quase todos os membros da sociedade [SMCJF] passaram a ter assento na Câmara. Dentre as inúmeras medidas e obras empreendidas, destacamos a Inspeção de Higiene, criada em 1892. Também fora instituída uma polícia sanitária e medidas afins, que a nosso ver, são indícios de um projeto médico-sanitarista na cidade. (BARROSO, 2005, p. 2)

²⁰ O primeiro congresso médico pan-americano (tradução nossa).

O fato de alguns membros da SMCJF ocuparem cargos públicos auxiliou no ajuste do poder administrativo aos princípios veiculados pela associação.

Entre esses membros, encontramos o Dr. Penido que foi vereador da Câmara Municipal (1858 a 1864 e 1876 a 1884), juiz de paz (1865 a 1868 e 1873 a 1876) e juiz de direito “no tempo que juizes leigos podiam fazel-o.” (1858 a 1865) (MENEZES, 1912a, p. 24), o Dr. Duarte de Abreu que foi vice-presidente da Câmara Municipal e senador, o Dr. Ambrósio Braga que foi prefeito, o Dr. Azarias de Andrade que foi deputado, o Dr. Elói de Andrade e o Dr. Ernesto Braga que foram vereadores, dentre outros.

Embora mantivesse relações diretas com o Estado, a Sociedade formou-se sem nenhum vínculo financeiro com ele. Sua fundação foi por iniciativa privada dos seus associados.

A Sociedade encontra-se em funcionamento até os dias de hoje. Em 2005, a SMCJF mudou sua denominação para Associação Médica de Juiz de Fora, em decorrência das disposições do novo Código Civil, enquadrando-se na categoria de associação civil. (SMCJF, s/d).

2.2.4.2 Juiz de Fora na perspectiva dos doutores da SMCJF

Nas obras publicadas pela SMCJF, observamos que seus associados fizeram uma representação da cidade que garantisse e justificasse suas práticas.

Quanto à infraestrutura de Juiz de Fora, os doutores apontaram uma série de problemas que a cidade apresentava e que, de acordo com eles, precisava ser solucionada. Problemas que iam do calçamento das ruas às habitações dos moradores, passando pelo cemitério, lazareto, mata, abastecimento de água e esgoto e rio.

De acordo com o 1º presidente da SMCJF, Dr. João Penido:

O calçamento da nossa cidade é máo e as ruas nem são varridas, nem irrigadas. Durante o verão são os habitantes de Juiz de Fóra quase suffocados pelo pó que a menor aragem levanta em turbilhões e que penetra no logar mais recondito das habitações, em nossos olhos e na cavidade de nossos bronchios, sendo causa de bronchites, pneumonias e opthalmias e produzindo nos individuos predispostos o desenvolvimento do bacillo tuberculoso pela irritação constante do tecido pulmonar pelos corpusculos estranhos acarretados pela respiração. (PENIDO, 1889, p. 9).

O estado em que as ruas de Juiz de Fora se encontravam no final do século XIX, cheias de pó por não serem varridas e nem irrigadas, poderia provocar doenças respiratórias

ou de visão em seus habitantes. A Rua Direita, hoje Avenida Rio Branco, por exemplo, era “transformada durante as chuvas em extenso tremedal e durante a secca coberta de espessa poeirada” requerendo, deste modo, “calçamento e arborização”. (PENIDO, 1889, p. 9).

O cemitério da cidade também requisitava algumas medidas como a mudança de sua localização nem que fosse “ao menos pelo lado esthetico”. (PENIDO, 1889, p. 10).

Para as salas do lazareto, pedia-se a colocação de alguns anteparos para preservarem os doentes do sol.

As matas dos arredores da cidade também foi assunto lembrado pelos doutores, pois essas protegiam a cidade do excesso de calor fazendo o Dr. João Penido lembrar um fato dos mais

tristes como o que presenciemos ha poucos dias, vendo arder a vegetação que cobre as fraldas do morro do Imperador e que nos protegia contra o reverbero do calor intensissimo que sobre nós cahe d’aquella rocha colossal. (PENIDO, 1889, p. 11).

O abastecimento de água em Juiz de Fora apresentava uma situação paradoxal. Ao mesmo tempo em que a cidade apresentava um manancial com grandes proporções, como o Poço d’Anta, que tornava o abastecimento “abundante e sufficiente não só para a actual como para maior população, não tendo sido necessário aproveitar todo o débito das fontes” (MENEZES, 1906a, p. 5), a cidade passava, em épocas distintas do ano, por problemas nesse abastecimento verificando que “mesmo nas estações de grandes chuvas, a agua escasseia na cidade, obrigando a distribuição em horas determinadas no tempo da secca, ou sendo insufficiente durante dias no tempo chuvoso” (MENEZES, 1906a, p. 5). Essa situação se dava pela insuficiência de canalização e, para solucionar o problema, os doutores propunham, além do aumento de canais para o abastecimento regular, a “arborização das *bacias de alimentação d’agua* dos [...] mananciaes com o fim de tornar o seu rendimento além de abundante e puro, constante e regular”. (MENEZES, 1906a, p. 5, grifo do autor).

Os doutores da Sociedade também pediam providências quanto ao esgoto da cidade que, embora fosse um “dos melhores do Brasil”, carecia de um “canal de cintura ou circumvallação” para desviar as águas que caíam acima da Rua da Serra, cuja carga os esgotos não podiam suportar. As águas de enxurradas inundavam alguns quarteirões mais baixos e mal esgotados da cidade, além dos porões de certas casas tornando-os úmidos e anti-higiênicos. Havia ainda os inconvenientes da ausência de latrinas e esgotos em certos prédios da cidade fazendo com que esses esgotos fossem despejados no córrego Independência ou “fóra das galerias das ruas”. Existia também o incômodo dos córregos descobertos que

atravessavam a cidade, inclusive o córrego Independência que passava pelos quintais de muitas casas sendo perturbado por lixo e vegetações tornando-se foco de mosquitos. (MENEZES, 1906a, p. 6).

O Rio Paraibuna era tido como uma das chaves da salubridade de Juiz de Fora, mas para isso necessitava ser retificado e desobstruído das pedras.

A construção das casas foi outro ponto lembrado por esses doutores que, segundo eles, não atendia as normas de higiene necessárias. O Dr. José de Mendonça chamava a atenção para o subsolo das habitações e reivindicava que as construções só pudessem ser feitas depois que suas plantas fossem aceitas pela autoridade sanitária negando “ao proprietário a liberdade de construir uma casa á sua phantasia, indo de encontro ás regras de hygiene”. (MENDONÇA, 1906, p. 35).

Chalhoub (1996), ao refletir sobre as perseguições às habitações populares – cortiços – no Rio de Janeiro, diz que tais perseguições começaram a se intensificar por volta de 1870, mas que foram com as primeiras administrações republicanas que elas ficaram mais intensas. Com a epidemia de febre amarela e cólera em 1850 e 1855, respectivamente, houve uma elevação da taxa de mortalidade e o começo das preocupações com a salubridade da cidade e com as condições higiênicas dos cortiços. A partir daí se faz notar uma constante intromissão dos médicos nos hábitos de moradia da população.

Quando não era a Sociedade que invadia o espaço público a fim de enquadrá-lo às normas da ciência, era a própria população que reivindicava a atuação da associação. Em carta enviada à Sociedade pelo padre João Emilio, em 1891, o religioso solicitava aos doutores um parecer com relação à construção de um abrigo para mendigos que desejava construir no bairro Alto dos Passos. Os moradores da localidade pretendiam embargar a obra alegando que o bairro, que até aquele momento era salubre, ficaria sujeito a doenças porque para aqueles moradores “a aglomeração de mendigos é [seria] um foco de infecção” (EMÍLIO, 1891, p.1). O padre pedia apoio à Sociedade para que esta fizesse uma apreciação a favor da construção. Não encontramos qual foi a posição da SMCJF com relação à construção do abrigo para mendigos, mas, segundo Oliveira (1969), a SMCJF se posicionou a favor da obra. Interessante é notar que, ainda nos seus primeiros anos de existência, a SMCJF já contava com certo prestígio e poder perante a sociedade.

A Intendência Municipal também recorria à Sociedade para tomar algumas decisões. Numa dessas ocasiões, em carta enviada pelo secretário da Intendência, Francisco de Paula Campos, pedia-se aos doutores que dessem um parecer a respeito das fábricas existentes no perímetro da cidade. Essa solicitação foi feita para que a Intendência pudesse tomar

providências caso houvesse alguma irregularidade quanto à higiene desses locais. (CAMPOS, 1891a).

Em outra ocasião, a Intendência Municipal, no nome do mesmo secretário, solicitou à SMCJF que analisasse o projeto de construção do lazareto a fim de se posicionar quanto à higiene do local. (CAMPOS, 1891b). Dias depois, pediu à SMCJF um posicionamento com relação ao cemitério. (CAMPOS, 1891c). Ou seja, a Sociedade lograva de certo *status* perante o governo local que, muitas vezes, tomava decisões se apoiando nas opiniões dos doutores dessa associação.

Quanto às epidemias, os doutores da SMCJF enumeraram uma série de doenças que acometia os juiz-foranos. Dentre elas encontramos relatos de febre amarela, varíola, lepra, tuberculose e hipoemia. De acordo com os doutores, as epidemias geralmente começavam nos últimos meses da estação estival e prolongavam-se até junho ou julho onde as temperaturas ficavam abaixo de 17 graus.

Os doutores se mostravam otimistas quanto à erradicação da febre amarela que, devido às medidas tomadas pela cidade com relação à higiene, havia se tornado uma doença quase totalmente extinta de Juiz de Fora tendo aparecido apenas 3 casos no ano de 1903, o que era um progresso visto que, no final do século XIX, a febre amarela tivera feito mais de 30 óbitos na cidade (LANA, 2005). Segundo o Dr. Fernando de Moraes (1912), os conhecimentos decorrentes da teoria norte-americana sobre o meio de propagação da doença os deixavam preparados caso houvesse algum sinal desta epidemia.

O combate à varíola não alcançou igual sucesso. Apareceram casos de contaminação em algumas localidades do município em 1904. No mesmo ano o Dr. Christovão Malta discursou sobre a “devastação que vae fazendo na Capital Federal a epidemia da variola, que ameaça tambem invadir esta cidade” (MALTA et al, 1906, p. 33) e evocou, como prevenção, a vacinação e revacinação das pessoas. Segundo o médico, essa medida teria de ser posta em execução rapidamente, pois, dada a proximidade entre Juiz de Fora e o Rio de Janeiro, seria fácil a condução da varíola para a cidade. Para ele, embora houvesse outras medidas profiláticas como o “isolamento, a vigilancia medica rigorosa de todos os communicantes, e a desinfecção” (MALTA et al, 1905, p. 34), somente a vacinação tinha resultados seguros e positivos.

A lepra também fez parte do conjunto de moléstias que a população de Juiz de Fora precisou enfrentar. Por ser uma doença “extraordinariamente contagiosa e não estando estas idéas no dominio do povo” (MALTA, 1906, p. 17), ela era frequente. Embora sem dados seguros devido à falta de estatística, foram verificados, de 1893 até o ano de 1905, 17 casos

da doença, mas acreditava-se que esse número pudesse ser maior. Como medida preventiva contra essa doença, propunham o asseio do corpo, uma higiene alimentar e um serviço moderado evitando a exposição ao rigor do tempo.

Contra a tuberculose, Juiz de Fora contava com uma Liga denominada Liga Contra a Tuberculose presidida pelo Dr. Eduardo de Menezes. Esta Liga fazia um trabalho de aconselhamento realizando conferências em escolas e fábricas propagando conhecimentos de higiene aplicáveis à profilaxia da tuberculose.

Nas reuniões da SMCJF, a preocupação com a tuberculose se fez presente tanto na elaboração de regras para a relação com tuberculosos quanto na prevenção da doença. Um exemplo foi a exposição feita pelo Dr. Cristóvão Malta:

Realmente, é sempre conveniente que os doentes (e também os sãos) não escarrem no assoalho, mas em escarradeiras ou logares equivalentes; é conveniente que não comam restos de outrem, que não beijem as crianças na bocca, que não durmam em aposentos mal arejados, etc. Ora, estes conselhos, que são dados aos tuberculosos, devem sel-o a outros doentes, porque nem só aquella molestia se transmite por esses meios... (...)
Realmente, em tempo nenhum deve-se aconselhar o uso de alimentos indigestos, fructos não sazoados ou podres, bebidas alcoolicas, etc. Também é sempre conveniente evitar-se a exposição ao sol ou á chuva por largo tempo. Mas esses cuidados nada valem, si não se trata de evitar a causa especifica das molestias. (MALTA et al, 1912, p. 24).

Uma série de normas regulamentava as práticas de tuberculosos e de pessoas próximas a eles, tudo em nome da saúde.

Como medida profilática, havia aqueles que incentivavam a prática da ginástica. No pavilhão da Liga Mineira contra a tuberculose funcionava, inclusive, um Clube Ginástico.

Outra doença que fez história entre os habitantes de Juiz de Fora foi a hipoemia que vitimou várias pessoas. Segundo o Dr. Fernando de Moraes, quase nada se fazia a respeito da prevenção desta moléstia. O médico propunha à Sociedade de Medicina que cobrasse dos agentes executivos e do inspetor de higiene as providências necessárias.

Como podemos notar, os doutores da Sociedade de Medicina produziram uma imagem degradante da cidade de Juiz de Fora, contudo, seus discursos não se limitaram apenas a apontar os problemas, sendo possível também perceber um desejo de indicar as soluções para as falhas apontadas. Assim, outro movimento acontecia em meio às denúncias: a vontade de mudar a realidade.

2.2.4.3 Instrução popular: solução para alguns problemas higiênicos que assolavam Juiz de Fora

Assim como ocorreu em outras regiões do país, os doutores juiz-foranos também se sentiram responsáveis por apontar as possíveis soluções dos problemas encontrados e, para tal, várias estratégias foram usadas. Além das modificações estruturais, o maior apelo, pelo que parece, foi a respeito das medidas profiláticas que deviam fazer parte do dia a dia da população, medidas essas que, em geral, consistiam em “defender os homens contra as molestias transmissíveis” (MENEZES, 1911, p. 6) e isso porque:

A saúde se conserva quando as condições gerais hygienicas são boas, e, quando as pequenas alterações que porventura se possam manifestar por grandes oscillações das leis naturaes dos fenômenos physiologicos, do calor, ventos, humidade, e, por violencias corporais ou traumatismos, salvo os casos de acções e efeitos intensos e extensos e localisações sobre órgãos melindrosos, não causam molestias graves. São as perversões das condições geraes hygienicas, pois, as causas geraes das molestias persistentes e graves que mais afflingem a humanidade. (MENEZES, 1911, p. 6).

Sendo assim, o descuido com a higiene era o maior responsável pelas doenças. Seria então necessária uma conscientização da população visando mudanças em seus hábitos, tornando-os mais higiênicos, para que as epidemias pudessem ser evitadas.

Desta maneira, os doutores alertavam que, somente através de uma “reforma dos habitos pessoaes, familiares e sociaes” (MENEZES, 1911, p. 6), os problemas que o município enfrentava seriam solucionados e, mesmo assim, os resultados não seriam imediatos sendo possível percebê-los só nas “gerações vindouras.” (MENEZES, 1911, p. 6).

Da mesma maneira que atitudes higiênicas trariam consequências boas para seus descendentes, comportamentos anti-higiênicos também marcariam e determinariam a saúde de sua prole. Com relação a isto, Dr. Menezes advertia que

nossa saúde é a resultante commum das condições geraes hygienicas em que vivemos desde o nascimento, e, d’aquellas em que viveram os nossos antepassados; e, dellas depende o estado de saúde de nossos descendentes. (MENEZES, 1911, p. 6).

Ao dizer isso, Dr. Menezes chamava atenção para a necessidade de se modificar urgentemente os hábitos cotidianos, caso contrário, toda a sociedade herdaria as más consequências daqueles hábitos contrários à saúde.

Para tanto, seria necessário que se instruisse o povo. Seria pela propaganda dos preceitos higiênicos “feita tenaz e intelligentemente por meio da palavra escripta e fallada”

(MENEZES, 1911, p. 6) e realizada através de folhetos e conferências que se introduziria uma nova forma de agir na população. Acreditava-se que a instrução do povo facilitasse a aceitação desses preceitos tornando a ação espontânea e, assim, obtendo um efeito melhor do que as penas e as multas. (MENEZES, 1911).

Nessa busca por uma mudança de atitudes visando a comportamentos mais salubres, não só a propaganda se fez presente como estratégia de convencimento, mas também os “premios de incentivo”. O Dr. Eduardo de Menezes propôs que se premiassem os arquitetos que contribuíssem com a causa da higiene através de projetos de habitações salubres: se dentro de três anos esses arquitetos fizessem dez construções de acordo com as normas pré-estabelecidas ganhariam como prêmio o título de arquiteto municipal e mais medalhas simbólicas (MENEZES, 1911, p. 50).

Dentre as estratégias de instrução da população para as mudanças de hábitos, um ponto ganhou extraordinário destaque: a educação formal.

Dentro da SMCJF muito se debateu sobre a educação escolar. Optamos por apresentar estes dados ao longo dos demais capítulos em diálogo com as informações coletadas em *O Pharol*.

A partir de agora, apresentaremos as análises das 4 categorias que elegemos para apreendermos a educação escolar.

3 OS ESPAÇOS ESCOLARES

Carvalho Britto²¹, senhores, fez o milagre estupendo de transformar as escolas calabouços em casas festivas illuminadas e os antigos mestres carcereiros em professores jardineiros.

Outrora nomeava-se o mestre e não se cuidava da escola, e hoje, antes de tudo, levanta-se a casa, determina-se o numero das janellas, exige-se a ventilação em todas as salas, fixa-se o numero de alumnos, armam-se os bancos, fornecem-se os livros, os mappas, as pennas e os tinteiros, nomeia-se o professor e abra-se a escola (O PHAROL, 13 de junho de 1909, p. 1)²².

O espaço é entendido neste trabalho enquanto uma categoria sensível, marcada por influências diversas. Assim, não é algo fixo, neutro, desprovido de valores ou imutável.

A transformação e a ocupação do espaço sofrem a ação de fatores políticos, econômicos, sociais, bem como notamos no discurso de Belmiro Braga. Não só sofrem, mas também os influenciam através dos valores expressos em suas formas.

Sobre a influência sofrida pelo espaço, Jader Janer nos ajuda a compreendê-la:

Atrás da aparente neutralidade das construções e suas localizações, erguem-se territórios construídos na confluência entre espaço-tempo e grupos de interesse, dimensionando espaços de poder, controle, correção e pouco ideal democrático.

O espaço escolar materializa uma representação dos interesses de um determinado grupo e sua ótica para a formação de futuros sujeitos e se estabelece como marcas de poder instituído em dado momento histórico, fruto de discurso dominante que o edificou, faz parte de uma totalidade social (LOPES, no prelo, p. 1).

A partir dessa compreensão, “o espaço escolar tem de ser analisado como um constructo cultural que expressa e reflete, para além de sua materialidade, determinados discursos” (ESCOLANO, 2001, p.26).

Assim, seu outro lado – não oposto, mas complementar – refere-se à expressão desses discursos que o construíram e a influência em seus usuários.

Sobre esta influência que os espaços exercem, Tatiane Ermel nos diz que a arquitetura do espaço escolar “apesar de um elemento visível, implícito ou manifesto, constitui-se numa

²¹ Carvalho Britto foi Secretário do Interior durante os anos de 1906 a 1908. Ele foi o responsável, juntamente com o Presidente do Estado de Minas Gerais, João Pinheiro da Silva, pela “modificação substancial no ensino primário: a instituição dos grupos escolares.” (Caldeira-Machado; Rocha, 2015, p. 56).

²² Trata-se de parte do discurso feito pelo sr. Belmiro Braga na ocasião da festa de instalação do Grupo Escolar de Mariano Procópio realizada em 12 de junho de 1909.

forma oculta, invisível e silenciosa de inculcar, transmitir, produzir e reproduzir valores, formas de ser aluno, criança e futuro cidadão” (ERMEL, 2017, p. 301).

O espaço escolar constitui, desta forma, um componente curricular com potencialidades formativas ao produzir imagens que devem ser incorporadas pelos alunos. Parafraseando Escolano e Viñao Frago (2001), o espaço compõe o currículo escolar, integra um “currículo oculto”. O espaço escolar é, assim, entendido como parte integrante da educação, um tipo de discurso, uma forma silenciosa de ensino.

Assim o entendemos nesta pesquisa. Um espaço fruto e formador de um momento histórico. As imagens de espaço produzidas foram interpretadas enquanto discursos.

Acreditamos que a maneira como o espaço escolar foi concebido no início da República, em Juiz de Fora, sofreu influência dos saberes advindos da ciência médica sobre a prevenção de doenças. Entendemos que, no embate de diferentes discursos acerca da importância do aprimoramento dos espaços escolares juiz-foranos, aqueles conhecimentos gestados na área da saúde foram os grandes direcionadores; a concepção daquilo que era higiênico – indicado por doutores da área da saúde – fez parte dos discursos e das práticas quando pensavam no ambiente da escola.

A educação para a formação de uma Juiz de Fora moderna passava também pela renovação do espaço destinado à aprendizagem dos alunos tornando esse lugar igualmente símbolo de todo o ideário que almejavam construir.

Neste nosso trabalho, a fim de melhor compreendermos esta categoria de análise, dividimo-la em algumas subcategorias: a localização do prédio escolar, a arquitetura do prédio escolar e o mobiliário escolar. Todas estas subcategorias se fizeram presentes em *O Pharol*.

3.1. A LOCALIZAÇÃO DO PRÉDIO ESCOLAR

Decidimos iniciar nossas análises por um ponto capcioso, capaz de iludir o leitor caso este interrompa sua leitura e desconsidere todos os demais achados. Dizemos isso porque, aparentemente, a localização do prédio escolar não foi foco de muita atenção por parte nem dos doutores, nem dos educadores e nem de leigos juiz-foranos. Nestes 23 anos que abrangem nossa pesquisa, pouca coisa foi publicada em *O Pharol* sobre o tema, se compararmos com as demais questões. Na atenção dada aos locais para uma escola, percebemos que a preocupação estava mais voltada para questões referentes ao prédio escolar – a localização estava vinculada aos melhores edifícios já prontos – do que propriamente para o posicionamento dele

na cidade – uma área mais ou menos salubre. Algumas das mais conhecidas escolas ficavam, inclusive, do lado mais baixo da cidade, o mais pantanoso, com lodaçais e aterros, lembrando a já citada obra de Pedro Nava. Não queremos com isso dizer que nenhum fundamento do discurso médico foi levado em conta quando se pensavam no posicionamento espacial da escola na cidade, longe disso, mas que aqui outros critérios também foram importantes na escolha desse espaço.

De acordo com Viñao Frago (93/94), a localização do prédio escolar enquanto um problema a ser resolvido surgiu com a confluência de dois fatos: um foi a urgência de se colocar a instituição escolar num prédio próprio; o outro, a necessidade de se pensar a localização desse prédio dentro do planejamento urbano, tendo em vista o crescimento das cidades.

Com relação ao primeiro fato, a República trouxe consigo uma mudança na forma de escolarização das crianças substituindo as escolas isoladas por espaços específicos de aprendizagem. Essa mudança de espaço caracterizou também uma mudança de valores, sensibilidades e hábitos (FARIA FILHO, 1998a). Tal mudança demandou, por conseguinte, a procura de novos espaços para alojarem os então Grupos Escolares, principais representantes da escolarização republicana.

O segundo fato recebeu a atenção dos discursos médico-higienistas. Segundo os estudos de Rocha e Gondra (2002), a localização da escola seguia o seguinte critério: nas localidades pouco populosas, a escola devia ocupar a parte central da cidade; nos centros populosos, ao contrário, ela devia ficar afastada do centro para que o ensino não fosse perturbado pelos barulhos típicos de uma cidade grande. Em ambos os casos, a escola também devia manter distancia de “fabricas, quarteis e prisões, hospitaes e cemiterios, estábulos e cocheiras” (MELLO, 1902, apud ROCHA; GONDRA, 2002, p. 502) a fim de evitar os ruídos e as exalações nocivas à saúde.

Essa relação de lugares a se evitar sugeria também que a higiene devia ser tanto física quanto moral, devendo a escola se distanciar de lugares perniciosos e danosos à moralidade (VIÑAO FRAGO, 93/94).

O prédio que abrigou os primeiros Grupos Escolares de Juiz de Fora – Grupo José Rangel e Grupo Delfim Moreira, 1907²³ – se localizava no centro da cidade, na Rua Direita, atual Avenida Barão do Rio Branco, em frente à Igreja Matriz. De acordo com Braga, que concentrou seus estudos na arquitetura dos Grupos Escolares juiz-foranos,

²³ Os dois Grupos funcionavam no mesmo prédio com horários diferentes.

O centro da cidade poderia ser entendido como o lugar onde tudo acontecia. Local das confeitarias, dos passeios nas ruas, da chegada do trem de ferro na estação central, dos hotéis luxuosos, da passagem dos bondes, das repartições municipais, enfim, local da maior concentração de pessoas. O fato de uma escola pensada pela República ser instalada nesse local, colaboraria para uma maior visibilidade das iniciativas do governo, já que o centro englobaria um bom fluxo de pessoas que poderiam assistir as feitura do governo mineiro (BRAGA, 2009, p. 124).

Já o prédio do terceiro Grupo Escolar juiz-forano – Grupo Escolar Mariano Procópio, 1909 – ficava na periferia da cidade. O bairro Mariano Procópio era conhecido por ser populoso e contar com a presença de fábricas. A justificativa da presença da escola no bairro havia sido a quantidade de crianças que a localidade possuía e a dificuldade de elas se deslocarem até o centro da cidade – uma distância de aproximadamente 5 km –, onde se localizavam os outros dois Grupos (BRAGA, 2009).

Os primeiros Grupos Escolares seguiram, assim, a orientação da centralidade das escolas republicanas, embora o centro, pelo que nos apresenta Braga (2009), aparentasse ser um local de barulho devido à quantidade de estabelecimentos que se reuniam ali.

A exemplo daquilo que estava acontecendo em Belo Horizonte, relatado nos estudos de Faria Filho, em Juiz de Fora, os primeiros Grupos ocuparam estrategicamente um lugar de destaque na cidade, o que lhes garantia visibilidade. O referido autor, ao estudar sobre a construção dos Grupos Escolares belo-horizontinos, que também se deu no início do século XX, sinaliza para o fato de que esses prédios foram “construídos para serem vistos, admirados, reverenciados” e que deviam “ser tidos como modelares, para outros estabelecimentos, e modeladores de hábitos, atitudes e sensibilidades” (FARIA FILHO, 1998a, p. 2). Destaca ainda que a escola republicana “passa cada vez mais a significar uma instituição que visa não fundamentalmente a transmitir a cultura às gerações mais novas, mas a modificar a cultura de toda uma população” (FARIA FILHO, 1998a, p. 2).

O terceiro Grupo Escolar juiz-forano foge completamente à regra. Motivado por determinantes outros, o Grupo se localizava em meio ao barulho vindo das fábricas, às exalações insalubres vindas dos pântanos aterrados e às imoralidades vindas de estabelecimentos como o prostíbulo da cidade, conforme poetizado por Nava.

Assim, com relação aos primeiros estabelecimentos de ensino público republicanos de Juiz de Fora, parece-nos que as motivações acerca das localidades se estabeleceram a partir da urgência de serem vistos e assimilados por um maior número de pessoas e da assistência a bairros com considerável número de crianças.

Em *O Pharol*, a fonte privilegiada nesta pesquisa, encontramos indícios da preocupação do vínculo localidade-salubridade em somente 3 propagandas de escolas privadas.

Um exemplo foi a publicação feita pelo Colégio Granbery comunicando aos juizes a mudança de seu prédio. Ao listar os benefícios de tal mudança, o colégio indicava: “É superior quando ao clima, á pureza de ar e de água, ao saneamento e hygiene, ao arranjo interno, á isenção de moléstias e epidemias, á beleza das paisagens, o encanto das vistas” (O PHAROL, 5 de janeiro de 1893, p.2).

Este novo local da escola granberyense, possuidor de ares e águas mais puros e de “beleza das paisagens”, estava localizado fora da área central da cidade, no bairro Fábrica, e, por conta disso, foi tido como superior em qualidade higiênica.

A relação entre a pureza do ar e a localização espacial foi explicada pelo Dr. Eduardo de Menezes que assim a relatava:

(...) a sua insalubridade [do ar] ás proporções elevadas de bactérias athmosphericas que attingem a 80.000 por metro cubido nos centros das grandes cidades, decaindo progressivamente em relação com a rarefação das populações até ser mais ou menos nulla nas altas montanhas e no alto mar (MENEZES, 1911, p. 5).

Assim, a nova localização do Colégio Granbery foi associada à salubridade da região, tal como os discursos médicos associavam.

De acordo com o site atual do Colégio Metodista Granbery, a escola ficou instalada neste prédio, no bairro Fábrica, até o ano de 1898 quando adquiriu a

(...) chácara do capitão Modesto Camilo de Campos, lá na Rua do Commércio, que hoje é a Rua Batista de Oliveira, onde o Colégio Granbery firmou sua “morada”, com o prédio da sua atual casa sendo inaugurado em 1903. Sua presença marcante no local deu até mesmo nome ao bairro: Granbery (COLÉGIO METODISTA GRANBERY, recurso online).

O colégio, então, saiu da periferia e assumiu um ponto mais próximo ao centro da cidade. Vale comentar que o bairro Granbery, embora mais central do que o bairro Fábrica, se localizava no lado mais nobre da cidade, aquele com zonas mais frescas, bons ares e ventos favoráveis, conforme escreveu Nava.

Não estamos aqui a inferir que as mudanças de bairros se fizeram baseadas em preocupações acerca da salubridade dos locais, mas que o uso dos argumentos higienistas demonstra que havia um discurso dominante e direcionador que apontava a higiene nas escolas como fundamental.

Outra escola que apostou na relação localidade-salubridade em sua propaganda foi o Colégio São José. A escola, mediante publicação em *O Pharol*, também comunicava a seu público a mudança de suas instalações. Embora deixasse expresso que a mudança do prédio acontecia em virtude do aumento do número de matrículas, a escola se utilizava de argumentos do domínio da saúde para valorar a escolha do novo local. Ela assim se manifestava: “Esse prédio acha-se collocado em bairro muito salubre e tem excelentes recreios” (O PHAROL, 22 de dezembro de 1905, p. 3).

A localidade referida pela escola em sua publicação é o bairro Mariano Procópio que, como vimos, não detinha características de um local muito salubre. Apesar do floreio, podemos observar a influência que o discurso médico exercia sendo usado, inclusive, para embasar publicidades de centros educativos. Entretanto, como já nos alertava Certeau (2003) sobre as *artes de fazer*, houve aqui uma distinção entre o discurso e a prática. O discurso foi utilizado, mas não em toda sua totalidade. Não há propriamente uma oposição, a escola não descarta o valor da salubridade, ao contrário, o utiliza; o que há é uma reinterpretação ou, nas palavras de Certeau, uma reinvenção do modelo dominante que entendia locais de fábricas, de prostíbulos e de pântanos como danosos à saúde física e moral.

Por fim, o exemplo do Colégio São Pedro. Seu comunicado em *O Pharol*, ao reverso dos demais, tinha o intuito de ratificar a salubridade do local onde a escola estava instalada: “As aulas deste collegio continuam a funcionar no mesmo palacete do ex-hotel União e Industria, situado no alto do Morro da Glória, em um dos mais salubres bairros desta cidade” (O PHAROL, 27 de abril de 1890, p. 2).

O Morro da Glória, apesar de também ficar do lado insalubre da cidade se nos basearmos naquela visão nos passada por Nava, é um morro, uma região mais alta. Tais regiões eram interpretadas de outra forma pelos discursos médicos. Conforme vimos nas explicações do Dr. Menezes sobre a diminuição da insalubridade do ar, os locais mais altos mantinham relações mais próximas com a pureza do ar.

Referências sobre a localização de escolas em terrenos mais elevados como sinal de salubridade foram também notadas em outras regiões do país. Como forma de atestar isso, trouxemos o exemplo do Rio Grande de Norte que havia incluído em seu código de ensino de 1913 indicações expressas nesse sentido: “o prédio escolar deveria ser construído em terreno elevado, seco e isolado de outras edificações” (AZEVEDO; AMORIM; SANTOS, 2017, p. 137). Segundo os autores, estas indicações eram frutos da influência do higienismo no Estado.

Assim, através da publicação do Colégio São Pedro, notamos que o discurso médico acerca das áreas de maior salubridade outra vez é trazido aos jornais para valorizar a escola e gerar predileção dos pais para a matrícula de seus filhos.

Conforme alertamos no início desta análise, a localização do prédio escolar não recebeu tanto foco nas páginas de *O Pharol* e, se parássemos a leitura por aqui, ficaríamos com a falsa impressão de que pouca influência tivera o discurso médico sobre a educação juiz-forana no início da república. Mas, repetimos, esta seria uma precipitada conclusão. Prossigamos!

3.2 A ARQUITETURA DO PRÉDIO ESCOLAR

(...) iniciando-se o trabalho pela edificação dos grupos escolares urbanos e ruraes de modo se colloquem os preceitos do bello na construção. Não basta a solidez: a esthetica, a philosophia da arte, a sciencia do bello, deve se aliar á hygiene, ‘a sciencia das relações sanitarias do homem com o mundo exterior e dos meios de fazer contribuir estas relações á viabilidade e ao aperfeiçoamento do individuo e da especie’ (O PHAROL, 16 de agosto de 1904, p. 1).

A construção de um corpo social saudável devia passar pela arquitetura da escola. O aperfeiçoamento do indivíduo e da espécie, referido por Dutra Filho, autor da citação, passava pelo uso de princípios higiênicos na construção dos prédios escolares.

Abad, ao estudar a arquitetura escolar espanhola, constatou que a burguesia europeia do século XIX havia adotado o higienismo como um bem social necessário ao progresso, ao bem-estar, à ordem social, à disciplina do trabalho e à transparência moral; e que esses novos valores, simbolizados pela água, ar e luz, estavam “expresados en los espacios físicos construidos y que fueran fundamentales em la estructuración de la sociedad moderna”²⁴ (ABAD, 1992, p. 90).

Segundo a autora, a influência do higienismo pode ser notada em diferentes aspectos na escola republicana, “pero donde la higiene expresó más sensiblemente su capacidad conformadora fue em el diseño del edificio de la escuela”²⁵ (ABAD, 1992, p. 90). Abad especifica esta influência:

²⁴ Expressos nos espaços físicos construídos e que foram fundamentais na construção da sociedade moderna (tradução nossa).

²⁵ Mas onde a higiene expressou mais sensivelmente sua capacidade conformadora foi no desenho do edifício da escola (tradução nossa).

Las condiciones higiénicas exigidas para la construcción de escuelas impusieron los emplazamientos, la orientación del edificio, las dimensiones de las aulas, el número de ventanas y las dimensiones de las mismas, la dirección de la luz, los sistemas de calefacción, los servicios sanitarios, los espacios libres, los materiales de construcción etc, influyendo sobre la conformación del edificio escolar en general. Este conjunto de medidas higiénicas, impuestas sobre la escuela pública durante el siglo XIX y principios del XX, dio a la arquitectura escolar un carácter internacional uniformista, configurándola como una disciplina orientada a la definición de espacios específicos y diferenciados de otros conjuntos arquitectónicos.²⁶ (ABAD, 1992, p. 90).

A fim de melhor analisarmos esta influência do higienismo nos aspectos arquitetônicos de escolas, dividimos esta subcategoria em alguns temas de acordo com aquilo que nos ia sendo apresentado pelo jornal. São eles: escolas ao ar livre, sistemas de ventilação/aeração, tamanho das salas e iluminação. Abordamos cada tema separadamente e, ao final, apresentamos o caso da Escola Normal de Juiz de Fora como um exemplo às avessas.

3.2.1 ESCOLAS AO AR LIVRE

Com relação às escolas ao ar livre, encontramos nos escritos de H.G. menções que merecem nossa atenção. Ao escrever um artigo no qual denunciava situações que contribuíam para o problema escolar no Brasil, H.G. apontava o sistema de escolas ao ar livre como uma possível solução para esses problemas, particularmente, aos relacionados à saúde dos escolares. Segundo ele, “Existem na Alemanha ‘escolas em pleno ar’, nas quais os alunos tomam suas lições e fazem seus exercícios ao ar livre.” (O PHAROL, 17 de março de 1910, p. 1).

No mês seguinte a essa publicação, H. G. retorna às páginas do jornal para mais uma vez defender a prática de escolas ao ar livre que, de acordo com ele, contribuiria para a higiene escolar.

O problema da educação da infância tem sido, nos últimos tempos, a preocupação constante dos países [ilegível], notadamente, a Alemanha, a Inglaterra e a América do Norte. A França, a Itália e outros países vão seguindo o exemplo daqueles países.

²⁶ As condições higiénicas exigidas para a construção de escolas impuseram os locais, a orientação do edifício, as dimensões das salas de aula, o número de janelas e suas dimensões, a direção da luz, os sistemas de aquecimento, os serviços sanitários, os espaços livres, os materiais de construção etc, influenciando a conformação do edifício escolar em geral. Esse conjunto de medidas higiénicas, impostas à escola pública durante o século XIX e início do XX, deu à arquitetura escolar um carácter internacional uniforme, configurando-a como uma disciplina orientada para a definição de espaços específicos e diferenciados de outros conjuntos arquitetônicos. (tradução nossa).

Os povos latinos, sempre á frente dos grandes empreendimentos, neste particular, foram vencidos pelos anglo-saxões que enveredara, como sempre, pelo terreno pratico.

Não há muito ocupei-me, nesta columnna, da hygiene nas escolas que está sendo objecto de cuidados por parte dos poderem públicos da França. Referi-me, então, ás escolas ao ar livre já existentes na Allemanha.

A hygiene escolar é, realmente, assumpto de alta magnitude; mas esta é só uma face do problema que está sendo resolvida sob novos moldes nos paizes acima citados.

(...)

Vimos a França seguindo o exemplo da Allemanha, com suas escolas ao ar livre visando a hygiene; vemol-a agora imitando a Inglaterra, com o ensino em pleno ar e cujo objectivo é puramente pedagógico. Nós, que vivemos das imitações – boas e ruins – bem podíamos seguir o exemplo da França, pelo menos na parte relativa á hygiene escolar, uma vez que já a adoptamos o processo da palavrção, que não cança o cérebro das crianças. (O PHAROL, 12 de abril de 1910, p. 1).

Encontramos semelhante ideia vinda dos escritos do Dr. Eduardo de Menezes. Nas palavras do referido médico: “deverá ser adoptado o systema de Escola ao ar livre, ou jardins de infância, ficando apenas reservado o edifício para os dias de intempéries e excesso de calor” (MENEZES, 1911, p. 70).

A mudança de paradigma da escola circunscrita a um espaço fechado para escolas ao ar livre foi motivada pela doença, sobretudo a doença infectocontagiosa como a tuberculose. Médicos e Pedagogos, em final do século XIX, buscaram alternativas visando ao robustecimento físico dos alunos e apostaram no convívio com a natureza (AMARAL, 2016, p. 41).

Com a pretensão de afastar o aluno do fácil contágio que a escola primária do início do século XX lhe proporcionava, orientações higienistas inspiraram o surgimento das primeiras escolas ao ar livre.

Algumas características fizeram o modelo de escolas ao ar livre ser incentivado por médicos higienistas: "em primeiro lugar, o sol" que atuava na iluminação, na desinfecção e no metabolismo dos corpos infantis; “o ar livre” que supria a má influência de uma vida em ambiente fechado além de atuar afastando as infecções; o “repouso, realizado após o almoço”; a “alimentação” que devia ser balanceada; o “clima” mais propício (DALBEN, 2009, p. 137 e 138).

A natureza foi cultuada pelo potencial educativo e curativo. O sol, o ar, a água foram apreciados por parte do pensamento médico como forma de retorno ao ambiente natural e distanciamento das mazelas da vida urbana: “O urbano, visto como local da degenerescência, de imundices, corroborava a perspectiva de que um parque, repleto de elementos naturais

puros, seria um ambiente adequado para este retorno” (DALBEN, 2009, p. 142). O ar puro e o sol eram benéficos à saúde das crianças à medida que as afastavam das aglomerações e ambientes fechados, com pouca aeração e iluminação. Uma instituição escolar em meio à natureza proporcionaria uma regeneração tanto da saúde quanto da moral dos futuros cidadãos.

De acordo com Amaral, a primeira escola ao ar livre começou a funcionar em 1904 no meio de uma floresta na Alemanha. Tal modelo de escola “surge como principal medida de combate à doença que atingia a população infantil” (AMARAL, 2016, p. 44).

Já a primeira réplica deste modelo de escola surgiu em 1907 na França. Na Suíça, a *École au soleil*²⁷ foi inaugurada em 1909:

A escola ao ar livre implementada, inicialmente, nos sanatórios com a designação de ‘escola ao sol’, aproveitava, na sua plenitude, as potencialidades do ar puro e do sol das montanhas e conciliava duas realidades – a médica e a escolar – sem pretender que houvesse qualquer tipo de hierarquização (AMARAL, 2016, p. 44).

Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha e Inglaterra também adotaram esse modelo de escola. Na América, México, Estados Unidos, Argentina e Uruguai também tiveram experiências com escolas ao ar livre (DALBEN, 2009, p. 136).

Segundo André Dalben, no Brasil ocorreram alguns ensaios de escolas ao ar livre desde 1908, entretanto, tais escolas se limitaram a realização de aulas no campo. Um exemplo desse tipo de instituição se deu na cidade do Rio de Janeiro na Escola para Débeis Prado Júnior, na Quinta da Boa Vista.

Para além de algumas instituições que levavam as crianças para algumas aulas nos parques, “a primeira escola criada com o termo ‘ao ar livre’ no Brasil foi a Escola de Aplicação ao Ar Livre Dom Pedro II, fundada pelo Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo” (DALBEN, 2009, p. 139) e inaugurada em 1939.

Poucas foram, de fato, as experiências de escolas ao ar livre nos moldes defendidos pelos higienistas. Antonio Viñao Frago observou, nas fontes por ele estudadas, que, quando a adoção de escolas ao ar livre não era possível, a incorporação dos elementos da natureza ao espaço escolar era incentivada:

La mejor escuela estaba al aire libre, en la naturaleza, no entre las paredes de un edificio. Pero, aceptada la necesidad de este último, el campo escolar significaba la presencia de la naturaleza en la institución docente. No sólo

²⁷ Escola ao sol (tradução nossa).

había que salir a ella, al exterior, sino también incorporarla²⁸ (VIÑAO FRAGO, 93/94, p. 34).

Essa integração da natureza ao espaço escolar se fazia, por exemplo, com a adoção de jardins e pátios arborizados.

Em Juiz de Fora, ainda que não tenhamos encontrado indícios da adoção de escolas ao ar livre, o conceito de jardins e áreas arborizadas foi incorporado por algumas escolas. Daremos o exemplo de duas instituições que foram publicizadas em *O Pharol*.

Em junho de 1909, em publicação acerca da inauguração do Grupo Escolar de Mariano Procópio – que havia acontecido no dia anterior a esta publicação – observamos referências quanto ao prédio que abrigaria a escola:

O grupo de Mariano Procopio, que está optimamente installado num prédio que obedece a todos os preceitos da hygiene escolar, tem quatro salas divididas para as aulas de 1º, 2º e 3º annos, e dispõe de um bello jardim e de um regular pateo para recreio. (O PHAROL, 13 de junho de 1909, p.1).

Em setembro de 1911, na propaganda do Colégio Mineiro Americano lemos que a escola possuía “recreios espaçosos e arborizados.” (O PHAROL, 11 de setembro de 1911, p. 21).

Embora não saibamos se a pessoa por trás das iniciais H.G., autora dos artigos sobre o tema escola ao ar livre no jornal *O Pharol*, era médica, educadora ou leiga, seus textos nos auxiliam no entendimento da ideia de que as publicações sobre educação no jornal juiz-forano se aproximavam daquilo que era veiculado pela área da medicina sobre como devia ser efetivada a educação. Ou seja, as ideias debatidas pelos doutores dentro da SMCJF ganharam as páginas do jornal tornando-se discurso naturalizado quando o assunto era educação.

3.2.2 SISTEMAS DE VENTILAÇÃO/AERAÇÃO

No que se refere aos sistemas de ventilação/aeração dos estabelecimentos educativos, podemos ler no artigo de *O Pharol* de novembro de 1889 referências ao sistema francês:

O conselho superior de hygiene, de França, deu a sua aprovação ao processo que foi submettido ao seu exame, o que tem por fim produzir a ventilação permanente nas enfermarias, escolas e em geral, em todos os sítios em que é costume agglomerar-se um grande numero de pessoas.

²⁸ A melhor escola estava ao ar livre, na natureza, não entre as paredes de um edifício. Mas, aceita a necessidade deste último, o campo escolar significava a presença da natureza na instituição educacional. Não só havia de sair a ela, ao exterior, mas também incorporá-la (tradução nossa).

Consiste em substituir os vidros das portas e das janellas por uma tira de lona, que determina uma ventilação constante e insensível. Repetidas experiências de ventilação, feitas por este systema em alguns estabelecimentos públicos, produzira excellentes resultado. (O PHAROL, 13 de setembro de 1889, p. 2).

De acordo com Costa, a França, sofrendo influência das teses do médico sanitarista Johann Peter Frank, adotou o conceito de “Aerismo: a crença neo-hipocrática de que a doença se transmite principalmente pelo ar corrompido” (COSTA, 2013, p. 53). Corrupção essa que seria combatida através da renovação e circulação do ar que, assim, restauraria sua elasticidade e sua qualidade antisséptica: “mesmo antes de drenar a imundície é necessário assegurar a circulação do ar, evitando a estagnação que facilita a exalação dos miasmas” (COSTA, 2013, p. 53). Por miasmas, entendiam-se todas as emanções nocivas que corrompiam o ar e atacavam o corpo humano. O ar estagnado produziria miasma colocando em risco a saúde pública. Supunha-se, inicialmente, que a “doença estava no ar e que, portanto, era necessário fazê-lo circular” (COSTA, 2013, p. 54).

Valemo-nos dos ensinamentos de Chalhoub (1996) que, detalhadamente, historicizou o pensamento de infeccionistas e de contagionistas que se confrontavam no século XIX. Para os infeccionistas, o ambiente era o responsável pela transmissão das doenças por produzirem “miasmas” que infectavam as pessoas. Esta corrente foi a responsável por produzir um alicerce ideológico que sustentou as reformas urbanas.

Esta corrente foi também a responsável pelo embasamento teórico de diversas defesas sobre a importância do arejamento do espaço realizadas no Brasil. Tomemos o exemplo do Pará que a nós foi transmitido pelos estudos de Viana (2015). A autora, ao analisar periódicos pedagógicos publicados no final dos oitocentos e início do século XX, verificou ocorrência de educador empregando a teoria dos miasmas em seus escritos para defender a salubridade do ar. O educador ainda se utilizava de conhecimentos da fisiologia pulmonar para, segundo a autora, garantir que as recomendações higiênicas tivessem uma base científica comprovada e reconhecida.

Em Juiz de Fora, sistemas de ventilação e aeração eram uma constante nos discursos dos médicos. São palavras do Dr. Eduardo de Menezes com relação à arquitetura de prédios: “máximo de aeração e luminosidade; ausência completa de humidade e de viciação do ar”. (MENEZES, 1911, p. 41).

O ar limpo e puro, além de afastar o perigo do contágio, se fazia importante também no suprimento de oxigênio necessário ao trabalho mental, pois, segundo o Dr. Eduardo de Menezes, os:

(...) alumnos em estudo nos collegios [...] exercem um trabalho phychico que modifica a respiração [...] exigindo maior consumo de oxygenio e sendo nestas condições hygienico fornece-lhes ar mais puro, o que sem prejuízo das medidas adoptadas, se consegue por meio de systemas de aeração. (MENEZES, 1911, p. 63).

Sobre sistema de aeração suplementar, Dr. Menezes ainda reforça em outro momento de sua obra:

Aeração e ventilação suplementares e forçadas – Os systemas tendo por fim forçar a renovação do ar e mesmo a passagem de correntes de ar e ventilação são de grandes efeitos hygienicos. A aeração forçada supprime nas escolas, hospitaes, theatros, etc. a deficiencia de cubagem, augmentando a capacidade respiratória. (MENEZES, 1911, p. 64).

Esta ideia também era defendida pelo Dr. Paul Degraeve. Em seus escritos, que foram publicados em *O Pharol*, ele declarava que “todo o animal tem necessidade de respirar um ar puro” (O PHAROL, 21 de março de 1908, p. 1) e, ao explicar sobre o processo de absorção de oxigênio e exalação de gás carbônico, concluía que

Segue-se d’ahi que no fim de certo tempo o ar do aposento fechado e habitado, torna-se improprio á respiração. Toma então o CHEIRO DE AR CONFINADO, provoca indisposições, dores de cabeça, náuseas. Levados mais longe, estes accidentes acarretam a ASPHYXIA. Eis ahi porque as aglomerações de indivíduos ou de animaes são insalubres, e os campos – mais saudáveis do que as cidades. (O PHAROL, 21 de março de 1908, p. 1, grifo do autor).

Tendo, entretanto, de conviver nesses locais, ele sugeria a ventilação como forma de renovação do ar.

Remedeia-se a falta de espaço habitual pela ventilação ou o renovamento do ar. A ventilação se faz naturalmente pela abertura frequente das portas e janellas, por seus interstícios, por orifícios especiaes furados nos tectos, pelas chaminés. Mais quente e menos denso, o ar respirado tende a se elevar, e sua ascensão chama o ar mais frio do exterior é a TIRAGEM. (O PHAROL, 21 de março de 1908, p. 1, grifo do autor).

O Pharol publicava um entendimento acerca da higiene do ar que já se fazia presente em solo europeu. Cavadas, ao investigar o higienismo nas escolas primárias portuguesas do início no século XX, analisou um manual escolar que, segundo ele, era comumente utilizado e

observou que tal aparato educativo indicava, como forma de prevenção de doenças respiratórias que atacavam os portugueses, o ar puro e recomendava o de ensino medidas de higiene do ar às crianças: “aconselha que se arejem bem todas as divisões das casas para renovar o ar que se viciou devido às substâncias resultantes da respiração e das combustões” (CAVADAS, 2010, p. 48). O manual dedicou um capítulo para explicar as regras de uma ventilação adequada nas salas de aula “através das janelas, paredes, chaminé e teto” (CAVADAS, 2010, p. 51).

Faz-se novamente necessário registrar que a preocupação quanto a esta regra de higiene não necessariamente se concretiza com uma mudança de prática. Em pesquisa anterior, Vargas (2008) nos aponta duas passagens que ilustram esta ideia: uma corroborando com as ideias veiculadas e outra se afastando de tais recomendações.

No primeiro exemplo, leem-se elogios ao aspecto higiênico dos primeiros Grupos Escolares da cidade – Grupo Jose Rangel e Grupo Delfim Moreira – referindo-se ao arejamento dos mesmos: “a lotação, o arejamento, a luz, tudo obedece aos preceitos da boa pedagogia”²⁹. (SALLES, 1907, apud VARGAS, 2008, p. 98).

No segundo exemplo, verificamos uma crítica quanto a não observância destas regras no prédio do Grupo Escolar Mariano Procópio:

Visitei o grupo escolar de Mariano Procopio, bairro desta cidade. São enormes os inconvenientes do predio, onde ora funciona o grupo. Ali não ha salas, mas quartos pequenos e abafadissimos, sem iluminação conveniente³⁰. (TAVARES, 1913, apud VARGAS, 2008, p. 100).

Em *O Pharol*, encontramos algumas menções a instituições privadas da cidade nas quais o tema ventilação/aeração se fez presente, muitas delas foram nas próprias propagandas das escolas no jornal, o que nos faz também indagar sobre a fidedignidade dessas informações com a prática. Foram os casos da Academia de Comércio que assim anunciava: “vastos commodos para aulas, dormitórios, refeitórios, bem montados gabinetes de Physica e Chimica: tudo bem arejado e segundo as regras de hygiene moderna” (O PHAROL, 11 de setembro de 1909, p. 9) e do Ginásio de Minas – antes Colégio Malta – que foi mencionado em um artigo sobre a inauguração de seu novo prédio: “O novo prédio do gymnasio está

²⁹ Reportagem publicada por Antonio Salles no *Correio da Manhã* no dia 3 de junho de 1907 e republicada no *Jornal do Commercio* em 5 de junho de 1907 – p. 1 e 2 – nº3321.

³⁰ Relatórios da 15ª a 16ª Circunscrição Literária feita por Raimundo Tavares, inspetor regional do ensino, em 17 de fevereiro de 1913 para o Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro, Secretário do Interior. OBS.: Tais informações referem-se a um prédio provisório, alugado, em que funcionava o Grupo devido a uma reforma do prédio próprio que foi concluída no início de março de 1913.

situado á rua Direita nº 141, possuindo grandes salas, muito bem arejadas e altas, e contando com um mobiliário moderno e hygienico.” (O PHAROL, 19 de julho de 1910, p. 1).

Cabe-nos assim registrar que, nos discursos disseminados na sociedade juiz-forana através de seu principal veículo de informação, a educação tinha um comprometimento com o desenvolvimento e modernização da cidade mediante o ensino e a prática de valores proferidos pela ordem médica que acreditava na manutenção/produção de um corpo saudável – e, portanto, produtivo – através da adoção de medidas de prevenção de doenças e de atitudes imorais.

3.2.3 TAMANHO DAS SALAS DE AULA

Com relação ao tamanho das salas, muito se debateu nos discursos médicos acerca da altura e comprimento dessas salas para acomodar confortável e higienicamente os alunos. Conforme nos orientam Castro e Posse (2012), os parâmetros físicos da sala de aula juntamente com a quantidade máxima de alunos indicada por sala variam temporalmente e estão sujeitas a algumas imposições sociais, dentre elas estão as demandas higiênicas.

Um artigo publicado em *O Pharol* parece ilustrar essa ideia sugerida pelas autoras sobre as mudanças no entendimento acerca do espaço mais adequado às atividades escolares. Em agosto de 1908, L.G.³¹ assim a descreve:

Longe vae o tempo em que se suppunha que um grande salão preenchia todas as necessidades pedagógicas, e que um prédio escolar, sem enormes salões de aulas, devia ser implicitamente condemnado.
O ideal hoje é poder conseguir-se pequenas salas e grandes recreios! (O PHAROL, 20 de agosto de 1908, p. 1).

De acordo com Faria Filho e Vidal (2000), a mudança do método de ensino utilizado pode ter contribuído nessa mudança. O método mútuo de ensino, empregado largamente na Europa e incentivado nos períodos colonial e imperial no Brasil, possibilitava que um único professor ministrasse aula para até 1.000 alunos. Para tal, eram necessários grandes salões que comportassem tal número de crianças. O método mútuo passa a ser desincentivado devido a uma série de fatores e substituído pelo ensino individual. Para o desenvolvimento de tal método de ensino, não se fazia mais necessário que a sala de aula tivesse grande dimensão.

³¹ L.G. parece ser as iniciais de Lindolpho Gomes. Lindolpho era professor e inspetor técnico de ensino. Também trabalhava em *O Pharol* como redator.

Possuir pequenas salas vinha acompanhado de outra obrigação: limitar o número de alunos por sala de aula. Nas palavras de L.G, temos o que seria, então, o ideal para a dimensão de uma sala escolar: “O ideal é que a sala escolar tenha capacidade para comportar apenas 40 a 50 alunos.” (O PHAROL, 20 de agosto de 1908, p. 1).

Tal recomendação é percebida por outros autores que estudaram a influência do higienismo nas escolas brasileiras do período da primeira república.

Em Juiz de Fora, Vargas (2008), ao estudar os textos do Dr. Eduardo de Menezes, membro da SMCJF, assim expôs: “Cada sala teria de ser grande o bastante para suportar a quantidade de 50 alunos, não mais que isso” (VARGAS, 2008, p. 69). Convém destacar que essa quantidade de alunos coincidia com a indicada no Regimento Interno dos Grupos Escolares e das Escolas Isoladas do Estado de Minas Gerais em seu artigo 1 (prédio dos Grupos Escolares): “I. Pelo menos quatro salas de aula, com capacidade cada uma para 50 alunos”. (MINAS GERAIS, 1908, p. 5).

No Rio Grande do Norte, Azevedo e Santos observaram que o Código de Ensino do referido Estado datado de 1916

regulamentava minuciosamente a construção dos prédios escolares, que, em relação a preceitos básicos de higiene e conforto, apontava regras específicas, tais como: todas as salas de aula deveriam ser retangulares e ter capacidade máxima para 40 alunos (AZEVEDO; SANTOS, 2018, p. 197).

Em Pernambuco, de acordo com Arantes, nos Grupos Escolares, as salas deviam abrigar confortavelmente um grupo de 40 alunos. Segundo os documentos consultados pela autora

havia um grande debate sobre o número ideal de alunos para cada sala de aula, os franceses admitiam 50, os americanos 40 para as classes inferiores e 50 para as demais classes. Já os alemães, belgas, suíços, italianos defendiam 40 por classe. Todavia, alguns higienistas no Brasil propunham a redução para apenas 30 alunos para cada sala de aula (ARANTES, 2016, p. 9).

A quantidade de 30 alunos é confirmada pelas pesquisas de Castro e Posse que assim indicam: “o Código Sanitário Paulista determina 40 alunos/sala de aula, ou ainda 30, dependendo das circunstâncias” (CASTRO; POSSE, 2012, p. 20).

Desta forma, os escritos de L.G. em O Pharol acompanham as indicações percebidas em outras partes do Brasil e do mundo e que eram baseadas em princípios higienistas.

Seu artigo no jornal ainda demonstra, além de seus conhecimentos acerca da relação espaço-saúde dos alunos, os motivos de tal orientação:

Si as dimensões acanhadas de uma sala escolar pódem prejudicar gravemente a saúde dos alumnos, que nellas se agglomerem, não menos prejudicial ao bom andamento do ensino são esses grandes salões com capacidade para exaggerado numero de creanças.

É por isso que escreve o sr. Medeiros e Albuquerque, o qual durante annos foi o director geral da instrucção publica do districto federal, tratando de edificios escolares.

‘Há em todos elles salões colossaes em que não se tem remédio só não fazer funcionar seis e oito classes distinctas.

E nada há mais anti-pedagogico. É uma regra infallivel que quando duas classes funcionam, lado a lado, todos os alumnos de uma prestam os ouvidos ás licções da outra.

(...)

Estabelece a desordem, e as horas de aulas se passam infructiferamente, sem nenhum resultado. O próprio professor acaba por fatigar-se, dando de mão ao ensino’. (O PHAROL, 20 de agosto de 1908, p. 1).

A relação professor-aluno muda a depender da quantidade de crianças que o professor precisa ensinar. Nas palavras do Sr. Medeiros e Albuquerque, citado por L. G., com um grande número de alunos em uma sala se “estabelece a desordem”.

Essa ideia é analisada por Arriada, Medeiros e Vahl em estudo sobre a sala de aula no século XIX. Para esses autores, o tamanho reduzido das salas de aula “facilitava o controle do professor sobre os alunos” (ARRIADA; NOGUEIRA; VAHL, 2012, p. 48).

Salas pequenas também permitiam ao professor conhecer melhor cada criança individualmente, saber suas aptidões físicas e mentais, suas fragilidades corporais, seus hábitos higiênicos, suas propensões para alguma doença, suas condutas morais etc, como nos é apresentado por Arantes, quando a autora destaca as seguintes passagens da Instrução Pública de Pernambuco:

Ora, para conhecer a vocação dos alumnos, é necessário individualizar a educação até onde for compativel com o ensino collectivo. O melhor professor é o que conhece os seus alumnos. Para isso:

(...)

b) Fazer classes separadas para alumnos normaes, subnormais (mentalmente debeis, atrasados, repetentes, faltadores) e super-normaes (muito inteligentes).

c) dividir as classes elementares em secção A, B, C, D, de modo que, as aptidões dos alumnos apresentem poucas divergencias em cada secção.

d) conhecer a physionomia interior de cada alumno, seu modo de ser caracteristico; estudar os typos mentaes: visuaes, auditivos, motores, imaginativos, repetidores, reflexivos, logicos, estheticos, egoistas, altruistas, euphoricos, bonachães, depressivos, voluntariosos, abulicos (...). (PERNAMBUCO, 1929, p. 5 apud ARANTES, 2016, p.9).

Conhecer tão bem cada aluno demandava observá-lo. Assunto que foi também contemplado por *O Pharol* em agosto de 1906, quando lemos sobre a forma de educação

esperada para a Escola Normal Superior³². Em um momento do artigo, o texto menciona que os educadores formados por estas escolas deviam ser bons observadores dos alunos e explica os motivos:

A observação dos alumnos é o estudo de seu character e de suas disposições, feita sobre si mesmos, afim de se chegar ao conhecimento dos meios de fazer penetrar na intelligência e memoria as noções a serem ensinadas, prevenindo ou combatendo a invasão ou o desenvolvimento de defeitos, secundando as boas inclinações, fazer contrahir os hábitos que devem ser o resultado da educação e que são a garantia de uma vida moral e virtuosa (M. Charbonneau, op. Cit). (O PHAROL, 28 de agosto de 1906, p. 1).

Educação, saúde e moralidade. A tríade que costurava o projeto de uma Juiz de Fora moderna. Defendida pelos doutores da SMCJF e por outros agentes sociais, fazia-se presente também nos debates sobre as dimensões ideais para uma sala de aula.

Desta maneira, são válidas as recomendações de L. G.:

Um bom director de taes estabelecimentos, deve cumprir a rigor essa disposição regulamentar, não consentindo se agglomerem em taes salas oitenta e mais alumnos, como se praticava de antanho na maioria das escolas de todo o paiz. (O PHAROL, 20 de agosto de 1908, p. 1).

3.2.4 ILUMINAÇÃO DAS SALAS DE AULA

Por fim, com relação à iluminação de escolas, observamos novamente os escritos do Dr. Paul Dégrave, publicados com o título *A Hygiene: Iluminação*, nos quais o autor descreve os problemas que poderiam ser ocasionados com a falta de uma iluminação adequada nos locais em que se exigia visão de perto:

A illuminação das habitações encontra todas as regras de applicação na illuminação das escolas e das officinas em que o trabalho exige a visão de perto.

O TRABALHO DE PERTO cança a vista e favorece a myopia. Associada a estes esforços, a inclinação para deante da cabeça e do corpo acarreta a congestão do cérebro e as deformações da columna vertebral. Trabalho de perto e attitudes viciosas se encadeiam reciprocamente.

Evitar um é afastar a outra. Estas duas questões não fazem sinão uma.

Para impedir a visão de perto, a illuminação da sala deve ser sufficiente; a luz nada deslumbrante, e uniforme. (O PHAROL, 19 de março de 1908, p. 1, grifo do autor).

³² A Escola Normal Superior formava alunos para atuarem como professores das demais escolas normais do Estado de Minas Gerais.

Outra publicação em *O Pharol* que corrobora com este entendimento da relação entre iluminação inadequada e problemas na visão é encontrada em dezembro de 1911 quando o Dr. Emilio Loureiro assim descreve:

A luz é o excitante normal e physiologico da visão. A boa qualidade, abundancia e hygienica orientação da luz são a saúde para a vista. A má qualidade, insuficiencia e má direcção são nocivas para os olhos, muita vez produzindo myopia. (O PHAROL, 14 de dezembro de 1911, p. 1).

Esta compreensão já era bastante divulgada na Europa, em particular na França. Existia, nos regulamentos franceses, uma preocupação com a iluminação do prédio escolar pela luz natural o que demandou, inclusive, a elaboração de cálculos a fim de se garantir que esta luminosidade natural chegasse, de forma constante e uniforme, a todas as mesas dos escolares. Tal cuidado tinha como finalidade a prevenção do emprego de posturas físicas prejudiciais à saúde dos alunos. (BENCOSTTA; BRAGA, 2011).

Em Minas Gerais, Braga expõe dois achados de sua pesquisa em que esta relação luminosidade-saúde ficou em evidência. Em um deles, em 1902, quando Estevam de Oliveira, que era na época inspetor de ensino, produziu um relatório “justificando o posicionamento das janelas nas salas para uma melhor iluminação sem causar danos às vistas e posturas dos alunos” (BRAGA, 2009, p. 118). No outro, em 1925, em um artigo intitulado *Pelas Escolas – A myopia escolar e a iluminação das aulas*, constante na Revista do Ensino de Minas Gerais, que havia reproduzido discussões sobre “as razões para o aparecimento da miopia nos alunos e dentre elas, o posicionamento errôneo das janelas gerando iluminação prejudicial seria uma das causas” (BRAGA, 2009, p. 118).

Para além da prevenção da miopia e problemas posturais ocasionados pela falta de iluminação adequada, a luz também possuía outro aspecto higiênico: o de matar os micróbios. Dr. Paul Dégrave, descrevendo sobre salas de aula, orientava a abertura de grandes janelas justificando o uso da luz também como microbicida: “abrir-se-ão grandes janellas. Deverão ser grandes, porque A LUZ É O MELHOR AGENTE MICROBICIDA e é para nós uma fonte de saúde e de vida”. (O PHAROL, 19 de março de 1908, p. 1, grifo do autor).

Antes das descobertas de Pasteur, os miasmas eram apontados como os principais responsáveis pelas doenças, contudo, após suas pesquisas apontarem para a existência dos micróbios, houve a tomada de outras medidas higiênicas até então não utilizadas. Isso não significa dizer, no entanto, que a teoria miasmática tivesse sido abandonada, pelo contrário, ainda podemos encontrar marcas desta teoria nos escritos dos pensadores higienistas brasileiros (MACHADO, 2011).

A luz solar foi entendida como uma grande arma de combate aos micróbios matando-os em curto tempo de exposição (DIAS, 2008).

Para garantir todos os benefícios que a luz solar podia oferecer, foram apresentadas regras para uma melhor iluminação dos espaços escolares. Dr. Paul Dégrave e Dr. Emilio Loureiro, em momentos distintos, detalharam sobre essas regras.

São escritos do Dr. Dégrave:

Uma iluminação que chega por de traz é insuficiente, porque o corpo a intercepta e faz sombra; si vem de frente, offusca; si cahe de cima offusca ainda, reflectindo-se sobre o papel; a mão direita faz sombra durante a escripta em uma iluminação colocada á direita. De preferencia, A LUZ DEVE POIS CAHIR SOBRE O LADO ESQUERDO DOS ALUMNOS.

(...)

Á noite, as lâmpadas devem ser dispostas de maneira á produzir uma iluminação semelhante. (O PHAROL, 19 de março de 1908, p.1, grifo do autor).

Nas palavras do Dr. Loureiro:

A luz que o alumno recebe de frente ou de traz, não póde ser aceita pelas sombras que projectam, difficultando a leitura e a escripta e assim molestando os olhos.

Restam a luz bi-lateral e uni-lateral. A primeira póde ser de igual intensidade em ambos os lados ou um lado recebe maior quantidade de luz que o outro; é o que se chama iluminação diferencial.

A luz uni-lateral póde ser dada á esquerda ou á direita. A primeira é a única adoptada por ser a mais saudável para a vista. (O PHAROL, 14 de dezembro de 1911, p. 1).

Conforme podemos observar, ambos concordam que a iluminação mais indicada é aquela que é oferecida a partir do lado esquerdo do aluno. Tal recomendação condiz com as regras praticadas na Europa.

Nas escolas francesas, recomendava-se que as janelas fossem colocadas de tal modo que as salas fossem iluminadas “unilateralmente e de preferência pelo lado esquerdo” (BRAGA, 2009, p. 118).

Elejalde (2002), ao estudar a influência do higienismo nas escolas de Vitoria, município espanhol, também se deparou com as mesmas regras. O pedagogo Ricardo Rubio, estudado pela autora, havia publicado no *Boletín de la Institución Libre de Enseñanza*³³, no ano de 1910, um texto intitulado *Notas de Higiene escolar* no qual indicava algumas especificações para a melhor iluminação das salas de aula. A autora resumiu quais eram estas especificações ditadas por Rubio:

³³ Boletim da Instituição Livre de Educação (tradução nossa).

deberemos tener en cuenta la dirección en que los alumnos reciben la luz, que puede ser unilateral anterior, posterior, bilateral; la luz anterior, la posterior y la central no se consideran convenientes, la luz unilateral izquierda es la más recomendable³⁴ (ELEJALDE, 2002, p. 180).

Elejalde, após analisar outros registros da época, apontou para o fato de que quase todos os higienistas concordavam com esta orientação da luz pela esquerda dos alunos.

A importância dada ao discurso médico sobre a iluminação fez escolas privadas juiz-foranas apostarem em propagandas onde havia um apelo a tal tema. Foram os casos do Colégio Mineiro Americano que fez alusão à claridade de suas salas de aula: “Dispõe de boas salas de aulas, claras e convenientemente arejadas” (O PHAROL, 11 de setembro de 1909, p. 13) e da Academia de Comércio que foi citada no jornal com as seguintes referências: “O novo compartimento de accordo com todas as regras de hygiene (...) é bem ventilado, dotado de luz sufficiente”. (O PHAROL, 7 de janeiro de 1904, p. 1).

Conforme pudemos observar ao longo da exposição, os discursos sobre arquitetura escolar publicados em *O Pharol* tinham um forte viés higienista. Textos de médicos, pedagogos e leigos, juiz-foranos ou não, convergiam para a ideia de que era preciso proteger os corpos dos alunos contra as doenças e a imoralidade. Concebia-se um modelo de corpo mais adequado às atuais demandas sociais e econômicas; um corpo que fosse mais saudável e mais forte, sem vícios morais e que, por consequência, fosse também mais rendoso para a nova relação de trabalho que se instituiu após o fim da escravidão.

A construção da Juiz de Fora moderna passava, inevitavelmente, pela construção desses novos modelos de corpos e a educação escolar tinha papel fundamental neste processo. Entretanto, novamente como bem nos adverte Certeau, um discurso pode inspirar algum tipo de prática, entretanto, ele não é a própria prática. Com esta provocação, o autor desenvolveu a ideia de um consumo ativo e produtivo de um discurso por seus usuários, o que ele chamou de *artes de fazer* (CERTEAU, 2003).

Intelectuais estrangeiros e brasileiros que estudam a influência do higienismo nas escolas puderam constatar certo distanciamento entre o discurso e a realidade.

Este foi o caso, por exemplo, de Abad que, pesquisando sobre as escolas espanholas, assim descreveu:

Conviene destacar que la distancia entre normativa legal y realidad fue más patente en el edificio de la escuela. La mayor parte de la enseñanza primaria

³⁴ Devemos levar em consideração a direção em que os alunos recebem a luz, que pode ser unilateral anterior, posterior, bilateral; a luz anterior, a posterior e a central não são consideradas convenientes, a luz unilateral esquerda é a mais recomendável (tradução nossa).

en nuestro país se daba en espacios improvisados que habían servido o servían a la vez de ‘cuadras, almacenes, cárceles, residuos conventuales y pósitos’, como demostró Luis Bello en su intensa y extensa cruzada por las escuelas de España³⁵. (ADAB, 1992, p. 113).

Bencostta, ao estudar a implantação das primeiras escolas republicanas em Curitiba – particularmente os Grupos Escolares – também constatou que “o investimento dos poderes públicos paranaenses não correspondeu às expectativas de um discurso que propunha a regeneração da sociedade por meio da educação” (BENCOSTTA, 2001, p. 110), contudo, segundo o autor, esta constatação não reduz a influência dos debates de intelectuais, educadores e políticos no direcionamento e resultados do novo modelo republicano de escolarização.

Assim como esses autores, também pudemos constatar em nossas pesquisas casos em que o discurso acerca das condições higiênicas do prédio escolar fora desprestigiado diante de outras urgências. Ilustraremos com um caso publicado em *O Pharol* referente à Escola Normal de Juiz de Fora.

3.2.5 A ESCOLA NORMAL DE JUIZ DE FORA: NOTAS SOBRE UM CONFRONTO ENTRE O DITO E O FEITO (OU UM EXEMPLO ÀS AVESSAS)

A Escola Normal de Juiz de Fora foi criada em 1894 e desativada em 1907. Até 1903, ela funcionou no prédio que servira ao antigo mercado da cidade, no Largo do Riachuelo, e, após essa data, ela foi fixada no Palacete de Santa Mafalda (COHN, 2007).

Com relação ao primeiro local de instalação da Escola Normal, podemos ler a seguinte informação no relatório escrito pelo presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora, Dr. João Nogueira Penido Filho:

Escola Normal
 Pareceu razoável, sob o ponto de vista economico, quer quanto a tempo, quer quanto a despezas, modificar-se o nosso antigo mercado, e adaptal o á installação provisória desta Escola.
 Falharam, porém, ambas aquellas razões justificativas.
 (...)

³⁵ Convém destacar que a distância entre a normativa legal e a realidade foi mais evidente no prédio da escola. A maior parte da educação primária em nosso país se dava em espaços improvisados que haviam servido ou serviam ao mesmo tempo ‘quadras, armazéns, prisões, remanescentes de conventos e depósitos’, como demonstrou Luis Bello em sua intensa e extensa cruzada pelas escolas da Espanha (tradução nossa).

a illustre Directoria procura outro predio de melhores accommodações por julgar o actual inteiramente baldo dos requisitos próprios á missão para que o destinaram. (O PHAROL, 13 de fevereiro de 1895, p. 2).

Dr. João Nogueira Penido Filho, além de presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora, foi um dos fundadores da SMCJF. Em seu relatório, ele deixa claro que a intenção de alocar a Escola Normal no antigo mercado da cidade tinha caráter provisório, visto que as acomodações não possuíam atributos próprios para uma escola, e que a ideia da instalação do colégio naquele local tinha mais relação com fatores econômicos de tempo e de dinheiro do que com outras preocupações.

No confronto entre discursos higienistas e necessidades econômicas, a segunda opção foi a considerada na decisão do local de instalação da Escola Normal, mas não sem críticas, como veremos.

Um articulista, que não se identifica, faz-nos perceber que a busca por um prédio em melhores condições para abrigar a Escola Normal perdurou por anos. Deixando claras as péssimas condições higiênicas do atual edifício, ele assim descreve:

é objecto fóra de mais controvérsia a imprestabilidade do edificil da Escola. O que há, portanto, a resolver é o logar onde deve o nosso instituto funcionar, uma vez que o prédio do collegio Sião é de aluguel elevado.

(...)

elles, sem duvida, irão agir de maneira a se tornar realidade a actual aspiração, que muito de perto se relaciona com o interesse dos paes dos alumnos, na môr parte do sexo feminino, e, constituições débeis como são, facilmente prejudicarão a sua saúde em salas a que faltam todas as condições de hygiene escolar.

Conjurar semelhante perigo – é um dever. Se o prédio do antigo collegio Sião não puder ser obtido, cremos há ainda muitos e bons edificios nesta cidade para ahi ser installada a Escola que, num momento dado, póde ser um foco de moléstias contagiosas: não estamos a alarmar, estamos tão somente procurando prevenir. (O PHAROL, 27 de março de 1902, p. 1).

Fica visível que a referida imprestabilidade do prédio estava intimamente ligada ao seu aspecto higiênico e a sua possível contribuição para o aparecimento de doenças.

As denúncias feitas, contudo, não foram suficientes para a resolução do problema. Em artigo de maio do mesmo ano, o articulista acusava o secretário do interior de ter solicitado ao diretor da escola informação sobre as condições higiênicas do prédio da Escola Normal mesmo depois de tantas reclamações sobre o referido prédio.

Não fosse o nosso paiz o paiz do papelório, e, certamente, o sr. secretario do interior não officaria ao sr. dr. director da Escola Normal desta cidade, pedindo informações a respeito das condições hygienicas do prédio em que ella funciona.

Em todos os seus relatórios, quer o antigo director, sr. dr. Leonidas Detsi, quer do actual, sr. dr. Eloy de Araujo, fizeram elles sentir que o edificio não se presta ao fim para que foi destinado, (...) e a sua mudança para local melhor desde muito é pedida, como dissemos, pelos seus dignos directores. O sr. dr. Eloy de Araujo repetirá agora o que tem dito sempre que se lhe offerece ensejo de o dizer, isto é, que o edificio em que está a Escola Normal da primeira cidade de Minas não serve porque... não presta, o que, de resto, já tem sido escripto, falado, e explicado por quem sabe e quem deve. O mais é papelório, como se prova de que, na secretaria do interior, são as baratas e as traças as leitoras dos relatórios. (O PHAROL, 14 de maio de 1902, p. 1).

Com uma pitada de humor crítico, ele denunciava a burocracia estatal como mais um entrave na resolução do problema da mudança do prédio da Escola Normal. Problema esse que permaneceria ainda no ano seguinte.

Um articulista – sem identificação – descreve assim a situação da escola em fevereiro de 1903:

Com bastante mágua vemos que as aulas de Escola Normal vão funcionar no mesmo edificio acanhado, imprestável, sem hygiene, com o seu aspecto de barca Ferry, muito velha e escangalhada.

(...)

O anno passado, tratámos do assumpto e houve promessa de que a escola seria transferida para melhor prédio.

Infelizmente, o tá bom deixou veio transtornar tudo, e a escola continua em uma casa condemnada.

É lamentável descaso! (O PHAROL, 17 de fevereiro de 1903, p. 1).

Ainda em 1903, outro articulista – ou o mesmo, já que também não se identifica – ao comentar sobre a entrega de diplomas aos alunos que concluíram o curso normal, aproveitou para denunciar o prédio: “O edificio, em que tem logar a solemnidade, infunde a máxima tristeza, porque não presta, porque é um attentado clamoroso contra todas as regras de hygiene pedagógica.” (O PHAROL, 5 de abril de 1903, p. 1).

As denúncias em *O Pharol* acerca do prédio desta escola eram incansáveis. Assim como Abad e Bencostta constataram em realidades particulares, o caso da Escola Normal de Juiz de Fora também retrata o ainda distanciamento entre o discurso e a prática, mas também mostra a pressão exercida para que o colégio se enquadrasse nas normas higiênicas ditadas pela ciência médica.

3.3 O MOBILIÁRIO ESCOLAR

“Vê-se, assim, a parte importante que a mobília representa na complexidade da hygiene escolar que, em sua evolução, impõe rigorosos deveres para com a saúde dos alumnos; e disto é que o governo mineiro não deve esquecer”. (O PHAROL, 31 de agosto de 1907, p. 2).

Tema de muitos debates médicos, o mobiliário escolar também esteve refletido nas páginas de *O Pharol*. Como bem nos sugere José Mathias, autor da citação, a mobília escolar estava diretamente vinculada à saúde dos alunos e, por isso, precisava ser tratada pelos poderes públicos.

Um mobiliário inadequado nas salas de aula seria nefasto ao aluno por uma série de motivos. José Mathias enumera dois: “o aparecimento de deformações do corpo” e “o desenvolvimento da myopia.” (O PHAROL, 31 de agosto de 1907, p. 2).

Dr. Emilio Loureiro já nos especifica mais quais eram essas deformações do corpo e qual sua relação com a mobília utilizada:

É intuitivo que um banco muito baixo com uma mesa muito alta obriga o alumno a se encurvar em demasia e assim se produzem attitudes viciosas, desvios anormaes do rachia, conhecidos com os nomes de cyphose, escoliose e lordose, conforme a inclinação do rachis se faz para frente, para traz ou para os lados.

Uma mesa muito baixa força o alumno a inclinar a face para o papel, olhar de perto e assim produzir myopia. (O PHAROL, 14 de dezembro de 1911, p. 1).

Machado, ao historicizar as carteiras escolares utilizadas em Portugal, fez uma relação dos principais problemas de saúde que eram apontados por higienistas à época e que estavam relacionados a uma mobília inadequada. A miopia e os problemas na coluna, apontados pelo Dr. Emilio Loureiro em *O Pharol*, figuram na relação trazida pela autora que, inclusive, fez questão de destacar que “higienistas escolares do início do século XX afirmavam mesmo que a escola é uma fábrica de míopes e corcovados” (MACHADO, 2004, p. 173).

Para além da miopia e problemas de coluna, a autora também apontou problemas digestivos – resultantes da pressão dos órgãos abdominais sobre a mesa quando esta estava mal dimensionada e, por consequência, oportunizava que o aluno se debruçasse sobre ela durante a escrita –, problemas respiratórios e circulatórios – derivados de maneira similar aos problemas digestivos, a diferença era a parte do corpo apoiada que agora era a região torácica –, papeiras, dores de cabeça e hemorragias nasais – ocasionadas pela diminuição da circulação sanguínea na região do pescoço quando o mesmo ficava caído sobre o ombro em posição de descanso – e furúnculos e abcessos – causados quando, num banco muito alto, as crianças

eram obrigadas a sentarem em sua borda ou a ficarem com as pernas penduradas comprimindo a coxa e interrompendo a circulação sanguínea.

Este conjunto de consequências, com pequenas variações, foi apresentado aos juizes por Franco Vaz. Em extenso artigo intitulado *O Mobiliário Escolar: O problema da escolha de um mobiliário apropriado ainda não foi resolvido*, o autor, citando os trabalhos de Roland, descreveu:

Em seu trabalho, summamente interessante, o dr. Roland expõe as cinco consequências mechanicas das attitudes viciosas.

A primeira é a compressão do thorax pela aresta posterior da estante, contrariando os movimentos da respiração, a expansão do pulmão e favorecendo o deposito de ar impuro, das poeiras, do bacillo de Koch, na região do pulmão que respira menos.

A segunda é a flexão lombar, a inclinação lateral, impedindo os movimentos do estomago e do intestino, perturbando a indigestão, augmentando a tensão abdominal, congestionando o cérebro e os órgãos da bacia.

A terceira é o apoio sobre os cotovellos, de que resulta, muitas vezes, a cyphose, o dorso arredondado, ou o que nós chamamos vulgarmente de ‘corcunda’, a deformação asymetrica da bacia.

A quarta consequência, produzida pelo apoio sobre o cotovello esquerdo, determina a scoliose esquerda, a bossa costal, o estreitamento, a obliquidade da bacia. Resulta dessas quatro consequências da attitude viciosa em que os alumnos se conservam nos trabalhos de leitura e escripta, um enfraquecimento parcial ou total de nutrição, a que em pathologia escolar se dá o nome de cephalalgia escolar ou ‘papeira de Guilherme’, além de outras moléstias do systema nervoso, autophysação do crescimento, chlorose, escrophulose, tísica etc. Em se tratando de meninas, estas são as consequências principaes: dysmenorrea, esterilidade, dystocia, diminuição da natalidade etc.

A quinta consequência, finalmente, apresentada pelo illustre congressista provém da approximação exaggerada dos cadernos e livros, produzindo a myopia, a dilatação antero-posterior dos olhos, a diminuição de resistência da retina e, consequentemente, a diminuição da acuidade visual e a myopia. E para avaliar os graves inconvenientes desse mal, elle refere que, desde 1872, a myopia tem dado lugar a mais recusas no serviço militar do que a tuberculose. (O PHAROL, 11 de novembro de 1910, p. 2).

Todos esses infortúnios ainda podiam ser agravados de acordo com a categoria deste espaço: se internato ou externato e se sala de estudo ou sala de aula. Citando os estudos de Riant sobre higiene e educação, Franco Vaz assim observou:

Si essa influencia é perigosa nas escolas de instrucção primaria, onde o trabalho dura cada dia, approximadamente, cinco horas e pelo espaço de cinco a seis annos, muito peor é, certamente, em se tratando do internato, onde o educando está em aula, usando da carteira, cerca de onze horas cada dia e pelo espaço de dez annos.

(...)

essas salas [de estudo] devem ser providas de um mobiliário ainda mais cuidado e confortável que os das salas de aulas, porque nestas o educando, geralmente, tem, apenas, notas a tomar e si demora menos, ao passo que

naquellas a demora é, em geral, mais longa e o preparo das lições mais trabalhoso, exigindo, portanto, mais espaço e mais commodidade. (O PHAROL, 11 de novembro de 1910, p. 2).

O mobiliário até aquele momento utilizado nas escolas começou a ser interpretado como antiquado à atual situação, visto que, ao invés de contribuir com a prevenção de doenças, as desencadeava. Dr. Emilio Loureiro nos dá um panorama de como esses mobiliários foram compreendidos: “Em relação ao mobiliário escolar, temos em nossas escolas mobílias de todos os estylos e de todos os tempos, algumas dignas de figurarem em museu de antigualhas”. (O PHAROL, 14 de dezembro de 1911, p. 1).

Dr. Emilio Loureiro permite ainda que nos localizemos temporalmente ao revelar uma transformação no modelo de mobiliário: “Para remediar esses inconvenientes a hygiene escolar adoptou, como typo de mobiliário, a mesa-banco inseparável.” (O PHAROL, 14 de dezembro de 1911, p. 1).

Ao longo do século XIX, quando a preocupação com o mobiliário escolar ainda não estava vinculada às condições de saúde dos alunos, mas sim com a simplicidade de um modelo barato de fabricação, os bancos escolares eram grandes o suficiente para comportarem de 4 a 8 alunos (BENCOSTTA, 2013).

A introdução de modelos menores, como a “mesa-banco inseparável” citada pelo Dr. Loureiro, veio em resposta às reivindicações da época, entre essas, os apelos acerca de prevenção de doenças.

Os modelos antigos de bancos possuíam três características muito criticadas: “ausência de encosto, de apoio para os pés e largura insuficiente do assento. Nas três situações, o banco torna-se uma fonte de fadiga, pois o aluno não tem possibilidade de repousar” (ALCÂNTARA, 2014, p. 69).

Em *O Pharol*, dois artigos publicados fizeram referências a essas características apontando-as como problemas que deviam ser superados no novo modelo de mobília escolar. Em um desses artigos, escrito pelo Dr. Paul Degrave, lemos:

A Hygiene

VIII

Mobiliário escolar

(...). É necessário ainda prevenir as ATITUDES VICIOSAS por certos detalhes de construcção do mobiliário escolar.

O alumno será bem assentado sobre um BANCO bastante largo para supportar todo o comprimento da coxa. Os pés repousarão naturalmente sobre uma prancha collocada sobre o solo. O busto, disposto verticalmente, apoiar-se-á contra um ESPALDAR, situado na altura dos rins. (O PHAROL, 20 de março de 1908, p. 1).

Em outro momento, podemos observar a importância dada ao tema encosto por Franco Vaz:

era indispensável dar encosto a todas ellas, porque assim se impediria o alumno de tomar determinadas attitudes, tão prejudiciaes á disciplina e á boa ordem da classe, como á sua saúde, á hygiene da vista e ao desenvolvimento da estatura. (O PHAROL, 11 de novembro de 1908, p. 2).

Móveis mais confortáveis estavam associados à prevenção de posturas corporais que estivessem em desacordo com as normas higiênicas. De acordo com Bencostta, “a ideia era que o ajuste do apoio para os pés por meio de pedais ajudaria a descansar a coluna vertebral” (BENCOSTTA, 2013, p. 24) e, com Alcântara, “o apoio para os pés que tinha a finalidade de evitar os problemas circulatórios” (ALCÂNTARA, 2014, p. 131).

Para além do descanso para os pés, do encosto e de uma largura adequada do assento, os novos mobiliários deviam ainda variar seu tamanho adaptando-se às necessidades dos alunos em crescimento. Alcântara traduz as palavras de Ferdinand Buisson, inspetor geral do ensino primário francês, proferidas na Exposição Universal de Viena em 1873, como um verdadeiro slogan daqueles tempos, e-las: “O banco deve se adaptar ao aluno e não mais o aluno ao banco” (BUISSON apud ALCÂNTARA, 2014, p. 63).

A partir desta ideia, outros três conceitos se costumavam a fim de concretizar esse propósito: distância, diferença e inclinação.

Nos escritos de Rui Barbosa, mais especificamente na *Reforma do Ensino Primário e várias Instituições Complementares da Instrução Pública*, de 1883, lemos o entendimento que se tinha desses três conceitos:

Na investigação das leis que deviam presidir à construção normal do banco-mesa, o mais importante móvel da escola, três objetos chamaram, desde o começo destes estudos, a atenção da medicina: a separação entre a aresta anterior do assento e o alinhamento vertical da mesa, separação a que Fahrner pôs, e a que ficou o nome peculiar de *distância*; a diferença de altura entre a mesa e o banco, a que se ligou a denominação técnica de *diferença*; a *inclinação* da superfície da mesa. Estudando as relações entre cada um destes elementos da questão e as dimensões da estatura dos alunos nas várias idades, Fahrner fixou em sete o número de modelos para os discípulos de todos os tamanhos, sendo *nula* a *distância*, e de 0m,06, sobre 0m,36 de largura, a *inclinação* da carteira (BARBOSA, 1883, p. 26 e 27, grifo nosso).

Tais conceitos ganharam também as páginas de *O Pharol* na publicação dos textos de Paul Dégrave:

O rebordo inferior da ESTANTE terminará justamente ao nível do bordo anterior do banco, sua altura corresponderá a do cotovello, de maneira que o antebraço ahi pouse sem esforço. Enfim, a estante será inclinada de 40 a 45 graus sobre a horizontal para a leitura, de 20 graus somente para a escripta, porque uma inclinação mais forte tornaria difficeis os movimentos da mão. (O PHAROL, 20 de março de 190, p. 1, grifo do autor).

Franco Vaz também abordou esta questão tomando novamente como referência os ensinamentos de Riant, o qual é tratado como “eminente higienista e educador” pelo nosso autor. São escritos de Franco Vaz:

Riant era de parecer, então, que ‘deveriam ser próximo o banco e a mesa nas carteiras, de modo a não forçar o alumno a se inclinar, para escrever ou ler’ (...).

A proporcionalidade entre o talhe dos alumnos e a altura das carteiras era uma medida indispensavel, evitando que se collocassem educandos de estaturas differentes em carteiras semelhantes, dando logar, assim, a fatigarem-se excessivamente e a assumirem attitudes más, causadores de diversos vicios de conformação, desvio da columna vertebral, myopia, congestões e estreitamento do perímetro thoraxico, de que resultam, muitas vezes, no futuro, molestias pulmonares e do coração. (O PHAROL, 11 de novembro de 1908, p. 2).

A junção dos atributos incorporados aos novos modelos de mobiliário escolar – apoio para os pés, encosto e largura suficiente do assento – às medidas de distância, diferença e inclinação deveria de ser, matematicamente, perfeita ao tamanho e idade dos alunos, caso contrário, contribuiria para o surgimento de doenças. Abad assim descreveu:

la disposición del asiento, su distancia del suelo, la separación vertical de las mesas, las formas del respaldo, la inclinación del tablero etc., fueran escrupulosamente calculadas de acuerdo a la talla de los escolares y a las leyes del crecimiento³⁶. (ABAD, 1992, p. 105).

No fim, as estratégias utilizadas na construção do novo mobiliário escolar tinham por finalidade a prevenção de doenças escolares através do disciplinamento das posturas corporais dos alunos e da imposição de formas autorizadas de apropriação daquele móvel.

A partir desta necessidade estabelecida, emergem uma indústria manufatureira e um mercado consumidor. De acordo com Alcântara,

Os Estados Unidos e alguns países da Europa foram os grandes propagadores dos modelos higiênicos de carteira escolar nas Exposições Universais. A comparação entre os diversos modelos, no sentido de estabelecer qual deles atendia melhor os preceitos da higiene, era uma

³⁶ A disposição do assento, sua distância do solo, a separação vertical das mesas, as formas do encosto, a inclinação das mesas etc foram escrupulosamente calculadas de acordo com o tamanho dos alunos e com as leis de crescimento (tradução nossa).

estratégia para conquista do mercado consumidor. Portanto, a carteira circula nas grandes feiras universais não somente pelo valor higiênico, mas também comercial. Esses valores se imbricavam nas propagandas de mobiliário escolar, fazendo das carteiras objetos de desejo e de necessidade para a escola moderna (ALCÂNTARA, 2014, p. 80).

Desta forma, a adoção desses novos modelos de carteiras também colocavam a escola e o Estado numa posição de progresso, conforme almejavam os ideais modernos.

Em Juiz de Fora, observamos um movimento do poder público municipal em ajudar a equipar as escolas particulares do município com a mobília adequada:

Communica nos o sr. dr. Duarte de Abreu, digno presidente da camara municipal, que – no intuito de facilitar a introdução nos estabelecimentos de ensino particulares do mobiliario escolar aconselhado pela moderna hygiene, se promptifica a fornecel-os pelo custo, devendo os pretendentes depositar previamente a importancia das respectivas encomendas na directoria de fazenda municipal. (O PHAROL, 16 de setembro de 1906, p. 2).

Notamos também a presença de propagandas referentes a este tipo de mobília, como a publicada em junho de 1902:

De accordo com os trabalhos sobre hygiene escolar publicados pelo sr. dr. Vieira de Melo, acaba de ser fabricada e exposta na livraria Laemmert, é rua 15 de novembro em S. Paulo, uma nova cadeira, para uso da infância que cursa as aulas.

A nova invenção obriga os alumnos, quando sentados, a ser manterem em posição correcta impedindo que se curvem, que tenham os hombros baixos, cahidos, ou que tomem uma posição inconveniente já para sua constituição physica, já para que se habituem a manter uma certa linha mais própria nas aulas e mesmo nos passeios. (O PHAROL, 7 de junho de 1902, p. 1).

Tal divulgação de mobílias higiênicas em jornais foi notada em várias regiões do Brasil. Tomaremos o exemplo apresentado por Azevedo, Amorim e Santos relativo a uma publicação no jornal *A República* no Rio Grande do Norte:

Carteira Escolar “Higienica Lisowsky” a única que merece privilégio mundial, garantida pelos maiores cultos da hygiene e pedagogia e recomendada aos educadores, pais de família e médicos até para os fins de tratamento. A carteira “Lisowsky” favorece uma posição normal ao aluno. Ao contrário das muitas que tem aparecido até hoje que prejudicavam fisicamente ao aluno, provocando desvios da coluna vertebral, desenvolvimento defeituoso do tórax e pulmões, na digestão, e outros defeitos no organismo infantil. A construção da cadeira higiênica escolar “Lisowsky” obedece a cálculos científicos de especialista da matéria. Todo código de orientação verdadeiramente pedagógica deve adaptar Carteira Escolar “Lisowsky”. Todo pai de sentimentos elevados deve ter na própria casa para seu filho uma Carteira Escolar “Lisowsky”. Único representante no Rio Grande do Norte da Modern School do Rio de Janeiro. Matheus

Petrovich, rua D. Barata nº 9, Natal. (HYGIENE..., 1916, p. 3). (AZEVEDO; AMORIM; SANTOS, 2017, p. 149).

Conforme havia nos sugerido Alcântara, a comparação entre os modelos é usada como estratégia de venda. Notamos tal estratégia em uma exposição feita pelo Dr. Roland no 1º Congresso de Higiene Escolar e de Pedagogia Fisiológica ocorrido em Londres em 1903 e relatada em *O Pharol* pelas mãos de Franco Vaz. Nosso autor comunicava que Dr. Roland, ao apresentar esse trabalho, havia declarado que, depois de examinar todos os tipos de carteiras escolares adotados pela França, se considerava autorizado a afirmar que em escola alguma existia uma carteira que prevenisse a atitude viciosa do estudante, na leitura ou na escrita. Ele chegou mesmo a declarar que, ao contrário, era o mobiliário que estava sendo utilizado o primeiro a provocar essa atitude.

Depois de uma longa exposição de todos os problemas que a má postura poderia ocasionar nos educandos, Vaz diz que, no referido congresso, o Dr. Roland

(...) terminou o seu trabalho apresentando um aparelho pelo qual se evita que as crianças se aproximem demasiadamente dos cadernos e dos livros. Esse aparelho é o Optostato Integral (a denominação é infeliz, de tão rebarbativa). Depois de apresentá-lo, informou o seu autor que o emprego dado ao mesmo, em casas de família e nas escolas, auctorizava-o a declarar que ele fornece a todos os leitores, quer adultos, quer crianças, a posição que evita a myopia, a cyphose, a scoliose e os outros prejuízos da attitude viciosa. (O PHAROL, 11 de novembro de 1910, p. 2).

Elejalde, relatando sobre as ideias médicas a respeito do mobiliário escolar apresentadas no congresso citado, também fez referência ao trabalho do Dr. E. Rolland descrevendo, inclusive, o mesmo aparato:

La conferencia del Dr. E. Rolland, que estudia la cuestión del mobiliario escolar. Concretamente, la mesa escolar, en su opinión casi todos los modelos usados en las escuelas tienen consecuencias negativas para los alumnos. Defiende que pueden solucionarse todos estos inconvenientes con el empleo del Optostato integral, especie de parapeto, el cual mantiene al niño forzosamente en una posición que aquél considera higiénica³⁷ (ELEJALDE, 2012, p. 70 e 71)

³⁷ A conferência do Dr. E. Rolland, que estuda a questão do mobiliário escolar. Especificamente a mesa escolar, em sua opinião, quase todos os modelos usados nas escolas têm consequências negativas para os alunos. Defende que podem solucionar todos estes inconvenientes com o emprego do Optostato integral, espécie de parapeto, que mantém a criança forçosamente em uma posição que considera higiénica (tradução nossa).

Bencostta levanta esta questão das posturas rígidas entendidas como higiênicas. Segundo ele, “fixados por uma higiene que entendia a simetria corporal que prescrevia posturas rígidas como salutaras à saúde do aluno” (BENCOSTTA, 2013, p. 24).

Não obstante a toda propaganda, houve algumas resistências. Resistências estas que, longe de estarem contrárias aos ditames do higienismo, questionavam os modelos já apresentados.

Este é o caso, inclusive, do Franco Vaz que havia descrito a apresentação do Dr. Roland. Vaz questionava a aceitação e disseminação do “optostato”:

O optostato do dr. Roland terá deveras resolvido esse problema? Primeiramente, a sua aceitação, e, em seguida, a sua disseminação, terão modificado as deploráveis condições e os graves inconvenientes que decorrem dos mobiliários das escolas imperfeitos, não somente no interesse da pedagogia, mas principalmente da hygiene? A verdade, infelizmente, é que a questão continuou e continua a esperar por uma solução definitiva e categorica. (O PHAROL, 11 de novembro de 1910, p. 2).

Questionava também a quantidade de modelos existentes:

É necessário, perguntava ele [Riant], que se exijam sete ou oito modelos, como nas escolas americanas ou suissas? Por querer o supérfluo, arrisca-se a não obter o indispensável. Tres tamanhos parecem ser sufficientes (O PHAROL, 11 de novembro de 1910, p. 2).

Para José Mathias, não havia nem necessidade de importar as carteiras que figuravam nas propagandas dos países produtores:

Não é preciso luxo na organização deste serviço, nem mandar vir do estrangeiro carteiras de alto preço, pois modestamente com a nossa indústria, os conhecimentos que nos oferecem os especialistas, podemos dotar nossas escolas de perfeito mobiliário. (O PHAROL, 31 de agosto de 1907, p. 2).

Adotando ou não a totalidade do discurso médico sobre o mobiliário, não podemos deixar de admitir que, quando se falava em carteiras e bancos escolares, era o padrão higiênico que embasava as discussões.

Como vimos, tais discussões se difundiram por Juiz de Fora através de *O Pharol* e marcaram o discurso pedagógico com um viés higiênico. Impunha-se às escolas o dever de forjar corpos saudáveis e bem estruturados. Corpos fora deste padrão deviam ou ser endireitados ou retirados do contexto escolar, como veremos no capítulo referente à educação física.

Assim, finalizamos a nossa categoria Espaço Escolar ratificando a ideia de que a educação esperada para a Juiz de Fora moderna passava por uma análise pormenorizada dos

diversos detalhes que a compunha e que, nessa análise, o pensamento advindo da medicina teve papel fundamental no direcionamento das ações a adotar.

4 OS TEMPOS ESCOLARES

Art. 41. A ordem dos trabalhos, a duração do dia escolar, o tempo destinado a cada classe e finalmente a distribuição das horas do serviço escolar, devem rigorosamente ser regulados de acordo com o alludido programma, afóra o que constar de presente regulamento. (MINAS GERAIS, 1906, p. 161).

Assim como a categoria espaço, o tempo é aqui entendido enquanto construção. Algo de entendimento mutável, categoria não fixa. Estudá-lo nos impõe esmiuçar os valores que o sustentam.

Valemo-nos dos escritos de Parente para entender tal categoria:

A categoria *tempo* é aqui definida como conceito histórico, social e cultural. Aceitar essa premissa significa aceitar que a noção de tempo não é elemento *a priori*, ou seja, que existe assim como os diversos elementos da natureza. Significa ainda aceitar que a noção de tempo é elemento da criação humana e tem passado por inúmeras transformações ao longo da história. (PARENTE, 2010, p. 3).

Dentro desse conceito ampliado de tempo, situamos o tempo escolar historicamente construído como “um tempo social vinculado à constituição da infância como classe de idade cuja identidade se associa ao tempo de ir à escola” (SOUZA, 1999, p. 129). Foi com a criação de sistemas de ensino nacionais que emergiram novas distribuições do tempo escolar.

Com a reformulação do sistema de ensino ocorrida no Brasil no período republicano, houve a necessidade de se repensar a organização do tempo destinado às atividades dentro da escola. De acordo com Silva e Vangiler, “As escolas isoladas, que funcionaram por algum tempo como único estabelecimento de ensino, apresentavam uma organização do tempo muito subjetiva” (SILVA; VANGILER, 2016, p. 5).

Faria Filho e Vidal (2000) corroboram com a afirmação das autoras e ainda acrescentam que os horários praticados pelas escolas isoladas se adaptavam à conveniência de professores, alunos e costumes locais. Desta maneira, para a concretização da nova forma de escolarização idealizada para a república, faziam-se necessárias a construção e a legitimação de novas referências de tempo e ritmo de estudo.

Em Minas Gerais, a reforma educacional de 1906 imprimiu uma nova cultura de ensino com a aclamação dos Grupos Escolares:

além de agrupar em um só prédio as escolas que estavam isoladas, propunha nova ordem administrativa e pedagógica, na qual o Estado estipularia os programas, os métodos a serem utilizados, os horários das disciplinas, os livros, os prazos e número de matrículas (YAZBECK (LOLA); SILVA, 2007, p. 146).

O novo modelo de escolarização adotado resultou em uma nova construção do tempo escolar. Com a adoção dos Grupos Escolares, maneiras tradicionais e subjetivas de gerir o tempo foram substituídas por formas mais padronizadas. O novo espaço educacional mantinha relações tão estreitas com este novo tempo escolar que muitos autores defendem a “indissociabilidade do tempo e do espaço” (PYKOSZ; TABORDA DE OLIVEIRA, 2009, p. 151).

O trato que escolhemos realizar neste trabalho, analisando o tempo escolar separadamente, não se faz por entendermos o tempo dissociado do espaço, mas por ele apresentar muitas nuances que solicitam ser foco de uma interpretação mais pormenorizada.

Desta forma, percebido enquanto construção e associado a outros aspectos dentro da escola, acreditamos que os discursos da área da saúde também contribuíram para a nova organização do tempo escolar republicano e que, em Juiz de Fora, a discussão realizada em *O Pharol* sobre a estruturação de tais horários foi embasada por um conhecimento higienista.

O progresso juiz-forano também se construiria através da organização rigorosa de seus tempos e, nesta proposta, o tempo escolar servia de exemplo moldando os corpos dos futuros trabalhadores. Como observa Rosa Fátima, “de fato, a escola impõe hábitos de pontualidade, de ordem e aproveitamento máximo do tempo – aprendizagens importantes para a vida adulta” (SOUZA, 1999, p. 129).

A fim de melhor compreendermos esta categoria, a dividimos em dois tópicos: Tempo Escolar X Tempo social e Tempo Institucional.

4.1 TEMPO ESCOLAR x TEMPO SOCIAL

A preocupação com a adequação do horário das escolas ao tempo social começou a ser mais discutida no jornal juiz-forano com a inauguração dos Grupos Escolares na cidade em 1907.

Juiz de Fora foi a primeira cidade em Minas Gerais a contar com a nova proposta de ensino público estadual inaugurando seu 1º Grupo Escolar em 04 de fevereiro de 1907 no prédio que abrigava a Escola Normal, o Palacete Santa Mafalda. Para suprir a escassez de vagas do 1º Grupo que não atendia a demanda de crianças em idade escolar da cidade, foi instalado um 2º grupo em 23 de março de 1907 no mesmo prédio, em turno diferente do primeiro, sob a mesma direção. No ano de 1915, “o primeiro Grupo Escolar recebeu a

denominação de ‘Grupo Escolar José Rangel’ e o segundo ‘Grupo Escolar Delfim Moreira’, passando, posteriormente, a serem denominados de Grupos Centrais” (COHN, 2008, p. 68).

O decreto n. 1.960/06 acerca da reforma do ensino primário e normal de Minas Gerais assim determinava o ano letivo e o horário diário das escolas primárias mineiras:

Art 97. As aulas primarias do Estado funcionarão de 21 de janeiro ao dia 14 de novembro de cada anno e serão diárias, das 10 horas da manhã ás 2 da tarde.

Parapho único: Não haverá aula aos domingos e dias feriados decretados em lei. (MINAS GERAIS, 1906, p. 170).

De acordo com Gonçalves e Faria Filho, esse horário, quando proposto, já havia sido muito questionado porque estava em desacordo com os costumes mineiros em relação à alimentação. Esse horário coincidia com a hora do almoço o que deixava as crianças ocupadas “ora tendo que atender às mães que as mandava ao comércio fazer compras para o preparo da alimentação, ora levando a marmita para o pai que se encontrava no trabalho” (GONÇALVES; FARIA FILHO, 2007, p. 42) fazendo com que elas faltassem às aulas ou chegassem atrasadas.

Quando os Grupos Escolares de Juiz de Fora foram inaugurados, o horário diário estabelecido pela legislação foi modificado. Como o 1º e o 2º Grupos Escolares de Juiz de Fora dividiam o mesmo palacete, o 1º Grupo começou a funcionar das 7 às 11h e o 2º Grupo das 12 às 16 horas. Esses horários foram motivos de muita discussão na cidade, defendidos por uns e criticados por outros.

Com uma série de publicações quase que diárias realizadas em diferentes espaços podemos acompanhar esta disputa.

Em 6 de março de 1907, pouco antes da instalação do 2º Grupo Escolar, um grupo de professoras, já receando as complicações que novo horário adotado pudesse causar, resolveu escrever um carta ao diretor da escola solicitando a inversão dos horários dos Grupos:

As professoras do 1º Grupo Escolar da cidade de Juiz de Fóra, tendo conhecimento pelo decreto nº 24 de Fevereiro de 1907, que as aulas do referido Grupo, funcionarão das 7 da manhã ás 11, vêm solicitar de Vª. Ex. a inversão do horario dos Grupos, passando o 1º a funcionar das 12 ás 4, e o 2º, das 7 ás 11.

As suplicantes fazem tal pedido, motivado pela declaração já feita da maior parte dos paes dos alumnos, de que não será possível os mesmos frequentarem, ás horas designadas, normalmente os alumnos do 1º anno, creanças de 7 e 8 annos.

As aulas do referido Grupo, têm funcionado com frequencia satisfactoria, em vista dos esforços das professoras, que receiam perder esta frequencia desde que as aulas sejam pela manhã. (REZENDE et al, 1907, p. 1).

No dia posterior, em 7 de março de 1907, foi publicada uma extensa resposta à carta das professoras e à citada declaração feita pelos pais de alunos sobre a impossibilidade de seus filhos frequentarem o Grupo Escolar no novo horário. Tal texto foi atribuído a L.G. que é identificado por *O Pharol* da seguinte forma: “escreve-nos uma auctoridade do ensino publico e que mal se disfarça sob as iniciaes L.G.” (O PHAROL, 7 de março de 1907, p. 1). Conforme indicamos no capítulo anterior, acreditamos que L.G. sejam as iniciais de Lindolpho Gomes. Lindolpho era professor e inspetor técnico de ensino, tendo trabalhado também como redator em *O Pharol*.

A publicação iniciava primeiramente situando o leitor do que estava acontecendo com os horários dos Grupos Escolares da cidade. O autor relatava que o novo horário escolar estava provocando certos receios aos pais de família “sobre a practicabilidade da medida, na suposição de que o almoço depois das onze horas e a ida para a escola matinalmente podem prejudicar a saúde dos alumnos.” (O PHAROL, 7 de março de 1907, p. 1).

Com o propósito de por fim a esses receios, L.G. listava uma série de cidades e países que já adotavam horários semelhantes. Podemos observar na relação apresentada algumas interessantes comparações com o Brasil e com os horários que iriam ser adotados em Juiz de Fora. Segundo ele, em Portugal, as escolas elementares já estavam organizadas com “aulas de manhã e á tarde” (O PHAROL, 7 de março de 1907, p. 1). Na Suécia, “as licções começam durante o verão ás 7 horas da manhã e no inverno ás 8” (O PHAROL, 7 de março de 1907, p. 1). Na Itália, particularmente em Milão e Genova, as escolas já estavam funcionando logo pela manhã fazendo um pequena pausa das 11:30 às 12:00h para que os alunos e professores pudessem almoçar. Em Bruxelas, Bélgica, as escolas também funcionavam em dois horários, de manhã e a tarde. Na França, o período escolar era dividido em dois tempos, os alunos entravam pela manhã, paravam para almoçar – o que podia ser feito na escola ou em casa – e retornavam no período da tarde para prosseguirem os trabalhos. Igualmente se dava em Columbia, nos EUA. Segundo L.G., todos esses locais adotavam os horários matutino e vespertino em suas escolas “não obstante a inclemência do clima no inverno e a necessidade que há da alimentação ser feita em horas menos espaçadas” (O PHAROL, 7 de março de 1907, p. 1).

Por conseguinte, ele afirmava não ser prejudicial o horário que estava sendo proposto para os juiz-foranos: “não é antipedagógica nem surprehende sinão aos inexpertos sobre assumptos de organização escolar, a medida criteriosamente tomada pelo illustre sr. dr. Carvalho Britto” (O PHAROL, 7 de março de 1907, p. 1).

L.G., citando o pediatra e higienista português António de Almeida Garrett, dizia que, em países quentes como o Brasil e a Índia, onde a alimentação se reduzia a poucas coisas – “legumes ou fructas, arroz e tónicos, como o café” (O PHAROL, 7 de março de 1907, p. 1) – ficava fácil de levar alimentos para a escola.

Embasado em conhecimentos científicos, ainda declarava que “todos os higienistas, que temos lido, insistem na necessidade que há da criança, principalmente o collegial, de levantar cedo e fazer o passeio ou estudo matinal” (O PHAROL, 7 de março de 1907, p. 1).

Além do princípio higiênico, ele ainda acrescentava outros argumentos. Quanto ao horário da manhã, ele argumentava que “às 7 horas da manhã em nosso paiz, ainda no tempo de inverno, a sahida ao ar livre é sempre agradável e sempre útil” (O PHAROL, 7 de março de 1907, p. 1) e também que, como as escolas públicas eram principalmente para as crianças pobres, filhos de operários, “estes ao irem de manhã para as officinas, para o trabalho levarão os filhos á escola, gozarão desse gratíssimo prazer” (O PHAROL, 7 de março de 1907, p. 1). Quanto à mudança no horário alimentar, dizia L.G. que “raríssimos são os lares que se não almoça das 11 horas para o meio dia, tanto mais que é commum, nas famílias brasileiras, o uso de uma primeira refeição de pão e café, logo ao deixar o leito” (O PHAROL, 7 de março de 1907, p. 1). E, por fim, ao aproveitamento do tempo que restaria às crianças durante o dia, ele acrescentava: “E ás 11 horas, após a sahida das aulas, muitas crianças pobres, feita a refeição, poderão ainda ganhar meio dia de trabalho nas officinas, junto dos paes” (O PHAROL, 7 de março de 1907, p. 1).

L.G. finaliza seu artigo se dirigindo ao corpo docente do Grupo descrevendo o relatório de Frazão sobre os professores italianos:

Aqui, na Italia, os professores fazem o seu dever quer gostem, quer não. Quando algum é mandado como auxiliar, faz o que lhe mandam, deixando a responsabilidade a quem de direito. Não há discussão nas escolas, há só trabalho. Uma cousa me tem impressionado em toda parte da Italia por mim percorrida e, notavelmente, em Milão e em Turim, que é onde tenho feito mais attenta observação; é a *magnanimidade* destes professores que se *esquecem de si, de seus commodos, de seu descanso* para se dedicarem com todas as forças ao apostolado do ensino.

De *dia*, de *noite*, nos *domingos* as escolas estão sempre cheias. Quem não pode apprender de dia, apprende de noite; quem não pode apprender á semana, apprende ao domingo. E os professores estão sempre prompts por nada ou quasi nada. (O PHAROL, 7 de março de 1907, p. 1, grifo do autor).

Tal artigo não ficou sem resposta. Ela veio no dia posterior a essa publicação. No dia 8 de março de 1907, o jornal *Correio da Tarde* trouxe a publicação de um suposto operário sobre o tema:

Escreve-nos um operário:

Acabo de ler o artigo que L.G. publicou, hontem, no Pharol, defendendo o horário do 2º grupo escolar; em via de organização nesta cidade, e , apesar das bonitas citações sobre o que passa lá pela extranja, etc.etc., não estou convencido nem da conveniência, nem da utilidade de ficar uma creança sem almoçar, presa na escola, desde as 7 horas da manhã ao meio dia. É possível que, sendo eu um dos inexpertos sobre assumptos de organização escolar, não comprehenda bem o alcance dessa medida altamente pedagógica e pedagogicamente higienica, e não me conforme, por isso, em condemnar meu filho a levar juntamente com os livros, couve, banana e café em garrafa, para almoçar na escola, não obstante ser essa a nossa principal alimentação, segundo Garret, citado por L.G.. O que me vale, neste particular, é não ser o ensino obrigatório, porque então, como operário que sou, e morando na rua dos Artistas, no Morro da Gratidão, nem menos poderia, por ter de apresentar- me ás 6 horas da manhã ao trabalho, gozar do gratíssimo prazer de acompanhar o pequeno á escola, e ajudar a conducção da matricula. Lá quanto aos professores cuja magnanimidade lhes fazem esquecer- se de si, de seus commodos, de seu descanso, de dia, de noite, aos domingos, não é da minha conta, elles que entendam com o Frazão, e leiam o seu relatório. (Correio da Tarde 08/03/07 p.1). (YAZBECK (LOLA); SILVA, 2007, p. 149).

Poucos dias depois, mas ainda antes da inauguração do 2º Grupo Escolar, em 14 de março de 1907, Estevam de Oliveira, inspetor técnico do ensino, publica no jornal *Correio de Minas*. Ele também discordava do horário proposto para o funcionamento dos Grupos de Juiz de Fora, “pois segundo ele, isto não estaria em conformidade com o modo e costumes das pessoas, prejudicando até mesmo o aprendizado das crianças” (YAZBECK (LOLA); SILVA, 2007, p. 151).

Estevam de Oliveira não só desaprovava o novo horário proposto como era mesmo contra a criação do 2º Grupo Escolar. O inspetor técnico do ensino publicou vários artigos no jornal *Correio de Minas*, que, a propósito, pertencia a ele. Em Juiz de Fora, o *Correio de Minas* foi um dos poucos que ousaram criticar a reforma da educação de 1906, o que lhe rendeu uma reputação de opositor do governo (SOUZA, 2013).

De acordo com Souza, depois de algumas publicações de Estevam de Oliveira criticando a criação do 2º Grupo Escolar e a consequente mudança no horário das aulas, o próprio Estevam noticiou as reações aos seus artigos:

foi empenho do governo demonstrar a sem-razão dos reparos opostos e o propósito firme em que estava de a cousa alguma attender em contrario ao seu modo de ver. Para isso mandou traduzir e publicar no Minas Geraes um trabalho do dr. J. Bernardo Trancoso, inserto em La Higiene escolar, de Buenos-Aires. Seguidamente appareceu no Pharol um outro artigo, recheiado de erudição livresca, de erudição accumulada em alguns minutos de consulta, com o intento de se evidenciar a nenhuma procedencia da opposição contraposta ao dito horário (OLIVEIRA, Estevam de., *Correio de Minas*, 26/03/1907, p. 1 apud SOUZA, 2013, p. 87).

De acordo com Souza, as pesquisas do Dr. Trancoso apontavam para os benefícios dos trabalhos escolares serem divididos em dois turnos: de manhã e a tarde. Ele se referia, entretanto, a divisão da atividade escolar, ou seja, os mesmo alunos, em vez de receberem suas lições em um período de cinco ou seis horas seguidas, as teriam em dois tempos de três horas, sendo algumas no período da manhã e outras no período da tarde. De acordo com o estudioso, isso era o mais higiênico a se fazer, pois evitava a sobrecarga do trabalho para a criança.

A partir disso, Estevam de Oliveira alegou que aquilo que Dr. Trancoso defendia não se aplicava para os novos horários dos Grupos Escolares da cidade. Como eram duas escolas independentes, com alunos diferentes, não haveria pausa nos trabalhos escolares e, por isso, era indevida a utilização desses escritos para sustentar tais horários. Assim, para atender as orientações do Dr. Trancoso, seria “necessário que funcionasse somente um grupo escolar, com lições divididas em dois turnos, ideia que foi defendida por Estevam de Oliveira em um de seus artigos” (SOUZA, 2013, p. 88).

Estevam de Oliveira alegava ser anti-higiênico o horário da manhã uma vez que a obrigação de chegar muito cedo à escola não dava tempo suficiente aos alunos de se alimentar de forma adequada. Para fundamentar seus argumentos, Estevam utilizou estudos de Aimé Riant, médico francês e professor de higiene, e de Dr. Eduardo de Menezes, médico da SMCJF. Este último acreditava ser a boa e adequada alimentação a solução para a reposição energética do corpo e conseqüente saúde. Na contramão disso, uma alimentação inadequada ou um retardamento dos horários das refeições prejudicariam as crianças física e intelectualmente.

Segundo Estevam de Oliveira, a alimentação no período da manhã seria prejudicada, pois

Antes daquela hora, as seis ou seis e meia, por exemplo, não se faz em Juiz de Fóra a distribuição de leite, primeiro dos alimentos para a idade infantil, como igualmente a de pão, complementar daquela. Alimentos quentes (caldos, sopa, e legumes cozidos) não são possíveis ao amanhecer do dia, nem isso está em nossos hábitos. Acresce a isto a circunstancia de não serem o leite e o pão alimentos vulgares e communs entre as classes propriamente pobres, entre as classes operárias de qualquer natureza, donde a consequência de uma grande porcentagem de alumnos ficar sujeita a trabalho mental durante quatro horas consecutivas sem nenhuma alimentação (OLIVEIRA, Estevam de., Correio de Minas, 28/03/1907, p. 1 apud SOUZA, 2013, p. 88).

Logo após essas séries de publicações de Estevam de Oliveira no *Correio de Minas*, L.G. retorna às folhas de *O Pharol* na edição referente aos dias 1 e 2 de abril de 1907 para responder aos artigos publicados por Estevam. L.G. não citou abertamente o nome de Estevam, mas o identificou como “ex-vice-diretor do collegio de Volta Grande” (O PHAROL, 1 e 2 de abril de 1907, p. 1). De acordo com Kappel (2010), Estevam de Oliveira havia estudado e trabalhado em Volta Grande, MG, tornando-se “regente das cadeiras de português e francês, sendo também substituto das de aritmética, geografia e latim (primeiro ano)” (KAPPEL, 2010, p. 35). Nesta segunda publicação de L.G., ele é apontado como “auctoridade do ensino, e que se occulta sob as iniciaes L.G.” (O PHAROL, 1 e 2 de abril de 1907, p. 1).

Logo no início de seu artigo, L.G. deixou claro que se tratava de uma resposta ao texto publicado no jornal *Correio de Minas* no qual o articulista, embora se declarasse adepto da teoria do Dr. Trancoso, afirmava ser anti-higiênico o horário matinal do Grupo Escolar de Juiz de Fora. De acordo com L.G., o articulista do *Correio de Minas* elogiava o trabalho matinal dos institutos equiparados de São João Del Rei e Barbacena porque seu turno iniciava às 8 horas e terminava às 11 horas, mas criticava o horário de 7 horas da manhã para o início das atividades no Grupo Escolar juiz-forano.

L.G., fazendo uma clara referência aos escritos de Estevam, dizia recorrer a sua “erudição livresca” para provar o quão descabido era o ponto de vista do articulista do *Correio de Minas*. Valendo-se das orientações do ministro da instrução pública da Alemanha, onde o frio era rigoroso, ele refletia sobre os hábitos juiz-foranos relatando que:

Na Revista Pedagogica (...) encontra-se o seguinte aviso do sr. ministro da instrucção publica da Allemanha: <<Sempre que o thermometro centigrado marcar 25° á sombra, ás 10 horas da manhã, a duração das classes não deverá exceder de 4 horas, suprimindo-se a classe da tarde. Diminua-se a duração das classes, ainda que a temperatura seja menos elevada, nas classes onde o numero de alumnos fôr consideravel e as salas baixas e pouco espaçosas. Nas escolas que tiverem pateo com sombra, o trabalho das classes deve ser interrompido nas horas calmosas e os alumnos irão para esse pateo brincar livremente>>.

Admira-me que Juiz de Fóra, onde no verão o thermometro centigrado, ao meio dia, tem attingido a 32° á sombra, dê preferencia ao horário da tarde e se peça no inverno, que é simplesmente agradabilíssimo nesta cidade, a suppressão do grupo matinal, quando mesmo no rigor hybernal, não são, na Europa, supprimidas as licções matutinas! (O PHAROL, 1 e 2 de abril de 1907, p. 1).

Além de referenciar a questão do clima, L.G. mencionava a questão alimentar. O problema das horas seguidas e sem pausa para alimentação podia ser facilmente solucionado:

Acha o mesmo articulista que dos 25 minutos destinados a exercícios physicos, não póde ser aproveitada, pelo menos, metade do tempo para os alumnos fazerem uma ligeira merenda, ou que se possa para o mesmo fim diminuir de alguns minutos o tempo consagrado á musica vocal.

(...)

Mas somos de opinião que não há mister dessa providencia e que a refeição dos alumnos se fará sem prejuízo para a hygiene individual e para o tempo disciplinar, dentro dos 25 minutos consagrados a exercícios ou em hora que o director determinar, não havendo necessidade de almoço a professores, para os quaes a refeição depois das 11 horas constituirá, sem duvida, um habito agradável, já não correndo o risco de contrahirem enfermidades por se entregarem ao trabalho, de estomago cheio.

Felizmente do corpo docente do 1º grupo não fazem parte pedagogos gastrónomos...O organismo mais delicado com uma primeira refeição ás 6 ½ da manhã, pode perfeitamente esperar o almoço das 11 horas. (O PHAROL, 1 e 2 de abril de 1907, p. 1).

Segundo L.G., mesmo que os alunos não tivessem uma refeição entre as aulas, eles podiam esperar o almoço sem prejuízo para sua saúde:

Ninguem contesta a necessidade de ser a criança sufficientemente alimentada. Mas, de accordo com a opinião de médicos de nomeada, pensamos que o collegial que recebeu uma primeira alimentação ás 6 ½ da manhã póde esperar perfeitamente pelo almoço das 11 horas, ainda que, entre uma e outra refeição, não tenha feito, como deve fazer, uma refeição intermediaria. (O PHAROL, 1 e 2 de abril de 1907, p. 1).

L.G. assegurava que às 6 horas da manhã já tinham alimentos disponíveis para os juizes e que o articulista do *Correio de Minas* não precisava se preocupar com isso. Quanto ao pão, ele dizia: “Os padeiros desta cidade que lancem, desde já, o seu solemne protesto, porquanto com uma pontualidade verdadeiramente britannica, costumam elles servir a toda a freguezia, das 5 ½ para as 6 horas como o pão nosso de cada dia” (O PHAROL, 1 e 2 de abril de 1907, p. 1).

O pão estava solucionado, faltava, então, o leite. Para este alimento, L.G. já propunha uma estratégia diferente:

As crianças, já se vê, podem evidentemente fazer uma refeição de pão com café ou latte, ou tomarem qualquer alimento farinaceo, um mingáu de trigo, aveia ou fubá, ou mesmo a conhecidíssima cangica, tão substancial, dispensando o leite, condemnado por médicos de nomeada, de vez que em todos os estábulos não é possível obter-se a immunização das vacas, por meio da tuberculina, não se podendo também conseguir para o commercio o leite pasteurizado. (O PHAROL, 1 e 2 de abril de 1907, p. 1).

Solicitando que se deixassem de lado o ultrapassado Riant e que lessem autores mais atuais e renomados, ele continuou defendendo, com bases nos ensinamentos higienistas, os

horários dos Grupos. Em seu último argumento sobre os benefícios em se ter dois Grupos Escolares em um único prédio, ele apresentou o que talvez fossem os reais motivos de suas obstinadas defesas. Apondo os escritos de G. Tulio, ele listava:

Pensamos ainda com o provector pedagoga, sr. G. Tulio, sobre o aproveitamento de um só prédio para dois grupos escolares:
 <<As vantagens que se nos deparam nesta medida são entre outras:
 O governo sem aumentar as despesas com edifícios e instalação, duplicará o numero de escolas;
 A duplicação de serviço não precisa corresponder uma duplicação de ordenados, em relação ao director e mais pessoal administrativo. Bastará um pequeno accrescimo nos seus vencimentos;
 A mesma cousa em relação ao pessoal docente, nos estabelecimentos onde o governo entender que elle deve ser o mesmo nos dois períodos, o que não é indispensável comtudo;
 O período da manhã concorrerá para que as crianças percarn o habito muito commum nas famílias brasileiras de NÃO SE LEVANTAREM CEDO, habito que lhes arruína a saúde e as torna indolentes e preguiçosas.
 Vai actualmente o alumno para a escola, logo após o almoço, isto é, COM O ESTOMAGO CHEIO, o que não deixa de offerecer perigo para os seus exercícios escolares, quer physicos, quer intelectual. Ora, a divisão daquelles dois períodos permitti-lhe-á fugir a esse perigo, pois que os alumnos de período da manhã ALMOÇARÃO DEPOIS DAS AULAS, e os da tarde MUITO ANTES>>. (O PHAROL, 1 e 2 de abril de 1907, p. 1, grifo do autor).

Um mês depois das publicações de L.G, *O Pharol* publicou um artigo de Hortencio Vidal. Hortencio era também professor, como Lindolpho Gomes, e ex-redator³⁸ de *O Pharol*. A opinião de Hortencio Vidal acerca dos horários dos Grupos era contrária a de seu ex-companheiro de jornal. Vidal não corroborava com a versão higiênica dos horários sustentada por L.G. e, embora tecesse elogios à Reforma de João Pinheiro, lamentava a falta de salubridade dos horários:

Faz realmente gosto visitar-se qualquer dos grupos escolares que funcçionam nesta cidade sob a competente direção do sr. José Rangel, provector educacionista, porém, é bastante lastimável que se não possam visitar os dois ao mesmo tempo, por não funcçionarem á mesma hora, com alguma *desvantagem para o horário* que com certeza será modificado de accordo com os *reclamos da hygiene* e de outras circunstancias reconhecíveis; bem cedo acordamos, pela alvorada, lá estão elles, os pequenos estudantes, a dar as suas lições, a fazer evoluções militares, apprendendo, a um tempo, as primeiras lettas e os primeiros ensaios de civismo, para se tornarem cidadãos e patriotas; mais tarde, outro bando alácre invade o mesmo edificio para repetir o que fizeram os do primeiro grupo; e assim, *uns muito cedo e outros muito tarde*, lá se vão aos centos os alumnos dos dois grupos receber a instrucção elementar e as primeiras noções de civismo. (O PHAROL, 4 de maio de 1907, p. 1, grifo nosso).

³⁸ Consta nas próprias páginas de *O Pharol* a saída de Hortencio Vidal do cargo de redator em 01/03/1907. (O PHAROL, 2 de março de 1907, p. 1).

No mesmo dia dessa publicação de *O Pharol*, ou seja, com pouco mais de um mês de funcionamento dos dois Grupos Escolares, o diretor destes Grupos, o professor José Rangel, publicou no *Jornal do Commercio* a frequência dos alunos no mês de abril. Souza (2013) computou estas frequências e as apresentou na tabela a seguir que tomamos a liberdade de republicar:

Tabela 1 - Frequência dos Grupos Escolares de Juiz de Fora referente ao mês de abril de 1907.

1º Grupo Horário das 7 às 11 da manhã		2º Grupo Horário das 12 às 4 da tarde	
Dias úteis	Frequência	Dias úteis	Frequência
1	265	1	230
2	298	2	252
3	306	3	267
4	296	4	258
5	301	5	270
6	289	6	250
8	288	8	247
9	295	9	253
10	295	10	245
11	291	11	268
12	284	12	255
13	276	13	236
15	269	15	253
16	277	16	251
17	273	17	261
18	214	18	259
19	271	19	214
20	272	20	239
22	277	22	259
23	282	23	266
24	286	24	259
25	282	25	252
26	277	26	255
27	275	27	241
29	265	29	243
30	280	30	241

Fonte: Elaborada por Souza (2013, p. 90) de acordo com dados retirados do *Jornal do Commercio* de Juiz de Fora, Grupos Escolares, 04/05/1907, p.1.

Podemos notar que, pelo menos no primeiro mês de funcionamento dos dois Grupos, não houve diminuição da frequência dos alunos. Entretanto, para Estevam de Oliveira, que no dia seguinte fez questão de publicar em seu jornal, o *Correio de Minas*, a respeito dos dados apresentados pelo *Jornal do Commercio*, esta havia sido uma precipitada tentativa de José Rangel, diretor dos Grupos, de demonstrar o sucesso da implantação dos Grupos Escolares e da Reforma do Ensino Mineiro. Os dados relativos à frequência dos alunos não convenceram Estevam de Oliveira da “eficácia da reforma, tampouco a supremacia dos grupos escolares, principalmente porque a frequência apresentada por eles era baixa, em especial para uma cidade como Juiz de Fora, ‘populosa e amante da instrução’” (SOUZA, 2013, p. 89).

Apesar das inúmeras discussões, os Grupos Escolares de Juiz de Fora continuaram a funcionar nos mesmos horários. Notamos uma pausa nas publicações sobre este assunto que só reapareceu em 1909, ano da inauguração do 3º Grupo Escolar de Juiz de Fora.

O assunto retornou às folhas de *O Pharol* com a publicação de um texto do Dr. Mendonça, membro da SMCJF. A questão da alimentação e a questão do clima foram novamente contempladas nos escritos do médico. Também se mostrando contrário ao horário que estava sendo praticado, ele assim se pronunciava a respeito da alimentação dos escolares:

[...] sugueitamos o estomago das creanças a conveniencias de horarios, privando do almoço, até quasi meio dia, as do grupo escolar cujas aulas começam às 7 da manhã.

Na melhor hypothese, quando no lar de todas essas creanças, ao alvorecer do dia, já houvesse lume, já existisse o pão que para muitas a pobreza tantas vezes tarda, ainda assim seria inadmissivel e illogica a exigencia de almoçar em hora tão matinal. (O PHAROL, 1 de abril de 1909, p. 1).

Quanto ao clima, ele mencionava as manhãs frias que os alunos tinham de enfrentar para ir à escola:

(...) crianças [vinham] de pontos extremos da cidade, vencendo distancias que kilometros medem, em manhãs neblinosas e frias, afrontando todas as inclemencias do tempo, para entrar em classe á hora regimental, e digam se é possivel deixar que fiquem sem protesto tão absurda exigencia. (O PHAROL, 1 de abril de 1909, p. 1).

Perante o exposto, cumpre-nos analisar alguns pontos que emergem desses debates.

Um destes pontos diz respeito ao descompasso entre o tempo escolar da nova instituição educativa e os hábitos alimentares da época.

De acordo com Souza, até o final do século XIX, “denominava-se almoço a refeição realizada por volta das 7 horas da manhã, jantar a refeição das 11 horas e ceia aquela realizada entre 3 e 4 horas da tarde” (SOUZA, 1999, p. 134). O início do século XX trouxe mudanças

nos hábitos alimentares em consequência do novo estilo de vida. À medida que o estilo de vida foi se tornando mais urbano e as novas relações de trabalho foram sendo moldadas, as formas de viver foram se transformando a partir de tempos cronometrados e precisos dos relógios.

Comprendemos com Parente que:

O que ocorre é que, nas sociedades industriais, de forma geral, o tempo vira moeda, ganha valor e o que conta não é mais o valor das tarefas e, sim, o valor do tempo. O relógio passa a ser o regulador dos novos ritmos da vida industrial e também objeto de necessidade para a emergência do capitalismo. (PARENTE, 2010, p. 4).

De acordo com Faria Filho e Vidal (2000), foi este tempo artificial cronometrado pelo relógio e ordenado pela razão humana que a legislação republicana impôs a professores, diretores, alunos e famílias. De acordo com os autores, essa racionalização do tempo escolar é reflexo da racionalização do tempo social próprio das relações capitalistas que se estabeleciam no momento.

Assim, esse tempo artificial estava em desconformidade com os horários alimentares adotados pelos juiz-foranos o que gerou, conforme vimos, uma série de denúncias a respeito da insalubridade do novo tempo imposto.

As preocupações que observamos em Juiz de Fora também se fizeram presentes em outras regiões. Tomamos como exemplo os dados que Souza (1999) e Faria Filho e Vidal (2000) trazem sobre São Paulo.

Souza traz uma publicação de *O Estado de São Paulo* sobre o posicionamento do diretor do Ginásio de Campinas, que também era um ex-inspetor de ensino, Rodrigues Alves Pereira, sobre o tema:

Essa modificação, porém, não atende à higiene dos alunos à conformidade aos nossos costumes e à conveniência geral, salvo, como solução de momento quanto a esta última parte.

Outro ponto a considerar no horário dos desdobramentos é o que se refere às refeições. Atendendo ao sistema de alimentação arraigada em nossos hábitos, às 8 horas a criança não pode ter tomado uma refeição sólida e assim sendo, levará sua merenda, que tomará naturalmente, na hora do almoço. Depois do meio dia, voltando à casa poderá almoçar. Esse almoço virá perturbar o jantar que em consequência em vez de ser das 4:00 às 5:00 horas da tarde será a noite quase no tempo em que se deveria deitar (O Estado de São Paulo, 8/3/1914 apud SOUZA, 2000, p. 135).

Faria Filho e Vidal trazem uma citação do Anuário do Ensino de São Paulo:

O desdobramento veio, pois, a alterar profundamente o regime alimentar de indivíduos cujo organismo mais do que em qualquer outra época requer

nutrição apropriada e são que promova o desenvolvimento de órgão e assegure suas funções regulares. (Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, 1911 – 1912, p.42). (FARIA FILHO e VIDAL, 2000, p. 27).

O que vamos observando nessas publicações, nas de Juiz de Fora e nas trazidas pelos pesquisadores sobre São Paulo, é a utilização do discurso higienista para embasar os debates. Tanto os que criticaram os horários quanto aqueles que saíram em sua defesa o fizeram a partir de um discurso sobre a saúde dos alunos. Seja no intuito de se manter os hábitos alimentares seja no de adaptá-los ao novo estilo de vida moderna, o discurso gestado no âmbito da saúde serviu de fundamentação para se indicar a melhor direção a tomar.

Outro ponto importante para refletirmos é a inadequação do horário escolar ao clima juiz-forano e ao horário de acordar.

De acordo com os estudos de Faria Filho e Vidal, a legislação republicana previa um horário escolar diferenciado para o verão e para o inverno. No inverno, o horário de início das aulas devia ser 1 hora mais tarde: “O horário considerado ideal pelo próprio regulamento, tanto para as escolas isoladas quanto para os grupos escolares, era o de 10 às 14 ou 15h no inverno e de 9 às 14h no verão.” (FARIA FILHO e VIDAL, 2000, p. 26).

O horário do 1º Grupo Escolar juiz-forano, além de já se iniciar mais cedo no verão em comparação ao horário indicado na legislação, não sofria modificação no inverno.

Para os que eram contra o horário, como o Dr. Mendonça, as manhãs “neblinosas e frias” as quais o aluno tinha de enfrentar para ir à escola eram tidas como insalubres.

Já para aqueles que apoiavam o horário, particularmente L.G., o horário era salubre justamente pelo clima e pela mudança de hábitos. Ele, que alegava ser “agradabilíssimo” o clima juiz-forano no inverno, sustentava que higienistas indicassem ser benéfico às crianças acordar cedo para passear ou estudar. Citando diversos países que por ele foram qualificados como mais civilizados, transmitiu a ideia de que, para a construção de uma Juiz de Fora também mais civilizada, era esse o caminho que a cidade devia seguir. O progresso só viria com mudanças de hábitos da população.

Ao publicar a listagem de G. Tulio, L.G. mostrou concordar com as palavras daquele autor que apontava o hábito de levantar tarde, muito comum aos brasileiros, como prejudicial à saúde e à moral, na medida em que tornava os alunos indolentes e preguiçosos.

Assim, embora o horário da nova instituição republicana confrontasse com os costumes da época, isso era considerado vantajoso por alguns. Pykosz e Tabora de Oliveira, ao trabalharem com essa ideia, disseram ter havido uma associação da higiene com a “cruzada moralizadora” e que a intenção dessa associação “era, sobretudo, romper com os costumes

ditos impróprios, vindos de casa. Ou seja: que a criança levasse os bons hábitos para o convívio de seus familiares” (PYKOSZ; TABORDA DE OLIVEIRA, 2009, p. 139).

Mesmo com pontos de vista diferentes sobre a salubridade do novo horário escolar republicano, eram novamente as questões higiênicas que estavam servindo de justificativa para práticas de organização do tempo escolar.

Outro ponto interessante que os dados nos trazem é a resistência ao novo horário pelo juiz-forano.

Embora os horários propostos para os Grupos Escolares tivessem sido, de fato, os executados, a resistência àquilo que estava sendo imposto fazia-se notada na voz de vários agentes sociais: pai de aluno, professoras do Grupo, inspetor técnico e médico.

Faria Filho nos ajuda a pensar sobre esta mobilização social com relação ao tempo escolar ou aos tempos escolares, como o autor propõe. Para ele, esses tempos escolares têm de ser entendidos tanto dentro de uma ordem escolar quanto de uma ordem social: são sempre tempos pessoais e institucionais. E é por isso que a organização do horário escolar mobiliza tanto as pessoas envolvidas, pois tem

conseqüências para o conjunto da vida não apenas das crianças, professoras e diretoras, mas para suas famílias, patrões e, de uma maneira geral, para o conjunto da cidade. O tempo escolar, não pode, neste sentido, ser desligado das relações e tempos sociais dos quais a escola participa ativamente, seja para construir e reforçar, seja para destruir e desautorizar. (FARIA FILHO, 2002, p. 151).

Souza também observou esta intrínseca relação dos tempos escolares e dos tempos sociais ao estudar a construção do calendário escolar das escolas de São Paulo no período da primeira republica. De acordo com a autora, o que ocorre é uma dupla relação ou dupla influência: o tempo social atua sobre a organização dos tempos escolares e estes acrescentam ao tempo social “o tempo próprio da escola, ritmado pelas cadências das atividades tipicamente escolares: o início das aulas, a conclusão da série, os exames finais, os horários de aula, o recreio, as festas de encerramento do ano letivo” (SOUZA, 1999, p. 133).

Na publicação do operário, por exemplo, observamos essa influência do tempo escolar no tempo pessoal/social. Quando ele mencionava a impossibilidade de levar seu filho à escola no horário regimental, visto que desde às 6h já estaria no trabalho, notamos a intrínseca relação desses dois tempos.

Outro ponto importante que queremos registrar foi a tentativa de repressão ao protesto das professoras do 1º Grupo Escolar por L.G.. Ao publicar o relatório de Frazão sobre os professores italianos, L.G. tentou enquadrar as professoras em um papel de meras

cumpridoras de deveres, como não sendo função delas questionar qualquer norma que lhes fosse imposta. Interessante perceber que quando L.G. respondeu a Estevam de Oliveira, o tom do debate foi outro, na verdade houve debate de ideias e posições, o que não ocorreu com as professoras. Como não é o foco de nossa pesquisa, não aprofundaremos neste debate, o que renderia outro trabalho.

Por fim, outra questão que se revela nas análises dos dados é a relação do tempo escolar com a diminuição de despesas.

No final do artigo de L.G., há a exposição das ideias de G. Túlio sobre os benefícios da utilização de um mesmo prédio para os dois Grupos Escolares. Em seu artigo anterior, L.G. já havia mencionado G. Tulio que, de acordo com o publicado, havia escrito um artigo para a Revista de Ensino de São Paulo comentando o texto de um autor argentino sob o título “Aprovechamiento de los edificios escolares fuera de las horas de classe³⁹”. (O PHAROL, 7 de março de 1907, p. 1). Com a leitura de tais benefícios, fica em evidência que a defesa feita por L.G. para a manutenção dos horários das atividades escolares era motivada também por outro interesse: a diminuição das despesas do Estado, que passaria a gastar menos com os custos referentes ao prédio e aos salários dos agentes educativos. Assim como havia ocorrido com a questão do local da Escola Normal de Juiz de Fora, a questão financeira também refletia nas decisões dos tempos escolares.

Os discursos sobre os tempos escolares foram sendo assim construídos mediante influência dos ideais higienistas. A expectativa era o progresso de Juiz de Fora e, para isso, eram necessários corpos saudáveis.

4.2 TEMPO INSTITUCIONAL

É para os dedicados um quadro doloroso o vêr as creanças durante seis horas na escola, sentadas imbecis. A creança cujo organismo physico e moral requer imperiosamente a agitação; cujo sangue é áspero, vivaz, inquieto, petulante; a creança que é feita da alegria virgem, de movimento rápido, de vibrações aladas, não pode estar durante o dia inteiro estupidamente constringida numa posição bestial e monástica.

Pobres flores! Dobram-lhe a espinha sobre um livro arido e secco, abstracto, amolecem-nas com o repouso forçado, e quando somnolentas e cansadas, levantam a vista do livro que não entendem para espreitar pela janella uma nesga do céu, encontra deante o seu olhar humedecido e terno olhar dogmativo de um professor pedante. (O PHAROL, 13 de outubro de 1906, p. 2).

³⁹ Aproveitamento dos edificios escolares fora do horário de aula (tradução nossa).

Esta citação é do artigo intitulado *A creança na escola* escrito por Guerra Junqueiro. Ela nos dá um vislumbre daquilo que fundamentava a preocupação com o tempo institucional: o excesso de horas que as crianças passavam imóveis na escola.

A duração de cada atividade dentro da escola foi, assim, outro assunto abordado nas páginas de *O Pharol*. A principal preocupação era a organização de um tempo institucional que não prejudicasse o aluno física e intelectualmente.

No livro *Cidade Salubre*, o Dr. Eduardo de Menezes relatou a importância de uma normalização do trabalho escolar para que este não prejudicasse nem o físico nem a inteligência do aluno. Acreditando que houvesse uma relação entre as funções físicas e psíquicas, ele assim escreveu:

A regularização do trabalho escolar e do esforço intellectual na infancia e na adolescencia é uma das disposições hygienicas de mais importancia para a conservação da saude individual e da robustez da prole; as funcções psychicas e phisicas são tão intimamente ligadas e dependentes que, sobretudo nas creanças, a sanidade do espirito depende tanto do corpo quanto a do corpo da do espirito. Os estudos e o regimen escolar sem criterio são causas de enfraquecimentos phisicos e intellectuaes (MENEZES, 1911, p. 197).

Para os higienistas, as crianças em idade escolar precisavam ser estimuladas plenamente de modo que ocorresse um desenvolvimento harmônico de seu físico e de sua inteligência. Assim, havia uma apreensão com as longas horas em que as crianças eram obrigadas a se manter imóveis nas carteiras das escolas forçando em demasia somente seu intelecto.

Desta forma, as indicações dos médicos foram no sentido de se retirar o excesso de estímulos mentais e os equilibrar com momentos de descanso e movimento corporal.

Neste entendimento, notamos um artigo intitulado *A escola e a hygiene*, que foi republicado⁴⁰ em *O Pharol* em fevereiro de 1906, onde podemos ler as ideias de Thomaz Grimm acerca do desequilíbrio entre o tempo destinado ao trabalho e o tempo destinado ao descanso dos alunos.

Sem querer ressuscitar a velha discussão sobre o trabalho excessivo, pôde-se dizer que em geral os programmas são muito sobrecarregados. Estão cheios de matérias de estudo que occupam o dia inteiro, deixando ao recreio e ao descanso poucas horas, quando se deixam algumas livres. Não é assim que se deve proceder. Embora fosse preciso a reducção dos programmas, é necessário combinar o ensino de tal modo, que as creanças tenham tempo sufficiente de descanso e tempo de recreio ao ar livre. (O PHAROL, 18 de fevereiro de 1906, p. 2).

⁴⁰ Ele havia sido publicado primeiramente no *Petit Journal*. Autor: Thomaz Grimm.

Para ilustrar os benefícios de se oferecer tempo livre aos escolares, o autor cita uma experiência ocorrida numa escola inglesa:

Na Inglaterra um professor teve um dia a idéia de dividir a sua classe em dois grupos: ao primeiro applicou rigorosamente o programma de estudos e o horário fixado; para o segundo dividiu o tempo igualmente em estudos e recreios.

Qual foi o resultado dessa experiência? Dos dois grupos qual se mostrou superior ao outro em instrucção? Foi o que teve mais liberdade e mais recreios. A conclusão é fácil de se tirar. (O PHAROL, 18 de fevereiro de 1906, p. 2).

Um programa escolar que privilegiasse unicamente o trabalho mental, sem deixar espaço para o descanso dos alunos, era tido como insalubre pelos médicos. A pausa no trabalho intelectual não significava necessariamente não fazer nada, mas uma oportunidade também para os trabalhos corporais.

Estes princípios foram observados por pesquisadores em muitas outras regiões. Tomaremos, como exemplo, as informações trazidas por Vásquez acerca de seus achados sobre a higiene intelectual infantil defendida no território colombiano no mesmo período por nós estudado. Segundo a autora, havia a compreensão na época de que as crianças eram seres inacabados, seres em evolução, e que seu processo de crescimento acontecia em dois aspectos: nos músculos e no cérebro. E, por esta razão,

El desarrollo de sus facultades intelectuales debía darse de manera equilibrada con el desarrollo físico, razón por la cual el médico higienista tenía el derecho de intervenir en la distribución de las horas de estudio, disminuyéndolas en caso de ser excesivas. Los médicos legitimaban su intervención basados en un conjunto de estudios desarrollados en ese momento en Europa sobre la fisiología del trabajo físico y su influencia en los centros nerviosos⁴¹ (VÁSQUEZ, 2018, p. 116).

Sobre os estudos científicos utilizados pelos médicos a fim de justificar sua intromissão em assuntos escolares, nós pudemos averiguar que não só a Europa foi referência, mas também os Estados Unidos. *O Pharol* fez uma publicação, em 1904, sob o título *Progreso em Pedagogia*, no qual abordava o novo sistema educacional adotado pelos Estados Unidos e descrito pelo Dr. Caze.

⁴¹ O desenvolvimento de suas facultades intelectuais devia ocorrer de maneira equilibrada com o desenvolvimento físico, razão pela qual o médico higienista tinha o direito de intervir na distribuição das horas de estudo, reduzindo-as se forem excessivas. Os médicos legitimavam sua intervenção baseados em um conjunto de estudos desenvolvidos naquele momento na Europa sobre a fisiologia do trabalho físico e sua influência nos centros nervosos (tradução nossa).

O texto publicado, além de explicitar o método utilizado, trazia relatos de experiências e de pesquisas que tinham sido realizadas sobre aprendizagem e sua relação com tempos de ação e imobilidade. Segundo o artigo, os alunos nas escolas, na maioria das vezes, se rendiam aos trabalhos intelectuais à custa de suas forças físicas. No entanto, a experiência vinha demonstrando que as crianças conseguiam se desenvolver mais durante os períodos de férias do que durante o curso escolar. Isso se dava porque o excesso de estímulos mentais que acontecia nas escolas trazia fadiga mental e perda de energia vital. Fazendo uma comparação com o exercício físico, o autor ilustrava sua ideia: “O exercício moderado reforça os músculos, da mesma forma que o que é excessivo debilita-os. Tudo se acha em perfeita relação.” (O PHAROL, 28 de fevereiro de 1904, p. 2).

Ainda segundo o artigo, as pesquisas que a repartição de educação dos Estados Unidos havia feito evidenciavam que “o menino não pode estar quieto por muito tempo, a menos que não se viole para isso” (O PHAROL, 28 de fevereiro de 1904, p. 2). Os dados colhidos demonstravam que

a imobilidade completa de um menino que esteja livre não passa de um minuto ou minuto e meio de duração, começando a agitação pelas mãos e braços, pelo franzir das sobrancelhas e jogo dos lábios e dentes. (O PHAROL, 28 de fevereiro de 1904, p. 2).

A pesquisa ainda observou a mobilidade de crianças durante o sono obtendo os seguintes dados:

De 152 meninos irrequietos, 93 gosavam de excelente saúde e só 23 eram doentios; 23 eram alegres, 71 extremamente alegres e só 10 tristes ou melancolicos, o que permite tirar a consequência do que o menino sadio é o que se move muito. De 108 meninos inertes, 44 gosavam de boa saúde, 58 eram alegres, 45 pensativos e 27 applicados, de onde se deduz que a saúde do menino pacifico não é tão boa quanto a do menino vivo e irrequieto. (O PHAROL, 28 de fevereiro de 1904, p. 2).

O que se pretendia demonstrar era que a imobilidade, que frequentemente a escola sujeitava os corpos dos alunos, não era natural e, por isso, acabava enfraquecendo o físico e a inteligência dos alunos. Ou seja, o tempo destinado a cada etapa dentro da escola devia ser revisto para que não fosse um empecilho ao desenvolvimento de uma classe de cidadãos fortes e saudáveis capazes de alavancar o progresso.

O artigo finalizava indicando que, assim como ia se iniciar nos Estados Unidos, as escolas no Brasil deviam aplicar instrumentos de precisão, que até aquele momento somente eram usados nos laboratórios de fisiologia, para dosar a quantidade de impressões cerebrais

que o aluno poderia receber para que não se cometessem excessos. O artigo mencionava os instrumentos: “o algometro, o palatographo, o labiographo, o glosographo, o goniômetro, o miographo, o ergógrafo e outros devidos á inventiva do dr. Arthur Mac-Donald.” (O PHAROL, 28 de fevereiro de 1904, p. 2).

Com base em dados coletados cientificamente, a distribuição temporal das atividades escolares devia ser organizada de modo que garantisse um equilíbrio no desenvolvimento global do aluno. O excesso de trabalho mental causava a fadiga patológica, chamada de *surmenage*, que trazia consequências negativas para diversos aspectos do aluno. De acordo com os higienistas, o trabalho intelectual fadigante influenciava o organismo fisiologicamente modificando a memória, a atenção e o caráter ocasionando decadência física e mental.

Vásquez, com base nas leituras de médicos higienistas colombianos, observou que, para esses higienistas, o trabalho exagerado sobre a célula nervosa ocasionava seu esgotamento, bem como a retenção de substâncias venenosas que se acumulavam e produziam uma autointoxicação. Em casos mais graves, “cualquier cosa podía suceder: desde el desarrollo de comportamientos perversos o aberrantes, pasando por graves enfermedades mentales, hasta la criminalidad⁴²” (VÁSQUEZ, 2018, p. 120). Assim, frente a essa problemática, os médicos insistiam na necessidade de se regular as horas de estudo.

Alguns educadores, fundamentados nessas ideias médicas, foram para o jornal defender a diminuição do tempo escolar alegando justamente o cansaço mental dos alunos. Foi o caso de L.G. que, em um dos seus artigos sobre o horário escolar, fez uso das palavras de G. Tulio, para indicar: “O período de QUATRO HORAS, como um bom programma, é mais proveitoso para a criança, por ser menos exaustivo. O de 5 horas é excessivo, principalmente para os alumnos de pouca idade”. (O PHAROL, 7 de março de 1907, p. 1, grifo do autor).

Mas não só a diminuição do horário era defendida. Os higienistas contribuíram para a ideia da necessidade de momentos de descanso da mente do aluno, inserindo intervalos entre as aulas. Tais intervalos, muitas vezes, eram preenchidos com recreios, exercícios físicos, atividades manuais, canto etc.

Vago também observou o uso de tais atividades como higiene mental ao estudar a realidade belo-horizontina. De acordo com o autor,

a ideia de intercalar os ‘Exercícios Physicos’ e o Canto às demais disciplinas expõe uma preocupação de caráter higiênico, revelada na pretensão de proporcionar às crianças um descanso (relaxamento) dos trabalhos

⁴² Qualquer coisa podia acontecer: desde o desenvolvimento de comportamentos perversos ou aberrantes, passando por graves doenças mentais, até a criminalidade. (tradução nossa).

considerados intelectuais, realizados nas outras cadeiras, em sala de aula (VAGO, 2002, p. 235).

Já havíamos averiguado em pesquisa anterior que os membros da SMCJF condenavam a imobilidade que a escola impunha aos corpos dos alunos juiz-foranos e aconselhavam que o tempo das aulas não ultrapassasse uma hora de exposição e ainda que, entre duas aulas, houvesse um tempo de repouso que devia ser de meia hora, no mínimo. As aulas expositivas também não deviam ser mais que três horas por dia, porque tempo superior a esse seria incompatível com a mobilidade natural das crianças prejudicando, assim, seu desenvolvimento normal (VARGAS, 2008).

Tal concepção de divisão do tempo ganhou as páginas de *O Pharol* na voz de um professor – assim identificado pelo jornal. O referido professor apresentou estudos do Dr. Vieira de Mello e indicou o que acreditava ser uma boa divisão do tempo escolar:

Depois de assim justificar tão salubres preceitos de hygiene escolar, termina o dr. Vieira de Mello sua bela monographia com uma serie systematizada de conclusões, dentre as quaes se destaca a vigésima sexta assim formulada: Os trabalhos intellectuais consumindo o duplo de forças musculares, cada hora de classe deve ser seguida de 10 a 15 minutos de recreio. Além destes recreios parciaes, os alumnos devem gozar de UMA HORA para refeição e descanso. Devem ser interdictos os exercícios gymnasticos em seguida á refeição escolar ou outra. (O PHAROL, 13 de abril de 1907, p. 1, grifo do autor).

Com relação aos exercícios ginásticos e à alimentação, já existia a orientação da SMCJF de que os primeiros deviam ser realizados todos os dias ao ar livre, à sombra e ao sol; e a alimentação devia ocorrer de 3 em 3 horas (VARGAS, 2008).

A legislação vigente – decreto n. 1.960/06: ensino primário e normal do Estado – também previa, em conformidade com as discussões sobre hygiene escolar, um descanso entre as aulas teóricas, “Art 127. As aulas durarão 60 minutos e haverá de uma a outra um intervallo de 15 minutos para descanso dos alunos”. (MINAS GERAIS, 1906, p. 174).

Souza analisou essa política de emprego sistematizado do tempo como um mecanismo de controle de professores e alunos (SOUZA, 1999). Rocha observou que o uso esquadrihado e exaurido do tempo escolar trazia consigo os princípios da modernidade como rapidez, eficiência e produtividade (ROCHA, 2005).

Acreditamos que ambas as propostas se complementam e que também se mostram no caso específico juiz-forano. Ditar como os tempos deviam ser distribuídos dentro da escola é uma forma de gerência sobre os agentes escolares, sejam eles professores, alunos ou demais

funcionários, pois mobiliza a todos. A utilização do tempo de forma pragmática evitava também a perda de tempo temida pelo sistema econômico emergente.

Assim, partindo do exposto, entendemos que, com relação ao tempo escolar, houve a construção de uma ideia que relacionava a organização do tempo à higiene do aluno. A regulamentação do horário escolar no âmbito do tempo social, o horário em que os trabalhos intelectuais deviam ser realizados, o tempo para as atividades físicas etc foram temas pensados pelos doutores e que se estenderam para as páginas de *O Pharol* influenciando, assim, uma nova ordem social que exigia novas práticas, novos hábitos, novos tempos de ações.

5 OS SABERES ESCOLARES

Basta lançar uma simples inspecção ocular sobre o ensino do paiz, sobre a organização das suas escolas, collegios, lyceus e internatos, para se reconhecer, entristecido, que a instrucção é uma mentira e que tudo se resume nestas palavras: especulação, pedantismo e falsa sciencia. (O PHAROL, 13 de agosto de 1892, p. 2).

No cenário de remodelação das pesquisas em história da educação, vários têm sido os pesquisadores que se debruçam sobre temas acerca de como determinado saber se tornou propriamente um saber escolar. Estas pesquisas têm colaborado para a conscientização de como as outras esferas sociais influenciam na definição daquilo que será ensinado às crianças e daquilo que será suprimido (FORQUIN, 1992; SOUZA JÚNIOR; GALVÃO, 2005; PINTO, 2014).

Desta forma, entendendo o conhecimento escolarizado como resultado de um jogo de interesse de diversas esferas sociais, nosso intuito neste capítulo é averiguar aquilo que o campo da medicina propunha como saber necessário para ser ensinado nas escolas e aquilo que devia ser eliminado, bem como os motivos por trás de ambas as indicações.

Assim como nas categorias de análise anteriores, consideramos que o saber escolar ganhou espaço nos debates dos doutores juiz-foranos por acreditarem ser uma questão de extrema importância para o progresso do município. Uma Juiz de Fora moderna se construiria também com indivíduos possuindo conhecimentos compatíveis com as exigências do novo momento.

Em *O Pharol*, os discursos médicos em torno dos saberes escolar passaram por questões que abordavam a metodologia de ensino e os conteúdos a ser ensinados.

5.1 METODOLOGIA: O MÉTODO INTUITIVO

As severidades de um regimen quasi militar não são possíveis hoje, que a vida do individuo o arrasta para outros meios. Para que se educa e se instrue a mocidade? Para a sociedade, para o mundo. Estudar, pois, devemos as actuaes condições da sociedade moderna, preparando o homem e a mulher para as suas respectivas funcções sociaes. (O PHAROL, 20 de março de 1892, p. 2).

Educar a mocidade para a sociedade, para o mundo. Preparar os homens e as mulheres para suas funções sociais. Valores defendidos por Alfredo de Paiva, autor da citação, em

artigo intitulado *Vida Moderna*. Valores que também embasaram as propostas higienistas sobre a educação e, conseqüentemente, sobre a metodologia de ensino que a escola moderna devia utilizar.

Neste sentido, sobre o processo de ensino-aprendizagem, alguns escritos de médicos nos dão pistas sobre qual metodologia era defendida como a mais higiênica a ser adotada nas escolas juiz-foranas.

Em um desses escritos, mais especificamente no artigo intitulado *Educação Nova*, lemos uma série de menções sobre o regime escolar tradicionalmente adotado e as bases do novo regime defendido. O artigo é assinado pelo Dr. José de Mendonça, médico membro da SMCJF. Para ele,

Os responsáveis ante a actual organização escolar, aliás homens eminentes, não parecem fazer a mais pequena idea do que seja o cérebro de uma criança (...) obrigando as a um regimen que absolutamente não queriam para si. Esquecem se de que esses pequenos seres – “a nação em flor” – constituem para a Patria a reserva do futuro, a esperança de amanhã! (O PHAROL, 8 de abril de 1909, p. 1).

Dr. José de Mendonça, em contrapartida a esse modelo penoso denunciado, tecia elogios ao recente governo de Wenceslau Braz⁴³ por ele defender uma educação em “caracter menos theorico mais pratico e mais scientifico” (O PHAROL, 8 de abril de 1909, p. 1). Mendonça media o valor da educação pela utilidade daquilo que era aprendido:

A instrucção pura, desinteressada, sem as qualidades de acção e de direcção não tem valor real e, por isso, tudo quanto s. exc. fizer em prol da educação experimental será um dos mais valiosos serviços que o Estado de Minas tem o direito de esperar de sua alta competência e patriotismo. (O PHAROL, 8 de abril de 1909, p. 1).

Ainda no encaicho do método de ensino defendido pelos médicos, encontramos outro profissional que também se interessou pelo assunto, o Dr. Eduardo de Menezes. Em 1910, época em que ocupava o cargo de diretor da repartição de higiene de Juiz de Fora, Dr. Menezes havia proposto ao presidente da Câmara, Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, alguns preceitos para a educação na cidade. O médico acreditava ser a escola o espaço mais apropriado para se agir no intuito de se modificar a sociedade que, pelo relato, necessitava de transformação. Segundo Dr. Menezes,

⁴³ Wenceslau Braz assumiu o governo de Minas em 3 de abril de 1909 em substituição ao vice-presidente Júlio Bueno Brandão, que por sua vez substituiu João Pinheiro da Silva, falecido em 25 de outubro de 1908.

Muito há em que modificar-se a sociedade em interesse da salubridade, mas os dois grandes laboratórios dessas modificações são a Escola e a Família, e, mais do que a família é a Escola, porque esta é formadora daquella. (O PHAROL, 14 de abril de 1910, p. 2).

Dr. Eduardo de Menezes percebia que, para a modificação social pretendida, era necessário que se investisse na educação das crianças porque estas se encontravam física e psicologicamente abertas a inserção de um novo tipo de ideia e, conseqüentemente, a inserção de um novo tipo de conduta. Segundo ele:

Toda a propaganda de idéas que dependam da execução e esforço individuaes só pela implantação na infância, no período de formação de sua intelligencia, dá resultados seguros, práticos e efficazes, porque consubstanciam-se á sua alma e constituem a organização psychica do individuo. Nos homens adultos as idéas novas importam em modificações da sua natureza, da constituição de sua razão, da firmeza de suas convicções amadurecidas sob a influencia de outros elementos, dos quaes decorrem espontaneamente ou automaticamente a mór parte de nossos actos. (O PHAROL, 14 de abril de 1910, p. 2).

Tendo em vista a utilização da educação para se modificar a sociedade, o médico propôs, no relatório apresentado, alguns preceitos que deviam ser observados nos programas escolares. Três destes preceitos são muito sugestivos para entendermos a metodologia defendida para o ensino nas escolas, são eles:

6º Allivio intellectual e depuração das matérias de estudo.
7º Noções de Hygiene por demonstrações objectivas, graphicas e praticas.
8º Estudos sempre objectivos; auditivo e optivo; suggestivo e expositivo. (O PHAROL, 14 de abril de 1910, p. 2).

Acerca da sexta orientação, Dr. Eduardo de Menezes fez a seguinte explicação sobre aquilo a que ela se referia:

Allivio Intellectual e Depuração dos estudos é o abandono dos que só fazem sobrecarregar a intelligencia em esforços de compreensão sem o menor proveito presente ou futuro, de efeitos ephemeros e armados tão sómente para as exhibições de exames, votados fatalmente á extincção, incapazes de adquirir raizes no espirito (O PHAROL, 14 de abril de 1910, p. 2).

Para esclarece as prescrições de número sete e oito, o médico explicava como se dava o aprendizado que, de acordo com ele, era através dos sentidos:

Os sentidos são as fontes naturaes de formação das idéas e são estas que formam a intelligencia; as próprias idéas abstractas têm suas raizes nas impressões causadas por imagens actuaes ou commemorativas e a sua compreensão deve partir do methodo natural da sua formação; toda idéa

abstracta tem origem objectiva e sensitiva (O PHAROL, 14 de abril de 1910, p. 2).

Trilhando caminho parecido, encontramos também as ideias do Dr. Fernando de Moraes. Para esse médico, a fim de a escola exercer sua função social na transformação de seu entorno, devia-se retirar aqueles conteúdos que não fossem úteis para ter mais oportunidade de se ensinar aquilo que fosse mais proveitoso para os alunos:

É necessário pois que nas escolas se sacrifique um tanto o ensino de alguma coisa menos útil, sobre que ás vezes demasiadamente se carrega, pelo das noções de hygiene e physiologia practicas, que todos devemos conhecer. (O PHAROL, 11 de maio de 1907, p.1).

De acordo com ele, a privação dos conhecimentos acerca da higiene e fisiologia nos cursos primários fazia o homem permanecer ignorante ao longo da vida.

Em 1911, quando ocorre a publicação do livro *Cidade Salubre* do Dr. Eduardo de Menezes, esse autor chegou mesmo a associar os currículos escolares da época à falta de saúde dos alunos:

o peso bruto e em geral de effeito nullo, dos viciosos programas de estudos, desde o pedantismo da clássica orthographia etymologica até a improficuidade das demonstrações incomprehensíveis para os tenros raciocinios, tudo torna a escola, e ainda mais o internato, a origem da perda da saude de muitas creanças e de muitos homens, e, do embotamento de intelligencias que, sido melhor e mais sabia cultura, dariam outros fructos. (MENEZES, 1911, p. 197).

Assim, tendo-se em vista os fins práticos da educação, “dever-se-ha alliviar o trabalho intellectual depurando o ensino escolar de tudo quanto seja supérfluo” (MENEZES, 1911, p. 197), fazendo com que este ensino fosse sempre expositivo e objetivo, sendo, inclusive, terminantemente proibido o esforço subjetivo para as crianças. Os conhecimentos transmitidos deviam não mais ser aqueles temas teóricos e fatigantes, mas assuntos que impressionassem as crianças nos seus sentidos ou órgãos sensoriais sendo apresentados a elas por insinuação verbal e meios sensitivos – “meios figurados, plasticos, graphics, etc” (MENEZES, 1911, p. 197).

Pelos indicativos trazidos por nossas fontes, podemos constatar alguns pontos comuns entre os pensamentos desses médicos: a utilidade dos conteúdos, a substituição de conteúdos teóricos por conhecimentos práticos e o uso dos sentidos humanos para um aprendizado efetivo. Tais pontos são características de um novo método de ensino-aprendizagem que foi bastante debatido nas décadas finais do século XIX no Brasil: o método intuitivo.

O método intuitivo foi incentivado no Brasil por educadores, políticos e intelectuais de diversas áreas, como a medicina, na qualidade de método inovador e adaptado às novas demandas sociais do momento.

No decorrer do século XIX, em consequência das transformações políticas e econômicas pelas quais estavam passando países da América Latina, da Europa Ocidental e os Estados Unidos da América, o enfrentamento dos problemas educacionais foi apresentado como prioridade e, com ele, a urgência na renovação dos métodos e conteúdos escolares (VALDEMARIN, 2001).

Havia a crença no poder da escola como propulsora do progresso, da modernização e da mudança social. O desenvolvimento industrial e o processo de urbanização clamavam um homem novo e este seria moldado através de uma escola nova (SOUZA, 2000).

À medida que o mundo do trabalho estava se diversificando, ficava cada vez mais imprescindível a educação do povo. Era necessário qualifica-lo para os novos processos industriais que estavam sendo implantados. Saber ler e escrever, saber calcular, ser capaz de compreender ao invés de memorizar e aprender conhecimentos úteis eram exigências daquele momento. Para tal, acreditava-se ser necessária uma renovação da escola a fim de que fosse possível a formação deste novo homem (VALDEMARIN, 2001; ZANATTA, 2005).

Com este intuito, tal movimento de renovação da escola começou a reivindicar algumas transformações pedagógicas e, dentre elas, o uso de um novo método de ensino, mais concreto, mais ativo e mais racional. O método intuitivo vinha ao encontro destes desejos. Também conhecido como “ensino pelo aspecto” ou “lições de coisas”, o método intuitivo pode ser resumido em 2 aspectos:

observar e trabalhar. Observar significa progredir da percepção para a ideia, do concreto para o abstrato, dos sentidos para a inteligência, dos dados para o julgamento. Trabalhar consiste em fazer do ensino e da educação na infância uma oportunidade para a realização de atividades concretas, similares àquelas da vida adulta (VALDEMARIN, 2001, p. 158).

Desta forma, o método intuitivo pretende que “a observação gere raciocínio e o trabalho prepare o futuro trabalhador, tornando indissociável pensar e construir” (VALDEMARIN, 2001, p. 158 e 159).

Desta forma, a exaltação do método intuitivo no Brasil se faz em coerência com o momento de transformações sociais, políticas e econômicas pelo qual o país estava passando e que encontrava na falta de instrução popular e de mão de obra qualificada um entrave para o novo projeto de sociedade que estava sendo gestado:

Pode-se dizer que a formulação de um novo projeto para a sociedade, com o objetivo de modernizá-la, fundamentado em modelos originários da Europa e dos Estados Unidos, referências inevitáveis ao país dependente, produz também a percepção da urgência na criação de um sistema educacional que atue como fator de elevação intelectual e econômica da nação (VALDEMARIN, 2001, p. 159).

Legalmente, o método intuitivo aparece pela primeira vez no Brasil em 1879 na Reforma Leôncio de Carvalho (decreto n. 7.247) – Reforma do Ensino Primário e Secundário no Município da Corte e do Ensino Superior em todo o Império (CARDOSO; JACOMELI, 2012). Em tal reforma, a prática do ensino intuitivo aparecia, entretanto, não como uma metodologia que devia atravessar o ensino de todas as disciplinas, mas enquanto uma matéria específica chamada “noções de coisas” ou “lições de coisas”.

O método intuitivo, no Brasil, ganhou uma abordagem de método geral de ensino pelas mãos de Rui Barbosa que, sendo encarregado de estudar a Reforma Leôncio de Carvalho, apresentou um substitutivo a esse decreto indicando a utilização do método em todos os conteúdos escolares. Para tal, ele utilizou o modelo elaborado por Norman Allison Calkins. Rui Barbosa, inclusive, fez a tradução do manual de ensino elementar desse autor intitulado *Primeiras Lições de Coisas*.

Em Minas Gerais, embora o decreto de Leôncio de Carvalho tenha influenciado as legislações do Estado a partir da data de sua publicação, parece que somente com a Reforma de 1906, reforma que criou os Grupos Escolares, o método intuitivo passou a ser obrigatório. Anteriormente a essa reforma mineira, alguns decretos já incluíam pontos característicos do método intuitivo – como o caráter prático do ensino –, embora não tornasse o método obrigatório. Pelo contrário, “o decreto 1.348 de 1900 determinava que o ensino nas escolas primárias fosse simultâneo⁴⁴” (RESENDE, 2002c p. 50).

De acordo com Resende, a reforma mineira de 1906 trouxe como diferencial a concepção do ato de aprender que “passa a ser concebido como tendo que, necessariamente, ser intuído, visto, para ser um ato concreto, sem esforços desnecessários para o aluno” (RESENDE, 2002c, p. 50).

O método intuitivo é fundamentado nas ideias de Pestalozzi e Froebel. De acordo com Zanatta, a intenção de Pestalozzi era entender as leis que regiam o desenvolvimento integral da criança concebendo-a como um organismo que se desenvolve segundo leis definidas e ordenadas (ZANATTA, 2005). Baseado, então, em pesquisas científicas sobre o

⁴⁴ Acerca do Método Simultâneo, consultar: RESENDE, Fernanda Mendes, 2002c.

desenvolvimento infantil, idealizou uma educação que fosse prática onde se aprendesse fazendo, trabalhando.

O método intuitivo é um método racional de ensino-aprendizagem baseado em ideias filosóficas e científicas que partem do princípio de que o conhecimento se adquire a partir dos sentidos e da observação, e, para que o aprendizado seja satisfatório, é essencial o papel ativo do aluno na busca da compreensão dos fatos e conhecimentos. Para Souza, “a racionalidade pedagógica articulava-se com os princípios de racionalização da produção e da vida social e possivelmente isso justifique a confiança e o fascínio que ele provocou naquele momento” (SOUZA, 2000, p. 12 e 13).

O método propunha que o ensino começasse pela estimulação da intuição dos alunos. Estes deviam experienciar o objeto de estudo através dos sentidos transformando-o em conhecimento. Tais experiências deviam ser sempre do simples para o complexo, do concreto para o abstrato, do particular para o geral, do conhecido para o desconhecido (SOUZA, 2000; ZANATTA, 2005; VIEGA; GALVÃO, 2012; SOUZA, 2013).

O aprendizado pelos sentidos também adquiria uma escala segundo a importância de cada um dos sentidos “iniciando por aqueles que têm na visão seu suporte cognitivo e finalizando com as percepções do tato” (VALDEMARIN, 2001, p. 161). A visão torna-se tão importante que, por vezes, continha todo o espírito do ensino pelos sentidos sendo comum a expressão “enseignement pour les yeux⁴⁵” (BASTOS, 2013, p. 234).

A observação de coisas, em vez do ensino pelas palavras, tornava a aprendizagem mais prazerosa para o aluno porque estimulava sua curiosidade e intuição, além de tornar o ensino mais útil e prático. O método consistia na “apresentação de fatos e objetos para serem observados e manipulados pelos alunos no qual o conhecimento se processaria na criança a partir dos dados fornecidos pelo próprio objeto” (RESENDE, 2002c, p. 54).

O incentivo do uso do método intuitivo veio também com uma forte crítica a maneira como o ensino estava sendo desenvolvido. Todo ensino que fosse pesado para as crianças, ou por ser muito abstrato, ou muito verbalista, ou então sem muita utilidade prática, foi sendo visto como velho e antiquando ao novo contexto social. Esta situação foi também averiguada no contexto francês por Pierre Kahn:

Começa a se construir uma crítica severa de um ensino escolástico: o adjetivo é então empregado em um sentido claramente pejorativo, livresco, privilegiando a memória bem mais do que a inteligência, saber de cor bem mais do que compreender (KAHN, 2014, p. 193).

⁴⁵ Educação para os olhos (tradução nossa).

Retornando as nossas fontes, podemos perceber, nos escritos dos médicos, um emparelhamento de suas considerações sobre a maneira de como o ensino escolar devia ser processado com aquilo que estava sendo defendido pelos entusiastas do método intuitivo.

Considerando os dois pontos-base do método intuitivo que foram sintetizados e propostos por Valdemarin – observar e trabalhar –, vamos tentar identificar os sinais da defesa deste método nos escritos dos doutores juiz-foranos tentando desvendar os valores por trás das recomendações feitas por eles.

O primeiro ponto, “observar”, diz respeito a como o conhecimento devia ser ensinado ao aluno. Dr. Eduardo de Menezes foi o mais expressivo neste ponto. Como pudemos ler anteriormente, indicações como “demonstrações objectivas, graphics e praticas” (O PHAROL, 14 de abril de 1910, p. 2), “estudos sempre objectivos; auditivo e optivo; suggestivo e expositivo” (O PHAROL, 14 de abril de 1910, p. 2), “meios figurados, plasticos, graphics, etc” (MENEZES, 1911, p. 197) e críticas a respeito de “sobrecarregar a intelligencia em esforços de compreensão” (O PHAROL, 14 de abril de 1910, p. 2) foram marcas de seus discursos.

Conforme vimos, a forma de ensino do método intuitivo foi construída tendo como base pesquisas científicas sobre o funcionamento da máquina humana. Assim, quando Dr. Menezes – e os demais médicos – aclamavam tal metodologia não o faziam sem motivo. É o poder da ciência sendo exaltado e usado como pano de fundo para justificar a indicação das ações que deviam ser praticadas dentro da escola. A escola pensada dentro do discurso médico juiz-forano era aquela sustentada por métodos científicos e pela racionalidade, características comuns à modernidade.

Assim, justifica o Dr. Mendonça elogiar o atual método constante na legislação mineira declarando ser um método “mais scientifico” (O PHAROL, 8 de abril de 1909, p. 1) e, em contrapartida, criticar os métodos anteriormente utilizados com o argumento de que quem os propunha ou os utilizava não fizesse ideia de como funcionasse o cérebro de uma criança: “Os responsáveis ante a actual organização escolar, (...), não parecem fazer a mais pequena idea do que seja o cérebro de uma criança” (O PHAROL, 8 de abril de 1909, p. 1). Ou seja, os demais métodos de ensino-aprendizagem eram inferiores justamente por não se basearem nos mecanismos naturais do corpo humano, estes descobertos e anunciados pela ciência. Conforme observou Tabora de Oliveira,

Em linhas gerais, a educação deixava de ser domínio do ‘intelectualismo abstrato’ para converter-se no vetor de uma pedagogia fundada na ação, na atividade, na livre-iniciativa. Fisiologia, antropologia, psicologia – e as ciências da natureza, em geral – eram invocadas como marca da renovação

pedagógica que propugnava a possibilidade de um novo homem (TABORDA DE OLIVEIRA, 2019, p. 6).

Também observamos este tipo de pensamento nas palavras do eminente médico Dr. Balthazar Vieira de Mello, contemporâneo dos nossos pesquisados, quando citado por Heloísa Helena:

De facto, as faculdades intellectuaes e psysicas da creança só podem ser harmonicamente desenvolvidas, se o educador basear o seu methodo de ensino nas leis que regem o crescimento, procurando concurrentemente desenvolver todas ellas, com especialidade os sentidos, a vontade e a sensibilidade (MELLO, 1902, p. 29 apud ROCHA, 2005, p. 96).

O segundo ponto, “trabalhar”, se relaciona com a utilidade daquilo que era aprendido na escola. Nossas fontes nos revelam uma preocupação com a aplicabilidade do conhecimento ensinado aos alunos. Percebemos isso, por exemplo, nos escritos do Dr. Fernando de Moraes quando o mesmo indicava ser necessário que a escola “sacrifique um tanto o ensino de alguma coisa menos útil, (...), pelo das noções de hygiene e physiologia practicas, que todos devemos conhecer” (O PHAROL, 11 de maio de 1907, p. 1) ou nos escritos do Dr. José de Mendonça quando o mesmo valorava a educação de acordo com o aproveitamento social do que se aprendia, assim, “a instrução pura, desinteressada, sem as qualidades de acção e de direcção não tem valor real” (O PHAROL, 8 de abril de 1909, p. 1) enquanto que uma “educação experimental será um dos mais valiosos serviços” (O PHAROL, 8 de abril de 1909, p. 1).

Dr. Eduardo de Menezes foi novamente o mais explícito nesse quesito. Ele, além de defender que os conhecimentos ensinados pelas escolas precisassem ter uma serventia social, declarava que a escola era a maior transformadora da sociedade. Com relação à utilidade dos conhecimentos, passagens como “sem o menor proveito presente ou futuro” (O PHAROL, 14 de abril de 1910, p. 2) ou “o peso bruto e em geral de effeito nullo” (MENEZES, 1911, p. 197) se referindo ao ensino que vinha sendo realizado são exemplos deste pensamento. Já o poder de mudança social que a escola teria, ele é categórico: “Muito há em que modificar-se a sociedade (...) os dois grandes laboratórios dessas modificações são a Escola e a Família, e, mais do que a família é a Escola” (O PHAROL, 14 de abril de 1910, p.2).

Desta maneira, podemos declarar que o discurso dos médicos juiz-foranos atribuía à educação um papel fundamental para o ensino de práticas que fossem úteis ao novo momento e, assim, contribuíssem para o processo de modernização da cidade.

Durante nosso trabalho com *O Pharol*, pudemos perceber que o discurso de renovação do método ecoou também nas vozes de outros agentes sociais que, fazendo uso de justificativas baseadas nas ciências, uniram forças com os discursos médicos. Citaremos três casos.

O primeiro de nossos exemplos ocorreu em 1890 quando *O Pharol* publicou a tese do professor Luiz Arthur Detsi. A publicação se deu ao longo de algumas edições, visto o tamanho do trabalho do referido educador que o havia produzido a fim de participar de um concurso para o cargo de inspetor geral de instrução do Estado – embora ele não tenha conseguido participar de tal concurso, informação do próprio jornal.

Ele aborda os dois pontos sugeridos por Valdemarin. Com relação ao “observar”, Detsi apresentou críticas ao modelo praticado, por ser contrário às leis psicológicas, e elogios ao modelo intuitivo. Ao modelo praticado, ele declarou:

(...) quão contrario ás leis psychologicas, como cruel para o sentimento, atrophizador para a intelligencia, é o methodo do nosso ensino primário, que consiste principalmente no aniquilamento dos instinctos naturaes, pela expansão única, forçada, brutal da memoria. (O PHAROL, 5 de março de 1890, p. 1).

Citando Herbert Spencer, um grande estudioso sobre as leis da evolução, Detsi prosseguia lamentando o ensino pesado que ocorria em detrimento à curiosidade nata das crianças:

Não percebendo o valor enorme da educação espontânea que deve ser preferida nos primeiros annos; não percebendo que a curiosidade activa das crianças, em vez de ser aniquilada ou combatida, deve ser activamente coadjuvada, e feita tão viva e tão completa quanto ser possa; insistem em occupar os olhos e as ideias das crianças com coisas que são, nessa época, incompreensiveis e repugnantes (SPENCER, 1884, p. 50 apud O PHAROL, 6 de março de 1890, p. 1).

Como alternativa ao modelo antigo e não científico, Detsi defendeu o modelo intuitivo justamente por se basear em leis universais:

O que se desenvolve, primeiramente são os sentidos, é, pois, por elles que o educador deve iniciar a sua missão.

(...)

Os jardins de crianças e as licções de coisas representam o verdadeiro methodo a seguir, nos primeiros annos, methodo approved teoricamente pela psychologia e praticamente pelos esplendidos resultados obtidos na Allemanha, na Suissa, e sobretudo, nos Estados Unidos do Norte.

(...)

O methodo intuitivo, por meio das licções de coisas, representa um grande auxiliar na educação dos ensinns e, como já ficou dicto, deve occupar primeiro o educador (O PHAROL, 6 de março de 1890, p. 1).

Com relação ao segundo ponto sugerido por Valdemarin, o “trabalhar”, Detsi, assim como os médicos, acreditava que a educação tivesse um papel fundamental no formato de sociedade pretendido e que o tipo de ensino pudesse contribuir para isso. Citando John Locke, filósofo liberalista interessado também em medicina e ciências naturais, ele escreveu:

Locke se exprime desta maneira: -‘Em cem homens, há mais de noventa que são bons ou maus, uteis ou prejudiciaes á sociedade pela instrucção que receberam; e é da educação que depende a grande diferença percebida entre elles’ (O PHAROL, 22 de fevereiro de 1890, p.1).

Por fim, mencionando Paul Bert, ex-ministro da educação francês e doutor em medicina e em ciências, escreveu:

E a respeito da má instrucção que dá a pedantocracia ridícula da ignorância que se julga sabia, diz outro eminente escriptor:
‘É tão perigosa para os progressos do espirito publico e futuro do paiz, como a dos filhos do povo que nunca transpuzeram o limiar da escola’ (O PHAROL, 5 de março de 1890, p. 1).

Nosso segundo exemplo encontra-se em publicação intitulada *Progresso em Pedagogia* na qual o autor – sem identificação – relatava que o aprendizado através da observação das coisas havia sido, depois de investigações, considerado o mais efetivo:

As investigações feitas demonstram peremptoriamente que os estudos por meio de livros são prejudiciaes ás crianças (...). Os livros devem ser substituídos pelos passeios, as lições em classe por visitas aos museus, aos jardins e ás officinas; as theorias pela vista das cousas. (O PHAROL, 28 de fevereiro de 1904, p. 2).

E assim determinava que “a lição de cousas deve preterir-se á lição recitada ou dictada. Devem exercitar-se os sentidos; só mais tarde cabe appellar para a razão. E não é só limitar-se a mostrar-lhes os objectos; é preciso ensinar-lhes a vel-os e comparal-os” (O PHAROL, 28 de fevereiro de 1904, p. 2). O método lição de coisas passou a ser entendido como oposto à lição de palavras.

Por fim, nosso terceiro exemplo é de H.G que, assim como os profissionais da saúde, vinculava o método de decorar sem entender ao comprometimento da saúde mental dos alunos e, por isso, sugeria uma metodologia mais leve de ensino. Ele relatava sobre um método “divertido”:

É sabido que nada fatiga mais o cérebro de uma criança do que decorar lições. Esse processo está sendo condenado por toda a parte. Na Inglaterra foi adoptado o methodo de instruir divertindo. Esse preceito da pedagogia

vae sendo cada vez mais posto em pratica, sobretudo nas aulas ao ar livre instituídas em Londres. (O PHAROL, 12 de abril de 1910, p. 1).

Nesses três exemplos, vamos percebendo que a invocação das ciências no trato com a educação também é feita por outros profissionais, somando-se, assim, ao coro dos médicos.

Em pesquisa anterior, Vargas mencionou um artigo escrito pelo diretor dos Grupos Escolares de Juiz de Fora, José Rangel, dias antes da inauguração dessas escolas, no qual podemos observar que o diretor vinculava o método que seria adotado com a sua utilidade social. Lemos:

o ensino primario terá um caracter essencialmente pratico, offerecendo consideraveis vantagens aos que pretendem se dedicar ás diversas profissões que exigem um preparo pratico, como sejam os candidatos ás carreiras commercial, industrial e aos diversos officios que comprehendem a grande classe dos artifices. Um programma desses, bem executado e bem aproveitado pelo aluno, habilita-o a enfrentar corajosamente a vida pratica para qual vae aparelhado com cabedal sufficiente. (Jornal do Commercio, 20 de janeiro de 1907 – p.2 – nº3198 apud VARGAS, 2008, p. 110).

Lembremo-nos aqui que os Grupos eram destinados, principalmente, para alunos pobres.

Podemos dizer que o método intuitivo fazia parte de um projeto maior de modernização da sociedade através da educação. Visando dar forma ao homem republicano, um homem trabalhador e produtor da riqueza nacional, o método atendia às exigências do capitalismo e da produção. A modernização de Juiz de Fora tinha como aliada a educação de suas crianças para que, mais tarde, pudessem ser trabalhadores habilitados para o trabalho – conhecedores do ofício e fisicamente saudáveis.

Assim como em Juiz de Fora, este processo acontecia em outras regiões do Brasil e do mundo e, com isso, vamos notando uma preocupação com relação ao uso de métodos escolares cada vez mais práticos e menos teóricos.

Azevedo e Santos, ao estudarem a escolarização no início do século XX no Rio Grande do Norte, observam que a metodologia apregoada era a baseada em processos intuitivos: “O método orientador da cultura escolar dos grupos norte-rio-grandenses era o método intuitivo” (AZEVEDO; SANTOS, 2016, p. 638).

Remer e Stentzler também garantem que “em São Paulo, a reforma da Escola Normal, em 1890, consolidou definitivamente a presença do ensino intuitivo na instrução pública” (REMER; STENTZLER, 2009, p. 6338).

As autoras Zanlorenzi e Nascimento, tomando como fonte de pesquisa a revista *A Escola* elaborada pelo grêmio dos professores públicos do Estado do Paraná, num recorte temporal de 1906 a 1910, também indicaram que “nos artigos da revista é possível analisarmos como o método intuitivo foi passado como modelo ideal de ensino, introduzindo processos de aprendizagem inovadores” (ZANLORENZI; NASCIMENTO, 2011, p. 215).

Ao acompanharmos pesquisas sobre o tema em outros países, verificamos, por exemplo, o trabalho de Torres Cruz e Ramírez que também identificam preocupações acerca do método de ensino nas escolas por higienistas colombianos. Segundo os autores, “La repugnancia por la escuela era hija de la falta de método, la poca estimulación de la curiosidad innata del niño por conocer aquello que le rodeaba y lo que le interesaba⁴⁶” (TORRES CRUZ; RAMÍREZ, 2010, p. 284).

Temos ainda Rodrigues que, ao estudar a influência da higienização nas escolas portuguesas, observou que a metodologia apregoada devia ser a mais prática possível “reduzindo-se os ensinamentos teóricos apenas ao indispensável” (RODRIGUES, 2014, p. 81).

Como nos demais capítulos, precisamos frisar que ser defendido não é o mesmo de ser efetivamente aplicado. Como bem observou Resende ao estudar documentos da Secretaria do Interior de Minas Gerais e constatar que “a verdadeira aplicação do método de ensino intuitivo tornava-se quase impossível pela falta de materiais que facilitassem este ensino, além da falta de preparo dos(as) professores(as) para tal”. (RESENDE, 2002a, p. 6). Ainda sim, segundo a mesma autora, “o método intuitivo estava sendo divulgado e, bem ou mal, utilizado” (RESENDE, 2002b, p. 446).

Abordaremos agora, o outro desdobramento do saber escolar que diz respeito aos conteúdos a ser ensinados nas escolas.

5.2 CONTEÚDOS

Baseados nos princípios do método intuitivo, ocorreram algumas tentativas de se apontar quais eram os conhecimentos úteis que a escola devia ensinar, havendo uma valorização explícita de alguns conteúdos em detrimento de outros. Desta forma, foram indicados alguns exemplos daquilo que devia ser retirado e daquilo que devia ser ensinado vinculando este à maneira de fazer do método intuitivo. Abordaremos estas questões por áreas

⁴⁶ A repugnância pela escola era filha da falta de método, da pouca estimulação da curiosidade inata da criança para conhecer aquilo que a rodeava e aquilo que a interessava (tradução nossa).

de saber: educação sanitária, língua portuguesa e demais idiomas, matemática, história e ciências. O saber relacionado às práticas corporais será analisado no próximo capítulo que tratará da educação física.

5.2.1 EDUCAÇÃO SANITÁRIA

Iniciamos esta seção com o questionamento do Dr. Fernando de Moraes: “Que noções mais uteis poderão existir do que as que dizem respeito á nossa saúde, em o que não póde o homem ser feliz?”. (O PHAROL, 11 de maio de 1907, p. 1).

A atuação do movimento higienista no contexto escolar teve, como estamos vendo, diversos desdobramentos. Um desses desdobramentos foi o de levar o conhecimento da higiene para a escola a fim de ser ensinado a alunos e professores.

Dr. Eduardo de Menezes, ao transcrever o que chamou de “boas instruções promulgadas para o Distrito Federal”, trouxe aos juiz-foranos o conceito daquilo que chamava de educação sanitária escolar: “Art. 14. A educação sanitaria dos alumnos e professores consistirá na divulgação de preceitos e conhecimentos de hygiene escolar, especialmente em relação á prophylaxia das molestias transmissíveis”. (MENEZES, 1911, p 201).

Com as descobertas dos micro-organismos e suas relações com diversas doenças, decorreu a percepção de que bastaria eliminar o agente causador da doença para se ter saúde. Assim, o higienismo começou a explicar o surgimento das doenças de forma bastante simplista: a ignorância das pessoas. (SOUZA e JACOBINA, 2009).

Abreu corrobora com esta ideia observando que, para o discurso médico sanitário na Primeira República, “a ignorância das populações era uma das principais causas das enfermidades, e que se fazia necessário promover a consciência sanitária da população, utilizando de recursos modernos de comunicação” (ABREU, 2012, p. 1).

A escola foi assim vista como um local ideal para a conscientização social através do ensino de regras higiênicas a crianças e professores. Esta direção foi mencionada em *O Pharol* pelo Dr. Eduardo de Menezes:

Sendo conveniente que os homens conheçam Hygiene, a religião do seu corpo, para adoptarem os seus preceitos sem reluctancia, antes indo-lhes ao encalço, é preciso ensinar a Hygiene na Escola, seja pela palavra ou communicação das idéas, seja pelo habito, pela pratica e todos os meios objectivos, fazendo incorporar as suas noções ao espirito das creanças. (O PHAROL, 14 de abril de 1910, p. 2).

Era preciso educar as crianças para que elas reproduzissem o aprendizado em seus ambientes familiares diminuindo, pouco a pouco, o desperdício de recursos humanos causado pelas doenças (LAROCCA; MARQUES, 2010).

Cabia educar os alunos para que eles próprios desejassem cuidar de sua saúde através da limpeza corporal, da limpeza dos hábitos e da limpeza dos ambientes. Assim declarava-se como sendo missão da educação sanitária:

2º. Para os alumnos deve-se ter em vista inspirar-lhes:

- a) amor ao asseio e as vantagens que dahi decorrem;
- b) horror á intemperança e perigos a que se espõem os intemperantes;
- c) desejo de habitar uma casa commoda, arejado, bem illuminada, na qual se possa viver sem promiscuidade e sem agglomeração. (MENEZES, 1911, p. 201).

Cabia também educar os professores para que eles pudessem transmitir este conhecimento ao aluno, para que conseguissem identificar os sintomas de alguma doença e para que soubessem tomar atitudes práticas a fim de proteger aqueles que frequentavam a escola:

Para os professores:

- a) O conhecimento dos preceitos hygienicos relativos á hygiene das habitações e especialmente das escolas;
- b) o conhecimento dos prodromos e symptomas da invasão das molestias infecto contagiosas;
- c) meios praticos tendentes a collocar o pessoal que frequenta a escola ao abrigo das molestias evitáveis. (MENEZES, 1911, p. 201).

Como a tuberculose era, na época, uma das doenças mais temidas por levar a óbito e ser altamente contagiosa, muito do conteúdo da educação sanitária proposto estava relacionado à prevenção desta doença.

O objetivo de educar os alunos para a prevenção da tuberculose ganhou tanta importância que o Dr. Fernando de Moraes declarou que “o ensino da prophylaxia da tuberculose e das molestias evitaveis é incontestavelmente mais útil do que todos os outros ensinamentos ministrados à infancia” (O PHAROL, 9 de abril de 1908, p. 1). Ele atribuía essa importância ao fato de que tal medida auxiliava tanto na saúde do aluno quanto no bem estar da coletividade: “pois garantindo-lhe meios de defesa contra a doença, aquisição de preceitos mantenedores de sua saúde, contribue ao mesmo tempo para o bem estar da colectividade” (O PHAROL, 9 de abril de 1908, p. 1).

O bem estar social dependia da atitude de cada um individualmente, logo cada pessoa era responsável por gerir sua saúde através da execução de hábitos higiênicos. Assim, ao

considerar que a doença estava relacionada à falta de cuidados pessoais, seja por imprudência ou ignorância, “os higienistas negavam, praticamente, a diferença de recursos necessários à prevenção da saúde em decorrência da diferença entre classes sociais” (SOUZA e JACOBINA, 2009, p. 621).

Sendo, então, de responsabilidade individual o controle do avanço da tuberculose, a medida preventiva a se adotar eram fazer obrigatórios o ensino e o exame final desses conhecimentos na escola primária. Era assim que considerava o Dr. Fernando de Moraes. Ele atribuiu tal ideia aos debates ocorridos na Conferência Internacional da Tuberculose realizada entre os dias 26 e 29 de maio de 1904 em Copenhague. Nas palavras do autor publicadas em *O Pharol*, lemos:

(...) a necessidade urgente da educação hygienica do povo pela decretação, quanto antes, do ensino e exame final obrigatorios das leis que presidem á propagação da tuberculose e demais moléstias infectuosas, em todos os estabelecimentos de instrucção primaria, no intuito de crear-se em todos os paizes uma opinião publica esclarecida e energica que facilite a tarefa da administração na preservação do povo contra esses flagellos, por sua natureza evitaveis. (O PHAROL, 9 de abril de 1908, p. 1).

A preocupação com a tuberculose era tamanha que, por diversas vezes, o Dr. Eduardo de Menezes propôs que o ensino acerca dessa doença, a despeito da obrigatoriedade dos professores, fosse realizado por médicos. Citaremos três passagens dessa ocorrência, duas em *O Pharol* e uma no Boletim da SMCJF.

Em novembro de 1905, a Liga Mineira contra a Tuberculose, que tinha como presidente o Dr. Menezes, havia deliberado a ida de médicos a escolas já havendo, inclusive, a indicação da primeira escola onde esta visita aconteceria, a Academia de Comércio:

Ficou deliberado: darem-se instrucções nas escolas, collegios e gymnasios, sob a forma de licções explicativas, ao alcance dos meninos, sobre a tuberculose e meios de evitar o contagio. A primeira licção será na Academia de Commercio para os respectivos alumnos, pelo dr. Mendonça, no dia e hora que forem designados pelo revdmo. director. Depois serão percorridos os outros collegios, e as escolas publicas, quando se reabrirem os mesmos. (O PHAROL, 7 de novembro de 1905, p. 1).

No ano seguinte, o Dr. Menezes dirigiu um ofício ao secretário do interior, Carvalho Britto, solicitando um amparo legal para que essa atividade ocorresse, colocando, inclusive, a disposição do secretário as acomodações onde estava instalada a Liga Mineira contra a Tuberculose. Dr. Menezes aproveitava a inclusão do ensino de higiene elementar no programa escolar advinda com a reforma educacional realizada por Carvalho Britto para fazer tal pedido:

Sem embargos, entretanto, da incumbencia dos professores dos grupos escolares e das escolas singulares, tomo a liberdade de pedir a v. exc. que se digne patrocinar a nossa idéa concedendo uma disposição especial para que possam cumprir aquelle encargo, de que desempenhar-nos-íamos, como mais prestigio e eficácia, determinando n'uma hora da semana a frequência das creanças num logar commum, para que o nosso edificio dispõe de accommodações, onde possamos fazer o ensino da hygiene geral com vistas especiaes sobre a tuberculose. (O PHAROL, 16 de outubro de 1906, p. 2).

A ideia e o encargo mencionados no ofício dizem respeito àquela deliberação sobre as instruções nas escolas que havia sido debatida no ano anterior. Dr. Menezes aludi neste mesmo ofício: “O nosso programma de servir á Obra anti-tuberculosa comprehende, aliás, o ensino da hygiene elementar ás creanças por meio de conferencias em termos ao alcance da sua compreensão.” (O PHAROL, 16 de outubro de 1906, p. 2).

Dr. Menezes sabia da importância do ensino de novos hábitos na gestação de uma nova sociedade, visto que o mesmo apontava isso no próprio ofício:

A instrução higienica popular para defesa contra a tuberculose dará os melhores fructos sendo feita ás creanças, cujos hábitos e modo de viver de accordo com as idéas higienicas que aprenderem modificarão radicalmente a sociedade futura. (O PHAROL, 16 de outubro de 1906, p. 2).

Para ele e os demais higienistas, a educação contribuía para o processo de modernização de Juiz de Fora à medida que preservava os corpos saudáveis, corpos que seriam mão-de-obra para o novo sistema econômico.

No ano de 1905, antes mesmo dessas duas publicações que acabamos de citar, Dr. Eduardo de Menezes havia feito uma apresentação na SMCJF na qual já defendia um envolvimento ativo dos médicos dentro da escola para que ensinassem medidas higiênicas, especialmente contra a tuberculose, para crianças. Para o médico, o “Ensino da Hygiene geral e em particular anti-tuberculosa, nas Escolas, á infantis” era uma das melhores maneiras de preparar as sociedades futuras e que isso dependia do “esforço de nós medicos”. (MENEZES, 1912b, p. 66-67).

Somando-se a esses artigos escritos por médicos, encontramos outra publicação que também convém analisar. Em 1908 foi divulgado em *O Pharol* um artigo que houvera sido publicado no jornal *A Notícia*, de São Paulo. O artigo, que tem como título *Educação Anti-tuberculose*, continha informações sobre a importância da instrução escolar acerca dessa doença e trazia, inclusive, um programa de ensino para ser usado nos Grupos Escolares paulistas. Vale mencionar que, na época de sua publicação, *O Pharol* tinha como proprietário e diretor o Dr. Christovão Malta que era médico e membro da SMCJF. Desta forma, apesar de

o artigo não ter sido escrito por médico juiz-forano, podemos entender que sua publicação na imprensa local de propriedade de um médico demonstra a afinidade deste médico com aquilo que ali era proposto. Uma proposta para o Estado de São Paulo, mas que também valia para o Estado mineiro, ou mais especificamente, para a cidade de Juiz de Fora.

De acordo com o artigo, quase todos os países já estavam introduzindo em seus currículos escolares os deveres do cidadão para com o seu semelhante no que se referia ao perigo social que a tuberculose representava. Ensinaamentos de como se prevenir para que a pessoa não fosse foco da epidemia e contaminasse os demais.

Lino Lopes, que assina o texto, apresentava aos seus leitores a clara relação entre prevenção da tuberculose e desenvolvimento econômico do país:

elle [flagelo da tuberculose] ainda é o ceifador por excellencia de todas as energias desta grande Pátria, pois é justamente na idade em que o homem se torna mais útil á Família, á Pátria e á Humanidade que a tuberculose escolhe as suas victimas. (O PHAROL, 14 de julho de 1906, p. 2).

Estrategicamente, a manutenção de mão-de-obra se fazia com a manutenção do corpo saudável, livre de doenças. Assim, o ensino nas escolas visava ao progresso do país.

Atestando que o programa que ia apresentar continha conhecimentos de maior utilidade para a luta contra a tuberculose, ele expunha o que chamava de “Modificações Propostas aos Programmas de Ensino para os Grupos Escolares e Escolas-Modelos (decreto nº. 1.281 de 24 de abril de 1905)” (O PHAROL, 14 de julho de 1906, p. 2):

PRIMEIRO ANNO

Linguagem – Escripta – Copiar palavras e pequenas sentenças do quadro negro ou do livro de leitura, principalmente os nomes das moléstias contagiosas e a tuberculose...

Calligraphia – Copiar letras, palavras e pequenas sentenças sobre os meios de evitar a tuberculose, do quadro negro ou do livro de leitura etc etc.

Hygiene – O asseio como auxiliar da hygiene – A tuberculose (ensinar que é feio e perigoso escarrar no chão; o uso de escarradeira).

SEGUNDO ANNO

Linguagem oral – Narração de factos relativos á escola, á família e a sociedade, com reproducção da mesma pelos alumnos – as consequências do alcoolismo – os meios de evitar a tuberculose.

Calligraphia – Modelos de escripta contendo entre outros preceitos de moral e de hygiene, algumas noções simples e curtas sobre a tuberculose e sua prophylaxia.

Hygiene – Cuidados com os orgams do sentido e com a bocca.

O beijo, a saliva, o escarro, como transmissores da tuberculose.

TERCEIRO ANNO

Hygiene – a) O asseio – O ESCARRO – seus perigos como transmissor da tuberculose.

b) Os animaes: classificação em vertebrados e invertebrados.

Os parasitas do homem – Molestias que occasionam.

c) O ar atmosphérico – a poeira – os micróbios – Molestias transmissíveis.

Instrucção cívica e moral – Deveres em relação ás moléstias infecciosas, principalmente quanto é tuberculose.

QUARTO ANNO

Sciencias physicas e Moraes – Animaes – Plantas – Os micróbios e as parasitas

Hygiene – As bactérias – Pasteur e seus discípulos. Principaes micróbios – As moléstias infecciosas – O sarampo e a coqueluche nas escolas – A varíola. A febre amarella e a malária e os mosquitos – O croup – A tuberculose – Prophylacia destas moléstias – Tratamento da tuberculose – Desinfecção – Natalidade e mortalidade no Estado de S. Paulo – Mortalidade por tuberculose.

Instrucção cívica e moral – A solidariedade como base de toda a organização social – governo etc – preservação das moléstias – hygiene – a saúde e as leis no Estado de S. Paulo. (O PHAROL, 14 de julho de 1906, p. 2).

Notamos que os ensinamentos acerca da prevenção da tuberculose deviam se dar em todos os anos da instrução primária, inserindo-se no programa como conteúdo – “Hygiene” – e no interior de outros tópicos – “Linguagem”.

O autor dizia ser possível, através do programa apresentado, os professores realizarem uma verdadeira campanha contra a tuberculose sem fatigar os alunos. A intenção de não cansar os alunos leva-nos a interpretar que o escritor tinha conhecimento e defendia as formas de ensino sugeridas pelo novo método, o método intuitivo.

Lino Lopes finaliza seu texto citando Elie Metchnikoff, um microbiologista que, por suas pesquisas sobre imunidade, ganharia em 1908 o Nobel de Medicina: “Si é verdade que é impossível viver sem Fé, esta não pode ser outra sinão a fé no poder da Sciencia” (O PHAROL, 14 de julho de 1906, p. 2). A ciência, segundo Lino Lopes, era a religião do futuro e devia ser ensinada às crianças nas escolas.

A defesa do ensino da higiene nas escolas, por certo, era uma proposta que acompanhava uma tendência de doutores de várias regiões do Brasil e do mundo ocidental. Em estudos de Larocca e Marques sobre o discurso médico para a escola paranaense nas primeiras décadas do século XX, há também indícios da defesa do ensino da higiene para alunos daquele Estado. De acordo com as autoras,

No Paraná, a oficialização do conteúdo higienista para ser desenvolvido junto aos escolares inclui saberes relacionados às principais doenças que aqui grassavam, sua profilaxia e tratamento, bem como noções de primeiros socorros.

Os conteúdos de ensino demonstravam preocupação com a saúde do corpo e da mente, além de um propósito antigo: a formação de hábitos saudáveis, a contribuir para organizar espaços e corpos capazes de participarem da

jornada civilizadora proposta pela intelectualidade médica de então (LAROCCA; MARQUES, 2010, p. 652).

A higiene se estabelecia também como matéria de estudo na Espanha oitocentista. De acordo com os estudos de Abad, “en su programa los contenidos escolares incorporaban elementos básicos sobre higiene cada vez más extensos⁴⁷.” (ABAD, 1992, p. 105) .

Diante do exposto, o que vamos observando é a vinculação de uma educação sanitária com o progresso do país. O conhecimento da higiene seria capaz de prevenir doenças e manter a saúde da população. No caminho do desenvolvimento e do progresso, Juiz de Fora devia contar com um ensino que desse suporte a tal crescimento, sendo assim, a educação sanitária era essencial.

Mas os médicos juiz-foranos não defendiam unicamente a utilidade no ensino da higiene, eles escreveram também, embora de forma mais contida, sobre alguns outros saberes escolares tais com português e outros idiomas, matemática, história e ciências.

5.2.2 LÍNGUA PORTUGUESA E DEMAIS IDIOMAS

O decreto n 1. 947/06, que aprovou o programa do ensino primário mineiro, trazia na parte referente à “Leitura” às seguintes instruções:

Para as primeiras lições de leitura, o processo adoptado neste programma é novo no nosso ensino; reclama, por isso, a atenção dos professores.

Em vez de decorar sons e valores de letras, para depois formar as combinações que produzam o vocábulo, a creança começará por este último, ligando desde logo a idéa expressa pela palavra ao corpo de letras que a formam.

(...)

É conveniente que as primeiras palavras estudadas representem cousas concretas.

(...)

Seria de grande vantagem que os srs. professores adoptassem, desde logo, este methodo, de preferencia ao de syllabação e soletração. Este último deverão abolir em absoluto, por ser hoje universalmente condemnado no ensino moderno. (MINAS GERAIS, 1907, p. 5).

Tais instruções apresentadas pelo decreto são características do método intuitivo de leitura, chamado de palavrção (RESENDE, 2002c). O ensino da leitura sob as luzes do método intuitivo tem como objetivo a eliminação dos processos de memorização das letras

⁴⁷ Em seu programa, os conteúdos escolares incorporavam elementos básicos sobre higiene cada vez mais extensos (tradução nossa).

que compõem as palavras e substituí-los pela compreensão do conceito das palavras e dos textos. As palavras simbolizam ideias e é por elas que o ensino na leitura devia começar. A intenção era de se fazer uma “leitura inteligente, voltada para a compreensão das ideias contidas nos textos e, em consequência, contrapondo-se aos métodos mecânicos de decifração que imperam até meados do século” (VALDEMARIN, 2001, p. 178).

O método propunha o uso de imagens ou desenhos – “cousas concretas” mencionadas no decreto – para que mais facilmente o aluno fizesse a associação da palavra à ideia que ela transmitia.

Dr. Eduardo de Menezes fez uma defesa do referido método nas páginas de *O Pharol* referindo-se a ele como um método higiênico para o espírito infantil:

O methodo de palavrção para o ensino da escripta e leitura, sabiamente adoptado pelo sr. dr. Carvalho Britto nas escolas primarias, é de grande alcance para a hygiene do espirito infantil, sendo muito recommendavel o methodo organizado pelo sr. Lindolpho Gomes. A taboada, a cartilha e o catecismo são as maiores torturas que se podem inflingir ás creanças (O PHAROL, 14 de abril de 1910, p. 2).

O método organizado por Lindolpho Gomes, ao qual Dr. Menezes se referia, havia sido publicado na forma de livro sob o seguinte título: *Primeiros Exercícios de Leitura (methodo da palavrção e phraseação)*. (O PHAROL, 17 de março de 1910, p. 1).

O livro foi objeto de artigos no jornal. Um destes artigos foi escrito por Olimpio de Araújo. Ele descreveu o método contido no livro:

iniciando o ensino da leitura pela palavra e passando desta á phrase e á sentença. Uma vez conhecida a palavra e applicada esta á phrase e á sentença, passa a decompôl-a em seus elementos secundários, as syllabas e, depois, mui naturalmente, mui logicamente, em seus elementos primários, as letras; tendo, consequentemente, por base a palavrção, sem descurar da decomposição dos vocábulo e o conhecimento, que se pode chamar intuitivo, dos respectivos caracteres alphabeticos. (O PHAROL, 7 de maio de 1910, p. 2).

Segundo o autor do artigo, o livro trabalhava a linguagem na sua parte educativa e como lições de coisas, embora não explicasse a diferença entre elas.

Outro momento que temos mais referências sobre o livro foi na publicação de uma carta que o próprio Lindolpho Gomes havia recebido de Verissimo Alvares da Costa. Nela, o remetente foi apontando alguns pontos característicos do método da palavrção e comparando-os com as propostas de Lindolpho.

Verissimo assinalava, por exemplo, como era o desdobramento do método na sala de aula, qual o procedimento para se ensinar a ler. Ele descreveu: “Começa-se o ensino,

mostrando-se ao aluno figuras de objectos conhecidos, com o nome escripto por baixo e que é pronunciado pelo mestre e repetido pelo discípulo” (O PHAROL, 18 de dezembro de 1910, p. 2). Entretanto, “quando é possível o mestre mostra o próprio objecto” (O PHAROL, 18 de dezembro de 1910, p. 2). Aprendendo-se as palavras, passava-se a formar frases simples: “Por meio de combinações de palavras fáceis chega-se á composição de phrases curtas e simples e com considerável rapidez passa-se á leitura corrente” (O PHAROL, 18 de dezembro de 1910, p. 2). Assim, “pelo methodo objectivo, ou seja da palavrção” (O PHAROL, 18 de dezembro de 1910, p. 2) ia ensinando os alunos a lerem. Veríssimo observava, então, que este era exatamente o plano do livro de Lindolpho.

De forma minuciosa, o autor da carta vai apresentando os pormenores do método da palavrção. Assim, conforme estamos percebendo, a objetividade e a utilidade do aprendizado eram a forma mais adequada de aprendizagem vinculada aos propósitos formativos do regime republicano. Aprender para fazer. A nova relação de trabalho exigia funcionários que soubessem ler e entender aquilo que se lesse. A escola na república devia formar, então, tais funcionários com as características solicitadas. Juiz de Fora, na efervescência de seu desenvolvimento, devia então utilizar um método de ensino de leitura que mais se afinasse com seus ideais. Desta forma, o método da palavrção foi o incentivado pela classe médica juiz-forana que também estava envolvida no processo de modernização da cidade.

Podemos ainda indicar que, para o ensino da leitura, além do método da palavrção, estratégias de “higienização da leitura” (GONDRA, 2003; ROCHA, 2005; VIANA, 2015) foram visíveis. A indicação de leitura higiênica pode ser notada, por exemplo, na prescrição do livro *Cidade Salubre* do Dr. Eduardo de Menezes:

lembramos que se adoptem nas escolas, como leitura diaria, a “CIDADE SALUBRE”, divulgando por esse meio e de maneira proveitosa os ensinamentos de tão util publicação, a exemplo do que se faz na Suissa e em outros paizes com trabalhos congeneres. (MENEZES, 1911, p. 11).

Ou mesmo no modelo de programa de ensino contra a tuberculose mencionado anteriormente, no qual continha:

Linguagem – Escripta – Copiar palavras e pequenas sentenças do quadro negro ou do livro de leitura, *principalmente os nomes das moléstias contagiosas e a tuberculose...*
Calligraphia – Copiar letras, palavras e pequenas sentenças *sobre os meios de evitar a tuberculose*, do quadro negro ou do livro de leitura etc etc. (O PHAROL, 14 de julho de 1906, p. 2, grifo nosso).

O método de ensino da leitura era também outra oportunidade de higienização.

Com relação ao ensino de outros idiomas, o procedimento de aprendizagem era o mesmo:

Veja que, mesmo agora no ensino das línguas estrangeiras o ‘alumno, pelo processo intuitivo continúa augmentar suas idéas por meio de imagens – objectos reaes ou figurados, desenhos, quadros etc., e assim, pelo aspecto que liga directamente a palavra ao objecto nos limites dos conhecimentos adquiridos, exercita-se a formar por analogia proposições em língua estrangeira’, segundo o plano do professor Nicastro, da Secilia⁴⁸. (O PHAROL, 18 de dezembro de 1910, p. 2).

Necessitava, todavia, averiguar a necessidade do estudo das pesadas regras gramaticais de cada idioma o que, segundo Dr. Menezes, “pouparia ao espirito o cansaço” (O PHAROL, 14 de abril de 1910, p. 2). De acordo com ele, os livros clássicos de línguas traziam um estilo rebuscado e pretencioso de escrita nos moldes de grandes literatos e autores o que era totalmente desnecessário para se ensinar aos alunos, haja vista que o objetivo deste ensino era “pôrmo-nos em communição intellectual com os povos de outras raças pela transmissão de pensamentos e correspondencia de idéas” (O PHAROL, 14 de abril de 1910, p. 2), assim, não fazia sentido a aprendizagem de uma escrita caprichosa, mas sim dos “instrumentos vulgares da linguagem usada pelo povo” (O PHAROL, 14 de abril de 1910, p. 2). Observamos aqui uma crítica à gramática. O ensino de outros idiomas também devia recorrer à intuição como base, a criança devia aprender o idioma falando, e não se debruçando em livros.

Precisava ainda ser eliminado o ensino de línguas mortas, como grego e latim, por exemplo, considerados idiomas inúteis:

Veja-se a inutilidade do estudo das linguas mortas, como o grego e o latim, de que para nós não ha outro proveito senão na analyse dos radicaes etymologicos, devendo constituir nas idades maduras ao homem objecto de suas especialidades e estudos de gabinete. (O PHAROL, 14 de abril de 1910, p. 2).

Como vamos percebendo, no ensino da língua nacional e de outros idiomas, havia afinidades com o projeto de sociedade que se queria instituir. E, outra vez, os profissionais ligados à área médica da cidade de Juiz de Fora se dedicaram a escrever sobre esse conteúdo.

5.2.3 MATEMÁTICA

⁴⁸ Carta atribuída a Verissimo Alvares da Costa acerca do livro de Lindolpho Gomes *Primeiros Exercícios de Leitura* que, por sua vez, era recomendado pelo Dr. Eduardo de Menezes.

Também encontramos em *O Pharol* uma indicação sobre o ensino da matemática feita pelo Dr. Eduardo de Menezes. Mesmo sem se debruçar sobre tal ensino, ele manifestou o que devia ser retirado e o que devia ser oferecido ao aluno na área da matemática.

De acordo com seus escritos, alguns conteúdos do ensino da matemática precisavam ser eliminados dos currículos porque só faziam debilitar a razão infantil, dentre eles, “as demonstrações de princípios, a fixação na memória de theoremas e de regras no estudo das mathematicas” (O PHAROL, 14 de abril de 1910, p. 2).

Por outro lado, deviam ser ofertados ao aluno conhecimentos matemáticos que pudessem ser utilizados no dia a dia do educando, bem como em situação futura de trabalho. Assim, Dr. Menezes acreditava que o útil a se aprender em matemática era “o jogo das operações numericas e suas aplicações aos problemas práticos” (O PHAROL, 14 de abril de 1910, p. 2).

Alguns estudiosos do método intuitivo no ensino da matemática vêm mostrar que aquilo proposto pelo Dr. Menezes estava em sintonia com os escritos daqueles que se dedicaram a grafar sobre o assunto neste momento de transição do século XIX para o século XX. Soares, por exemplo, ao estudar um artigo publicado em 1872 no Rio de Janeiro sobre o tema, por inúmeras vezes observou a defesa que o autor fazia da utilidade do conhecimento matemático, que devia apresentar sempre resultados práticos e concretos (SOARES, 2019). Costa e Souza, ao estudarem a educação matemática em Santa Catarina, também entenderam que havia uma tentativa de se retirar aquilo que era abstrato ou que se baseasse na memorização e de inserir exercícios mais concretos como, por exemplo, os apoiados no sistema métrico e monetário (COSTA; SOUZA, 2016). Oliveira, ao estudar os livros didáticos de matemática escritos por Antônio Bandeira Trajano, observou que até mesmo as gravuras das capas dos livros sugeriam um estudo mais divertido e prático da matéria e que os exercícios apresentados no livro refletiam tais gravuras oferecendo exercícios que abordavam situações cotidianas (OLIVEIRA, 2019).

Se a matemática interferia na formação do trabalhador juiz-forano, à ela também era dedicado o tempo do médico.

5.2.4 HISTÓRIA

Com relação à história, houve novamente um desejo de se indicar o que era útil e inútil em tal ensino. Dr. Menezes era bastante claro ao mencionar que fatos históricos para decorar só cansavam a memória. Ele especificava esses conteúdos: “Veja-se esta bagagem pesada de

datas, de batalhas, o rosario nominal de successões dynasticas de personagens nullos, a localisação de factos a zonas geographicas hoje desaparecidas ou transformadas” (O PHAROL, 14 de abril de 1910, p. 2). Para Dr. Menezes, tais referências deviam ser retiradas do currículo escolar.

Assim como vinha ocorrendo nas demais áreas do saber, ele indicava quais conteúdos precisavam ser então trabalhados com os alunos. Para ele, no estudo da história,

o único valor esta no conhecimento de factos que tenham significação philosophica, de homens, que tenham influenciado aquelles factos, na apreciação da evolução da humanidade sob as suas influencias mesologicas, individuaes e collectivas, na observação das leis que os presidem fatalmente e das variações que possam soffrer. (O PHAROL, 14 de abril de 1910, p.2).

Conhecimentos que levassem os alunos a entenderem o mundo em evolução compreendendo, por consequência, o papel de cada indivíduo no rumo da humanidade. Assim, percebidos enquanto parte da história, talvez pudesse ser mais fácil aceitar a ideia de que suas atitudes, boas ou más, influenciavam o todo social e, por isso, eram responsáveis diretamente pelas ações que praticavam. Essa consciência era fundamental para a aceitação das mudanças de hábitos propostas nesta nova era republicana.

No ensino da história pelo método intuitivo, também houve o incentivo para que a transmissão dos conhecimentos históricos se fizesse de forma anedótica, com a escolha de alguns fatos mais memoráveis da pátria e da humanidade para ser dramatizados pelos alunos, o que era um bom meio de impressioná-los (SOUZA, 2000).

O jornal *O Pharol* chegou a publicar um relato de como esta dramatização ocorreria. Foi um exemplo de como os europeus estavam ensinando história a seus alunos. O relato, escrito por H. G., servia para inspirar a prática em terras brasileiras, particularmente em Juiz de Fora. Eis o relato:

O professor não faz mais a seus alumnos intermináveis prelecções de Historia. Não les ensina mais a chronologia e os reinados dos reis e das rainhas da Inglaterra. Os discípulos apresentam a historia, scena por scena, de reinado a reinado, da mesma forma que se representa uma peça dramática num theatro em pleno campo, num theatro ao ar livre. A decoração, ou scenario é o bosque próximo sob o qual abriga a escola durante as jornadas calmosas do verão, é a pradaria verdejante ou o vasto alpendre do pátio arejado, sob o qual se refugiam professores e alumnos durante os dias de chuva. Nesse scenario natural se agitam os pequenos actores e actrizes, que aprendem de cór seus papeis. Representam desse modo a historia, o trecho de historia a estudar, acompanhando as palavras com a acção necessária e que fere todas as intelligencias dos espectadores. Há assim, todo o proveito, porque os discípulos menos dotados de memoria são os primeiros a poderem, em seguida, narrar a peça que viram representar por seus camaradas.

É conhecida a activa imaginação que as crianças empregam nos jogos de sua idade. É essa faculdade que é maravilhosamente utilizada por essa forma. Os resultados têm sido interessantes e surpreendentes, que os professores francezes se preparam para adoptarem o mesmo systema nas escolas primarias de seu paiz. (O PHAROL, 12 de abril de 1910, p. 1).

As seleções dos conteúdos em associação com suas finalidades revelam uma intenção direcionada a um projeto modernizador, onde utilidade do conhecimento e compreensão do mesmo – em contraposição ao decorar – formam um homem diferente daquele dos regimes anteriores onde o ensino humanístico reinava dominante. A modernização do país, e de Juiz de Fora, se fazia pela junção de vários fatores, dentre os quais, o ensino da história.

5.2.5 CIÊNCIAS

Por fim, outro conteúdo surgido nas páginas de *O Pharol* foi o ensino das ciências. O ensino das ciências passou a ser considerado como o mais importante a partir da metade do século XIX justamente devido ao seu valor aplicado e econômico que colocava a ciência em sintonia com o progresso e com a sociedade civilizada. A ciência sobressaía como conhecimento fundamental à vida moderna por poder se aplicada na indústria, na conservação da saúde, na vida moral, dentre outras utilidades (SOUZA, 2000).

Da mesma forma ela foi concebida pelo Dr. Eduardo de Menezes que declarava que depois de “depurados os estudos e concilliando-se as exigencias da civilização” (O PHAROL, 14 de abril de 1910, p. 2), o caminho que a escolarização devia trilhar era o de “reservar a maior extensão ao estudo das sciencias naturaes, fontes reaes e principaes da cultura e desenvolvimento intellectual, de effeitos uteis, na pratica e origem da verdadeira filosofia” (O PHAROL, 14 de abril de 1910, p. 2).

A ciência, por sua aplicação direta nas práticas sociais, ganhava destaque no projeto civilizador.

O mesmo foi observado por Kahn ao investigar o ensino das ciências na França. O autor revela que o ensino das ciências teve uma dupla formação, uma educativa com a formação de um espírito científico e crítico liberto das superstições e outra moral com a formação de indivíduos com coragem para pensar, mas com prudência na busca pela verdade (KAHN, 2014).

Deste modo, finalizamos este capítulo acreditando que o envolvimento da classe médica em assuntos educacionais na cidade de Juiz de Fora é perpassado pelo intuito de

modernização da cidade mineira. A escola era tida como indispensável na formação de novos indivíduos mais adequados às necessidades daquele momento e os discursos médicos sobre esta escola ganharam um papel importantíssimo em tal valorização, visto estarem imbuídos de conhecimentos comprovados cientificamente.

6 EDUCAÇÃO FÍSICA

ao lado da educação intellectual alguma cousa existe que muito merece cuidado dos que tão bem intencionados se mostram em prol do ensino: a educação physica. (O PHAROL, 11 de maio de 1907, p. 1).

Neste capítulo, tratamos do esforço da higiene na educação das práticas corporais dos alunos. Apesar de, em última instância, todas as categorias analisadas – espaços, tempos e saberes – atuarem também na dimensão corporal fazendo com que seja praticamente impossível uma divisão exata destas práticas corporais devido aos vínculos complexos que todas essas categorias estabelecem com o corpóreo, este capítulo tem a pretensão de analisar os discursos que apontam de uma maneira mais direta para a educação do corpo do aluno inspirando-lhe práticas e costumes.

A atenção dada à dimensão corporal não foi uma constante ao longo da história, pelo contrário, houve épocas em que o corpo era tido como um problema, algo que devia ser anulado. Como bem nos ensina Georges Vigarello, “as referências dadas à forma, às eficácias e funcionamentos do corpo, mudam no decorrer do tempo. Suas representações se deslocam de tal maneira que, algumas vezes, vêm-se completamente transformadas” (VIGARELLO, 2003, p. 21).

Silva nos ajuda a compreender as mudanças no tratamento com o corpo ao relatar como ocorreu uma progressiva identificação do sujeito com seu próprio corpo ao longo do processo civilizatório ocidental. Ela pontua algumas concepções de trato com o corpo em diferentes períodos históricos. Segundo a autora, na Grécia Antiga a preocupação com o corpo estava intimamente relacionada a outros conceitos como o bem, a verdade, a beleza: “só se pode viver bem, se a vida for verdadeira e bela; se pode ser belo, mas para isso é preciso ser justo e saudável” (SILVA, 1996, p. 245). Havia uma relação direta entre o equilíbrio corporal e a harmonia da alma: “o cultivo do próprio corpo só se justificava se contribuísse, também para com o desenvolvimento; o objetivo era a evolução do indivíduo integral” (SILVA, 1996, p. 245).

Até os primeiros séculos da era cristã, houve uma continuidade dessa postura cultural grega, inclusive, em rituais religiosos, como o batizado, onde havia exposição do corpo nu. Mas já por volta do século VIII, várias modificações ocorreram nessa concepção e, conseqüentemente, no trato com o corpo. É atribuído ao corpo um valor mais erótico associando-o à doença e ao mal. Assim é que na Europa Feudal a relação com o corpo fica carregada de preconceitos:

já não se apresenta mais a existência como integral, onde o cuidado de si pressupunha um ‘cuidado com o corpo e com a alma’ (...); pelo contrário, preocupar-se com o corpo era afastar-se das coisas da alma” (SILVA, 1996, p. 245).

A filosofia religiosa sugeria, então, uma visão dualista do homem: o corpo e a alma. A alma, que era o símbolo da santidade, devia ser cultivada e trabalhada a fim de se desenvolver tornando-se mais pura, mais digna. Ao corpo associava-se o pecado, a tentação e, por isso, devia ser anulado e, até mesmo, sacrificado visando ao melhoramento da alma. As únicas atividades corporais que permaneceram incentivadas nessa época foram as de preparação militar e os jogos de guerra, fruto de espírito da época.

Segundo Silva, no período renascentista emerge novamente uma preocupação com o corpo, mas com uma concepção diferente daquela dos antigos gregos. Isso acontece por volta do século XVI e XVII quando os jogos realizados pela nobreza vão transformando seus objetivos, antes de força e agressividade, agora de precisão e destreza. Com isso, ocorre uma substituição da armadura, não mais necessária, pelo vestuário. A preocupação com o vestir-se bem, com os adornos que apareceriam em público vão se tornando cada vez mais forte e:

o vestir-se representava uma parte do como estar em público, atendendo muito mais a uma convenção preestabelecida para diferenciar as demarcações sociais do que uma forma de expressão que se reveste (SILVA, 1996, p. 246).

Nesse período, então, ocorreu uma tensão entre as novas formas de valorização do corpo e os princípios religiosos de valorização única da alma.

Com o advento da Revolução Francesa, um dos grandes marcos da modernidade, o novo modelo político-econômico que emergiu também sugeria outra concepção de corpo. O corpo passou a ser entendido como força econômica, assim, o trato com o corpo foi ao encontro de práticas que garantiam um corpo potencialmente forte e saudável. As doenças, nesse sentido, foram entendidas como um problema político e econômico a ser eliminado. Nesse período, observamos uma tentativa de medicalização da sociedade a fim de resgatar a força física dos indivíduos, tornando-os saudáveis e rendosos para o sistema econômico vigente.

Diante da importância dada ao corpo por aquela sociedade, ocorreram desdobramentos nas formas de se educar este corpo. A preocupação exclusiva com o desenvolvimento intelectual, que acontecia até aquele momento, passou a ser criticada alegando-se que, para que a educação fosse efetiva e total, seria necessário que à educação intelectual se agregassem

a educação física e a educação moral. Assim, foi no âmbito de um tipo de educação que, por agregar estas três dimensões, ficou conhecida como educação integral, que o corpo começou a ganhar espaço dentro da escola.

Particularmente em solo brasileiro, a história da educação nos sugere que a preocupação com o corpo se iniciou no século XIX, sendo a classe médica sua grande impulsionadora. Gondra, traçando uma linha do tempo acerca dos tipos de escolarização ocorridos em solo brasileiro, aponta que os primeiros projetos de escola surgiram com os jesuítas e que atendiam, basicamente, aos filhos dos colonizadores. Nessas escolas, além da missão evangelizadora, era oferecido aos alunos o ensino de letras, retórica, gramática e latim. O corpo era esquecido e propositalmente esquecido.

Gondra nos traz uma citação do Dr. Machado que nos sugere como era, na visão deste médico, o modelo pedagógico vinculado pelas escolas católicas. Segundo o Dr. Machado:

Nos collegios regidos pelos padres lazaristas [sucessores dos jesuítas] um systema complicado de leituras e exercicios espirituaes, jejuns e confissões obrigatorios, practicas, sermões, bençams, novenas, viassacras, etc. constitue toda a educação moral (MACHADO, 1875, apud GONDRA, 2004, p. 268).

Baseado nisso, Dr. Machado questionava:

1ª - Um jovem educado sob tais princípios poderá retirar-se do colégio apto para se alistar entre os cidadãos ativos, laboriosos, inteligentes e patriotas, que são a esperança do país?

2ª - Poderá a pátria terrestre contar com esse filho, que sai de uma casa de educação desprezando-a e ambicionando a conquista da pátria celeste? (MACHADO, 1875, apud GONDRA, 2004, p. 269).

Fica visível que o modelo de educação em voga pela instituição religiosa entrava em choque com o que o Dr. Machado esperava como formação do homem. Dessa forma, no século XIX, não mais se podia conceder uma educação que se preocupasse exclusivamente com o intelecto em detrimento ao corpo, tal como ela vinha sendo feita há quase três séculos. Deste modo, o corpo, que vinha sendo negado pela educação religiosa, começou a ser valorizado, pois, segundo os médicos, seria somente pela educação integral do homem que se poderia transformar a sociedade. Assim como acontecia em outros países ocidentais, conforme nos apresentou Silva, também no Brasil iniciou-se uma transformação na educação dos corpos.

Segundo Gondra, uma das preocupações que envolviam os médicos que se formavam na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no século XIX era a defesa de uma educação que abrangesse o homem em suas dimensões físicas, morais e intelectuais (GONDRA, 2004). Em

outras palavras, “o que se perseguia era uma ciência dos corpos, mas também uma ciência das almas que, bem articuladas, funcionaria como guia seguro para se produzir o homem educado, pautado nos procedimentos preventivos da higiene” (RIZZINI; GONDRA, 2014, p. 565).

Em *O Pharol*, encontramos textos que mencionam esta mudança de trato com o corpo ao longo da história. Em um deles, escrito por Astolpho Rezende⁴⁹, o autor defendia a disciplina do corpo pela educação, entretanto deixava claro que a disciplina corporal que ele defendia não se tratava da mesma utilizada em tempos longínquos:

a escola paulista pôde produzir o ideal, exactamente pela applicação da disciplina do corpo e do espírito, não essa disciplina de quartel (...), continuando as tradições da idade media, mas a disciplina exercida sem as suffocações da razão, aniquilamento do brio, o abastardamento da pessôa, pela pratica das delações, o amor das bajulações, a submissão incondicional ao magisterismo. (O PHAROL, 16 de abril de 1903, p. 1).

Em outro artigo intitulado *A arte de educar nossos filhos*, no qual o autor, que não se identifica, relatava as declarações do professor Ferri⁵⁰, podemos observar como a ciência e a ideia de progresso transformaram a relação com o corpo. Primeiramente, o artigo apontava como o corpo havia sido encarado em tempos passados:

felizmente progredio-se muito nos últimos annos do seculo XIX, destruindo-se os preconceitos que a idade média nos legara, porque o mysticismo medieval nos fizera acreditar que o nosso corpo é um animal rebelde, de que não vale a pena occupar-se, para tratarmos unicamente da alma, do espirito mais ou menos celestial. (O PHAROL, 3 de dezembro de 1908, p. 2).

Contudo, segundo o próprio texto, essa ideia foi substituída graças ao avanço científico:

Sabemos, porém, agora, pela sciencia e pratica da vida, que todas as manifestações da alma são funcções dependentes das condições do nosso organismo, e, portanto, viemos-nos convencendo de que a primeira condição para que os homens possam manifestar a sua intelligencia e a sua moralidade, e sejam dignos da civilização a que pertencem, é tratar do corpo como convém, pois elle é a base physica de todas as modalidades da

⁴⁹ Astolpho Resende era advogado e atuava como político e redator de jornal na cidade de Cataguases, MG.

⁵⁰ Eurico Ferri, sociólogo e criminalista italiano, fez uma série de conferências no Theatro São Pedro, no Rio de Janeiro. A 5ª conferência intitulada *A arte de educar nossos filhos* foi assunto de artigos de outros jornais da época, como *O Paiz*, em 29 de novembro de 1908, p. 2, no Rio de Janeiro e *A Federação*, em 9 de dezembro de 1908, p. 1, em Porto Alegre. Na reportagem de *O Paiz*, consta que as indicações do prof. Ferri eram baseadas nos ensinamentos de Herbert Spencer. Lemos o seguinte: “A arte de educar os nossos filhos (...) obedece, em suas linhas gerais, a orientação segura e indestrutível que Spencer imprimiu há quasi meio século.” (O PAIZ, 29 de novembro de 1908, p. 2).

existência individual e colectiva. (O PHAROL, 3 de dezembro de 1908, p. 2).

Assim, para o autor, foi a ciência que transformou o olhar que se tinha sobre o corpóreo e que desmitificou a interpretação romântica que se fazia acerca idade média:

Esta é a convicção que a sciencia moderna nos traz da concepção da vida, opposta á que nos deixaram os entusiastas dessa idade média. A historia e a sciencia, porém, demonstraram quanto era artificial e falsa a representação daquella época, que alguns artistas conceberam como uma ideia maravilhosa de pagens e donzellas, de cavalheiros e damas; emquanto que a verdade é que a idade média foi extremamente suja. (O PHAROL, 3 de dezembro de 1908, p. 2).

Em consequência deste novo status adquirido pelo corpo, em Juiz de Fora, de forma semelhante à observada por Gondra, os profissionais da saúde também apoiaram o conceito de educação integral. A educação tinha de alcançar os aspectos intelectual, físico e moral.

O Pharol retratou em suas páginas a preocupação médica com a educação integral do aluno. Em uma publicação, consta um artigo escrito pelo Dr. José de Mendonça sob o título *Educação Nova*. Nele podemos perceber o incômodo do referido médico com a falta de equilíbrio entre estas três dimensões da educação:

Infelizmente nos preocupamos mais com o progresso intellectual das crianças do que com o seu desenvolvimento physico.

(...)

Sem esse equilíbrio de educação physica e desenvolvimento moral nada poderemos conseguir de útil e bom. Do que deixamos dito, revolta a necessidade da inspecção medica, garantindo á criança a cultura integral de suas faculdades physicas, intellectuaes e moraes. (O PHAROL, 8 de abril de 1909, p. 1).

Dr. Mendonça explicitava o que ele defendia ao reconhecer a necessidade de uma educação integral:

Para isso é preciso ter muito em vista a rigorosa observância da hygiene physica e intellectual nas escolas ainda tão descuradas entre nós, e não cultivar a intelligência ou a memoria da criança, de preferencia a desenvolver-lhe todos os órgãos, todas as boas inclinações de sua natureza, para formar um ser no qual todas as partes se harmonisem o mais possível. (O PHAROL, 8 de abril de 1909, p. 1).

A harmonização da higiene física, intelectual e moral, eis o defendido por Dr. José de Mendonça para uma completa educação escolar. A fim de sintetizar a essência de sua ideia,

ele declarava: “seja o mens sana in corpore sano, a divisa da educação nova”. (O PHAROL, 8 de abril de 1908, p. 1).

A proposta de uma mente sadia em um corpo saudável foi também lembrada por outro médico nas páginas de *O Pharol*. Desta vez o ditado veio nos escritos do Dr. Emilio Loureiro que denunciava a desunião destes conceitos no ensino de nosso país. Em suas palavras:

Mens sana in corpore sano, eis ahi uma velharia. Todos conhecem este dito, falam, escrevem a proposito de tudo, bem ou mal, com razão ou sem ella. Entretanto, é menos conhecida, falada e escripta a desunião, o perpetuo divorcio, que se vê frequentemente, da intelligencia são e do corpo são. É esta desintelligencia fonte perenne de males phisicos e intellectuaes. (O PHAROL, 24 de novembro de 1911, p. 1).

Segundo seus escritos, Dr. Loureiro acreditava piamente que devia o “desenvolvimento physico seguir parallelamente o desabrochar da intelligencia” (O PHAROL, 24 de novembro de 1911, p. 1) e que, conforme países como Inglaterra, Suíça, Alemanha e Estados Unidos já tinham percebido que “para a sã e vigorosa intelligencia é preciso corpo saudável e robusto” (O PHAROL, 24 de novembro de 1911, p. 1), os países da América Latina precisavam ter consciência desta compreensão.

Alguns estados brasileiros já estavam investindo na ideia de educação integral aliando a educação física e moral à já incentivada educação intelectual. Este era, na visão do Dr. Emílio Loureiro, o caso do estado de São Paulo que tinha “compreendido que a creança é capital inestimável, thesouro de riqueza e que o dinheiro gasto na educação physica e moral é fartamente compensado tornando-se a creança individuo forte e sadio” (O PHAROL, 1 de dezembro de 1911, p. 1).

Dr. Emílio Loureiro deixava clara a relação entre educação e desenvolvimento econômico e social. A modernização do país passaria, necessariamente, pela educação. Nas palavras do médico: “Abençoada terra que tem a nítida noção de ser a escola a sementeira de homens validos, saudáveis e uteis ao Estado!” (O PHAROL, 1 de dezembro de 1911, p. 1).

Na defesa de uma educação integral, Dr. Emilio explicitava seu intuito:

O que viso, a meta dos meus esforços nesta cruzada santa e útil em prol da mocidade, que estuda e aprende, é a prophylaxia das moléstias das quaes a escola, collegio, internato e externato são meios excellentes de cultura, desenvolvimento e propagação. (O PHAROL, 24 de novembro de 1911, p. 1).

Esclarecia ainda que as escolas, quando deixaram de lado a educação física e moral do aluno, “em vez de vigor e instrução, deram fraqueza e moléstia.” (O PHAROL, 5 de dezembro de 1911, p. 1).

A valorização do corpo achava-se também vinculada a fortes valores morais. O olhar para o corpo tinha também um intuito de disciplinamento, de inserção de regras e convenções inculcando, nesse corpo, comportamentos úteis para o progresso.

Assim, compreendemos que, quando Dr. Fernando de Moraes fez referência ao termo “moralidade física” em um dos seus escritos, o referido médico aludia exatamente a conexão entre o corpo e atitudes tidas como corretas. Citando Herbert Spencer, ao qual ele intitulava como “o grande educador”, Dr. Moraes descreveu:

Pouca gente, diz Spencer, parece saber que há uma coisa chamada – a moralidade física.

Linhas adiante, acrescenta: ‘O facto é que todas as infracções das leis da saúde são peccados phisicos. Quando isso for visto por toda a gente, então, mas antes não de certo, receberá a educação phisica da mocidade a attenção que ella merece’. (O PHAROL, 11 de maio de 1907, p. 1).

Outra alusão à relação entre a dimensão corporal e a moralidade é notada em artigo intitulado *A instrução no Estado*. O artigo falava da necessidade de se estudar o caráter e sua ligação com a organização física:

O conhecimento, a apreciação dos caracteres é um pouco difícil na educação moral.

Para isso, é necessário estudar, theoreticamente, os elementos do character, as faculdades moraes, com os fenômenos que dela dependem, os sentimentos, tendencias, defeitos e qualidades, suas influencias reciprocas, relação intima com a organização phisica. (O PHAROL, 28 de agosto de 1906, p. 1).

Tal ideia também foi expressa nos trabalhos do educador E. Schmitt⁵¹. Partes do manual por ele escrito em 1888 foram publicadas em *O Pharol*. Segundo o autor, as crianças têm uma necessidade de movimento que, por vezes, é mal interpretada pelos pais e professores:

Na família, acha-se muitas vezes que a criança é impaciente, turbulenta, muito curiosa; chama-se buliçosa, espalha brasas, julgam a insupportável, quanto na realidade satisfaz as exigências de sua natureza.

Na escola, chamam-na o travesso, tagarella, rebelde, distrahido, quando uma lição mal preparada, muito abstracta ou muito longa, o obriga a procurar distracções em occupações tolas, frivelas, algumas vezes prejudiciais.

Com uma direcção tão irracional, a família produz máos filhos; a escola ruins discipulos. (O PHAROL, 5 de dezembro de 1893, p. 1).

⁵¹ Étienne Schmitt foi diretor da escola comunal de Paris e membro da comissão de estudos sobre a organização do Trabalho Manual nos países escandinavos e na Alemanha.

Para E. Schmitt, era essencial que o educador aproveitasse esta disposição natural da criança de se movimentar para emprega-la em atividades úteis e salutaras, caso contrário as crianças a aplicariam em atividades de natureza viciada. Ele alertava que caso impedissem

esta necessidade indomável de movimento e de actividade, preparamos um terreno dos mais favoráveis aos de má índole. Mostram-se logo pela impaciência, por caprichos de toda espécie, pelo aborrecimento, o gosto da destruição, o desgosto de tudo, e uma quantidade de outros symptomas semelhantes; mas logo são seguidos de disposições de natureza mais grave, taes como a desobediência, um espirito rixoso, altercador, exercendo-se sobre os irmãos e irmãs, os paes e os criados. (O PHAROL, 5 de dezembro de 1893, p. 1).

Esta vinculação da educação do corpo com a moralidade que nossas fontes nos trouxeram é também relatada nos trabalhos de outros pesquisadores, como Gondra (2003) e Souza e Jacobina (2009).

Gondra, ao estudar as obras do professor da Faculdade de Medicina de Montpellier, dr. Fonssagrives (a saber: *L'éducation physique des garçons*⁵² – 1870 – e *L'éducation physique des filles*⁵³ – 1881), relata que tais livros se assemelhavam a manuais de civilidade contendo avisos, conselhos e advertências sobre a melhor forma de se educar fisicamente os meninos e as meninas

unificando procedimentos no interior da ordem médica, de modo que a esta fosse reconhecida e admitida como a arte mais apropriada para dirigir comportamentos privados e públicos e, desse modo, legitimar-se como a ferramenta/instrumento mais eficaz para formação integral do homem. (GONDRA, 2003, p. 29-30).

Souza e Jacobina trazem em seus trabalhos uma passagem interessante ocorrida no Terceiro Congresso Brasileiro de Higiene realizado em São Paulo no ano de 1926. De acordo com os autores, o médico Carlos Sá havia feito uma sugestão de um verso que devia ser recitado diariamente pelas crianças nas escolas no qual podemos perceber a relação intrínseca entre educação do corpo e reforço de regras morais. Eis o verso aconselhado:

Hoje escovei os dentes
 Hoje tomei banho
 Hoje fui à latrina e depois lavei as mãos com sabão
 Hontem me deitei cedo e dormi com janellas abertas
 De hontem e para hoje já bebi mais de 4 copos d'agua
 Hontem comi ervas ou frutas, e bebi leite
 Hontem mastiguei devagar tudo quanto comi

⁵² Educação física dos meninos (tradução nossa).

⁵³ Educação física das meninas (tradução nossa).

Hontem e hoje andei sempre limpo
 Hontem e hoje não tive medo
 Hontem e hoje não menti. (Dr. Carlos Sá, 1926, apud, SOUZA e JACOBINA, 2009, p. 620).

Enfim, o corpo que antes era negligenciado pela educação é, nesse momento histórico estudado, considerado importante a ponto de um conjunto de ações ser pensado a fim de educá-lo. As descobertas científicas juntamente com as transformações políticas e econômicas deram novos sentidos para este investimento na dimensão corporal.

Cabe-nos neste momento uma constatação. Vamos percebendo nos escritos dos médicos que, quando eles se referem à educação física, compreendem-na como um conceito mais ampliado do que aquele que entendemos por educação física nos dias atuais. De fato, há uma diferença. No século XIX, a educação física escolar se referia a um conjunto de ações que visava à educação do corpo na escola e que se infiltrava em diversos momentos educativos, assim, a educação física no século XIX extrapola os limites do que conhecemos hoje por educação física enquanto disciplina escolar com tempo e espaço próprios.

Soares nos ajuda a compreender o conceito de educação física utilizado no século XIX. A autora explica que este termo

refere-se aos cuidados corporais e higiênicos considerados pelos médicos como necessários à prevenção das doenças e à manutenção da saúde. É importante acentuar que, para os médicos, os exercícios físicos eram considerados como medida higiênica, portanto integravam essa “educação física”. Todavia, não seria prudente afirmar que toda vez que os médicos escrevem sobre, ou implementam medidas para viabilizar a educação física, os exercícios físicos estejam presentes (SOARES, 1994, p. 34).

Tal conceito é também notado na descrição feita pelo Dr. Eduardo de Menezes em 1911. De acordo com o médico:

A educação physica consistirá na pratica de todos os meios hygienicos que garantam a manutenção e conservação de sua natureza physica e psychica, dos meios que corrijam a insufficiencia e defeitos naturaes de suas qualidades physicas e psychicas e dos meios que revigorem as energias physicas, e, psychicas do homem. (MENEZES, 1911, p. 100).

Assim, entendendo educação física de uma forma mais ampliada, vamos investigar esta categoria subdividindo-a em outras, a saber: Exame dos corpos escolares, Exercícios Físicos, Alimentação e Caligrafia. Todos estes temas foram focados pelos doutores juiz-foranos e publicados nas páginas de *O Pharol*.

6.1 EXAME DOS CORPOS ESCOLARES

O exame dos corpos dos escolares como medida profilática foi assunto recorrente nos debates médicos e também nas páginas de *O Pharol*. Como base em exames físicos, ações eram tomadas, como, por exemplo, a retirada do aluno da escola.

O exame dos corpos era realizado por médicos e devia acontecer através de uma Inspeção Médica Escolar. Por conta disso, abordaremos primeiramente este assunto em separado para, sem seguida, analisarmos os procedimentos na educação corporal que deviam ser adotados por grupos de moléstias.

6.1.1 INSPEÇÃO MÉDICA ESCOLAR

E dizer-se que todos esses soldados do grande exercito que tem por divisa a luz, a instrucção; por inimigo, a treva, a ignorância, alistaram-se sem prévio exame de saúde, para tão séria e nobre campanha, cuja victoria tanto almejamos: é dizer-se que inumeros desertarão das fileiras vencidos pela moléstia, é dizer-se que os sãos serão contaminados pelos doentes, que os débeis ou ficarão atraz retardando o movimento do exercito, ou prosseguirão conseguindo antes do saber – a surmenage, antes da juventude a decrepitude, tornando-se inúteis, e ao invetz da victoria atingindo o desanimo, a derrota. É pois necessário que o alumno seja submettido a exame medico antes de ser admittido na escola, e com maioria da razões nos grupos escolares, que synthetizam um progresso, progresso que não póde contestar o aforismo de Hypocrates: Mens sana in corpore sano! (O PHAROL, 10 de abril de 1907, p. 1).

O progresso e sua relação com a educação e saúde. Nesta guerra social contra o atraso, alegoricamente descrita pelo Dr. Fernando de Moares, fazia-se necessário o exame dos corpos antes do ingresso do aluno na escola e isso se daria através da inspeção médica escolar.

Em âmbito internacional, a institucionalização da inspeção médica nas escolas foi aprovada, por unanimidade, em 1903, no Congresso Internacional de Higiene e Demografia ocorrido em Bruxelas (ROCHA, 2015). No Brasil, o primeiro serviço de inspeção médica escolar foi estabelecido em 1910 no Distrito Federal e, a partir daí, “outros serviços foram criados como o de Pernambuco, Bahia e Minas Gerais, em 1913” (MORAES; LEITE, 2015, p. 206).

Mais especificamente em Minas Gerais, esse serviço foi instituído três anos antes de sua implantação oficial. Em 1910, a Secretaria do Interior havia comunicado aos grupos escolares da capital o início do serviço de inspeção médica nomeando o Dr. Octavio Machado

para sua execução, contudo, esta atividade ainda era de caráter informal. A partir daí, ocorreram algumas investidas para sua regulamentação, todavia, somente em 1913, o serviço de inspeção médica escolar ganhava legalidade através da lei 602 (VAGO, 2002).

Em *O Pharol*, já podemos observar a difusão de tal discurso a partir dos primeiros anos dos novecentos quando notamos uma série de publicações sobre o tema.

Dentre essas publicações, o artigo intitulado *Hygiene Social: Necessidade da Inspeção médica das escolas: como deve ser feita* escrito pelo Dr. Fernando de Moraes foi o que mais especificou como este trabalho devia ser realizado.

Englobando ações coletivas e individuais, Dr. Moraes apresentou uma visão daquilo que este serviço de inspeção médica na escola devia abordar. Ele dividiu o programa em 4 capítulos:

- 1º a vigilância hygienica das localidades e da mobília escolar;
- 2º a prophylaxia das moléstias transmissíveis;
- 3º a vigilância sanitária da criança, compreendendo em primeiro logar o exame e a ficha individuaes;
- 4º a educação sanitária das crianças e dos mestres; (O PHAROL, 2 de maio de 1907, p. 1).

É necessário pontuar que tais indicações são praticamente as mesmas apresentadas no 1º Congresso de Higiene Escolar, realizado em Paris, em 1904, e referendadas no artigo escrito pelo Dr. Balthazar Vieira de Mello no periódico *Imprensa Médica*, em 1905, sob o título *A inspeção Sanitária das escolas*. Na descrição do congresso feita pelo Dr. Vieira de Mello, lemos:

O Congresso, considerando que a escola tem por fim augmentar o valor social do indivíduo pela cultura racional das faculdades físicas, intellectuais e morais da criança, deve compreender sob a denominação de inspeção médica e higiênica das escolas (...) (1) A vigilância e a salubridade dos edifícios escolares; (2) a profilaxia das moléstias transmissíveis; (3) a verificação periódica e frequente do funcionamento normal dos órgãos e do crescimento regular do organismo físico e das faculdades intellectuais da criança; (4) a cultura racional de seu organismo físico; (5) a adaptação, de acordo com o pedagogo, da cultura das faculdades intellectuais à capacidade física individual, e bem assim a instrução e educação sanitária da criança (MELLO, apud, ROCHA, 2015, p. 373 e 374).

O aumento do valor social do aluno era o fim último de toda a movimentação da medicina em torno da educação. O esquadrihar da escola e dos corpos infantis pelos profissionais da saúde pretendia, através dos discursos e práticas acerca da prevenção de doenças, forjar corpos úteis ao desenvolvimento do país.

No âmbito daquilo que acontecia em Juiz de Fora não era diferente. Fomos observando que as investidas da associação médica da cidade refletiam um posicionamento de grupos médicos de vários países e que tinham intenções bem demarcadas pelos ideais da modernidade, progresso e desenvolvimento econômico.

Nosso médico, Dr. Fernando de Moraes, foi membro da SMCJF. Sua publicação no jornal refletia a opinião de um conjunto de doutores que via na educação uma oportunidade de construção de cidadãos juiz-foranos aptos ao desenvolvimento da cidade que queria ser moderna.

Retomando aos quatro pontos apontados pelo Dr. Moraes sobre a abrangência do programa de inspeção médica nas escolas, o referido médico havia esclarecido ponto a ponto. Acerca do primeiro ponto, o que se referia à vigilância das localidades e da mobília, ele orientava:

O medico deve ser consultado por ocasião da construcção das escolas e attentar nas condições de orientação, arejamento, iluminação e aquecimento que devem ser bem observados. Elle deve exercer sua inspecção sobre a mobília e sobre os livros. Velará pela conservação hygienica do estabelecimento, pela desinfecção mesmo quando não haja epidemia etc etc. Seria útil que duas visitas por anno fossem consagradas á inspecção sanitária dos estabelecimentos e da mobília. (O PHAROL, 2 de maio de 1907, p. 1).

Sobre a educação sanitária das crianças e dos mestres (quarto ponto), ele mencionava que “o médico observará os jogos, a gymnastica e se esforçará em particular pelo desenvolvimento da gymnastica respiratória.” (O PHAROL, 2 de maio de 1907, p. 1).

O segundo ponto e, particularmente, o terceiro ponto eram mais incisivos da dimensão individual do aluno e, por isso, ajudavam a designar o lugar por ele ocupado no contexto escolar.

Sobre a profilaxia das doenças transmissíveis (segundo ponto), ele dizia que:

As medidas de prophylaxia que competem á escola são:
 1º O diagnostico precoce, o descobrimento das moléstias transmissíveis;
 2º As medidas de isolamento ou de evicção deante dos doentes suspeitos e raramente o licenciamento;
 3º As medidas de vaccinação: vaccinação jenneriana, serotherapie antidiphthérica;
 4º A desinfecção dos locais e do mobiliário. Convem a existência de um livro sanitário na escola. (O PHAROL, 2 de maio de 1907, p. 1).

As teorias contagionistas serviram de fundamentação científica para defender a proibição do “trabalho em commum de pessoas sans com doentes de molestias contagiosas, ainda que em boas condições apparentes de saúde” (MENEZES, 1911, p 200). Alunos nestas

condições deviam ser, por vezes, retirados da escola para que não houvesse propagação de alguma doença. Era o não lugar do aluno doente na escola.

A preocupação de a escola ser foco de alguma epidemia foi também observada na publicação do Dr. Emílio Loureiro intitulada *Intervenção do medico nas casas de ensino*. Para ele, “muitas affecções, que mais tarde invalidam para sempre o individuo, teem raises, inicio nas agremiações de alumnos ou alumnas.” (O PHAROL, 24 de novembro de 1911, p. 1).

Neste sentido, a lógica empregada era a separação dos saudáveis e dos doentes e a consequente retirada destes últimos da escola comum. Em texto escrito por H.G., no qual ele mencionava que a “inspecção medica nas escolas é um dos serviços mais importantes da comunidade”, ele declarava a necessidade de “separar as crianças sãs das crianças já contaminadas pelo flagello e dar a estas instrução em condições especiaes”. (O PHAROL, 17 de março de 1910, p. 1).

Mas onde podemos observar o maior esquadramento do corpo infantil para a indicação do lugar que devia ocupar foi no terceiro ponto do programa do Dr. Moraes referente à vigilância sanitária da criança. Neste ponto, o médico descreveu tudo o que devia ser examinado no aluno quando ele requeresse a matrícula, ou seja, antes mesmo de ser aceito no meio escolar:

O exame individual deve ser feito no momento da entrada para a escola. Elle deve alcançar:

1º O estado authropometrico (peso, talhe, perímetro, thoraximo);

2º o estado physiologico da visão, audição;

3º o estado de diversos orgams (descripção orgânica).

Este primeiro exame deve ser curto e limitado ao que é de maior importância. A agudeza visual deve ser medida por meio da escala de Monnoyer ou de Snellen.

O exame da agudeza auditiva será completo depois do exame do nariz e da garganta e do reconhecimento das vegetações adenoides. Verificar-se-á o estado dos dentes. O exame do peito (pelo methodo de Grancher) deverá particularmente preoccupar a atenção do medico. Elle notará também com cuidado o estado da pelle e do couro cabelludo, do coração, da columna vertebral e do systema nervoso, sendo preciso. (O PHAROL, 2 de maio de 1907, p. 1).

O exame médico anterior à matrícula do escolar já representava a primeira barreira para aqueles que não atingissem o padrão estabelecido. Nele os alunos já seriam divididos em quem seguiria o ensino regular – com ou sem restrições – e quem ficaria fora dele. Nas palavras do Dr. Moraes, o exame médico teria, então, dois objetivos:

Para saber si a criança soffre de moléstia que não lhe permita a frequência escolar em beneficio próprio, ou si porque soffre de moléstia transmissível por contagio.

Para o reconhecimento da existência de predisposições mórbidas ou perturbações funcionais que, permitindo a frequência escolar, reclamem em tempo cuidados tendentes a evitar-se de futuro a moléstia. (O PHAROL, 10 de abril de 1907, p. 1).

Essa ocorrência é referendada por Abreu Junior e Carvalho quando, ao estudarem as teses da I Conferência Nacional de Educação ocorrida em Curitiba, Paraná, em 1927, os autores se depararam com os escritos do Dr. João Maurício Moniz de Aragão, médico e membro da Associação Brasileira de Educação. Segundo aqueles autores,

A intervenção médica proposta pretendia afastar do convívio social aqueles indivíduos que pudessem causar transtornos à vida coletiva por causa das suas características físicas, mentais ou morais, consideradas desviantes dos padrões de normalidade da época. O controle se manifesta de modo mais intenso quando o autor afirma: ‘*Na ocasião da matrícula, com a apresentação da caderneta, poderá o médico, facilmente, impedir o ingresso de crianças contagiantes na coletividade e indicar serviços que deverão procurar para seu tratamento ou sua educação*’ (MONIZ de ARAGÃO apud ABREU JUNIOR; CARVALHO, 2012a, p. 445 e 446; grifo nosso).

Dos quatro pontos do programa de inspeção médica escolar apresentado pelo Dr. Moraes, este terceiro ponto – “a vigilância sanitária da criança, compreendendo em primeiro lugar o exame e a ficha individuais” – foi o que ganhou maior destaque em seu texto, haja vista as longas explicações que se fez deste ponto, conforme veremos a seguir, em comparação com os demais. Tal situação também foi notada por Rocha quando a mesma estudou os escritos do Dr. Vieira de Mello acerca do tema. Ela assim a define:

No conjunto das recomendações quanto aos aspectos sobre os quais deveria incidir a atenção do médico escolar, assumem centralidade as orientações em relação às práticas de exame dos corpos infantis e ao preenchimento das fichas sanitárias individuais (ROCHA, 2015, p. 376).

Conforme podemos notar, tanto nos escritos do Dr. Moraes quanto nos do Dr. Vieira de Mello trazidos por Rocha, esse ponto do programa de inspeção médica escolar ainda apresentava um desdobramento: as fichas sanitárias individuais.

Desta forma, vencida a primeira barreira do exame médico e autorizada a matrícula do aluno na escola, ele ganharia uma caderneta ou ficha sanitária, local onde se registraria o resultado do exame médico realizado. A caderneta deveria ser guardada na escola e ficaria a disposição do médico.

Dr. Moraes explicava o que essas fichas sanitárias deviam conter:

Essas cadernetas, diz Meyer, devem ser tão pouco complicadas quanto possível; poderia adoptar-se um modelo trazendo de um lado a idade, os

antecedentes hereditários e pessoas da criança e columnas correspondendo ao exame da respiração, visão, da audição, da pelle, do couro cabeludo etc. No verso, uma serie de columnas para o peso, o talhe, o perímetro thoraxico e as observações médicas. (O PHAROL, 2 de maio de 1907, p. 1).

Além dessas informações, Dr. Moraes, em publicação anterior, já houvera indicado que “Na caderneta não deve o medico dispensar o juízo sobre o grau de intelligencia do examinado, para que os professores não exijam de uma criança mais do que ella póde dar.” (O PHAROL, 10 de abril de 1907, p. 1).

Dentre as informações referentes aos dados colhidos da análise e medição do corpo do aluno, há outra interessante: os antecedentes hereditários e pessoais da criança. Tais dados parecem se preocupar principalmente com a procedência do aluno e não propriamente com seu estado de saúde. De acordo com Abreu Junior e Carvalho, esse tipo de investigação tinha como objetivo evitar a degeneração da raça e, para isso,

era necessária a análise das predisposições hereditárias das crianças e detectar aquelas crianças que podiam vir a desenvolver algum tipo de doença, ou mesmo que pudessem apresentar um desvio moral, causados por herança genética (ABREU JUNIOR; CARVALHO, 2012a, p. 446)

Não só averiguar o estado de saúde atual do aluno, mas sobretudo se antecipar às possíveis mudanças deste estado ligadas a alguma doença genética ou a algum mal costume.

Com a realização desse exame médico no momento da matrícula, seria possível separar os alunos entre normais e anormais. Para as crianças anormais, Dr. Moraes sugeria ainda uma subdivisão por grupos de anormalidade:

As crianças anormais podem ser divididas em 3 classes:
 1º Os anormaes physiologicos, sobretudo os que são anormaes pelas funções que interessam á vida escolar, visão e audição;
 2º Os anormaes da saúde geral, que chamarei – anormaes orgânicos, que comprehendem sobretudo os predispostos á tuberculose;
 3º Os anormaes pedagogicos. (O PHAROL, 2 de maio de 1907, p. 1).

A depender do grupo no qual se encaixava o escolar, medidas diferenciadas deviam ser ofertadas a ele, dentre elas, o lugar que devia ocupar dentro (ou fora) da escola. Isso porque a intenção era que, mesmo depois de entrar na escola, o aluno passasse por exames médicos periodicamente, o que garantiria sua permanência ou sua retirada da escola.

A periodicidade dos exames médicos estaria vinculada à normalidade ou anormalidade apresentada pelo escolar: “As crianças anormaes deverão ser seguidas, vigiadas e submetidas

a exames regulares. Si a criança é normal, seria inútil repetir todos os annos o exame de entrada, salvo no caso do pedido do professor.” (O PHAROL, 2 de maio de 1907, p. 1).

O autor ainda especificava esta regularidade: “elle [o médico] terá todos os mezes que certificar-se da vigilância dos anormaes.” (O PHAROL, 2 de maio de 1907, p. 1).

A periodicidade era um ponto que divergia quanto ao seu tempo de frequência e público-alvo, mas nunca a sua importância. Dr. Eduardo de Menezes defendia o exame semestral para todos os alunos:

Dentre as medidas especiaes á Infancia destacam-se: (...) as fichas sanitárias de Grancher como habilitação para frequência escolar, renovadas de 6 em 6 mezes, indicando o talhe (estatura), peso e perímetro thoraxico, além de outros signaes de boa constituição. (O PHAROL, 3 de janeiro de 1906, p. 2).

Esta constante vigilância da saúde dos alunos realizada por um médico a fim de declarar a permanência ou afastamento da criança do contexto escolar foi defendida também pelo Dr. Vieira de Mello, em 1908. Rocha, baseada nos escritos do referido médico, assim sinaliza: “a importância do exame físico das crianças que frequentavam as escolas e o registro dos resultados das observações em boletins, que orientariam as decisões em relação à sua permanência na escola e ao tipo de trabalho que poderiam desempenhar” (ROCHA, 2015, p. 375).

Outro médico com discurso semelhante é o Dr. Moniz de Aragão, já citado neste trabalho, que justificava o uso da caderneta como meio facilitador para o acompanhamento da evolução da criança o que favoreceria a tomada de medidas quanto a sua educação, “sobretudo dos retardados e anormais ou dos que apresentam defeitos físicos necessitando de correção, facilitando a *remoção* para centros especiais, onde haja aparelhos apropriados à reeducação e correção de defeitos corporais” (MONIZ DE ARAGÃO apud ABREU JUNIOR; CARVALHO, 2012a, p. 445, grifos nossos).

Abreu Junior e Carvalho destacam a visão eugênica do Dr. Moniz de Aragão ao pretender separar os indivíduos ditos normais, que seguiriam o ensino formal, daqueles que apresentavam alguma anormalidade, seja física ou mental, e que deveriam ser encaminhados para outras instâncias educacionais.

De posse das informações físicas, intelectuais e morais das crianças, seria possível também separá-las em grupos homogêneos. Dr. Moraes dá um vislumbre de como isso ocorreria: “No que respeita aos anormaes pedagógicos, a medida necessária é a criação de classes especiaes com methodo de ensino particular. Isto é realizado pelas Hilfschulen e pelas Sonderschulen na Allemanha.” (O PHAROL, 2 de maio de 1907, p. 1).

A criação de classes diferentes estava assentada na alegação de que, ao separar os alunos de acordo com suas capacidades, ficasse mais fácil para o professor exigir somente aquilo que o aluno podia ofertar. Entretanto, a maior beneficiada seria a classe dos normais, “uma vez que seriam eles os indivíduos desejados para promoverem o progresso da nação” (ABREU JUNIOR; CARVALHO, 2012a, p. 440). O desenvolvimento do país seria sustentado por corpos saudáveis e produtivos, assim, a eles deveriam ser investidos os maiores esforços da educação.

Essa visão também é percebida nos escritos da professora Sara Machado Busse na I Conferência Nacional de Educação. A professora sugeria dividir o ensino em quatro grupos:

1) Grupos do normais compostos pelos “sãos de corpo e espírito, robustos, de vontade ativa, capazes de dirigirem a vida por si mesmos” (BUSSE apud ABREU JUNIOR; CARVALHO, 2012b, p. 71).

2) Grupos dos anormais, seminormais ou semi retardados composto por aqueles que “perdem tempo por doenças, irregular assistência, frequente troca de escolas, meninos lerdos, desalentados, débeis, indiferentes, mas que são regulares e não pré-dispostos à delinquência” (BUSSE apud ABREU JUNIOR; CARVALHO, 2012b, p. 71).

3) Grupos dos “vagabundos incorrigíveis, que aborrecem a escola, desobedecem a seus regimentos, desafiam as leis e regulamentos da comunidade em que vivem, veteranos na perniciosa aprendizagem das ruas” (BUSSE apud ABREU JUNIOR; CARVALHO, 2012b, p. 71).

4) Grupos do subnormais compostos por aqueles “de órgãos defeituosos, de funções irregulares ou afetados de geral debilidade, aqueles cujo poder mental está, quanto à quantidade, abaixo do termo médio” (BUSSE apud ABREU JUNIOR; CARVALHO, 2012b, p. 72).

De acordo com Abreu Junior e Carvalho, a referida professora apontava que o grupo quatro – subnormal – ainda podia, no limite de suas capacidades, ser útil à sociedade e, por isso, valeria o investimento na educação regular. Contudo, o mesmo não se aplicava às demais classes de desajustados – grupos dois e três – que deviam ser educados em instituições adequadas a eles libertando, assim, os professores da “pesada carga (os anormais) de diário tormento,” podendo, enfim, “fazer justiça aos melhores alunos” (BUSSE apud ABREU JUNIOR; CARVALHO, 2012b, p. 72).

Os discursos de progresso se confundiam com ideias eugênicas e, muitas das vezes, se utilizavam de argumentos científicos para justificar suas ações. A ação do médico dentro da

escola possibilitava a separação dos “bons”, daqueles úteis nesta investida rumo ao progresso e desenvolvimento.

Esquadrinhados em seus aspectos físicos, intelectuais e morais, os alunos deviam ser classificados e separados de acordo com suas similaridades. Baseados nestas propostas de separação dos anormais, buscamos encontrar o lugar – ou o não lugar – do aluno na escola a partir de algumas “anormalidades” específicas.

6.1.2 PROBLEMAS NOS OLHOS, NOS OUVIDOS E NA BOCA

Si o alumno tem a felicidade de entrar para a escola com vista normal e ouvindo bem, no começo tudo é mar de rosas. Digo, no começo, pois em breve a myopia, moléstia escolar a mais frequente, espreita sua fácil presa e domina.

Mutatis mutandis, o mesmo se dá com a função auditiva. (O PHAROL, 7 de dezembro de 1911, p. 1).

Conforme podemos notar nas palavras do Dr. Emílio Loureiro, autor da citação, acreditava-se existir uma relação direta entre comprometimento dos olhos e ouvidos com o início da atividade escolar e, por este motivo, tais problemas foram focos de preocupações.

Primeiramente com relação à saúde dos olhos e dos ouvidos, encontramos recomendações de cuidados como a colocação dos alunos em determinados espaços e de cuidados com o tipo de material didático utilizado pela escola.

Alunos com problemas de visão ou de audição deviam ocupar estrategicamente um lugar mais próximo do professor dentro da sala de aula.

Esta matéria foi objeto de denúncia por parte do Dr. Emílio Loureiro:

Os directores das escolas exigem, mera formalidade administrativa, attestados de ausência de moléstias infecciosas e contagiosas nos discentes. Não indagam os professores se os alumnos ouvem bem ou mal as lições, se vêem ou não o que está escripto no quadro negro. Os discípulos são collocados a esmo, ao capricho da sorte, longe ou perto dos professores. Muita vez os que têm vista normal ficam próximos do docente e longe os que são myopes. (O PHAROL, 7 de dezembro de 1911, p. 1).

Essa recomendação encontrou reflexo legal na década seguinte. Vareto, ao estudar o texto da Reforma Mello Vianna, de 1925, em Minas Gerais, declara que tal regulamento trazia uma série de medidas acerca da higiene nas escolas e, dentre elas, a inspeção médica escolar com seus desdobramentos. De acordo com a autora, a inspeção dos alunos começava no ato

da matrícula com o exame médico e o preenchimento da ficha sanitária. As informações presentes em tais fichas sanitárias ficavam restritas ao médico e à diretora e

apenas algumas informações eram repassadas às professoras, como as deficiências auditivas e visuais, para que elas pudessem colocar os alunos portadores dessas deficiências em lugar apropriado na sala de aula, preferencialmente próximos à lousa (VARETO, 2010, p. 94).

Ainda de acordo com Vareto, os problemas visuais e auditivos figuravam entre as principais preocupações do serviço de inspeção médica escolar, sendo descritos de forma detalhada nos relatórios oficiais do Estado.

Esta preocupação é justificada pelo Dr. Loureiro em outra publicação no jornal. São seus escritos:

A visão e a audição constituem os dois aparelhos de recepção por onde quasi todas, para não dizer todas, as aquisições scientificas se fazem. Basta este enunciado para que o medico higienista se preocupe meticulosa e religiosamente com o bom funcionamento da vista e do ouvido. A saúde destes órgãos na infância e na adolescência é a vida da pátria. (O PHAROL, 24 de novembro de 1911, p. 1).

A atenção dada aos olhos e aos ouvidos é explicada em função do progresso do país, da vida da pátria. Tais órgãos eram os responsáveis pelo aprendizado do aluno. Através deles os escolares assimilavam as informações científicas úteis à transformação da sociedade. São o progresso e a modernidade sendo usados como justificativa da intervenção médica na educação.

Dr. Emílio Loureiro ratificou esta concepção citando ainda o Dr. H. Truc, médico francês que atuou como professor da Universidade de Montpellier na cadeira de oftalmologia. Dr. Loureiro assim abordou: “O professor Truc, o director da cruzada benemérita da inspecção ocular nas escolas escreve: ‘a saúde ocular das creanças é factor de prosperidade e merece sempre novos sacrificios’.” (O PHAROL, 7 de dezembro de 1911, p. 1).

Podemos entender estes sacrificios em uma série de investidas na escola e em seus materiais didáticos a fim de se precaver deste mal que atravancava o progresso. Estas investidas eram, inclusive, cobradas por outros profissionais não médicos.

Um exemplo disso foi o artigo de H.G. no qual o autor mencionava sobre necessidade da inspecção médica nas escolas para a observância dos problemas de visão dos alunos e para a educação dos familiares acerca do cuidado com os olhos. Dando exemplo do que acontecia na França o autor escrevia que

(...) tem-se assinalado em certas regiões da França um numero infinito de crianças que soffrem da vista. A revista a que me reporto faz sentir a necessidade de organizar o mais rapidamente possível visitas medicas, indicando-se e mesmo prescrevendo-se ás famílias os cuidados necessários. (O PHAROL, 17 de março de 1910, p. 1).

Dr. Emílio, como já pudemos ler na citação de abertura deste ponto, acreditava que a escola estava contribuindo para o aumento da miopia e, por isso, também julgava ser necessária a inspeção médica nas escolas. A fim de justificar a influência escolar sobre o aumento da miopia, o médico fez uso dos estudos do oftalmologista Hermann Cohn que alegava que a miopia aumentava de acordo com o grau de escolaridade:

Vejamos o que diz Cohn, autoridade incontestável em hygiene escolar: <<1º Nas escolas ruraes a myopia é uma raridade, sua frequência augmenta com a exigência dos estudos e attinge o máximo nos gymnasios. 2º O numero de myopes augmenta da menor classe á mais elevada em todos os estabelecimentos, de uma maneira contínua. 3º A media dos myopes cresce de classe em classe. Em 100 alumnos de classe superior há 62 alumnos myopes>>. (O PHAROL, 14 de dezembro de 1911, p. 1).

Thomaz Grimm também acreditava nesta relação e, concordando que muitos problemas de vista eram adquiridos na escola, ele indicou alguns dos possíveis motivos. A posição da mobília escolar era um deles, pois podia forçar os olhos do aluno causando-lhe miopia. Mas esta podia também ser adquirida de outras formas:

As outras causas dessa alteração da vista, que se poderia evitar, são os livros mal impressos, a iluminação mal distribuída, e, segundo certos hygienistas, o emprego da letra deitada que elles queriam ver substituída pela letra em pé. (O PHAROL, 18 de fevereiro de 1906, p. 2).

Com relação aos livros didáticos, a concepção da insalubridade dos mesmos devido ao tamanho das letras ou as cores de sua impressão ecoou também nos escritos do Dr. Loureiro. A leitura em livros com caracteres pequenos ocasionava a miopia:

Um facto a relevar na etiologia de myopia é o seu apparecimento aos nove ou dez annos de idade, quando o alumno deixa a leitura do a b c impresso em grossos e grandes caracteres, não exigindo accomodação forçada da vista, para a leitura de livros impressos em typos menores. Assim a myopia vae em augmento e em frequência, acompanhando a idade do discente e o seu adiantamento, e attinge o seu fastígio no adulto e nas universidades, onde é hábito manusear livros de typos de imprensa liliputianos. A influencia nefasta da leitura com typos de imprensa anti-hygenicos para a physiologia da visão, nos é sobejamente provada pela intensidade e frequência da myopia nas escolas allemãs de ensino secundário e superior. (O PHAROL, 12 de dezembro de 1911, p. 2).

O autor prosseguia citando o engenheiro e oftalmologista francês Louis Émile Javal para indicar, então, o tamanho ideal para os caracteres:

O illustre hygienista Javal, não menos distincto engenheiro sanitário, fixou de accordo com Cohn, as dimensões que devem ter os typos de imprensa para a physiologia da visão, a visibilidade e legibilidade dos livros. ‘Toda impressão, diz Cohn, cujos caracteres teem menos de um millimetro e meio de altura, é nociva aos olhos; os cheios das letras devem ter pelo menos vinte cinco millimetros de espessura e o maior comprimento das linhas não devem exeder a cem millimetros’. (O PHAROL, 12 de dezembro de 1911, p. 2).

Já com relação às cores do papel, acreditava-se ser o amarelo a cor mais higiênica a se utilizar, tão boa que Dr. Emílio Loureiro indicava que se pintasse até as paredes das salas de estudo desta cor:

Há outros detalhes de grande importância, como seja a cor do papel; assim caracteres negros sobre um fundo branco brilhante fatigam a vista, também typos de imprensa em fundo escuro diminuem a visibilidade e por conseguinte a legibilidade.

Foi, para obviar estes inconvenientes, que Javal adoptou a cor amarella a dar aos papeis dos livros didacticos. O amarello é cor suave á vista, physicamente é o resultado da supressão ou ante absorpção dos raios violetas, indico e azul do espectro.

Estas ultimas cores são excitantes, fatigantes e más para a vista. A cor amarella deve ser adoptada para os próprios cadernos descripta.

Sugiro a seguinte idéa: Dar a cor amarella ás paredes das salas em que se effectuam trabalhos de escripta e outros que exigem o apuro da vista por largo tempo e podendo se dar ás paredes da sala em que se fazem licções oraes, a cor branca ou outras mais bellas, estheticas para a vista, embora sejam sempre as mais uteis para a saúde dos olhos. (O PHAROL, 12 de dezembro de 1911, p. 2).

Assim, como medida preventiva ao aparecimento de miopia nos escolares, devia-se eliminar todos os livros didáticos que pudessem ser insalubres. O autor argumentava que, infelizmente, tais livros eram uma realidade nas escolas mineiras: “Na avalanche de livros destinados á diffusão da instrucção nem sempre estes primam pela utilidade e, o que é mais grave, occasionam distúrbios oculares” (O PHAROL, 12 de dezembro de 1911, p. 2).

José Mathias, em publicação em *O Pharol*, chegou a denunciar os editores que, para lucrarem, estavam prejudicando a saúde dos olhos dos alunos:

Livros que por ahi andam, nas escolas, mal impressos, em caracteres miúdos, como convém aos editores, e ornados de debuchos e gothicos, devem ser tirados das mãos das crianças, porque elles também são factores das moléstias que enchem o vasto quadro da nosologia escolar. (O PHAROL, 31 de agosto de 1907, p. 2).

O asseio dos olhos passava também por mudanças nos hábitos escolares. A educação *physica* para a higiene dos olhos compreendia a orientação de cuidados individuais, mas também a tomada de outras condutas que influenciavam os olhos dos alunos.

Já aos ouvidos, embora no texto do Dr. Emílio eles inicialmente tenham ganhado o mesmo status de importância da visão, não foram lhes dadas outras menções, fora aquelas referentes à colocação do aluno mais próximo ao professor.

Com relação à saúde da boca, as orientações presentes no jornal vieram de outros profissionais interessados com a higiene dos estudantes. Em uma destas publicações, em texto intitulado *O Problema Escolar*, H. G. apontava para a importância do asseio dos dentes. O autor indicava que

a dentição também é de uma importância capital para a saúde. A boa saúde repousa na boa digestão, que provem da boa dentição. As crianças tem necessidades de bons dentes, porque comem com avidez. Entretanto, pouco cuida do estado de suas maxilas. Não se recorre aos dentistas para extrahir os dentes estragados, isto é, quando o mal é irremediável. ‘Não deveis arrancal-os, mas cural-os!’ dizem os vendedores de elixir. Deve-se, entretanto, dizer às autoridades escolares: previnam vossa vigilância a carie devastadora. (O PHAROL, 17 de março de 1910, p. 1).

À escola, lançava-se a obrigação da prevenção da cárie nas crianças. Mais uma vez observamos que, nessa lógica da prevenção de doenças, a educação escolar era tida como importante na formação do corpo adequado àquele momento histórico.

O asseio dos olhos, ouvidos e boca devia passar pela escola, fosse através do ensino de hábitos de higiene individual, fosse modificando procedimentos já adotados pela escola que fossem prejudiciais à saúde dos alunos. A escola adquiria papel importante no processo de modernização, visto que inseria condutas requeridas pela nova ordem vigente em seus alunos e, por consequência, também em seus familiares.

6.1.3 TUBERCULOSOS

O grupo constituído pelos tuberculosos, por vezes, englobava também os débeis, franzinos, fracos e desanimados, por serem facilmente tuberculizáveis.

Como a tuberculose era uma doença com altos índices de mortalidade e morbidade na época, grande foi a preocupação em relação aos tuberculosos e àqueles que, por possuírem saúde frágil, pudessem contrair a doença.

Dentre os discursos publicados na época, havia um consenso: a retirada do aluno tuberculoso da escola. O não lugar do aluno no contexto escolar, onde ele podia ser foco de contaminação para outras crianças, gerou debates acerca de onde colocar o aluno doente.

Houve posições radicais, como as do Dr. Mendonça, membro da SMCJF, que alegava “não ser admissível a promiscuidade de crianças débeis e tuberculosas” (MENDONÇA, 1912a, p. 142). Para ele, “uma criança tuberculosa não deve frequentar escola alguma.” (MENDONÇA, 1912a, p. 142).

Mas também tiveram aqueles que levantaram algumas alternativas para o ensino dos alunos doentes: escolas ao ar livre, escolas para débeis e tuberculosos, barraca escola, escolas florestais e sanatórios.

As escolas ao ar livre, conforme vimos no capítulo referente aos espaços escolares, eram recomendadas para todos os alunos, não só para aqueles com alguma doença. Elas tinham caráter preventivo, embora André Dalben levante a hipótese de que, em algum momento, elas tenham desempenhado majoritariamente um caráter curativo (DALBEN, 2009).

Esta hipótese nos parece justa. Nos escritos do Dr. Eduardo de Menezes também encontramos menção ao recurso terapêutico de tais escolas. Defendendo a criação de escolas para débeis e tuberculosos, o autor indicava:

para a tuberculose em especial é da maior conveniência a criação de uma escola para meninos débeis e tuberculosos, tendo por fim o isolamento dos sãos, o tratamento e a instrução conciliáveis nos systemas das escolas do ar livre e sob regimens adrede combinados, como se fazem diversos paizes. (O PHAROL, 13 de janeiro de 1908, p. 2).

Cabe-nos aqui outro apontamento da já mencionada visão eugênica dos discursos médicos. Para além da regeneração dos tuberculosos a partir da combinação de tratamento e instrução, o isolamento dos sãos também é indicado como outra finalidade.

A separação das classes perigosas ao progresso refletia um projeto eugênico de aperfeiçoamento da raça. Janz Jr, ao estudar a relação entre eugenia e higienismo nos discursos médicos, observou que muitas vezes o discurso eugênico tentava ganhar ares mais brandos utilizando termos como “eugenia preventiva” ou “higiene eugênica”. Segundo ele,

Ao distanciar-se do conceito original, para muitos médicos, a eugenia que propugnavam tornava-se distinta da praticada nos EUA e na Europa, já bastante criticada nessa época (...) mas, devemos ressaltar que ‘independente do nome, era uma eugenia que ligava um ambiente sanitário à saúde racial’. (JANZ JR, 2011, p. 115).

A escola ao ar livre foi a opção de ensino para tuberculosos apontada por H.G. que, todavia, deixava claro: “Ar aos tuberculosos, sim! Mas devemos também fornecer ar às crianças bem conformadas, para não serem contaminadas pela tuberculose!”. (O PHAROL, 17 de março de 1910, p. 1).

Dr. Eduardo de Menezes, ao defender a criação de escolas próprias para débeis e tuberculosos, havia proposto algumas opções. Em Juiz de fora, ele ansiava pela construção de uma barraca escola onde se daria a instrução para este público específico:

em expectativa á construcção e installação no extremo do nosso terreno [onde já estaria sendo construído um Dispensário] de uma Barraca Escola, situada no meio de arborização e jardim, onde as crianças tuberculosas e tuberculizáveis que não devam estar em commum com as outras nos Grupos Escolares e escolas publicas, recebam a mesma instrucção ao ar livre e sob regimen sanitário anti tuberculoso especial. (O PHAROL, 16 de março de 1907, p. 1).

Embora pretendesse instalar a barraca escola, admitia que esta medida ainda não fosse a ideal para alocar alunos tuberculosos. Melhor mesmo seriam as “escolas florestaes, de campo, de montanhas e beira mar” (O PHAROL, 16 de março de 1907, p. 1), ou ainda os “sanatórios infantis marítimos, montanhese e campestres.” (O PHAROL, 3 de janeiro de 1906, p. 2).

Sanatório também foi a opção sinalizada pelo Dr. Emílio Loureiro. Segundo ele, os sanatórios-escolas eram “apparelhos admiráveis de educação physica, moral e intelectual” (O PHAROL, 5 de dezembro de 1911, p. 1) indicados para tuberculosos e tuberculizáveis:

Uma selecção rigorosa, feita por médicos instruídos, indica os alumnos que, por sua debilidade physica, fraqueza congênita ou adquirida, herança tuberculizável ou anemia pre-tuberculosa, devem ser collocados nestas casas de instrucção. (O PHAROL, 5 de dezembro de 1911, p. 1).

Os sanatórios foram pensados inicialmente como locais de tratamento para pessoas enfermas. O afastamento do indivíduo doente daqueles saudáveis e sua colocação em ambientes naturais de montanhas ou mares ofereciam tanto um ambiente terapêutico para aquele enfermo quanto uma coibição de contágio para os sãos (DALBEN, 2009).

Muitos sanatórios, entretanto, foram ampliando suas funções oferecendo, além do tratamento, a instrução. Este foi o caso, por exemplo, relatado por Amaral e Felgueiras acerca do Sanatório Marítimo do Norte, em Portugal. De acordo com as autoras, “neste sanatório foram introduzidas concepções curativas e pedagógicas inovadoras destinadas às crianças e desenvolvidas no âmbito da cura da tuberculose.” (AMARAL; FELGUEIRAS, 2010, p. 76).

Elas acrescentam ainda que “a educação e a escolarização das crianças e adultos em tratamento foram, para o fundador da instituição, Joaquim Ferreira Alves, uma prioridade paralela à prática médica.” (AMARAL; FELGUEIRAS, 2010, p. 81).

Enfim, todas as indicações convergiam para a retirada do aluno tuberculoso do contexto escolar regular. A palavra de ordem era que:

o professor ou professora, alumno ou alumna, portadores da tuberculose pulmonar ou de outra espécie de tuberculose aberta ou fechada, devem ser excluídos temporariamente do meio escolar até que exames reiterados de valor positivo, indiscutível demonstrem que estão indemnes do mal tuberculoso. (O PHAROL, 1 de dezembro de 1911, p. 1).

O mesmo para os débeis tuberculizáveis: “os esforços colligados de todos devem ser por alvo retirar a creança, que é tuberculizável por herança, miséria e moléstias anteriores (variola e sarampo) do meio contagionante.” (O PHAROL, 28 de novembro de 1911, p. 1).

6.1.4 DIFTERIA

E o grupo escolar existente nesta cidade, com elevada frequência de creanças deve merecer atenção especial do hygienista. Sabida é a possibilidade de permanência do bacilo diphtérico virulento na cavidade buccal de uma creança curada de diphteria, até muitos dias depois da phase aguda da moléstia, pelo qual haverá muita vez um fóco de diphteria em plena colletividade de predispostos, na ausência de lei sanitária que regule o regresso dos diphtericos á escola. (O PHAROL, 17 de janeiro de 1908, p. 1).

Em 1908, uma publicação em *O Pharol*, sem identificação de autor, já alertava sobre o perigo da difteria mesmo depois de aparentemente curada para a coletividade escolar.

A difteria foi assunto de publicação intitulada *Hygiene Social: Preservação da criança na escola* escrita pelo Dr. Fernando de Moraes. Em seu texto, o autor defendia a necessidade da inspeção médica na escola como forma de inibir o alastre da difteria.

De acordo com Dr. Moraes, a difteria era doença de fácil disseminação nos espaços com aglomerações, mas que, com algumas medidas, era possível evitar que o mal se espalhasse.

Ele enumera cinco medidas. A primeira medida era a inspeção médica “diária, ou pelo menos muito frequente, dos alumnos” (O PHAROL, 18 de abril de 1907, p. 1) verificando-se a boca, a garganta, o nariz e os ouvidos dos escolares. Outra medida (terceira medida) estava relacionada à notificação do inspetor de higiene de todos os casos de difteria que ocorressem na escola para que a Inspetoria de Higiene pudesse tomar as devidas providências. A quinta

medida era relativa ao aconselhamento dos alunos para que fizessem, durante as epidemias de difteria, a “lavagem da bocca com agua fervida, asséptica e tépida” (O PHAROL, 18 de abril de 1907, p. 1) duas vezes por dia e “a injecção de sérum antidiphthérico, que, figurando como valiosa medida de prophylaxia, constitue também a medicação especifica e indispensável de morbo” (O PHAROL, 18 de abril de 1907, p. 1).

As outras duas medidas faziam alusão justamente ao lugar ou não lugar dos alunos com difteria. São elas:

b) Proibição de frequência escolar não só ao alumnos em que os exames clínicos e bacteriológico testificarem a existência de diphteria, como também ao convalescente da diphteria, que só deve voltar á escola depois que exames ulteriores bacteriológicos não mais revelem a existência do germen mórbido, que, como é sabido, muitas vezes é encontrado na bocca dois a três mezes depois da doença extincta.

(...)

d) Proibição de frequência escolar ao alumnos em cuja casa houver diphteria. (O PHAROL. 18 de abril de 1907, p. 1).

A retirada do aluno da escola se dava, então, em três contextos: quando estivesse contaminado pela difteria, quando ainda estivesse se recuperando de uma difteria e quando, mesmo estando em bom estado de saúde, morasse com pessoas com difteria.

Rodrigues também se deparou como estas orientações na legislação portuguesa de 1902. De acordo com a autora, havia um impedimento legal de 40 dias para os acometidos pela difteria e o

impedimento da entrada na escola, detectado este tipo de afeções, alargava-se a todos os que coabitassem com o aluno afetado e não só o inspetor sanitário teria autoridade para fazer esta proibição, como também o próprio professor (RODRIGUES, 2014, p. 80).

Outra vez nos esbarramos em prescrições acerca da retirada do aluno da escola. A separação do aluno com difteria na escola foi impulsionada pelos discursos médicos que visavam ao bem estar da coletividade. Para a construção de um corpo social saudável e produtivo, capaz de alavancar o almejado progresso, justificava-se separar e isolar tudo que pudesse ser empecilho a tal intenção.

6.1.5 VEGETAÇÕES ADENOIDES

As vegetações adenoideas foram assunto de texto do Dr. Vieira de Mello publicado em *O Pharol*.

As preocupações com as vegetações adenoides se relacionavam à confusão que seus sintomas geravam fazendo com que os alunos fossem tratados como mentalmente debilitados, embora não os fossem, e à fragilidade física causada pela doença tornando o aluno susceptível a outras enfermidades.

Com relação à primeira questão, Dr. Balthazar Viera de Mello assim se posicionava: “Os escolares adenoidianos são em geral preguiçosos e a surdez que os affecta faz os considerar pouco inteligentes, desattenciosos e mentalmente debilitados, o que por vezes os faz incorrer em punições injustas.” (O PHAROL, 4 de março de 1906, p. 2).

O acertado lugar do aluno na escola – ou fora dela – dependia do correto diagnóstico. A este respeito, Arantes nos apresenta uma situação ocorrida em Pernambuco que ilustra esta ideia. Em via de criação das escolas para deficientes naquele Estado, houve a preocupação de se identificar os “falsos anormais”. Para isso, foi recomendada a instauração do serviço de inspeção médica que atuava, dentre outras questões, “corrigindo os defeitos de audição e visão, suprimindo por meio de intervenção cirúrgica as vegetações adenoides e hypertrophia das amydalas” (PERNAMBUCANO, 1918, apud ARANTES, 2014, p. 75).

Alunos com vegetações adenoides corriam o risco de ser considerados anormais e, por consequência, de ser retirados da escola.

Já a segunda questão apontada pelo Dr. Vieira de Mello foi a fragilidade dos adenoideanos para outras afecções: “Além disso, mais que outros, estão sujeitos a contrahir toda a sorte de moléstias infecciosas, á frente das quaes se apresenta a tuberculose.” (O PHAROL, 4 de março de 1906, p. 2).

Conforme vimos anteriormente, aqueles de constituições frágeis eram, por vezes, orientados também a sair da escola, justamente por serem propensos ao contágio da tuberculose. Assim, o lugar dos alunos com vegetações adenoides estava sujeito a interpretações do grau de predisposição do aluno para alguma moléstia.

O exame dos corpos, conforme vimos, foi muito importante neste contexto da educação física, contudo não foi a única preocupação dos médicos. Os exercícios físicos também adquiriram prestígio significativo nos debates médicos como meio de formação de corpos saudáveis.

6.2 EXERCÍCIOS FÍSICOS

“Roma gastava milhões com construção e manutenção de thermos públicos e gymnasios athleticos – e por isso Roma conquistou o mundo!” (O PHAROL, 4 de dezembro

de 1908, p. 1). As palavras proferidas pelo professor Ferri em sua quinta Conferência realizada no Brasil dão um indício do valor atribuído ao exercício físico.

A prática de exercícios físicos para os escolares era indicada tanto na sua forma preventiva quanto em seu aspecto terapêutico, embora a primeira opção fosse a preferível e, portanto, a que recebeu maior foco.

Utilizados de maneira preventiva, os exercícios corporais fortaleciam o corpo e a alma, sendo capazes de modificar a sociedade em suas dimensões física, moral e intelectual. Podemos notar esta ideia nos escritos do Dr. Emílio Loureiro. De acordo com este médico,

a virilidade dos povos que recebem o bafejo vivificador dos exercícios corporais, sport de toda a natureza é de diária observação. Si a gymnastica é o alimento por excellencia do corpo, é também para a conservação da saúde da inteligência (O PHAROL, 24 de novembro de 1911, p. 1).

Assim, a realização de exercícios físicos pelos alunos adquiria uma vantagem social futura, prevenindo a sociedade dos males físicos, morais e intelectuais. Dr. Eduardo de Menezes também corroborava com essa concepção ao indicar que tais exercícios fossem utilizados nas escolas como medida preventiva contra a tuberculose. Ele indicava os “exercícios e lições ao ar livre, a educação physica, a gymnastica respiratória” (O PHAROL, 3 de janeiro de 1906, p. 2) como fundamentais às crianças no período escolar para que a sociedade, futuramente, estivesse livre da tuberculose.

A relação entre exercícios físicos para crianças e jovens e a saúde da sociedade é notada mais nitidamente em um texto publicado em *O Pharol* sob o título *Vantagem da Gymnastica*. Trata-se de uma reprodução de um artigo que houvera sido publicado no também juiz-forano *Jornal do Commercio*. Embora ninguém assinasse o artigo, é dado a entender que as ideias ali contidas eram de Henrique de Parville, o qual era chamado de “o conhecido vulgarizador scientifico” (O PHAROL, 15 de fevereiro de 1892, p. 1) e de Schmid Monnard, que era um médico que havia dedicado seus estudos à fisiologia de crianças em idade escolar e jovens, dentre outros temas.

Primeiramente relatando sobre das pesquisas científicas de Henrique de Parville acerca do aumento da capacidade respiratória em decorrência da melhoria da tonicidade dos músculos responsáveis pela respiração, o artigo declarava que “A educação gymnastica faz o pulmão” (O PHAROL, 15 de fevereiro de 1892, p. 1).

Ao acrescentar as investigações realizadas por Schmid Monnard, dizia ainda que tais ginásticas eram boas para a melhora do potencial respiratório não só do indivíduo que exercitava, mas também se sua prole:

Esse accrescimento de amplitude de thorax e a consequente energia dos movimentos respiratório, resultante dos exercícios gymnasticos, não se limitam ao individuo exercitado. Torna-se um caracter ethnico, e esse caracter repercute se na descendência attingindo um gráo singular de accentuação. (O PHAROL, 15 de fevereiro de 1892, p. 1).

Schmid Monnard havia provado isso fazendo medições nas circunferências das caixas torácicas de dois grupos de crianças, um grupo de Frankfurt e outro de Halle. Embora ambas as cidades sejam alemãs, Frankfurt só havia começado a ter serviço militar obrigatório a partir de 1870, enquanto Halle já o tinha desde tempos longínquos. Nestas medições resultaram as seguintes averiguações:

o desenvolvimento do perímetro thoracico das crianças nascidas em Halle de ascendentes habituados de longa data e através de muitas gerações aos exercícios phisicos é invariavelmente superior aos das crianças nascidas em Francfort de ascendentes que viveram em condições diversas. (O PHAROL, 15 de fevereiro de 1892, p. 1).

Assim, a prática da ginástica era comprovadamente capaz de modificar a sociedade para melhor devendo, por isso, ser incluída nas escolas, principalmente nos países como o Brasil onde o serviço militar ainda não era obrigatório:

Nos paizes onde, como no Brazil, não há serviço militar obrigatório, e onde infelizmente a tuberculose faz tantos estragos, devia ser obrigatória a pratica dos exercícios gymnasticos em todos os estabelecimentos officiaes ou particulares de instrucção. (O PHAROL, 15 de fevereiro de 1892, p. 1).

Talvez prevendo questionamentos com relação à obrigatoriedade da prática de exercícios físicos em contradição com a liberdade individual apregoada neste momento histórico, o autor finalizou o texto dizendo que “em todas as civilizações ella [a liberdade individual] cede o passo ao interesse superior e colectivo da pátria.” (O PHAROL, 15 de fevereiro de 1892, p. 1).

Os interesses individuais deviam ceder lugar aos interesses sociais. A ideia da medicina de interferir no corpo de cada cidadão individualmente tinha, na verdade, o interesse de intervenção no corpo coletivo. A saúde individual começou a ser importante à medida que foi aumentando a compreensão de que ela interferia na saúde da sociedade.

O combate à tuberculose se dava também através da ginástica, principalmente daquela capaz de fortalecer os pulmões evitando, assim, que o organismo fosse presa fácil para o bacilo da tuberculose. A prática da ginástica respiratória era, desta forma, recomendada, pois fortalecia os pulmões e músculos responsáveis pela respiração. Dr. Fernando de Moraes

corroborava com esta conexão entre ginástica respiratória e prevenção da tuberculose e, por isso, questionava: “E a gymnastica respiratória não merece também ser ensinada em nossas escolas cuja população é em tão grande parte constituída por crianças fracas e predispostas a tuberculose?” (O PHAROL, 11 de maio de 1907, p. 1).

Em uma época em que a tuberculose fazia ainda muitos óbitos, muita importância foi dada à escolarização dos exercícios respiratórios que higienizavam os pulmões. Outra prática que também auxiliava neste processo era o canto.

O canto, enquanto disciplina escolar, tinha muitas utilidades, uma delas era a higienização dos educando através do fortalecimento dos pulmões. Segundo Oliveira, que focou seus estudos no ensino da música nas escolas mineiras nas primeiras décadas do século XX, “o canto se constituiria (...) em uma ginástica altamente salutar não só para os pulmões, mas também para todos os músculos que contribuem para a respiração” (OLIVEIRA, 2004, p. 102).

Em *O Pharol* observamos essa ideia da contribuição para a saúde dos pulmões que o canto podia trazer. Lindolpho Gomes, citando higienistas, declarava: “A vocalização, em vez de fatigar, dará lugar a uma necessária gymnastica de pulmões, que os higienistas recommendam”⁵⁴. (O PHAROL, 1 e 2 de abril de 1907, p. 1).

Além da ginástica para os pulmões, notamos menções a outros tipos de práticas corporais que deviam ser incorporadas pelas escolas. Foi uma época de muita discussão sobre qual o melhor exercício físico para a obtenção da saúde. A escolha ideal devia ser pensada com responsabilidade. Dr. Fernando de Moraes chegou a dizer que estas questões da escolha “devem ser resolvidas com o mesmo cuidado que tem presidido á escolha do melhor methodo de ensino de leitura, etc. etc., para que se consiga em todos os ramos do ensino primário, com maior precisão e presteza, o almejado desideratum.” (O PHAROL, 11 de maio de 1907, p. 1).

O esculápio, além dos exercícios respiratórios como vimos anteriormente, era a favor de que a escola adotasse também as evoluções de Spiess em suas aulas de ginástica. Segundo ele, os Grupos Escolares da cidade já adotavam as evoluções militares e outros exercícios

⁵⁴ Conforme demonstraram outros pesquisadores (FARIA FILHO, 2000; ROCHA, 2003; VAGO, 2002), o canto ainda apresentava outra dimensão higiênica, que também era atribuída às demais atividades físicas: a higiene mental. Geralmente realizados entre as aulas teóricas, tais atividades constituíam momentos de descanso para a mente dos alunos. A fadiga mental era condenada pelos médicos, conforme apresentamos no capítulo sobre Tempos Escolares. Tal dimensão foi observada por nosso articulista nesta mesma publicação: “O canto [...] é também destinado ao descanso dos alumnos [...] um elemento de recreio”, (O PHAROL, 1 e 2 de abril de 1907, p. 1).

físicos, sem especificar quais⁵⁵. O médico não era contrário a tais atividades e nem defendia a retirada dos exercícios já praticados, contudo, ele indagava:

Será esse o melhor meio para conseguirmos o desenvolvimento physico da criança? Desses exercícios poderá promanar os benefícios conseguidos da gymnastica ensinada nas escolas da Allemanha ou das evoluções de Spiess? (O PHAROL, 11 de maio de 1907, p. 1).

A fim de elucidar a prática das evoluções de Spiess, Dr. Moraes transcreveu alguns trechos de artigo escrito por Dr. Ismael da Rocha que houvera sido publicado no *Brasil Médico* em 1905.

Primeiramente há o intuito de distinguir a ginástica francesa daquela usada nos institutos germânicos de ensino. Segundo o texto, a principal diferença era a importância dada aos movimentos em conjunto, às evoluções em grupo, que caracterizam as evoluções de Spiess:

Quarenta adolescentes, por exemplo, sob a direcção do mestre que dá as vozes de ordem baixinho, afim de melhor ter suspensa a atenção dos alumnos, põem a marchar a passo; de repente e mudando de andamento ou de cadencia, formam, destroçam, tornam-se a formar a dous, a quatro, a 8 ou a 16 de frente, voltam á rectaguarda, obliquam á direita ou á esquerda, seguem pelas bandas oppostas da sala para se reunirem ao meio e afastarem-se de novo, sem perder o compasso nem se enganar de direcção, um tanto no estylo de exercícios de cavalhadas. (O PHAROL, 11 de maio de 1907, p. 1).

O estilo ginástico proposto por Adolpho Spiess era de uma “gymnastica passeiada e contra-dançada” (O PHAROL, 11 de maio de 1907, p. 1) e podia ser feito tanto pelos meninos quanto pelas meninas.

O artigo prosseguia apresentando outro exemplo desse tipo de evolução. Citando uma experiência relatada pelo pedagoga Michel Breal, o artigo narrava que o referido pedagoga houvera assistido, em uma escola de Interlaken, na Suíça, a uma apresentação das evoluções de Spiess realizada por cerca de 20 alunas entre 10 e 14 anos. Dr. Moraes a reproduzia da seguinte maneira:

Enumerou-se por bocca a successão dos movimentos que iam ser desempenhados. Logo em seguida, dividiram-se os discípulos em quatro secções, as quaes, uma após e juntas, executaram marchas meio dançadas acompanhadas de canto. Ao mesmo tempo as meninas manejavam, já por cima da cabeça, já por deante ou por traz do pescoço, barras de ferro

⁵⁵ Quando o autor diz outros exercícios, poderia estar se referindo à calistenia. Consideramos assim devido a outra publicação em *O Pharol* na qual sugeria que, durante os desfiles cívicos de 15 de novembro, os alunos dos Grupos Escolares entoariam cânticos em saudação à bandeira nacional e apresentariam os “exercícios callisthenicos e gymnastica militar” (O PHAROL, 15 de novembro de 1907, p. 1).

proporcionadas ás suas forças. Assim como, nos traslados de Froebel, o desenho mais complicado em apparencia é tão somente o agrupado de um pequeno numero de figuras simplicíssimas e sempre as mesmas, ou, como em um canon, as vozes partem successivamente repetindo sempre a mesma aria, que parece renovar-se pela diversidade do acompanhamento – assim também este côro se compunha de quatro estrophes cantada e phraseadas, que cada secção reproduzia a seu turno. (O PHAROL, 11 de maio de 1907, p. 1).

Após esta explicação, Dr. Moraes concluía que “É aquella a verdadeira gymnastica de reparigas, e não as barras paralellas ou a corda de nós, que apenas servem para tornar abruptos os movimentos e o corpo anguloso.” (O PHAROL, 11 de maio de 1907, p. 1).

Inspirado em ideias nacionalistas e em descobertas das ciências biológicas, o método alemão de ginástica visava à formação de homens e mulheres fortes, robustos e saudáveis para promoverem a defesa da pátria. Assim, seus exercícios físicos tinham tanto um fim higiênico – fortalecer o corpo – quanto um fim moral – infundir um sentimento nacionalista. Adolph Spiess, um dos nomes mais importantes da Escola Alemã de Ginástica, se preocupou em renovar o método dando-lhe uma organização própria para a prática da ginástica nas escolas (SOARES, 1994).

Havia ainda aqueles que acreditavam ser não a ginástica alemã de Spiess o método mais indicado, mas, sim, a ginástica sueca. De acordo com um artigo republicado em *O Pharol*⁵⁶, a parte pedagógica da ginástica sueca podia ser realizada nas escolas utilizando-se, para isso, os bancos e mesas como aparelhos:

Mas, quando preconisamos a gymnastica de Ling como o melhor methodo actualmente conhecido, não queremos fallar da gymnastica medica, cujas vantagens são enormíssimas, mas que só podem ser executadas por um medico ou um gymnasta competente diplomado, como os há na Suecia; mas sim a da gymnastica pedagógica, a qual está ao alcance de todos e que não necessita de auxiliares custosos, pois existem innumeras escolas na própria Suecia, que não possuem salas de gymnastica, sendo os exercícios executados nas próprias salas de estudo, onde os bancos e as mesas servem de aparelhos. (O PHAROL, 25 de outubro de 1905, p. 1).

O método sueco de ginástica foi idealizado por Pehr Henrik Ling no início do século XIX sob a influência dos ideais do movimento higienista. Seu método era dividido em quatro partes. A vertente principal do método era a ginástica pedagógica ou educativa que tinha como objetivo assegurar a saúde, evitando o estabelecimento de vícios e defeitos posturais, desenvolvendo normalmente o indivíduo (GOIS JUNIOR, 2000). As outras partes do método

⁵⁶ Fora primeiramente publicado no *Jornal do Brasil*.

eram a ginástica médica, a militar e a estética. Estas três se baseavam na vertente principal do método, a ginástica pedagógica.

Além do debate acerca do tipo de ginástica que seria o mais pedagógico e higiênico, havia ainda a discussão se os esportes também seriam indicados para os escolares. Segundo artigo de Thomas Grimm⁵⁷, depois do exame minucioso realizado por “alguns sábios, alguns médicos e alguns higienistas” (O PHAROL, 18 de fevereiro de 1906, p. 2), chegaram-se a conclusão de que os esportes podiam cansar os alunos e, portanto, deviam ser substituídos pelas brincadeiras, estas sim podiam trazer benefícios à saúde:

Pensava-se, há alguns annos, ajudar o desenvolvimento physico das creanças favorecendo os jogos athleticos. Como muito bem notou o dr. Gilbert Ballet, medico do Hotel Dieu, que se occupou especialmente da questão, era um erro isso, e abriu se mão d'elle. Os exercícios sportivos, com a sua emulação, suas regras, esforços que exigem o desejo de uns excederem aos outros, constituem outro gênero de trabalho, sem ser o intellectual, mas trabalho que fadiga. Não se descança de uma fadiga por outra fadiga.

O que a creança precisa, aquillo do que ella gosta, o que deseja, não são os sports, são os brincos. O que é preciso dar-lhe é a liberdade de brincar, de ser divertir á sua vontade, em logar onde possa exercitar os seus pulmões, isto é, ao ar livre. (O PHAROL, 18 de fevereiro de 1906, p. 2).

As teorias da fisiologia da época condenavam o desgaste físico e defendiam uma economia do esforço. Os “cientistas da fadiga condenavam o esgotamento e descuido do ritmo do corpo, inerente no treinamento atlético dos esportes” (GOIS JUNIOR, 2000, p. 149). Os exercícios físicos deviam, segundo as pesquisas científicas, ser executados com o menor dispêndio de energia possível.

De acordo com Abad, não cansar o corpo e a mente era um princípio do higienismo. Segundo a autora,

sobre la fadiga se realizarán gran catidad de trabajos, aplicándose a su tratamiento métodos como la ley energética del menor esfuerzo, y a su diagnóstico aparatos de medida como el ergógrafo, procedentes do trabajo industrial⁵⁸. (ABAD, 1992, p. 105).

Não era inteligente a defesa de uma atividade física que esgotasse os corpos. O homem a ser formado devia estar apto ao trabalho industrial. Assim, os exercícios indicados,

⁵⁷ Conforme mencionamos anteriormente, este artigo fora publicado primeiramente no *Petit Journal* e republicado em *O Pharol*.

⁵⁸ Sobre a fadiga se realizaram grande quantidade de trabalhos, aplicando-se a seu tratamento métodos como a lei energética do menor esforço e a seu diagnóstico dispositivos de medição como o ergômetro, prevenientes do trabalho industrial (tradução nossa).

ao contrário de tirar-lhe as forças, deviam restituí-las colaborando, assim, para o desenvolvimento econômico da nação.

Ainda com relação ao esporte, na já citada conferência realizada pelo professor Ferri, observamos como este autor compreendia este exercício. Segundo ele, todo aquele desleixo concedido ao corpo no passado era agora substituído por uma prática exageradamente contrária: “a preocupação do corpo levou ao desenvolvimento excessivo do sport artificial”. (O PHAROL, 3 dezembro de 1908, p. 2).

Citando o ciclismo como exemplo, o artigo prosseguia dizendo que, uma vez ao assistir a uma corrida de bicicleta, o professor Ferri havia decidido nunca mais fazê-lo. Isso porque “a preocupação da velocidade embrutecera os homens, ao ponto de fazer do cyclista um typo deformado que se poderia classificar o *cyclanthropos pillosus curvatas*.” (O PHAROL, 3 dezembro de 1908, p. 2).

Ao contrário do corpo deformado resultante do esporte, o professor acreditava que a atividade que devia ser praticada era o passeio ao ar livre porque este sim promovia a saúde do corpo: “O sport natural é o passeio ao ar livre, diante das bellezas naturaes, pondo o homem em contacto com a natureza. Sem chegar, porém, aos excessos do ciclismo, o homem deve preocupar-se antes de tudo com a saúde orgânica.” (O PHAROL, 4 de dezembro de 1908, p. 1).

Schneider traz uma discussão interessante sobre as concepções de atividades físicas escolares. Estudando um período histórico posterior ao analisado por nós⁵⁹, ele nos revela a mudança da concepção de uma não valorização do esporte para a valorização dele. Os esportes, antes tidos como cansativos, como vimos, ganham, a partir de 1930, novas interpretações:

Se antes a preocupação era com a forma e a maneira de executar os movimentos, na idade nova, como propõe o doutor [dr. Fisher, 1934], o que mais importa são os resultados. E para isso nada melhor que a objetividade dos esportes (SCHNEIDER, 2004, p.4).

Segundo Schneider, a escola nova, ao redefinir objetivos e princípios para a educação, exprimiu novos ritmos e sensibilidades da sociedade na qual a eficiência ganhou destaque. Neste programa, os esportes, por trazerem princípios como rendimento, competição, racionalização, vão sendo interpretados de maneira diferente da qual eram apreciados no final do século XIX e início do XX.

⁵⁹ O autor estudou as décadas de 1930 e 1940.

Por fim, encerramos a subcategoria *Exercícios Físicos* com as sugestões de atividades corporais que foram propostas para um grupo específico de alunos: os surdos-mudos⁶⁰.

Sob o título *A educação physica dos surdos-mudos*, o artigo foi escrito por Brazil Silvado Junior no Rio de Janeiro e publicado em *O Pharol*. Segundo o artigo, a surdo-mudez produzia em todo o organismo algumas incorreções de funções que requeriam um trabalho especial de regeneração. Um dos defeitos físicos mencionados no artigo era a irregularidade da respiração que acometia alguns surdos-mudos e que atrapalhava na aquisição da linguagem falada. Para a prevenção ou tratamento deste problema, propunha-se o uso da já mencionada ginástica sueca: “São conhecidos, entretanto, os exercícios de gymnastica sueca tão apropriados para o desenvolvimento da caixa thoraxica e tão fáceis de serem feitos que não têm desculpa aquelles que se descuidam de ministrá-los aos surdos-mudos.” (O PHAROL, 5 de outubro de 1909, p. 2).

O uso da ginástica sueca visava à saúde e, por isso, não precisava de muitos artifícios, como aparelhos ginásticos: “Não aconselhamos os exercicios de aparelhos pois que o nosso fim é a hygiene do corpo, a saúde, isto é, a regularidade de todas as funcções vitaes”. (O PHAROL, 5 de outubro de 1909, p. 2).

As família também podiam auxiliar na educação física dos surdos-mudos. Havia exercícios que podiam ser praticados em casa:

Si quizerem ir mais longe, auxiliando e adeantando a instrucção dos surdos-mudos, as familias poderão fazel-os executar exercicios proprios para a movimentação da lingua, que sendo o principal orgam da articulação, não se desenvolve sufficientemente nos surdos-mudos. Alguns exemplos são: estender a lingua o mais possível, alargal-a, estreital-a, fazel-a tocar em todos os pontos da bocca etc. (O PHAROL, 5 de outubro de 1909, p. 2).

De acordo com Silvado Junior, esses exercícios para a respiração e para a língua só eram apropriados para aqueles que ainda podiam aprender a linguagem falada. Para os que só eram capazes de aprender a linguagem escrita, a educação física era muito parecida com a dos alunos “normais”.

As atividades físicas podiam, inclusive, combater muito facilmente alguns outros defeitos que advinham desta deficiência, como os “defeitos no andar, o arrastamento dos pés” (O PHAROL, 5 de outubro de 1909, p. 2).

O aprendizado das atividades se daria pela imitação dos movimentos do mestre: “Está mais ou menos provado que o melhor meio do ensino de taes exercícios gymnasticos é o

⁶⁰ Apesar de o termo surdo-mudo não ser mais utilizado nos dias atuais, o usamos neste trabalho visto que, no período estudado, ele ainda era empregado.

chamado da imitação, não tendo o mestre mais que fazer os exercícios que serão imitados.” (O PHAROL, 5 de outubro de 1909, p. 2).

Os exercícios físicos, enfim, tinham a intenção de educar os alunos para a saúde. Exercitando seus corpos, podiam se livrar das doenças e dos males da sociedade. Podiam gerar lucro e contribuir, assim, para o desenvolvimento de Juiz de Fora.

6.3 ALIMENTAÇÃO

O Estado deve dar, além do alfabeto, o pão.

É inútil nutrir o cérebro, se o estomago está vasio.

(...)

Mas o mal não vem sómente do Estado, e sim também dos pais, cuja preocupação é que os filhos estudem muito, pouco se importando com as ‘pernas de palitos’ phosphoricos dos filhos, comtando que possam dizer aos amigos: ‘Está magrinho, mas é o 1º da classe’. (O PHAROL, 4 de dezembro de 1908, p. 1).

A alimentação dos escolares – ou a má alimentação, conforme a denuncia do professor Ferri, autor da citação – também foi uma preocupação da educação física das crianças na escola. Temas como as consequências de uma má nutrição, a quantidade de alimentos que os alunos deviam comer, a necessidade de cantinas escolares e a forma como os escolares deviam se portar com os alimentos foram alguns dos assuntos que permearam os discursos médicos.

A atenção a este tema foi justificada pelo professor Eurico Ferri. Segundo o que indicava o artigo no jornal, Ferri havia se baseado em manuais de higiene escritos por outro italiano, o médico Paolo Mategazza. Foi novamente a saúde o argumento utilizado, sendo a boa alimentação associada como a redução de idas ao médico: “O orador se estende ainda sobre a questão de hygiene e alimentação, mostrando que o simples regimen hygienico bem applicado diminue consideravelmente as necessidades medicas na família.” (O PHAROL, 4 de dezembro de 1908, p. 1).

Dr. Eduardo de Menezes concordava com esta relação e ainda acrescentava que a falta de uma boa alimentação ocasionava enfraquecimento do corpo e da inteligência e que, como consequência, deixava a criança propensa à tuberculose. Segundo ele, “O retardamento da alimentação e o trabalho intellectual, tanto mais penoso nas crianças quanto a sua intelligencia está em evolução, importam no enfraquecimento do corpo e da mesma inteligência” (O PHAROL, 16 de março de 1907, p. 1). Este enfraquecimento devia ser considerado na

educação dos alunos, visto que se tornava um quadro favorável ao aparecimento da tão temida tuberculose:

Todavia, o que não se deve perder de vista na educação das crianças é a fragilidade physiologica do seu organismo, é que a sua intelligencia em evolução tem as raízes no corpinho débil e *que na nutrição está a chave de sua futura energia*, e é também que a sua morbidez é maior do que a das outras edades, que a tuberculose em especial é mais uma moléstia da infância do que das outras edades, que *a inanição predispõe á tuberculose*, que a tuberculose da infância por ser em geral fechada é traiçoeiramente disseminadora; em summa, que as crianças são mais do que parece em grande numero tuberculosas. (O PHAROL, 16 de março de 1907, p. 1, grifo nosso).

Era na boa alimentação das crianças que se encontrava o remédio para a reparação da energia do corpo e, conseqüente, saúde. Encontramos ideias semelhantes no texto do Dr. Paul Degrave publicado em *O Pharol*. Comparando o corpo a uma máquina, o referido autor esclarecia, de uma forma simbólica, o que os alimentos representavam para o organismo:

Toda a machina em movimento gasta os seus orgams e consome carvão. Do mesmo modo o exercício da vida acarreta perdas continuas que devemos reparar. Estes meios de reparação, nós os achamos nos alimentos. (O PHAROL, 1 de abril de 1908, p.1).

A fim de se saber a quantidade de alimento necessária para reparar a máquina humana, Dr. Degrave relatava que havia cálculos científicos capazes de obter tal resultado:

Alguns hygienistas formularam razões alimentares. São cálculos theoricos. As perdas de economia variam, com effeito, segundo muitas circumstancias, segundo o estado de repouso, de fadiga, segundo a idade e o sexo, segundo as profissões, segundo os climas e as estações, a quantidade de alimentos encarregados de reparar estas perdas devem, pois, variar também com todas estas circumstancias. (O PHAROL, 1 de abril de 1908, p.1).

A proposta de graduar a quantidade de alimentos a depender das características do indivíduo também é notada nos escritos do professor Ferri e do Dr. Eduardo de Menezes. O primeiro autor, assim a descreve: “Desde os exercícios até á alimentação, tudo precisa ser graduado sabiamente de accordo com o temperamento individual, com as tendências que começam a desabrochar, com as individualidades que principiam a formar-se” (O PHAROL, 4 de dezembro de 1908, p. 1). Dr. Menezes sugere que, como a atividade nutritiva das crianças é maior do que nos adultos, “nellas a receita orgânica representada pela alimentação carece ser muito maior do que a despeza orgânica representada pelo trabalho physico e intellectual.” (O PHAROL, 16 de março de 1907, p. 1).

De acordo com Gondra (2004), as prescrições médicas relacionadas à alimentação, comumente conhecidas como *Ingesta*, reconheciam a necessidade de alteração na quantidade de alimentos a depender de certas variáveis e que os médicos brasileiros e estrangeiros foram sensíveis a esta necessidade.

Sensibilidade esta que levou Dr. Degrave a indicar uma quantidade numericamente maior de refeições para as crianças:

O uso, consagrado pela hygiene, estabeleceu a regra de tomar três refeições por dia. As crianças e os debilitados tomam uma quarta, a merenda. A hora dessas refeições deve ser regular, sempre a mesma. Devemos comer lentamente a fim de ter tempo de bem mastigar e bem deglutir. Estas refeições serão suficientes e não muito copiosas. (O PHAROL, 1 de abril de 1908, p. 1).

A importância dada à alimentação levou Dr. Menezes a sugerir medidas práticas para que as escolas pudessem alimentar as crianças durante o tempo em que elas passavam naquele estabelecimento: o uso de cantinas escolares. As cantinas escolares, já em funcionamento na Europa, haviam sido recomendadas no Congresso Internacional da tuberculose:

A questão da alimentação das crianças é de tal ordem que o Congresso de hygiene social e hygiene escolar, em Paris, a ella se consagraram, e o Congresso Internacional da Tuberculose do anno passado, na mesma capital, recommenda: multiplicar, generalizar, sendo possível, as cantinas escolares, seguindo o modelo das de Saint Etienne, Roubaix etc.

Estas associações das cantinas escolares levam merendas, lanches e refeições substanciaes ás crianças pobres nas Escolas durante o trabalho escolar; na França, além das acima mencionadas já se encontram outras, e em Bruzellas, Schaerbeck e Liège, funccionam regulalmente. (O PHAROL, 16 de março de 1907, p. 1).

A Europa foi realmente protagonista no programa de cantinas escolares. Tomando como fonte o trabalho do historiador e sociólogo Julián Juderías y Loyot escrito em 1912, Elejalde (2002) descreve que, de acordo com o autor, a França possuía um desenvolvido serviço de cantinas escolares já no século XIX. Inicialmente o serviço era reduzido à distribuição de títulos que davam aos estudantes descontos em alguns restaurantes. Entretanto, em 1877, foi criada uma comissão para estudar maneiras de alimentar as crianças dentro das próprias escolas e não mais em restaurantes. O fundo escolar de Montmartre iniciou esta prática que, em seguida, foi se espalhando por toda a França.

Em Paris, a maioria dos alunos que frequentavam as cantinas escolares estava em bairros de classes de trabalhadores, visto que, para crianças pobres ou órfãs, a alimentação era gratuita. Em Londres, Inglaterra, tinham sido criados Comitês de Cantinas Escolares com a

função de garantir que nenhuma criança carente parasse de receber alimentação. Em Vercelli, na Itália, as crianças eram obrigadas a participar destas refeições, a menos que um médico atestasse que isso era prejudicial para a saúde daquela criança. Na Noruega, as cantinas escolares ofereciam alimentos para todas as crianças, independentemente de serem pobres ou ricas. Em Madrid, Espanha, as cantinas escolares haviam começado a operar no ano de 1903. Sob a responsabilidade da Associação de Caridade Escolar, a comida era distribuída diariamente às crianças pobres sempre ao meio dia. No mesmo ano, León, Cuenca, Barcelona e Valência também começaram a fazer uso de cantinas escolares. Suíça e muitos outros países europeus também já possuíam cantinas escolares. (ELEJALDE, 2002).

O modelo de cantinas escolares era considerado “el mejor medio de educación alimenticia para los niños que van a la escuela de párvulos o a la escuela municipal, siempre que esté organizada de acuerdo a las normas que dicten los médicos escolares⁶¹” (ELEJALDE, 2002, p. 101). A educação alimentícia que acontecia nas cantinas escolares abrangia dois pontos: a propagação de um modelo de local higienicamente apropriado para a alimentação e a oportunidade para lições teóricas e práticas sobre higiene na alimentação.

Com relação à primeira colocação, as cantinas deviam possuir um local apropriado para a alimentação

que se componga de una cocina, un comedor bien aireado y caldeado y un lavabo; además, el comedor debe estar dotado del material necesario para que cada niño tenga su plato, su vaso, su cuchara, su cuchillo, su tenedor, su servilleta, y para que esté sentado cómodamente delante de una mesa⁶² (ELEJALDE, 2002, p. 101).

Já com relação às lições teóricas e práticas, acreditava-se que a educação prática ministrada pelas cantinas escolares valia mais do que todos os ensinamentos teóricos. Utilizando-se dos escritos do professor da Faculdade de Medicina de Paris, Dr. Marcel Labbe, a autora cita os 12 ensinamentos de higiene que deviam ser ensinados em tais estabelecimentos:

I Manos limpias, platos limpios, manjares limpios hacen apetitoso y sano en alimento.
 II Come ha hora fija, mastica con cuidado, reposa después de la comida.
 III Escucha al apetito, más no seas su esclavo; come lo que debas y te encontrarás bien.

⁶¹ O melhor meio de educação alimentar para as crianças que frequentam creche ou escola municipal, desde que organizado de acordo com as regras ditadas pelos médicos escolares (tradução nossa).

⁶² Que se componha de uma cozinha, uma sala de jantar bem ventilada e aquecida e uma pia; além disso, a sala de jantar deve estar equipada com o material necessário para que cada criança tenha seu prato, seu copo, sua colher, sua faca, seu grafo, seu guardanapo e para que esteja sentada confortavelmente em frente a uma mesa (tradução nossa).

- IV Guárdate de los extremos, del mucho y del demasiado poco, igualmente peligroso.
 V La carne forma el músculo, pero el azúcar le da fuerza.
 VI Para trepar a las cumbres vale más una pastilla de chocolate o un terrón de azúcar que un gran bifeck.
 VII Un poco de vino alimenta, mucho alcohol mata.
 VIII Se forma el esqueleto con leche, con legumbres y no con carne.
 IX Hay que beber agua para lavar el interior como se lava la piel.
 X Espinacas, achicorias, coles, ensaladas y frutas hacen el barrido del intestino.
 XI Legumbres verdes, patatas, remolachas, nabos y frutas alcalinizan el organismo. Son los antídotos de la carne y de los huevos, que lo acidifican.
 XII Come tus alimentos bien cocidos; saben mejor, son más digestibles y menos tóxicos⁶³. (LABBE, 1922 apud ELEJALDE, 2002, p. 101).

As folhas de *O Pharol* também publicaram ideias semelhantes com relação a ambos os pontos referidos na educação alimentícia proposta pelo modelo europeu: o local apropriado e circunstância conveniente para o ensinamento de regras higiênicas na alimentação. Podemos notar isso em texto, que o jornal diz unicamente ser de um professor, no qual o autor descreve o ensinamento do Dr. Balthazar Vieira de Mello sobre a alimentação dos alunos. No que tange ao local, podemos ler o que a falta de um lugar apropriado para as refeições podia ocasionar:

A falta de salas para refeições dos alumnos constitue lacuna importante em nossas escolas publicas.
 De ordinário essas refeições são feitas nos recreios, sobre bancos, ou mesmo no solo, e, attendendo á inexperiência das crianças, não é difícil suppor que muita vez o alimento seja posto em contacto com aquellas superficies, podendo dahi resultar a contaminação do mesmo por germens morbigeros alli depositados pelas roupas ou pelo calçado. (O PHAROL, 13 de abril de 1907, p. 1).

Com relação à oportunidade para o ensinamento de regras higiênicas, o autor relatava:

Outra vantagem regularmente installados é que os alumnos fariam suas refeições na presença dos professores, os quaes fiscalizariam o asseio das suas mãos, antes e depois das refeições, e lhes dictariam regras de bem estar á mesa, de bem mastigar, para bem digerir.

⁶³ I Mãos limpas, pratos limpos, iguarias limpas fazem apetitoso e saudável o alimento. II Coma em um horário fixo, mastigue com cuidado, descanse após a refeição. III Escute o apetite, mas não seja seu escravo; coma aquilo que você deve e ficará bem. IV Cuidado com os extremos, com o muito e o demasiadamente pouco, igualmente perigoso. V A carne forma o músculo, mas o açúcar dá a força. VI Para escalar os cumes, vale mais uma barra de chocolate ou um pedaço de açúcar do que um grande bife. VII Um pouco de vinho alimenta, muito álcool mata. VIII O esqueleto é formado com leite, com legumes e não com carne. IX Tem que beber água para lavar o interior como se lava a pele. X Espinafre, chicória, couve, saladas e frutas varrem o intestino. XI Leguminosas verdes, batatas, beterrabas, nabos e frutas alcalinizam o organismo. São os antídotos da carne e dos ovos, que o acidificam. XII Coma seus alimentos bem cozidos; eles têm um sabor melhor, são mais digeríveis e menos tóxicos (tradução nossa).

Como se vê, essa medida não seria só de conforto, mas de grandes vantagens higienicas, accrescendo ainda que a mastigação incompleta conduz a dyspepsia e outras perturbações gastro-intestinaes, ponto de partida para desordens notáveis da saúde. (O PHAROL, 13 de abril de 1907, p. 1).

Dr. Paul Degrave também abordou sobre a limpeza dos alimentos quando se referiu ao tema alimentação e higiene: “Nossos alimentos devem ser cercados do mais minucioso asseio. É preciso pol-os ao abrigo das poeiras e de outras contaminações exteriores, como o contacto de pessoas doentes, de vasilhas ou de utensílios sujos.” (O PHAROL, 1 de abril de 1908, p. 1).

A educação física dos alunos passava também por uma alimentação adequada capaz de prevenir doenças e, conseqüentemente, contribuir com o trabalho físico e mental das crianças na escola. A educação alimentar proposta por higienistas é referendada no jornal juiz-forano por médicos e leigos. A educação republicana era incentivada a olhar para a educação física dos alunos também pela ótica alimentar.

6.4 CALIGRAFIA: A HIGIENE NA ESCRITA

Ponhamos em pratica a celebre formula de George Sand:
 Escripta direita, papel direito, corpo direito.
 E repitamos com o illustre autor da succulenta monographia, a que anteriormente me referi:
 A única posição regular do caderno é a posição média direita.
 A única posição bôa do corpo é o corpo direito.
 A única escripta hygienica é a escripta direita. (O PHAROL, 3 de agosto de 1907, p. 1).

Papel, corpo e escrita: todos endireitados. Era o que defendia Lindolpho Gomes, autor da citação, e também vários higienistas. A monografia a qual o autor se referia é a *Attitudes Viciosas nas escolas, escripta direita e escripta vertical* do Dr. Costa Saccadura.

A caligrafia também fez parte do interesse da educação física. O tipo de escrita podia contribuir para a debilidade ou para a saúde do corpo e, por isso, figurou entre as preocupações de higienistas.

Em *O Pharol*, um longo texto escrito pelo professor Lindolpho Gomes detalha a visão do tipo de escrita ideal a se utilizar nas escolas baseado nos ensinamentos de diversos higienistas, dentre os quais o autor citava: o médico italiano Giuseppe Badaloni, o oftalmologista francês Javal, o médico presidente da Sociedade Real de Medicina da Bélgica pesquisador da higiene escolar Hyacinthe Kuborn, o médico francês estudioso da higiene

escolar Stéphane Courgey e o médico inspetor geral de sanidade escolar em Portugal Sebastião Cabral da Costa Saccadura.

O texto de Lindolpho Gomes possuía tamanha similaridade com o pensamento médico que chegou a ser lido em uma das sessões da SMCJF, conforme apontou José Mathias:

A proposito deste anunciado, devemos declarar que um artigo do sr. Lindolpho Gomes, publicado há dias nesta folha, sob a titulo de *Escripta vertical*, veio preparar o espirito publico para a pratica de semelhante reforma, porquanto com entusiasmo, muito bem falou da adopção desse gênero de escripta em nossas escolas.

De nome vantajosamente conhecido na imprensa, elle se tem distinguido ultimamente em estudos de ordem pedagógica, e o artigo mencionado occupou a attenção da Sociedade de Medicina e Cirurgia, desta cidade, sendo que o illustre sr.dr. Christovam Malta leu-o em secção, abundando em considerações scientificas da escripta vertical, sobre a obliqua. (O PHAROL, 31 de agosto de 1907, p. 1).

O título do texto de Lindolpho Gomes, *Escripta Vertical*, já deixa claro o tipo de caligrafia que o autor entendia ser a melhor a ser utilizada pelas escolas. A princípio, ele faz uma narrativa dos debates que estavam acontecendo no mundo acerca dos dois tipos de letras: inclinada e em pé. Citando o Congresso de Educação Física de Nápoles ocorrido em 1900, o Congresso Internacional de Medicina de Londres de 1891 e o último Congresso da Liga Nacional contra a Tuberculose em Portugal, Lindolpho Gomes dizia que todos eram unânimes em apontar a escrita vertical como a ideal devendo substituir, então, a escrita inclinada.

O motivo desta escolha estava, dentre outras coisas, na observância de que a escrita inclinada causava diversas doenças como a miopia e problemas na coluna:

Elles vêm na escripta inclinada (grafia inglesa) a causa determinante de muitas moléstias escolares, entre as quaes a myopia, os desvios da columna vertebral, desvios estes seguidos de deformações nos ossos da bacia e de compromettimento das funcções respiratórias, trazendo como consequência as lesões pulmonares, devido ás attitudes viciosas e que dá logar esse gênero de escripta, que ninguém hoje contesta seja defeituoso a anti-hygienico. (O PHAROL, 3 de agosto de 1907, p. 1).

Lindolpho Gomes demonstrava as attitudes viciosas relatando a posição adquirida pelo corpo quando a escrita inclinada estava sendo utilizada:

Nessa especialidade escripta, observa Courgey, o corpo descança sobre o lado esquerdo, o thorax fica obliquamente com relação ao rebordo da escrivaninha. Levanta-se mais uma espadua que a outra, apoia-se mais o cotovello direito sobre a escrivaninha, as pernas ficam obliquamente dispostas, a cabeça inclina-se, a columna vertebral encurva-se para a esquerda e para a frente; o caderno collocado obliquamente, e oblíquos o eixo dos olhos, e o tronco de quem escreve. O agente olha para a sua escripta obliquamente.

O corpo toma posições anormaes e viciosas. (O PHAROL, 3 de agosto de 1907, p. 1).

José Mathias, que havia escrito um artigo com o título *Escripta Vertical e Hygiene Escolar* no qual comentava o texto de Lindolpho Gomes, corroborava com a ideia dos males físicos que a escrita inclinada podia ocasionar e, trazendo como sustentação os estudos do farmacêutico e médico Philippe Tissié que atuava com inspetor de exercícios físicos em Bordeaux, Mathias escrevia:

De facto, quem observar as gravuras, marcando as torções e desvios da columna vertebral na escripta inclinada, com que o pharmaceutico Tissié, de Paris, illustrou sua obra *A Educação Physica*, em 1901, as quaes temos á mão, não admittirá duvidas sobre os males que esta escripta originará; e o sr. Tissié, como bom propagandista, soube tirar partido da impressão objectiva. (O PHAROL, 31 de agosto de 1907, p. 1).

Em contrapartida, a escrita vertical era considerada aquela que garantia a tendência natural do corpo, a que posicionava o corpo higienicamente. Lindolpho Gomes partiu, então, para a explicação da escrita vertical a partir da descrição da colocação do corpo no momento do emprego de tal tipo de letra. Para tal, ele deixava claro que a fazia baseado na monografia do “illustre hygienista e provector pedagogista, dr. Costa Saccadura, verdadeiro luminar do pensamento lusitano” (O PHAROL, 3 de agosto de 1907, p. 1) intitulada *Attitudes viciosas nas escolas, escripta direita e escripta vertical*.

De acordo com o artigo, o professor devia cuidar da posição do aluno durante os trabalhos de escrita indicando-lhe a posição do corpo – cabeça, cotovelos, antebraços, pernas e pé – a posição do caderno e o dos movimentos dos dedos e das mãos, isso porque “para escrever bem é necessário estar convenientemente assentado.” (O PHAROL, 3 de agosto de 1907, p. 1).

Com relação à posição do corpo, as orientações eram:

Volta-se o corpo bem de frente para a mesa, de sorte que o peito fique paralelo ao seu bordo anterior, delle muito approximado, porém sem o tocar. As pernas caém verticalmente sobre o assoalho, em que descança completamente a planta dos pés que não se cruzarão em hypothese alguma. As creanças do sexo feminino terão o cuidado de pôr e ordem as saias igualmente dos dois lados, esquerdo e direito, pois o maior volume de um delles póde determinar um desvio da columna vertebral e uma deformação da bacia.

A cabeça não deve inclinar-se nem para a direita nem para a esquerda. Deve ter uma ligeira inclinação para a frente, de fôrma que para uma vista normal os olhos permaneçam a uma distancia de papel de 33 cm mais ou menos.

As espaduas hão de ficar horizontaes; os ante braços symetricos descansarão nos seus dois terços sobre a mesa ou repousarão ambos igualmente com os cotovellos á mesma altura. (O PHAROL, 3 de agosto de 1907, p. 1).

A forma de segurar a caneta, a movimentação e colocação das mãos e a maneira de realizar a escrita das letras também foram indicadas:

A caneta fará com o papel um ângulo de 45° e sahirá da mão no prolongamento da phalangela do indicador.

Houve tempo em que se aconselhava que a caneta devia dirigir-se para a espadua direita, o que facilitava a execução da parte grossa das letras, mas era inconveniente porque o bico da caneta escondia-se debaixo dos dedos e era visível com o olho esquerdo, de forma que o agente inclinava a cabeça para a esquerda a jeito que visse bem o bico e a linha em que escrevia.

Dahi a caneta não deve ter inclinação para as espaduas, pórem mais para fora, de maneira que não é necessário inclinar a cabeça para a esquerda, porque o bico e a linha sobre que se escreve ficam bem visíveis.

A mão descansará sobre o caderno pela extremidade do annelar e mínimo, deslizando sobre o papel.

A palma da mão volta-se para o caderno e punho não repousará em cima da mesa.

A mão esquerda deverá ir arrastando o papel ao tempo que se terminam as linhas escriptas, para que a mão direita fique naturalmente ao mesmo nível, pois de outra forma, a attitude do ante-braço, das espaduas e do corpo será viciosa.

Deve a mão direita agir livremente no sentido das linhas da escripta, de modo que o ante-braço conserve aproximadamente a mesma posição.

Evite-se o levantar a penna para traçar as ligações das letras e não se collocarão os signaes orthographicos sinão depois de escripta a palavra. (O PHAROL, 3 de agosto de 1907, p. 1).

A investida em se educar a postura, em controlar os gestos e em criar condição para uma escrita saudável e higiênica foi consequência de um projeto minunciosamente projetado de racionalização da escola. Juntamente com o desejo de higienizar os corpos, a escrita também sugeria a aquisição de sensibilidades em consonância com o novo momento:

Não há negar que a escripta vertical requer menos tempo, trabalho e espaço. Gasta-se com a sua adopção menos papel e é, por isso mesmo, mais econômica.

(...) Os caracteres são mais legíveis e ella ocupa de 30 a 40% menos espaço que a inclinada.

(...)

Inquestionavelmente a escripta direita é mais legível. Assemelha-se extraordinariamente aos caracteres impressos, o que lhe dá um todo especial de elegância, sem chinesices. (O PHAROL, 3 de agosto de 1907, p. 1).

De acordo com Faria Filho, o ensino da escrita vertical apresentava uma íntima vinculação com os novos ritmos esperados pela modernidade brasileira e mundial. Segundo o

autor, “ao enfatizarem que o novo tipo de letra, além de fácil, era rápido, econômico e higiênico, estavam os reformadores apontando para alguns aspectos centrais da moderna escola brasileira” (FARIA FILHO, 1998b, p. 138) ligados ao funcionamento da instituição escolar segundo tempos e comportamentos típicos da emergente sociedade capitalista. Assim, “a questão da escrita vertical e sua íntima vinculação com a nova ordem social emergente era, naquele momento, uma preocupação de educadores, médicos-higienistas, entre outros profissionais, de muitos países ocidentais” (FARIA FILHO, 1998b, p. 138).

Por este motivo, facilmente encontramos trabalhos de pesquisadores em história da educação que se deparam com a questão da escrita vertical. Em Minas Gerais, além das investigações de Faria Filho, Vago também a verificou em seus achados. De acordo com o autor, a imposição da letra vertical às crianças foi um exemplo da tentativa de implantação de uma racionalidade no corpo das crianças com a finalidade de transformar “crianças indigentes em cidadãos republicanos” (VAGO, 1999, p. 33).

No Rio Grande no Norte, “nos grupos escolares, foi adotado o sistema de escrita vertical em substituição ao sistema inclinado. O formato da escrita vertical era considerado *moderno*” (AZEVEDO; AMORIM; SANTOS, 2017, p. 148, grifo nosso).

Na Colômbia, a letra inclinada começou a ser substituída pela letra vertical devido a uma série de motivos, dentre os quais está a celeridade da prática mais equivalente com os valores do novo momento “A menudo valía más hacer una letra regular rápidamente, que una letra buena con lentitud; pero en la práctica común de las personas la celeridad valía más o tanto que la hermosura⁶⁴.” (TORRES CRUZ e RAMÍREZ, 2010, p. 292).

No artigo no jornal juiz-forano, Lindolpho Gomes também deixava clara esta vinculação da escrita vertical com o novo momento econômico ao relatar os fins deste método: “fins altamente sociaes, - além das vantagens higienicas e pedagógicas – quaes os da conservação e aperfeiçoamento da saúde da infância escolar, o fortalecimento da mocidade, do povo, e, em consequência, da nossa raça.” (O PHAROL, 3 de agosto de 1907, p. 1).

O fortalecimento dos corpos republicanos passava também pelo tipo de escrita utilizado nas escolas. Por isso, o tipo de letra na escrita também fez parte dos discursos da área da saúde sobre a educação física nas escolas. Uma saúde corporal global era feita de minúcias e essas não eram esquecidas pelos doutores. O cidadão que a nova ordem social

⁶⁴ Muitas vezes, valia mais fazer uma letra regular rapidamente, do que uma letra boa com lentidão; mas na prática comum das pessoas, a velocidade valia mais ou mais do que a beleza (tradução nossa).

requisitava era aquele identificado com a saúde e com atitudes eficientes e a escola era percebida, por esses doutores, como local de excelência para a formação deste homem.

A educação física, dentro dessa perspectiva proposta pela classe médica, contribuía para uma maior racionalidade do comportamento humano, conduzindo os alunos a práticas que visavam a objetivos bem específicos e os enquadravam num novo momento no qual saúde, força, rapidez e disciplina eram características que se esperavam de um bom cidadão.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Educação e saúde. Começamos e terminamos com essas duas palavras que ainda hoje se fazem presentes em nossos discursos. Fala-se, debate-se, defende-se, propõem-se medidas há anos, mas ainda nos falta muito para que, de fato, tenhamos educação e saúde de qualidade para grande parte de nossa sociedade.

Em Juiz de Fora, na transição do século XIX para o XX, grande foi a preocupação com educação e saúde. Nesta pesquisa, partimos do pressuposto de que essa preocupação foi fruto de um desejo de construção de uma cidade moderna. Defendendo a tese de que a educação escolar, no início do período republicano, ganhou um patrocínio ideológico significativo da classe médica juiz-forana, voltamos nossos olhares para o passado com o objetivo de averiguar a relação entre educação e saúde que estava sendo difundida na sociedade juiz-forana. Acreditamos que a escola foi considerada local privilegiado para divulgação de preceitos higienistas indispensáveis para a formação do cidadão moderno e que nos aproximar deste tema contribui para um entendimento mais ampliado da história da educação republicana na cidade de Juiz de Fora.

Ao tentar nos aproximar da sociedade juiz-forana da época, nos deparamos com um conjunto de fontes que podiam responder a nossos questionamentos. Por questões de volume de dados e tempo limitado da pesquisa, fizemos a opção por uma fonte que nos serviu de base, o jornal *O Pharol*, e por algumas outras que nos auxiliaram no diálogo com a fonte base. A opção pelo jornal *O Pharol* se fez por entendemo-lo como o principal periódico a circular em Juiz de Fora nesta época. Desta forma, queremos pontuar que existem outros periódicos como o *Jornal do Comércio*, o *Correio da Tarde* ou o *Correio de Minas* – só como exemplo, há ainda outras publicações – disponíveis para consulta. O trabalho com essas fontes pode acrescentar novos dados a esta história expandindo ainda mais o entendimento acerca deste tema. Embora também, no próprio *O Pharol*, ainda seja possível aprofundar as investigações sobre este assunto abarcando as práticas educativas que ocorriam fora do contexto escolar, como em clubes e em associações, por exemplo. Ou seja, há ainda muitas outras possibilidades de pesquisa para aqueles que se interessam por este período da história. Juiz de Fora dispõe do privilégio de oferecer aos pesquisadores documentos históricos em alguns arquivos da cidade: Arquivo Municipal de Juiz de Fora, Arquivo Histórico da UFJF, Acervo da SMCJF, Acervo dos Grupos Escolares de Juiz de Fora, dentre outros.

Assim, guiados por nossa hipótese, buscamos investigar questões referentes ao papel atribuído à educação escolar no processo de modernização da cidade de Juiz de Fora pelo

discurso médico-higienista e também ao modelo de escola apresentado à sociedade juiz-forana. Adotamos, neste trabalho, o recorte temporal de 1889 a 1911 para nossas análises.

O que pudemos aferir foi a percepção da utilidade da educação para as mudanças sociais pretendidas. A educação adquiriu um papel salvacionista capaz de impulsionar a cidade para o novo momento histórico. Em consequência, houve uma preocupação em se apresentar uma escola dentro das propostas advindas das pesquisas científicas sobre a prevenção de doenças e manutenção da saúde, características fundamentais ao novo modelo de trabalho que se estabelecia. Para tal, espaços escolares, tempos escolares, saberes escolares e educação física escolar foram pensados em suas relações com a saúde.

Com relação aos espaços escolares, averiguamos que questões relacionadas à localização do prédio, à arquitetura do edifício e ao mobiliário se fizeram presentes nos artigos publicados em *O Pharol*.

Um discurso higienista sobre o espaço das cidades ditava regras para as localizações de escolas. Como exemplo da influência desse discurso, pudemos observar propagandas de escolas particulares que anunciavam os benefícios de suas localizações informando aos pais de alunos que as escolas se encontravam em bairros salubres e, portanto, livres de ameaças epidêmicas.

No que se refere à arquitetura do prédio escolar, o discurso da saúde passava por temas como escolas ao ar livre, sistemas de ventilação/aeração, tamanho das salas e iluminação. A realização de aulas fora de ambientes fechados, possibilitando que as crianças tomassem banhos de sol e respirassem ar puro, era indicada como medida preventiva de doenças. Assentadas nas novas descobertas acerca das formas de contágio de doenças, notamos defesas em favor de escolas ao ar livre ou, o que foi entendido como sua forma mais resumida, a utilização de elementos da natureza, como os jardins, no interior dos estabelecimentos educativos. Quando não fosse possível a adoção de aulas em espaços abertos, havia ainda a possibilidade de se abrir ao máximo estes espaços através de sistemas de ventilação/aeração. A indicação era a de não permitir ar parado, mas, sim, em constante circulação e renovação.

Ainda com relação à arquitetura, identificamos um discurso sobre tamanho das salas de aula. Esse estava embasado em preceitos higiênicos que não permitia aglomerações, com espaços pequenos demais, nem dispersões, com espaços muito amplos que dificultasse a vigilância do professor sobre o aluno. A iluminação dos cômodos escolares também estava fundamentada nas pesquisas científicas sobre a saúde-doença. Vinculavam-se os casos de miopia a leituras em ambientes pouco iluminados e, assim, como medida preventiva, normas rigorosas acerca da correta iluminação de salas de aula foram difundidas pela classe médica.

Com relação ao mobiliário escolar, foi possível averiguarmos uma preocupação com relação à adaptação do banco e da mesa ao físico do aluno para que não prejudicasse o escolar causando-lhe deformações físicas.

Os tempos escolares também foram abordados em suas relações com a saúde dos educandos. Em seus desdobramentos, identificamos questões que relacionavam o horário de funcionamento das aulas ao tempo social da cidade e questões que envolviam a divisão temporal das atividades didáticas. No que se refere à relação do tempo escolar com o tempo social, quando ocorreu a instalação dos primeiros grupos escolares da cidade, em 1907, houve um intenso debate sobre o horário de funcionamento das duas escolas que, por ocuparem o mesmo prédio, tiveram de funcionar em horários diferentes do estabelecido pela legislação estadual. Dúvidas com relação à salubridade de tal organização de horário fizeram crescer o número de publicações nos jornais. Alertando para as mudanças nos costumes alimentares pelas quais os alunos passariam e para o clima frio que precisariam enfrentar logo pela manhã, alguns articulistas se posicionaram contra, outros a favor. Seja qual fosse o posicionamento, as explicações estavam embasadas nas questões de saúde, tão importantes à época.

A divisão temporal das atividades da escola também passou pelo exame quanto sua salubridade. As pesquisas da época apontavam para o equilíbrio entre a educação intelectual e a física. O excesso de estímulos mentais devia ser combatido com descansos, recreios e atividades físicas a fim de se evitar a *surmenage* – fadiga patológica.

Os saberes escolares também foram analisados segundo o crivo da saúde. Com relação àquilo que era ensinado nas escolas, havia uma forma de ensino dita mais higiênica, por obedecer a princípios que estavam baseados em investigações científicas, e conhecimentos entendidos como úteis para uma boa formação do cidadão republicano. O método de ensino defendido era o intuitivo por ele incentivar o raciocínio, tornando o aluno mais ativo na busca do conhecimento, e inspirar a aplicabilidade daquilo que era aprendido, tornando o aluno um hábil trabalhador.

A respeito dos conteúdos que a escola devia ensinar, observamos o incentivo à educação sanitária – que devia englobar conhecimentos sobre higiene e profilaxia de doenças –, ao ensino de leitura da língua portuguesa e demais idiomas – que se davam a partir de objetos concretos compreendendo-os e não os memorizando –, à matemática – que, a partir de jogos e problemas práticos, tinha aplicação fora da escola –, à história – com conhecimentos capazes de inspirar aos alunos sobre o papel dos grandes homens na evolução da humanidade

– e à ciência – libertando o aluno das superstições e oferecendo-lhe um outro conhecimento, distante de suas práticas tradicionais.

No que concerne à educação física, presenciemos uma preocupação com a educação do corpo e das práticas corporais uma vez que tal educação podia, além de preservar a saúde corporal, influenciar na educação intelectual e na educação moral. A educação física debateu temas como o exame dos corpos escolares, exercícios físicos, alimentação e caligrafia.

Quanto ao exame dos corpos escolares, houve a proposta de se estabelecer um trabalho de inspeção médica nas escolas. Com o objetivo de se acompanhar o desenvolvimento físico e mental do aluno, esta inspeção examinaria periodicamente os estudantes anotando o resultado deste exame em fichas sanitárias. Com base neste parecer médico, o aluno seria tratado de forma diferenciada pela escola. Em alguns casos, como quando problemas de visão ou audição fossem identificados, o aluno seria colocado num lugar mais próximo do professor. Caso se averiguasse o comprometimento do aluno por alguma doença infecciosa, ele poderia ser retirado da escola. Os problemas de saúde mais abordados no jornal foram a miopia, os problemas de audição, problemas na boca, os alunos débeis e tuberculosos, a difteria e as vegetações adenoides.

A defesa da prática de exercícios físicos nas escolas também foi observada. Vistos como medida preventiva aos males físicos, intelectuais e morais, os exercícios foram incentivados em suas diferentes manifestações. A ginástica, seja a ginástica respiratória, as evoluções militares, a calistenia, as evoluções de Spiess ou o método sueco de ginástica, foi apreciada como forma de assegurar um corpo saudável. Também as brincadeiras e os passeios ao ar livre foram vistos como benéficos e, por isso, incentivados nas escolas.

A alimentação dos alunos foi também discutida nesta ocasião. As preocupações iam desde a quantidade de alimento que um aluno devia consumir para suprir suas necessidades durante o processo de aprendizagem, passavam pelo comportamento higiênico que o aluno devia ter ao lidar com o alimento e chegavam às consequências de uma má alimentação para o desenvolvimento dos alunos.

A caligrafia também possuía sua forma mais salubre. A escrita vertical era, cientificamente, aquela que deixava o corpo do aluno mais alinhado favorecendo seu bom desenvolvimento e, por isso, era a forma de escrita incentivada. Em contraposição, a escrita inclinada devia ser abolida da escola por trazer problemas físicos como desvios na coluna vertebral, comprometimento das funções respiratórias, miopia, dentre outras perturbações físicas.

Concluimos nossas investigações ratificando a hipótese de que a educação escolar, no período por nós abordado – 1889 a 1911 –, na cidade de Juiz de Fora, recebeu o olhar atento da classe médica que via na educação das crianças uma forma de propagar os princípios higienistas que defendia e que eram tidos como imprescindíveis para estruturação de uma Juiz de Fora moderna.

FONTES CONSULTADAS

1) HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA – BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL – E ARQUIVO MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

- O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 265, 13 de novembro de 1889.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 45, 22 de fevereiro de 1890.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 54, 5 de março de 1890.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 55, 6 de março de 1890.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 98, 27 de abril de 1890.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 45, 15 de fevereiro de 1892.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 78, 20 de março de 1892.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 217, 13 de agosto de 1892.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 4, 5 de janeiro de 1893.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 257, 5 de dezembro de 1893.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 35, 13 de fevereiro de 1895.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 226, 27 de março de 1902.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 265, 14 de maio de 1902.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 286, 7 de junho de 1902.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 502, 17 de fevereiro de 1903.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 542, 5 de abril de 1903.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 550, 16 de abril de 1903.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 774, 7 de janeiro de 1904.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 1018, 28 de fevereiro de 1904.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 2052, 16 de agosto de 1904.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 251, 25 de outubro de 1905.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 265, 7 de novembro de 1905.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 304, 22 de dezembro de 1905.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 02, 3 de janeiro de 1906.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 44, 18 de fevereiro de 1906.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 55, 4 de março de 1906.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 166, 14 de julho de 1906.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 204, 28 de agosto de 1906.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 221, 16 de setembro de 1906.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 244, 13 de outubro de 1906.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 246, 16 de outubro de 1906.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 51, 2 de março de 1907.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 55, 7 de março de 1907.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 63, 16 de março de 1907.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 77, 1 e 2 de abril de 1907.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 84, 10 de abril de 1907.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 87, 13 de abril de 1907.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 91, 18 de abril de 1907.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 103, 2 de maio de 1907.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 105, 4 de maio de 1907.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 111, 11 de maio de 1907.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 182, 3 de agosto de 1907.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 206, 31 de agosto de 1907.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 271, 15 de novembro de 1907.

O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 13, 13 de janeiro de 1908.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 17, 17 de janeiro de 1908.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 79, 19 de março de 1908.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 80, 20 de março de 1908.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 81, 21 de março de 1908.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 92, 1 de abril de 1908.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 100, 9 de abril de 1908.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 219, 20 de agosto de 1908.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 313, 3 de dezembro de 1908.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 314, 4 de dezembro de 1908.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 77, 1 de abril de 1909.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 83, 8 de abril de 1909.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 86, 14 de abril de 1909.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 138, 13 de junho de 1909.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 214, 11 de setembro de 1909.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 234, 5 de outubro de 1909.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 63, 17 de março de 1910.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 84, 12 de abril de 1910.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 86, 14 de abril de 1910.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 106, 7 de maio de 1910.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 168, 19 de julho de 1910.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 269, 11 de novembro de 1910.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 301, 18 de dezembro de 1910.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 216, 11 de setembro de 1911.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 279, 24 de novembro de 1911.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 282, 28 de novembro de 1911.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 285, 1 de dezembro de 1911.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 288, 5 de dezembro de 1911.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 290, 7 de dezembro de 1911.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 294, 12 de dezembro de 1911.
 O PHAROL, Juiz de Fora, ed. 296, 14 de dezembro de 1911.

2) HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA – BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL

O PAIZ, Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1908.
 A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 9 de dezembro de 1908.

3) ACERVO DA SMCJF E ARQUIVO HISTÓRICO DA UFJF

CAMPOS, Francisco de Paula. **[Correspondência]** Destinatário: Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 17 de julho de 1891a. 1 carta.

CAMPOS, Francisco de Paula. **[Correspondência]** Destinatário: Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 19 de outubro de 1891b. 1 carta.

CAMPOS, Francisco de Paula. **[Correspondência]** Destinatário: Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 17 de novembro de 1891c. 1 carta.

CRUZ, Oswaldo. [**Correspondência**]. Destinatário: Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1906. 1 carta.

EMÍLIO, João. [**Correspondência**]. Destinatário: Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 9 de abril de 1891. 1 carta.

MALTA, Christovão; et al. Varíola e vacinação. *In*: SMCJF. **3º Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (1905)**, Juiz de Fora, 6 de agosto de 1904, 1905, p. 33-34.

MALTA, Christovão. Tuberculose e Lepra. *In*: SMCJF. **4º Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (1906)**, Juiz de Fora, 21 de janeiro de 1905, 1906, p. 17-23.

MALTA, Christovão; et al. Tuberculose. *n*: SMCJF. **6º Boletim da SMCJF (agosto de 1905 a outubro de 1909)**. Juiz de Fora, 21 de outubro de 1905, 1912, p. 20-25.

MASSENA, J. A Medicina em Juiz de Fora. **Revista Médica de Minas**, Juiz de Fora, p. 20-23, 1908.

MENDONÇA, José de. Habitações antihigiências e alcoolismo causando tuberculose Febre amarela. *In*: SMCJF. **4º Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (1906)**, Juiz de Fora, 18 de fevereiro de 1905, 1906, p. 34-49.

MENDONÇA. Assepsia e antisepsia: Interferência médica nas escolas *In*: SMCJF. **6º Boletim da SMCJF (agosto de 1905 a outubro de 1909)**. Juiz de Fora, 3 de março de 1909, 1912b, p. 204-208.

MENDONÇA. Doenças Infecto-contagiosas. *In*: SMCJF. **6º Boletim da SMCJF (agosto de 1905 a outubro de 1909)**. Juiz de Fora, 8 de fevereiro de 1907, 1912a, p. 142-145.

MENEZES, Eduardo de. Discurso de inauguração da SMCJF. *In*: SMCJF. **Actas das sessões preparatórias e da sessão inaugural da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de fora (1888 -1889)**, Juiz de Fora, 1889, p. 3-7.

MENEZES, Eduardo de. Abastecimento de água, esgoto, rio Paraíbuna, rua direita. *In*: SMCJF. **4º Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (1906)**, Juiz de Fora, 7 de janeiro de 1905, 1906a, p. 1-8.

MENEZES, Eduardo de. Tuberculose e Morphéa. *In*: SMCJF. **4º Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (1906)**, Juiz de Fora, 11 de março de 1905, 1906b, p. 72-75.

MENEZES, Eduardo de. **Cidade Salubre**. Juiz de Fora: 1911.

MENEZES, Eduardo de. **Biografia do Dr. Penido Pae**. Juiz de Fora: 1912a.

MENEZES, Eduardo de. Tuberculose. *n*: SMCJF. **6º Boletim da SMCJF (agosto de 1905 a outubro de 1909)**. Juiz de Fora, 16 de dezembro de 1905, 1912b, p. 47-67.

MONTEIRO, João. A Nova Pharmacopea Franceza. **Revista Médica de Minas**, Juiz de Fora, p. 38-39, 1908.

MONTEIRO, João *et al.* Assepsia e antisepsia em geral. *In: SMCJF. 5º Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (trabalhos de 1908 e 1909)*, Juiz de Fora, 10 de fevereiro de 1909, 1909, p. 50-52.

MORAES, Fernando de. Moléstias Medicamentosas. **Revista Médica de Minas**, Juiz de Fora, p. 15-19, 1908.

MORAES, Fernando de. Leitura do texto do Dr. Antonio Ribeiro da Silva Braga sobre preparados de carne à papaia. *In: SMCJF. 6º Boletim da SMCJF (agosto de 1905 a outubro de 1909)*. Juiz de Fora, 20 de outubro de 1906, p. 100-104, 1912.

PENIDO, João. Discurso de inauguração da SMCJF. *In: SMCJF. 1º Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (1889)*, Juiz de fora, 20 de outubro de 1889, 1889, p. 5-11.

SÁ, Henrique de. [Correspondência]. Destinatário: Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 4 de junho 1980. 1 carta.

SMCJF. **Instrumentos descritivos**. 1 descrição 1º nível. Juiz de Fora: s/d.

SMCJF. Estatuto da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora. Juiz de Fora: 1906.

4) ACERVO DOS GRUPOS ESCOLARES DE JUIZ DE FORA

REZENDE, Nair Monteiro; TAVARES, Maria da Silva; SANTA CECÍLIA, Alexandrina de; VASCONCELLOS, Maria da Conceição Lopes de; LOPES, Francisca; MIRANDA, Maria do Carmo Goulart; ROF, Sylvia de Azeredo Coutinho. [Correspondência enviada para o diretor do 1º Grupo Escolar de Juiz de Fora] Destinatário: RANGEL, José. Juiz de Fora, 6 de março de 1907, 1 solicitação.

5) FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

BARBOSA, Rui. Reforma do Ensino Primário. *In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Obras Completas de Rui Barbosa*. 1ª edição. Rio de Janeiro: 1883, v. I. Tomo I. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/rbonline/obrasCompletas.htm>. Acesso em: 1 ago. 2019.

6) MUSEU DE ARTE MURILO MENDES (MAMM) – UFJF

ESTEVES, Albino; LAGE, Oscar Vidal Barbosa. **Álbun do município de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1915.

7) REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

MINAS GERAIS. Decreto 1969, de 03 de janeiro de 1907. **Regimento Interno dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Estado de Minas**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1908. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/121818?show=full>.

MINAS GERAIS, Decreto 1947, de 30 de setembro de 1906. **Programma do Ensino Público Primario do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1907. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/121817>.

MINAS GERAIS. Decreto 1960, de 16 de dezembro de 1906. **Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado de Minas**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1906. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/121823>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABAD, Purificación Lahoz. Higiene e arquitectura escolar en la España contemporánea (1838-1936). **Revista de Educación**, La Rioja, n. 298, p. 89-118, 1992. Disponível em: <http://redined.mecd.gob.es/xmlui/bitstream/handle/11162/70347/00820073003691.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 fev. 2019.
- ABREU, Jean Luiz Neves. Discurso médico-sanitário e divulgação dos princípios higienistas na imprensa (1938-50). In: XVIII Encontro Regional (ANPUH-MG), 2012, Mariana, **Anais eletrônicos** [...]. Ouro Preto: EDUFOP, 2012, p. 1-9. Disponível em: http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1339593558_ARQUIVO_Discursomedicosanitario.pdf. Acesso em: 13 nov. 2018.
- ABREU JUNIOR, Laerthe de Moraes; CARVALHO, Eliane Vianey de. O discurso médico-higienista no Brasil do início do século XX. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 427-451, Nov. 2012a. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462012000300005. Acesso em: 5 jan. 2019.
- ABREU JUNIOR, Laerthe de Moraes; CARVALHO, Eliane Vianey de. Relações entre educação, higienismo, moral e patriotismo na I Conferência Nacional de Educação (1927). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 12, n. 45, p. 62-77, 8 jun. 2012b. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640136/7695>. Acesso em: 6 jan. 2019.
- ALCÂNTARA, Wiara Rosa Rios. **Por uma história econômica da escola: a carteira escolar como vetor de relações** (São Paulo, 1874 -1914). 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-01102014-103754/pt-br.php>. Acesso em: 1 maio 2019.
- ALVES, João Baptista de Rezende. **O Doutor Villaça: Pioneiro da Medicina Moderna no Brasil**. Belo Horizonte: Cooperativa editora e de cultura médica Ltda, 1982.
- AMARAL, Anabela. Aprender a palavra ao ar livre: estratégias de modernidade sanitária em Portugal no início do séc. XX. **História: revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Porto, v. 6, IV série, p. 41-55, 2016. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/1716>. Acesso em: 2 fev. 2019.
- AMARAL, Anabela; FELGUEIRAS, Margarida. A Educação no Sanatório. **Educação, Sociedade & Culturas**, Porto, n° 30, p. 75-93, 2010. Disponível em: <https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC30/n30a07.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2019.
- ARANTES, Adlene Silva. **Processos de racialização nas escolas primárias pernambucanas (1911-1945)**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4802>. Acesso em: 22 dez. 2018.

ARANTES, Adlene Silva. Grupos Escolares: Espaços de Divulgação de uma Educação nos Moldes Higiênicos (Pernambuco, 1911 – 1930). In: III Congresso Nacional de Educação (III CONEDU), v. 1, 2016, **Anais [...]**, Campina Grande: Editora Realize, p. 1-12. Disponível em: https://editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA1_ID9992_15082016155607.pdf. Acesso em: 4 fev. 2019.

ARRIADA, Eduardo; NOGUEIRA, Gabriela Nogueira; VAHL, Monica Maciel. A sala de aula no século XIX: disciplina, controle, organização. **Conjectura: Filosofia e Educação**, Caxias do Sul, v. 17, n. 2, p. 37-54, maio/ago, 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/1649>. Acesso em: 17 fev. 2019.

AZEVEDO, Crislane Barbosa; SANTOS, Rosa Milena. *Grupos escolares e a Escolarização de corpos no início do Século XX no Rio Grande do Norte, Brasil*. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 15, n. 2, p. 634 - 657, 24 ago. 2016. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/35549>. Acesso em: 29 dez. 2018.

AZEVEDO, Crislane Barbosa; SANTOS, Rosa Milena. **História da educação no Rio Grande do Norte: instituições escolares, infância e modernidade no início do século XX**. 1ª edição. Curitiba: Appris, 2018.

AZEVEDO, Crislane Barbosa; AMORIM, Hananiel Souza; SANTOS, Rosa Milena. Princípios higienistas e a escola para a República: um estudo sobre os grupos escolares do Rio Grande do Norte. **Revista Educação em Debate**, Fortaleza, ano 39, n. 73, p. 132-153, jan./jun. 2017. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/28221/1/2017_art_cbazevedohsamorim.pdf. Acesso em: 29 dez. 2018.

BARROS, Cleyton Souza. Luz e Progresso: o imaginário da Belle Époque em Juiz de Fora (1889 – 1914). In: I Colóquio do LAHES, 2005, Juiz de Fora, **Anais [...]**, Juiz de Fora: 2005, p. 1-13. Disponível em: <http://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c1-a11.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2018.

BARROSO, Elaine Aparecida Laier. As doenças e o poder. Saúde e modernização em Juiz de Fora (1889-1920). In: XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, n. 23, 2005, Londrina, **Anais [...]** – **História: guerra e paz**, Londrina: ANPUH, 2005, p. 1-8. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206371_d84c03a9aaeed988338a27442046a13d.pdf. Acesso em: 17 fev. 2018.

BASTOS, Maria Helena Camara. Método intuitivo e lições de coisas por Ferdinand Buisson. **Revista História da Educação**, Santa Maria, v. 17, n. 39, p. 231-253, abr. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/36207>. Acesso em: 1 maio 2019.

BASTOS, Wilson de Lima. **Mariano Procópio Ferreira Lage: sua vida, sua obra, sua descendência**. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1991.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Arquitetura e espaço escolar: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). **Educar em Revista**, Curitiba, n. 18, p. 103-141, Dec. 2001. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/32820/20804>. Acesso em 17 fev. 2019.

BENCOSTTA, Marcus Levy. Mobiliário escolar francês e os projetos vanguardistas de Jean Prouvé e André Lurçat na primeira metade do século XX. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 49, jul./set.2013. p. 19-38. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/33289/20942>. Acesso em: 29 abr. 2019.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino; BRAGA, Marina Fernandes. História e arquitetura escolar: a experiência dos regulamentos franceses e brasileiros para os edifícios escolares (1880-1910). **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 51-72, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2275>. Acesso em: 25 abr. 2019.

BENITEZ, Leonel Rodríguez. La geografía en el proyecto nacional de México independiente, 1824-1835. La fundación de Instituto Nacional de Geografía y Estadística. **Interciencia**, Culiacá, v.17, n.3, p. 155-160, maio-jun. 1992.

BRAGA, Marina Fernandes. **Arquitetura e espaço escolar na “Atenas Mineira”**: os grupos escolares de Juiz de Fora (1907 – 1927). 2009. Dissertação (Mestrado em educação), Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/18172>. Acesso em: 5 maio 2017.

Burke, Peter. **A escrita da História** – Novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

CABRERA, LorenzoLópez Ocón. Medio siglo de actividades científicas de la Sociedad Geográfica de Lima. **Interciencia**, Culiacá, v.17, n.3, p.147-154, maio-jun. 1992.

CALDEIRA-MACHADO, Sandra Maria; ROCHA, Fernanda Cristina Campos da. A invisibilidade dos problemas de percurso dos alunos: dos registros escolares à fabricação das estatísticas educacionais oficiais (Minas Gerais, 1907-1917). **Revista História da Educação**, Santa Maria, v. 19, n.46, p.53-73, Ago. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/51224>. Acesso em: 12 jul. 2018.

CAMPOS, Raquel Discini de. No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 12, n. 1 (28), p. 45-70, jan.-abr. 2012. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38775/20305>. Acesso em: 11 março 2017.

CAPEL, Horacio. *El asociativismo científico em iberoamerica*: La necesidad de um enfoque globalizador. **Interciencia**, Culiacá, v.17, n.3, p. 168-176, maio-jun. 1992.

CARDOSO, Maria Angélica; JACOMELI, Mara Regina Martins. A Organização do Trabalho Didático na Era das Escolas de Primeiras Letras: 1827 a 1893. *In: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisa 'História, Sociedade e Educação no Brasil'*, 2012, João Pessoa. **Anais [...] História da Educação Brasileira**: experiências e peculiaridades, 2012, p. 2033-2059.

Disponível em:

http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/3.04.pdf.

Acesso em: 20 abr. 2019.

CASTRO, Elizabeth de Amorim; POSSE, Zulmara Clara Sauner. **Ginásios, Escolas Normais e Profissionais. A arquitetura escolar do Paraná na primeira metade do século XX.** 1ª edição. Curitiba: Elizabeth Amorim de Castro, 2012.

CAVADAS, Bento. O higienismo nas escolas do ensino primário (1900-1930). **Caderno de Investigação Aplicada**, Lisboa, v. 4, p. 33-59, 2010. Disponível em:

http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/5173/cadernos4_2.pdf?sequence=1.

Acesso em: 1 fev. 2019.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** 9ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial.** 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **Europa dos Pobres: a Belle-époque mineira.** 1ª edição. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.

COHN, Maria Aparecida Figueiredo. O Surgimento de uma Escola Noturna Pública em Juiz de Fora – MG: O Grupo Escolar Estevam de Oliveira. **Educação em Foco**, Juiz de fora, nº especial, p. 185-196, mar-ago 2007. Disponível em:

<http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2013/05/14.pdf>. Acesso em: 5 maio 2017.

COHN, Maria Aparecida Figueiredo. **Do apito das fábricas ao toque dos sinos no Grupo Escolar Estevam de Oliveira (1914 – 1946).** 2008. Dissertação (Mestrado em educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/2912>. Acesso em: 6 maio 2017.

COLÉGIO METODISTA GRANBERY. **Nossa história.** Juiz de Fora. Disponível em: <http://colegiometodista.g12.br/granbery/eurecomendo/nossa-historia>. Acesso em 8 jul 2018.

COSTA, David Antonio da; SOUZA, Thuysa Schlichting de. Contribuições para uma história da educação matemática em Santa Catarina: a modernização da aritmética na reforma Orestes Guimarães (1910-1914). **Revista História da Educação**, Santa Maria, v. 20, n. 49, p. 49-64, ago. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/59428>. Acesso em: 1 julho 2019.

COSTA, Maria Clelia Lustosa. O Discurso Higienista definindo a cidade. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 29, p. 51-67, set /dez. 2013. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/1226>. Acesso em: 25 nov. 2018.

DALBEN, André. **Educação do corpo e vida ao ar livre: natureza e educação física em São Paulo (1930-1940),** 2009, Dissertação (mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/274792/1/Dalben_Andre_M.pdf. Acesso em: 1 dez. 2018.

DIAS, Patricia Fortunato. **Prevenir é melhor do que curar: as especificidades da França nos estudos da Eugenia**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/13069>. Acesso em: 3 jan. 2019.

ELEJALDE, Beatriz Garai Ibañez de. **Modernizacion y Educacion en Vitoria (1865-1931): Espacio Escolar e Higienizacion**. 2002. Tese (Doutorado em História) - Universidad del País Vasco/EHU, 2002. Disponível em: <https://addi.ehu.es/bitstream/handle/10810/13237/TESIS%20B.GARAI.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 5 maio 2018.

ERMEL, Tatiane de Freitas. Cultura Material, Espaços e edifícios escolares na Revista de Pedagogía/ Espanha: A circulação das Ideias Internacionais e o Contexto Espanhol (1922-1934). **Revista História da Educação**, Santa Maria, v. 21, n. 51, p. 297-316, abr. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/67532>. Acesso em 13 fev. 2019.

ESCOLANO, Agustín. Arquitetura como programa. Espaço-escola e currículo. *In*: ESCOLANO, Agustín; Viñao FRAGO, Antonio. **Currículo, Espaço e Subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 19-58.

ESCOLANO, Agustín; VIÑAO FRAGO, Antonio. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 141-159, Jan. 1998a. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/59619>. Acesso em 13 fev. 2019.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Cultura e práticas escolares: escrita, aluno e corporeidade. **Cadernos de Pesquisa: Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, n. 103, p. 136-149, mar. 1998b. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/734>. Acesso em: 14 fev. 2019.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na primeira República**. Passo Fundo: UPF, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Escolarização, culturas e práticas escolares no Brasil: elementos teórico-metodológicos de um programa de pesquisa. *In*: Lopes, Ana Amélia Borges de Magalhães; Gonçalves, Irlen Aantônio; Faria Filho, Luciano Mendes de; Xavier, Maria do Carmo. (orgs.). **História da Educação em Minas Gerais**. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002, v. 1, p. 151-171.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 19-34, ago. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a03.pdf>. Acesso em 19 fev.. 2019.

FIGUEIRÔA, Sílvia Fernanda de Mendonça. *Associativismo científico no Brasil: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como espaço institucional para as ciências naturais durante o século XX*. In: *Interciencia*, v.17, n.3, 1992, p.141-146. **Interciencia**, Culiacá, v.17, n.3, p. 200-215, maio-jun. 1992.

FORQUIN, Jean-Claude. **Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais: Teoria e Educação**. Porto Alegre: Pannonica, 1992.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo. **Os higienistas e a Educação Física: a história de seus ideais**. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Programa de Pós-graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <http://cev.org.br/arquivo/biblioteca/4012524.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2019.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo; LOVISOLO, Hugo Rodolfo. Descontinuidades e continuidades do movimento higienista no Brasil do século XX. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 51-54, Jul. 2008. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/172>. Acesso em: 10 Jul. 2018.

GONÇALVES, Irlen Antonio; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Acesso, Permanência e Avaliação Escolar na Constituição da Escola Primária Em Minas Gerais. **EDUCAÇÃO EM FOCO**, Juiz de fora, número especial, p. 25-50, maio/ago, 2007. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2013/05/021.pdf>. Acesso em: 5 maio 2019.

GONDRA, José Gonçalves. Homo hygienicus: educação, higiene e a reinvenção do homem. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 23, n. 59, p. 25-38, abr.. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622003000100003. Acesso em: 22 fev. 2019.

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de Civilizar: Medicina, Higiene e Educação Escolar na Corte Imperial**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

GOODWIN JÚNIOR, James William. A luz do progresso em Juiz de Fora: O jornal Pharol nas décadas de 1870-1880. **Revista Varia História**, Belo Horizonte, n. 17, p. 195-218, mar. 1997. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/57ab648720099e5f10e7df70/1470850214509/Junior%2C+James+Willian+Goodwin.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2017.

JANOTTI, Maria de Lourdes. **Sociedade e política na Primeira República**. São Paulo: Atual, 1999.

JANZ JR, Dones Cláudio. *O valor da eugenia: eugenia e higienismo no discurso médico curitibano no início do século XX*. **Cordis: História, Corpo e Saúde**, São Paulo, n. 7, p. 87-120, jul/dez 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/RENATA/AppData/Local/Temp/10380-25731-1-SM.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2018.

KAHN, Pierre. Lições de coisas e ensino das ciências na França no fim do século 19: contribuição a uma história da cultura. **Revista História da Educação**, Santa Maria, v. 18, n. 43, p. 183-201, set. 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/issue/view/2276/showToc>. Acesso em: 7 jul. 2019.

KAPPEL, Marília Neto. **O pensamento educacional de Estevam de Oliveira expresso através do jornal Correio de Minas (1897 – 1908)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2010. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/mestradoeducacao/Dissertacao10MariliaNetoKappel.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2019.

LANA, Vanessa. Questão de Saúde Pública: a Febre Amarela nos debates da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (1904-1905). *In: I Colóquio do LAHES, 2005, Juiz de Fora, Anais [...]*. Juiz de Fora: 2005, p. 1-12. Disponível em: <http://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c1-a68.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2016.

LANA, Vanessa. **Uma Associação Científica no “Interior das Gerais”**: A Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (SMCJF) – 1889-1908. 2006. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz / FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/4000>. Acesso em: 1 dez. 2016.

LANDIM, Pedro Henrique. O desenvolvimento da imprensa mineira no século XIX e o protagonismo dos jornais juiz-foranos. *In: XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 2013, Bauru, Anais [...] Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*. São Paulo: Intercom, 2013, p. 1-12. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2013/resumos/R38-1310-1.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2016.

LAROCCA, Liliana Müller; MARQUES, Vera Regina Beltrão. Higienizar, cuidar e civilizar: o discurso médico para a escola paranaense (1920-1937). **Interface: Comunicação, Saúde e Educação**, Botucatu, v. 14, n. 34, p. 647-660, set. 2010. Disponível em: <https://interface.org.br/edicoes/v-14-n-34-jul-set-2010/>. Acesso em: 15 dez. 2018.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. *In: Le Goff, Jacques. História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. Teoria, metodologia e possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. **Escritas, Araguaína**, v. 7, n. 1, p. 03-17, out. 2015. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/1629/8314>. Acesso em: 12 mar. 2018.

LOPES, Jader Janer Moreira. **Espaço Escolar, Democracia e Pensamento Educacional Brasileiro**. No prelo.

MACHADO, Cláudia; OLIVEIRA, Raquel; SOUZA, Hozana; VEIGA, Cynthia Greive. Guia de Fontes para a História Social da Educação em Minas Gerais nos Oitocentos. *In: Lopes, Ana Amélia Borges de Magalhães; Gonçalves, Irlen Aantônio; Faria Filho, Luciano Mendes de; Xavier, Maria do Carmo. (orgs.). História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002, v. 1, p. 175-187.

MACHADO. Gisele Cardoso de Almeida. A difusão do pensamento higienista na cidade do Rio de Janeiro e suas consequências espaciais. *In: XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2011, São Paulo, julho, Anais [...]*, São Paulo: 2011, p. 1-19. Disponível em:

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308340710_ARQUIVO_GiseleCardosod eAlmeidaMachado-ANPUH.pdf. Acesso em: 20 jan. 2019.

MACHADO, Maria de Fátima Costa Monteiro de Sá. **Maneiras de Sentar:** Contributo para história das carteiras escolares do ensino primário em Portugal (1835 -1970). 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência da Educação) – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2004.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. **Tempo**, Niterói, v. 13, n. 26, p. 15-31, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-77042009000100002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 12 jul. 2018.

MENDES, Jairo Faria. O nascimento e a consolidação da imprensa em Minas Gerais. **Revista Dito Efeito**, Curitiba, v. 7, n. 11, p. 1-13, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/de/article/view/5125>. Acesso em: 14 mar. 2018.

MENDES, Murilo. **A Idade do Serrote**. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968.

MIZUTA, Celina Midori Murasse. Os jornais do século XIX e a pesquisa em História da Educação. In: VIII Seminário nacional de estudos e pesquisas história, sociedade e educação no Brasil, 2009, Campinas, **Anais [...] História, Educação e Transformação:** tendências e perspectivas. Campinas: FE UNICAMP/ HISTEDBR, 2009. p. 1-10. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/trabalhos.html. Acesso em: 30 abr. 2017.

MORAES, Margarete Farias de; LEITE, Juçara Luzia. Os dissensos nos discursos médicos sobre a saúde do escolar: o caso das inspetorias s escolares no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX. **Dimensões:** Revista de História da UFES, Vitória, v. 34, p. 204-227, 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/11116>. Acesso em: 3 nov. 2018.

MOREIRA, Arthur Barroso. **Padronização da Imprensa Periódica:** Uma análise a partir da evolução histórica dos jornais das cidades do Porto e de Juiz de Fora. 2012. Relatório de pós-doutoramento (Pós-Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-doutoramento em Ciências da Comunicação, Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2012. Disponível em: <https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3253/1/Padroniza%C3%A7%C3%A3o%20da%20imprensa%20peri%C3%B3dica.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.

MOROSINI, Márcia Valéria; FONSECA, Angélica Ferreira; PEREIRA, Isabel Brasil. **Educação em Saúde**. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/edusau.html#topo>. Acesso em: 16 nov. 2019.

MUSSE, Christina Ferraz. A imprensa e a memória do lugar: Juiz de Fora (1870/1940). In: XII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sudeste, 2007, Juiz de Fora, **Anais [...] Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Juiz de Fora: Intercom, 2007, p. 1-15. Disponível em: <http://intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2007/resumos/R0083-1.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2016.

OBREGON, Diana. La Sociedad de Naturalistas Neogranadinos o la invencion de uma tradicion. **Interciencia**, Culiaca, v.17, n.3, p. 135-140, maio-jun. 1992.

OLIVEIRA, Almir de. **A imprensa em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: EdUFJF, 1981.

OLIVEIRA, Flavio Couto e Silva de. **O canto civilizador**: música como disciplina escolar nos ensinamentos primário e normal de Minas Gerais, durante as primeiras décadas do século XX. 2004. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FAEC-85NQDX>. Acesso em: 30 jun 2019.

OLIVEIRA, Geraldo Henrique Barreto de. Juiz de Fora, uma abordagem histórica. 1850 – 1930. *In*: I Colóquio do LAHES, 2005, Juiz de Fora, **Anais [...]**, Juiz de Fora: 2005, p. 1-17. Disponível em: <http://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c1-a27.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2018.

OLIVEIRA, Marcus Aldenison. Antonio Bandeira Trajano e a Renovação Pedagógica lida em livros escolares: ensinar aritmética de modo intuitivo (final do século XIX). **Revista História da Educação**, Santa Maria, v. 23, p. 1-41, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/79977/pdf>. Acesso em: 1 jul 2019.

PARENTE, Claudia da Mota Darós. A construção dos tempos escolares. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 135-156, ago. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982010000200007. Acesso em: 12 jul. 2018.

PINTO, Neuza Bertoni. História das disciplinas escolares: reflexões sobre aspectos de uma prática historiográfica. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, p. 125-142, 2014. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/2293>. Acesso em: 20 nov. 2017.

PYKOSZ, Lausane Corrêa, TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. A higiene como tempo e lugar da educação do corpo: preceitos higiênicos no currículo dos grupos escolares do Estado do Paraná. **Currículo sem Fronteiras**, v. 9, p. 135-158, 2009. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss1articles/7-pykosz-oliveira.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2019.

REMER, Maísa M.; STENTZLER, Márcia Marlene. Método intuitivo: Rui Barbosa e a preparação para a vida completa por meio da educação integral. *In*: IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, 2009, Curitiba, **Anais [...]**, Curitiba: PUCPR, 2009, p. 1-12. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/2908_1161.pdf. Acesso: 10 abr. 2019.

RESENDE, Fernanda Mendes. Divulgação do Método Intuitivo nas Primeiras Décadas Republicanas: disciplina escolar ou método de ensino? *In*: II Congresso Brasileiro de História da Educação, 2002a, Natal, **Anais [...]**, Belo Horizonte: UFMG, 2002a, p. 1-6. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema7/0768.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2019.

RESENDE, Fernanda Mendes. O método intuitivo em Minas Gerais na primeira república. *In*: Lopes, Ana Amélia Borges de Magalhães; Gonçalves, Irlen Aantônio; Faria Filho, Luciano

Mendes de; Xavier, Maria do Carmo (orgs.). **História da Educação em Minas Gerais**. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002b, v. 1, p. 440-449.

RESENDE, Fernanda Mendes. **O Domínio das Coisas: O Método Intuitivo em Minas Gerais nas primeiras décadas republicanas**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002c. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/FAEC-85YHUL/1/1000000421.pdf>. Acesso: 17 abr. 2019.

RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza; SILVA, Elizabeth Farias da; SILVA, Maria Aparecida Alves. Jornal como fonte: uma das pontas do iceberg nas narrativas em história da educação. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 13, n. 1, p. 219-235, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/28175>. Acesso em: 4 fev. 2019.

RIZZINI, Irma; GONDRA, José Gonçalves. Higiene, tipologia da infância e institucionalização da criança pobre no Brasil (1875-1899). **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 58, p. 561-584, set. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782014000800003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 21 fev. 2019.

ROCHA, Heloisa Helena Pimenta. **A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1920)**. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, 2003.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Inspecionando a escola e velando pela saúde das crianças. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 25, p. 91-109, jun. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602005000100007. Acesso em: 29 nov. 2018.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Entre o exame do corpo infantil e a conformação da norma racial: aspectos da atuação da Inspeção Médica Escolar em São Paulo. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.22, n.2, p. 371-390, abr.-jun. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702015000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 1 dez. 2018.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta; GONDRA, José Gonçalves. A escola e a produção de sujeitos higienizados. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 493-512, jul./dez. 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10449>. Acesso em: 5 dez. 2018.

RODRIGUES, Elaine. A Imprensa Pedagógica como fonte, tema e objeto para a história da Educação. In: COSTA, Célio Juvenal; FABIANO, Luiz Hermenegildo; MELO, Joaquim José Pereira (orgs.). **Fontes e métodos em história da educação**. Dourados: Ed.UFGD, 2010, p. 309-333.

RODRIGUES, Maria Manuela. A higienização da escola primária portuguesa no amanhecer do século 20. **Revista História da Educação**, Santa Maria, v. 18, n. 42, p. 75-92, abr. 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/issue/view/2196/showToc>. Acesso em: 20 fev. 2019.

SANTOS, Maria Teresa. A questão da instrução/educação: uma leitura de A Madrugada (1911-1918). **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v.13, n. 31, p. 13-42, 2013. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38823/20341>. Acesso em: 1 dez. 2017.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, n. especial, ago. 2006, p. 28–35. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art5_22e.pdf. Acesso em: 11 dez. 2018.

SCHNEIDER, Omar. Entre a ginástica e o esporte: tensões e resistência à esportivização da Educação Física - um estudo a partir da revista Educação Physica (1930-1940). *In*: III Congresso Brasileiro de História da Educação, 2004, Curitiba. **Anais [...] A Educação em perspectiva histórica**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2004. v. 1. p. 1-16. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo4/469.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2018.

SILVA, Alan Camargo. Educação Física higienista: discursos historiográficos. **EFDesportes.com**: Revista Digital, Buenos Aires, v. 17, p. 1-8, 2012. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd171/educacao-fisica-higienista-discursos.htm>. Acesso em: 2 mar. 2019.

SILVA, Ana Márcia. Das práticas corporais ou porque “narciso” se exercita. **Revista Brasileira de Ciência do Esporte**, Florianópolis: UFSC, v. 17, n. 3, p. 244-251, mai. 1996. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/855>. Acesso em: 7 jul. 2016.

SILVA, Clícia Rodrigues da e VANGILER, Maria Aparecida de Souza. O Tempo Escolar na História da Educação no Brasil. *In*: VI encontro norte e nordeste de história da educação - ENNHE, n. 6, 2016, Natal. **Anais [...]**, Natal: 2016, p. 1-11. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/vi-ennhe/anais/trabalhos/eixo7/submissao_14699940953491472992111771.pdf. Acesso em 12 jul 2018.

SILVA, Máira Carvalho Carneiro. *Por Que Fazer uma Reforma Urbana*: Juiz de Fora um caso peculiar. *In*: I Colóquio do LAHES, 2005, Juiz de Fora, **Anais [...]**, Juiz de Fora: 2005, p. 1-10. Disponível em: <http://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c1-a49.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2018.

SOARES, Carmen Lúcia. **Educação Física**: Raízes Europeias e Brasil. Campinas: Autores Associados, 1994.

SOARES, Flávia dos Santos. Cálculo Mental e Ensino de Aritmética em Escolas da Cidade do Rio de Janeiro no Final do Século XIX. **Bolema**: Boletim de Educação Matemática, Rio Claro, v. 33, n. 63, p. 177-204, abr. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-636X2019000100177&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 25 mai. 2019.

SOUZA, Cristiane Oliveira de. **O Projeto Educacional de Estevam de Oliveira em Defesa das Escolas Graduadas (1900-1908)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2013. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFJF_cf5de49e1df24b245058916850a3ce76. Acesso em: 17 abr. 2019.

SOUZA, Isabela Pilar Moraes Alves de; JACOBINA, Ronaldo Ribeiro. Educação em Saúde e suas versões na história brasileira. **Revista baiana de saúde pública**, Salvador, v. 33, n. 4, p. 618-627, out/dez 2009. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/0100-0233/2009/v33n4/a010.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

SOUZA, Rosa Fátima de. Tempos de infância, tempos de escola: a ordenação do tempo escolar no ensino público paulista (1892-1933). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 127-143, jul. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97021999000200010. Acesso em: 29 mar. 2019.

SOUZA, Rosa Fátima de. Inovação educacional no século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 20, n. 51, p. 9-28, nov. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v20n51/a02v2051.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2019.

SOUZA, Rosa Fátima de. Objetos de ensino: a renovação pedagógica e material da escola primária no Brasil, no século XX. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 49, p. 103-120, set. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n49/a07n49.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2019.

SOUZA JÚNIOR, Marcílio; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História das disciplinas escolares e história da educação: algumas reflexões. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 391-408, set./dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a05v31n3.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2017.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. Educação da vontade e renovação pedagógica nos contextos espanhol e brasileiro nas décadas iniciais do século XX. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 1-18, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782019000100209. Acesso em: 2 jun. 2019.

TORRES CRUZ, Doris Lilia; RAMIREZ, Tulio Alfonso. El so de la Lectura y la Escritura como Estrategia para Enseñar la Higiene en la Escuela Colombiana de los albores del siglo XX. **Revista Historia de la Educación Latinoamericana**, Tunja, n. 15, p. 271-298, Dec. 2010. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0122-72382010000200012&script=sci_abstract&tlng=es. Acesso em: 26 mar. 2019.

VAGO, Tarcísio Mauro. Início e Fim do Século XX: Maneiras de Fazer Educação Física na Escola. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 19, n. 48, p. 30-51, ago. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v19n48/v1948a03.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.

VAGO, Tarcísio Mauro. **Cultura escolar, cultivo de corpos**: educação física e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920). Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

VALDEMARIN, Vera Teresa. Lições de coisas: concepção científica e projeto modernizador para a sociedade. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 20, n. 52, p. 74-87, nov. 2000.

Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/28249/S0101-32622000000300006.pdf;sequence=1>. Acesso em: 20 abr. 2019.

VALDEMARIN, Vera Teresa. Ensino da leitura no método intuitivo: as palavras como unidade de compreensão e sentido. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 18, p. 157-182, dec. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n18/n18a10.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

VALE, Vanda Arantes do. Juiz de Fora – “Manchester Mineira”. In: III Encontro da Associação de Estudos Brasilinistas, 1996, Cambridge, **Anais [...]**, Cambridge: 1996, p. 15-70.

VARETO, Polyana Aparecida Valente. **Intelectuais Católicos, saúde e educação em Minas Gerais (1925-1930)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz-FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2010.

Disponível em:

http://www.ppghcs.coc.fiocruz.br/images/teses/dissertacao_polyana_valente.pdf. Acesso em: 22 jan. 2019.

VARGAS, Renata Correa. **Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora: Escolarização e Educação Physica (1889-1911)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/2945/1/renatacorreaavargas.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2016.

VÁSQUEZ, MARÍA FERNANDA. La higiene intelectual infantil o los comienzos de la psiquiatrización de la infancia en Colombia, 1888-1920. **Anuário Colombiano de historia Social y de la Cultura**, Bogotá, v. 45, n. 1, p. 105-129, jun. 2018. Disponível em:

http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0120-24562018000100105&script=sci_abstract&tlng=en. Acesso em 18 mar. 2019.

VIANA, Luana Costa. **A colonização de corpos, corações e mentes: educação e higienismo em escritos de periódicos pedagógicos no Pará (1891-1912)**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/6724>. Acesso em: 1 ago. 2019.

VIEGA, Juliana Goretti Aparecida Braga; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. As escolas isoladas nas décadas iniciais do século XX: O estudo de uma instituição. **Cadernos de História da Educação**, v. 11, n. 2, jul/dez. 2012. Disponível em:

<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/21708>. Acesso em: 17 dez. 2018.

VIGARELLO, Georges. A história e os modelos do corpo. **Pro-Posições**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 21-29, mar. 2003. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2190/41-dossie-vigarellog.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2019.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Del espacio escolar y la escuela como lugar: propuestas y cuestiones. **Historia de la Educación**, Salamanca, v. 12, p. 17-74, 1993/94. Disponível em: <http://revistas.usal.es/index.php/0212-0267/article/view/11367>. Acesso em: 18 fev. 2019.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Historia de la educación e historia cultural. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.0, p. 63-82, set./dez.1995. Disponível em: <http://educacao.uniso.br/pseletivo/docs/FRAGO.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2017.

YAZBECK, Dalva Carolina (Lola) de Menezes. **Os Primeiros Tempos da Educação Republicana em Juiz de Fora, MG (1892/1906)**. No prelo.

YAZBECK (Lola), Dalva Carolina de Menezes. SILVA, Marília Neto Kappel da. Grupo Escolar: O Símbolo da República, analisado através das páginas da imprensa local de Juiz de Fora (1907-1908). **Educação em Foco**, Juiz de Fora, nº Especial, p. 145-154, mar/ago.2007. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2013/05/11.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2019.

ZANATTA, Beatriz Aparecida. O método intuitivo e a percepção sensorial como legado de Pestalozzi para a geografia escolar. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 25, n. 66, p. 165-184, ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n66/a03v2566.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2019.

ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. Método intuitivo e trabalho docente: incursões na revista “A Escola” (1906-1910). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 11, n. 41, p. 209-218, ago. 2011. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/41/art15_41.pdf. Acesso em: 21 mar. 2019.